G20 no Brasil

Transição energética e mudanças geopolíticas abrem oportunidades para revigorar a indústria nacional Caderno especial

INÊS 249

Rede social

STF intima Elon Musk a indicar representante legal da rede X no Brasil em 24 horas, sob pena de suspensão do serviço B8

Incêndios

Nos últimos 60 dias, 28 aviões agrícolas atuaram no combate às chamas no Pantanal, Estados do Centro-Oeste e São Paulo B10

Quinta-feira, 29 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6076 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL

ultra

G20 no Brasil
Transição energética e mudanças geopolíticas abrem oportunidades para revigorar a indústria nacional Caderno especial

Rede social
STF intima Elon Musk a indicar representante legal da rede X no Brasil em 24 horas, sob pena de suspensão do serviço B8

Incêndios
Nos últimos 60 dias, 28 aviões agrícolas atuaram no combate às chamas no Pantanal, Estados do Centro-Oeste e São Paulo B10

Quinta-feira, 29 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6076 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

MATEUS BONOMI/AGIF/FOLHAPRESS

Galípolo, indicado para a presidência do BC: "É uma honra, um prazer, uma responsabilidade imensa"

Indicado para a presidência do BC, Galípolo tem o desafio de controlar pressão inflacionária

Sucessão Governo espera que sabatina no Senado aconteça o quanto antes; mandato de Campos Neto acaba em dezembro

De Brasília e São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou o diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para assumir o comando da instituição a partir de 2025. O governo trabalha para que a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ocorra o quanto antes, mas há resistência do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em relação à possibilidade de antecipá-la para antes das eleições municipais. "É uma honra, um prazer, uma responsabilidade imensa", disse Galípolo, após o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O mandato de Roberto Campos Neto na presidência do BC acaba em 31 de dezembro.

A indicação de Galípolo era amplamente aguardada. Mas analistas avaliam que ele terá o desafio de conquistar credibilidade perante o mercado financeiro, em um ambiente inflacionário desfavorável, com expectativas desancoradas. Alguns setores do mercado têm a percepção de que ele pode ter um mandato limitado do presidente Lula para subir os juros, ou seja, até poderia apertar a política monetária, mas não a ponto de desacelerar a economia. Lula tem sido forte crítico da condução do Banco Central por Campos Neto, indicado pelo governo anterior. Ainda como diretor do BC, ele terá pela frente decisões em que há expectativa crescente de elevação da taxa Selic. Fernando Genta, economista-chefe da XP Asset, diz que Galípolo não tem "se furtado a colocar que, se as coisas não melhorarem, o Copom vai subir o juro".

Lula terá agora que escolher três nomes para a diretoria do BC: a de política monetária; a de regulação; e a de relacionamento e cidadania. A diretoria atual de Galípolo é a responsável pelas mesas de juros e câmbio, em geral ocupada por profissionais com experiência no mercado. Assim, a escolha será acompanhada de perto pelos investidores. Ontem, dólar e juros subiram exatamente porque havia a expectativa de que o substituto de Galípolo na diretoria também fosse anunciado.

Apesar da resistência de Pacheco, o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso, sinalizou que a sabatina pode ocorrer no dia 10. Galípolo assumiu como diretor do BC em julho de 2023. Ele já fazia parte do governo, tendo sido secretário-executivo do Ministério da Fazenda no começo da gestão Haddad. Antes disso, trabalhava no setor privado, sendo CEO do banco Fator entre 2017 e 2021. **Páginas C1 a C3**

● **Alex Ribeiro:** Transição de comando no Banco Central foi iniciada há meses. **Página C2**

Empresários propõem pacto para preservar o meio ambiente

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Empresários e altos executivos de grandes companhias do país se uniram em torno do manifesto "Pacto econômico com a natureza", que reforça a urgência para mudanças de hábitos e processos, além de sinalizar a disposição em ajudar no avanço de políticas que congreguem desenvolvimento econômico e respeito à natureza.

"O empresariado e os Três Poderes precisam se unir o quanto antes para encarar esse desafio, em uma coalizão em defesa do nosso meio ambiente, da nossa economia e da prosperidade da nossa população", indica o manifesto com 52 signatários. "A catástrofe humanitária no Rio Grande do Sul e o recorde de focos de incêndio no Pantanal tornam ainda mais urgente a necessidade de unirmos esforços", complementa.

"A gente precisa trazer o sentido de urgência e fazer acontecer", diz Horácio Lafer Piva, presidente do conselho da Klabin, à frente da redação do documento e da coleta das assinaturas, junto com Candido Bracher, do conselho do Itaú, e Pedro Bueno, vice-presidente do conselho da Dasa. Para Bracher, o país não tem estratégia de longo prazo, mas pode ser o 1º a chegar ao "net zero" (resultado líquido de emissões de carbono próximo a zero). **Página A2**

Indicadores

Ibovespa	28/ago/24	0,42 %	R$ 19,9 bi
Selic (meta)	28/ago/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	28/ago/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	28/ago/24	5,5309/5,5315	
Dólar comercial (mercado)	28/ago/24	5,5558/5,5564	
Dólar turismo (mercado)	28/ago/24	5,5824/5,7624	
Euro comercial (BC)	28/ago/24	6,1537/6,1549	
Euro comercial (mercado)	28/ago/24	6,1742/6,1749	
Euro turismo (mercado)	28/ago/24	6,2416/6,4216	

Boulos, Marçal e Nunes em empate técnico

Lilian Venturini
De São Paulo

Mais uma pesquisa, desta vez da Quaest/TV Globo, mostra a eleição para a Prefeitura de São Paulo indefinida, com três candidatos disputando a liderança. O levantamento, divulgado ontem, indica situação de empate técnico entre o deputado Guilherme Boulos (Psol), com 22% das intenções de voto, seguido pelo influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) e o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), ambos com 19%. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O apresentador José Luiz Datena (PSDB) aparece com 12%, também tecnicamente empatado com Tabata Amaral (PSB), que tem 8%.

O instituto testou possíveis cenários caso a eleição paulistana vá para o segundo turno. Boulos e Marçal ficariam empatados em 38%. Votos brancos e nulos somariam 19%, e 5% estão indecisos. Se a disputa fosse entre Boulos e Nunes, o atual prefeito seria reeleito com 46%, ante 33% de Boulos. Os indecisos seriam 4%, e 17% anulariam ou votariam em branco. Nunes também se sai melhor contra Marçal. O prefeito teve 47% nesse cenário, contra 26% do influenciador. **Página A14**

Destaque

Nunes fala de finanças e Bolsonaro
Pressionado por Pablo Marçal nas pesquisas — a quem chama de irresponsável —, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, enalteceu em entrevista ao **Valor** a gestão financeira da cidade, que segundo ele permite serviços de qualidade, e defendeu a aliança com o ex-presidente Jair Bolsonaro. **A12**

Venezuelanos vão às ruas um mês após eleição

Agências internacionais

Um mês após a eleição presidencial, com o resultado sob suspeita de fraude, milhares de venezuelanos saíram às ruas de cidades do país ontem para exigir que o governo de Nicolás Maduro reconheça a vitória da oposição. Os protestos foram marcados por momentos de tensão, com prisões, incluindo a de Perkins Rocha — advogado da líder da oposição, María Corina Machado. As manifestações foram convocadas pela coligação Plataforma Unitária Democrática sob o lema "Ata mata sentença" — uma alusão às atas eleitorais reunidas pelo movimento que indicariam a vitória do opositor Edmundo González Urrutia. Em resposta, partidários do governo também convocaram atos para celebrar "um mês da vitória eleitoral de Maduro". **Página A19**

Esporte e inclusão

CHRISTOPHE ENA/AP PHOTO

Atletas acendem a pira olímpica durante cerimônia de abertura da Paralimpíada. "[Vocês, atletas] estão lutando por uma causa maior", disse o presidente dos Jogos de Paris, Tony Estanguet. Página A19

Fintechs suspeitas de crimes financeiros

Mariana Assis, Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De Brasília e São Paulo

A Polícia Federal deflagrou a Operação Concierge, visando suposta organização suspeita de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro. A investigação inclui as fintechs InovePay e T10 Bank, que atuavam por meio dos bancos Rendimento e BS2. Foram cumpridos 10 mandados de prisão preventiva e 7 de temporária. Em nota, o Inove negou envolvimento em ilícitos. O Rendimento disse que segue as regulamentações do BC, e o BS2, que colabora com as investigações. O **Valor** não conseguiu contato com o T10 Bank. **Página C4**

Revisão de gastos foca INSS e BPC

Jéssica Sant'Ana, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De São Paulo

O governo federal detalhou que a redução de R$ 25,9 bilhões em gastos do Orçamento de 2025 virá, majoritariamente, do pente-fino nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Não há corte de programas considerados ineficientes nem apresentação de medidas para inibir o crescimento acelerado das despesas obrigatórias. INSS e Ministério da Previdência Social serão responsáveis pela economia de R$ 10,5 bilhões. O pente-fino no BPC proporcionaria redução de R$ 6,4 bilhões. Todas as ações de fiscalização devem levar a recuo de 76,8% do total esperado. Outros R$ 6,1 bilhões virão de reprogramações/realocações de Bolsa Família, Proagro e gasto com pessoal. **Página A4**

Saneamento de Sergipe atrai 4 grupos

Taís Hirata
De São Paulo

Quatro grupos apresentaram propostas para a concessão dos serviços de saneamento básico de Sergipe, cujo leilão está previsto para a próxima quarta-feira (4), na B3: Aegea, Iguá, Pátria e BRK Ambiental. O contrato, com 35 anos de vigência, prevê investimentos de R$ 6,3 bilhões para a universalização dos serviços até 2033 — sendo que nos primeiros dez anos deverão ser aportados R$ 4,7 bilhões. O vencedor do certame será o grupo que oferecer o maior valor de outorga, cujo mínimo foi definido em R$ 2 bilhões. O processo foi estruturado pelo BNDES. "Foi muito bem construído e a prova disso é a concorrência", disse Milton Andrade, presidente da Agência de Desenvolvimento do Estado. **Página B1**

Tentativa de focar em agricultura sustentável

Assis Moreira

Um seminário recente na Organização Mundial de Comércio (OMC) mostrou senso de urgência sobre desafios que o setor agrícola enfrenta — e as dificuldades de reações.

Inclui a piora da insegurança alimentar, aumento de desigualdades e da pobreza, impacto devastador da mudança climática, crescente preocupação com escassez e menor qualidade da água, perda de biodiversidade, mudança nos padrões de temperatura e precipitação. Eventos climáticos extremos, como secas, inundações e tempestades tropicais, estão se tornando mais frequentes, intensos e de longa duração e podem reduzir a terra produtiva disponível em várias áreas do mundo.

Um representante da FAO, a agência da ONU para agricultura e alimentação, observou que a prevalência de insegurança alimentar (incapacidade de arcar com uma dieta saudável) e a ameaça de fome chegam a 40% e 3% da população mundial, respectivamente. Ele deu ênfase a duas mudanças estruturais (desaceleração da produtividade e crescente desigualdade) e três disruptores (desaceleração econômica, mudança climática e conflitos) como os principais fatores provocando essa situação.

A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, destacou outro problema: água. Sua disponibilidade e escassez devem mudar o padrão de produção, com algumas regiões devendo parar de produzir commodities que necessitam muita água, como cana-de-açúcar e arroz, e depender de regiões que têm abundância de água para produzir esses produtos. O comércio virtual de água (se um país exporta um produto com uso intensivo de água para outro país, ele exporta água na forma virtual) "está surgindo como algo extremamente importante para lidar com os desafios que provavelmente enfrentaremos hoje".

Em termos de dependência de importação de alimentos, a maior taxa é no Oriente Médio e no norte da África (70%), comparado a 20% em outras regiões do mundo e somente 6% na América do Norte, conforme dados apresentados por Marcos Jank, professor do Insper.

Os mercados agrícolas continuam com altas distorções "em várias maneiras", repete Ngozi. Sem surpresa, uma facilitação do comércio global foi apontada como parte da solução para assegurar acesso a alimentos e limitada volatilidade de preços, para uma população mundial que deve chegar a 9,5 bilhões de pessoas até 2050.

No entanto, também nesses tempos de maior instabilidade, os governos não se entendem sobre como responder aos desafios. Um representante europeu pediu a palavra para avisar, sem rodeios, que não havia vontade política de países para negociarem um acordo agrícola e que os membros da OMC não deveriam perder tempo com tentativa de liberalização, e se concentrar mais em pequenos resultados.

Ou seja, visto os riscos geopolíticos atuais e crescentes impactos climáticos afetando a produção agrícola, somente progressos incrementais poderiam ser realistas.

De fato, desde que as negociações agrícolas começaram em 2000, houve mais paralisia e impasses do que algum avanço. A negociação global nos termos tratados parece inviável. Na avaliação de vários negociadores, não existe possibilidade de acordo com as características da negociação de hoje, por consenso (todos precisam concordar).

O Brasil até tentou no primeiro semestre mobilizar os países para delinear uma agenda futura de discussões, mas a Índia e a Indonésia não aderiram ao movimento.

Agora, uma tentativa poderá ser de tirar o foco do que passou e trilhar um caminho novo: colocar a discussão na OMC em agricultura sustentável. Por exemplo, buscar critérios, parâmetros do que constitui uma agricultura sustentável. Não há regulamentação sobre essa área na OMC, ao contrário de questões sanitárias e fitossanitárias ou barreiras técnicas. Cerca de 31% das emissões globais de efeito estufa vêm dos sistemas agroalimentares.

A ausência de disciplinas multilaterais sobre questões de comércio e meio ambiente criou um "gap", alimentando a adoção de medidas comerciais unilaterais e mais risco de barreiras nas exportações. A paralisia do Orgão de Solução de Controvérsias da OMC piora a situação.

Tratar de agricultura sustentável é um dos temas que devem ter mais tração no setor privado brasileiro, tratando de OMC, para evitar medidas unilaterais. O impacto da lei antidesmatamento da União Europeia sobre exportações brasileiras poderá ser significativo a partir do ano que vem, quando começar a ser implementada. Sem surpresa, o temor relacionado a "protecionismo verde" foi mencionado várias vezes no seminário.

O setor agrícola brasileiro continua exportando muito independentemente de acordos comerciais. Mantém superávit elevado e continua expandindo com movimento do mercado — demanda da Ásia como um todo e oferta que o país tem. Para continuar com os ganhos, precisa de estabilidade no comércio global. Se a instabilidade crescer entre os EUA e a China, a situação se complica. O risco do agro brasileiro é mais geopolítico e também mais uso de proteção verde em novos mercados.

Mesmo focar em agricultura de forma bem limitada na OMC vai depender também dos rumos da eleição presidencial nos Estados Unidos. Se a democrata Kamala Harris ganhar, alguns analistas acham que ela pode ir mais longe na vinculação entre políticas comerciais e climáticas para ampliar subsídios, em meio a uma OMC paralisada. Se Trump voltar à Casa Branca, pode ser mais ameaçador para mudar as regras do jogo para a OMC ajudar os EUA na competição com a China, na expectativa de alguns negociadores.

Assis Moreira é correspondente em Genebra e escreve quinzenalmente
E-mail assis.moreira@valor.com.br

Ambiente Documento com 52 signatários fala em união de forças em prol de avanços na preservação

Manifesto de líderes propõe pacto ambiental com 3 Poderes

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Empresários e altos executivos de algumas das maiores empresas privadas do país se uniram em torno de um manifesto em prol de mais ações pela preservação ambiental.

Além de reforçar um sentimento de urgência a favor de mudanças de hábitos e processos, um dos objetivos dos signatários é sinalizar ao governo federal a disposição de grandes grupos empresariais em ajudar no avanço de políticas que congreguem desenvolvimento econômico e respeito à natureza.

O manifesto tem o título de "Pacto econômico com a natureza" e foi publicado na edição de ontem de alguns veículos de comunicação, entre eles o **Valor**.

O texto reúne 52 assinaturas, entre elas as de Ana Paula Pessoa (Credit Suisse), Eduardo Bartolomeo (Vale), Eugênio Mattar (Localiza), Fabiana Alves (Rabobank) Guilherme Benchimol e José Berenguer (XP), Guilherme Leal (Natura), Jayme Garfinkel (Porto Seguro), Marcos Molina (Marfrig), Rubens Menin (MRV) e Rubens Ometto (Cosan).

"A catástrofe humanitária no Rio Grande do Sul e o recorde de focos de incêndio no Pantanal tornam ainda mais urgente a necessidade de unirmos esforços para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas", diz o documento.

"Precisamos colaborar com o Executivo na estratégia de combate ao desmatamento ilegal e na recuperação de áreas degradadas. Precisamos contribuir com o Legislativo na criação de leis que disciplinem o licenciamento ambiental e protejam as florestas. Precisamos incentivar um Judiciário atuante na defesa do direito constitucional ao meio ambiente, algo em que o Brasil, aliás, foi pioneiro e referência."

Horácio Lafer Piva (presidente do conselho da Klabin) — que juntamente com Candido Bracher (ex-presidente do Itaú Unibanco e atual integrante do conselho do banco) e Pedro Bueno (vice-presidente do conselho da Dasa) — esteve engajado na elaboração do documento e na reunião das assinaturas, disse à reportagem que a sensação é que os alertas das mudanças do clima não produzem ainda respostas à altura.

"Queremos disseminar ainda mais a ideia e a compreensão do que está acontecendo nos deixa às vezes exasperados com essa dinâmica do curto prazo, com essa falta de preocupação que nós estamos tendo apesar de tantos avisos da natureza", disse Piva.

O governo de Jair Bolsonaro foi fortemente criticado por declarações e ações apontadas como contrárias à preservação ambiental. Já o governo Lula apontou os problemas da gestão anterior, mas também tem falhado ao combater as queimadas que tomam conta de várias regiões do país.

"Tivemos uma mudança de postura e de discurso, mas nós ainda carecemos de uma organização para enfrentar o problema", disse Bracher. O Brasil, lembra ele, não tem ainda uma estratégia de longo prazo, que é o documento que aponta como o país chegará a 2050 com zero de emissões de carbono, como está no Acordo de Paris. Não há ainda tampouco um regramento para o mercado nacional de créditos de carbono.

"O documento [do empresariado] é uma manifestação de preocupação e eu diria de preocupação e de solidariedade com o governo. Nós estamos vendo as dificuldades e nós queremos ajudar. Ou seja, existe apoio na sociedade para que o governo tome medidas no sentido de proteger o país dos efeitos do aquecimento global", disse ele.

> "É urgente unirmos esforços diante das mudanças climáticas"
> *Pacto com a Natureza*

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; o presidente da Câmara, Arthur Lira; e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, assinaram um compromisso batizado de Pacto Pela Transformação Ecológica. O texto definiu que será dada prioridade a legislações ambientais, a aceleração de medidas que promovam o ordenamento territorial e a transição para uma economia de baixo carbono.

O texto também prevê incentivo a atividades econômicas que "gerem emprego de qualidade, com respeito à preservação dos biomas", entre outras medidas.

Segundo Piva, a intenção dos empresários é colaborar com o Estado. "O esforço todo é deixar claro que há um grupo de pessoas físicas que representam empresas e que estão igualmente preocupadas, tanto que seus presidentes e representantes estão aqui se manifestando e, de alguma forma, se colocando, eles e as suas empresas, à disposição de avançar na discussão deste pacto com a natureza. Ou seja, o que a gente está tentando mostrar é: 'governo, não se sinta só'. O governo é grande, mas a soma dessas pessoas que estão aqui também é grande e todos estão dispostos a fazer com que um mais um seja igual a três."

No "Pacto econômico pela natureza" há uma admissão de que não há fórmulas prontas. O que há, afirma Candido Bracher, é um reconhecimento crescente de que o tempo está se esgotando.

"Começamos a ter custos muito importantes. As enchentes no Sul, os incêndios representam custos muito grandes para a economia. E isso vai comer do nosso PIB, quando deveria acrescentar ao PIB, porque o Brasil tem tudo a ganhar com a economia verde."

O pacto do setor empresarial aponta ainda que não é justo cobrar apenas do governo medidas e também que não seria produtivo apontar culpados.

"Entendemos que cabe à iniciativa privada acelerar a adaptação da nossa economia à nova realidade do clima seja porque as atuais fontes de geração de riqueza estão sob risco seja porque uma mobilização de conformidade ambiental dará acesso a mais recursos e mercados", aponta o texto.

Em 2025, o Brasil será sede da COP, o fórum de discussões sobre enfrentamento à crise climática. Os empresários afirmam que é fundamental que o Brasil leve ao evento as diretrizes e metas de um plano — ainda a ser construído — com vistas à descarbonização.

"O empresariado e os Três Poderes precisam se unir o quanto antes para encarar esse desafio, em uma coalizão em defesa do nosso meio ambiente, da nossa economia e da prosperidade da nossa população", aponta a carta dos empresários.

Bracher e Piva estão otimistas. "Acho que podemos nos tornar o primeiro país do G20 a chegar no net zero [que é um resultado líquido de emissões próximo de zero]. Em isso ocorrendo é incalculável o potencial de crescimento da nossa economia dentro de um mundo e vai estar se mudando para a economia verde", disse Bracher.

Piva acrescenta: "Eu tenho enormes preocupações com o presente, mas mantenho uma ação muito otimista porque eu acho que os instrumentos nós temos no Brasil". O que não pode faltar, segundo ele, é o senso de urgência. "A gente precisa trazer o sentido de urgência para isso e fazer acontecer."

CLAUDIO BELLI/VALOR

Bracher: "Tivemos mudança de postura, mas ainda carecemos de organização para lidar com o problema"

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Lafer Piva: "Tenho preocupações com o presente, mas mantenho uma ação muito otimista"

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Contas públicas Plano do governo não prevê medidas estruturais para conter crescimento acelerado de despesas obrigatórias

Benefícios e BPC são aposta para corte de gastos em 2025

Jéssica Sant'Ana, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília

Depois de quase dois meses de espera, o governo federal detalhou ontem que a redução em R$ 25,9 bilhões em gastos do Orçamento de 2025 virá, majoritariamente, do pente-fino que está sendo feito nos benefícios previdenciários e no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Outras políticas públicas, como seguro defeso, Proagro e Bolsa Família, também darão uma contribuição, porém mais modesta. Não há corte de programas considerados ineficientes nem a apresentação de medidas estruturais para resolver o crescimento acelerado das despesas obrigatórias.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Previdência Social (MPS) serão responsáveis pela economia de R$ 10,5 bilhões em 2025. Desse valor, R$ 6,2 bilhões são esperados com o Atestmed, ferramenta que permite a concessão de auxílio-doença via análise digital do atestado médico, sem passar por perícia presencial. Já R$ 3,2 bilhões virão da reavaliação dos benefícios por incapacidade, o que inclui auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. O restante (R$ 1,1 bilhão) virá de medidas cautelares e administrativas, como recuperação de valores pagos indevidamente.

O pente-fino do Benefício de Prestação Continuada (BPC) renderá uma economia de R$ 6,4 bilhões, segundo os dados apresentados pelo governo. O benefício é pago a idosos e pessoas com deficiência carentes. Não é necessário ter contribuído à Previdência Social para recebê-lo, por isso seu caráter assistencial. A operacionalização é do INSS, mas a política pública é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O governo estima rever 3,4 milhões de benefícios do BPC e cessar 481.725. Para isso, fará atualização cadastral de quem está com inscrição desatualizada e checará a renda familiar per capita, que precisa ser de até um quarto de salário mínimo. Também haverá reavaliação pericial das pessoas com deficiência.

Com o pente-fino no seguro defeso (pago a pescadores artesanais no período em que a pesca é proibida), a economia esperada é de R$ 1,1 bilhão. Esse trabalho vai incluir recadastro dos beneficiários e cruzamento de dados para checagem dos critérios de elegibilidade. Por fim, o Proago terá uma economia de R$ 1,9 bilhão em 2025 com revisão de regras do programa.

Todas essas ações devem render uma economia de R$ 19,9 bilhões, 76,8% do total esperado. Elas não dependem de alterações legislativas, mas parte foi incluída no relatório do projeto que compensa a desoneração da folha de pagamentos para trazer segurança jurídica.

Os outros R$ 6,1 bilhões de economia virão de "reprogramações/realocações" internas nos ministérios nas rubricas do Bolsa Família, Proagro e de gastos com pessoal.

Segundo Sergio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), serão melhorias internas que os órgãos farão para que essas despesas voltem ao patamar de 2023.

Cortes de gastos para 2025
Em R$ bilhões

Benefício de Prestação Continuada	**6,4**
CadÚnico desatualizado	4,3
Reavaliação pericial	2,1
INSS	**7,3**
Atestmed	6,2
Medidas cautelares e administrativas	1,1
Reavaliação de benefícios por incapacidade	**3,2**
Bolsa Família	**2,3**
Pessoal	**2**
Proagro	**3,7**
Seguro Defeso	**1,1**
Total	**25,9**

Fonte: MPO

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, negou que as medidas anunciadas não representem um corte efetivo de gastos.

"Nós não estamos acabando com nenhum tipo de programa, mas, dentro dos programas existentes, estamos revisando cada um desses itens para a gente economizar R$ 25,9 bilhões no ano que vem", disse, ressaltando que "outras medidas precisam e serão feitas", sem dar detalhes.

A apresentação divulgada pelo governo, chamada de "Revisar para repriorizar", traz como eixos da política de revisão de gastos a "integração de políticas públicas" e a "modernização das vinculações" orçamentárias, duas ações que são cobradas por especialistas em contas públicas. A equipe econômica, contudo, não apresentou nenhuma ideia concreta nessa direção.

"Tudo tem seu tempo", respondeu o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, ao ser indagado sobre os demais eixos da revisão de gastos.

"Sabemos que têm muitas políticas que poderiam atuar de forma integrada e ter um resultado fiscal positivo e, ao mesmo tempo, um bem-estar maior para aquele cidadão atendido, mas isso é uma discussão para o trabalho futuro que vamos apresentar", explicou.

Para Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, o detalhamento não trouxe ânimo novo para o mercado. "Ficou claro que todo e qualquer esforço pelo lado das despesas será para corrigir despesas obrigatórias subestimadas ou abrir espaço para a discricionária, não para reduzir o nível global de gastos. Isso é preocupante", disse. "O volume total [de economia anunciado] é relevante para cumprimento do limite de gastos em 2025, mas [o governo falou] pouco sobre a sustentabilidade desta regra dali para frente."

WASHINGTON COSTA/MF

"Nós não estamos acabando com nenhum tipo de programa" *Dario Durigan*

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, avalia que o corte de R$ 25,9 bilhões é "bastante positivo para o fiscal". "Para ter ideia, um número: se o governo cortar 25,9 bilhões e conseguir majorar a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e a alíquota do JCP (juros sobre capital próprio), pode conseguir, em 2025, um resultado primário melhor que o de 2024. Isso seria essencial para compor um quadro de maior confiança na política fiscal, sem dúvida com impactos potenciais na curva a termo de juros", destacou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, que será apresentado na sexta-feira, terá as mudanças na CSLL e no JCP.

Ampliação do pente-fino enfrenta resistências no governo

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

O espírito do pente-fino detalhado nesta quarta-feira (28) pelo governo é desacelerar o crescimento de algumas despesas, principalmente as obrigatórias. Os R$ 25,9 bilhões prometidos para 2025 são, na prática, um não crescimento de gastos.

Por seu volume, não é suficiente para resolver o problema estrutural do Orçamento, que é o crescimento acelerado dos gastos obrigatórios. Porém, é alguma economia, que ajuda liberar espaço para acomodar mais gastos prioritários no Orçamento.

É também um olhar mais atento no dinheiro destinado às políticas públicas. Em 2023, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) detectou 3,4 milhões de pessoas que estavam recebendo o Bolsa Família sem ter direito ao benefício. Cessou os pagamentos e, com isso, abriu espaço para atender 2,9 milhões de famílias que estavam na fila. Ainda restou uma economia de R$ 9,4 bilhões, utilizada para atender outras despesas.

É nessa mesma linha que ocorrerão as revisões em 2025. Está programada, por exemplo, a avaliação de 3,4 milhões de pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o que se espera cessar o pagamento de 482 mil, gerando economia de R$ 6,4 bilhões. No INSS, a redução estimada é de R$ 7,3 bilhões.

No detalhamento divulgado ontem, o pente-fino atinge: BPC, Previdência, Proagro, seguro-defeso, Bolsa Família. Foi computada também uma economia de R$ 2 bilhões com pessoal, segundo o Ministério da Gestão.

A área econômica pretende ampliar o pente-fino para mais áreas, mas há resistência nos bastidores do governo.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, disse que pretende submeter à Junta de Execução Orçamentária (JEO) uma proposta pela qual todas as pastas precisariam informar sobre economias a serem com revisões de gastos. Ainda que a estimativa seja zero.

O pente-fino é um dos quatro eixos de um trabalho maior, a revisão de gastos, que passou a integrar o ciclo de elaboração do Orçamento.

Há eixos que prometem ajustes mais fortes na estrutura de despesas, como a "modernização" das vinculações (rever os critérios de correção para os pisos de gastos com saúde e educação, por exemplo) e a revisão de gastos tributários. São temas cuja discussão não foi interditada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Um terceiro eixo é a integração de políticas públicas. A ideia é unificar benefícios, para economizar com a gestão. Num efeito colateral, seria possível repaginar políticas públicas e atender à recomendação de marqueteiros do governo, que alertam para a falta de programas novos.

Políticas públicas não devem ficar calcificadas, pontuou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Com o passar do tempo, é necessário que sejam revistas.

Não se trata de um "revisaço" movido pelo voluntarismo, disse o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, Sergio Firpo. É um processo que agora passará a ser sistemático no processo orçamentário.

Acordo prevê que MG retome pagamento da dívida

Flávia Maia
De Brasília

O Estado de Minas Gerais deve começar a quitar parcelas da dívida com a União como se já estivesse incluído definitivamente no Regime de Recuperação Fiscal (RFF). O pagamento vai se dar como se o Estado tivesse homologado o acordo em 1º de agosto. Assim, a primeira parcela deve ser quitada 60 dias após esse prazo, ou seja, em 1º de outubro. Essas datas são relativas a um acordo proposto pela Advocacia-Geral da União (AGU) com o Estado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e que será homologado pelo relator da ação na corte, ministro Nunes Marques.

O acordo permitirá que o Ministério da Fazenda celebre termos aditivos e contratos para disciplinar os pagamentos devidos pelo Estado. Dessa forma, a partir de outubro, Minas Gerais deve passar a pagar a parcela da dívida no modelo do RFF. A dívida está avaliada em R$ 165 bilhões.

O Estado ainda não fechou o cálculo do valor exato mensal, mas estima que a parcela deve chegar a R$ 300 milhões.

Ontem, o Supremo referendou as liminares que prorrogaram a suspensão do pagamento da dívida até 28 de agosto. As cautelares foram dadas pelo relator, ministro Nunes Marques, e por Edson Fachin quando no exercício da presidência durante o recesso do Judiciário.

Os ministros aceitaram as prorrogações, mas ponderaram que Minas precisa se comprometer com o pagamento por "lealdade federativa", uma vez que outros Estados pagam e a União conta com o dinheiro para políticas públicas.

Após o anúncio do acordo, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), comemorou a decisão. Ele também defendeu a aprovação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) no Congresso — o texto já foi aprovado no Senado e agora está na Câmara.

"O mais importante é que essa decisão do STF retira a ameaça de Minas ter de pagar R$ 8 bilhões ainda neste ano de 2024, que iria criar um colapso financeiro com o risco de impactar financeiramente os serviços de saúde, educação e segurança e ainda comprometer até mesmo o salário dos servidores", afirmou.

Durante a sessão, a ministra Cármen Lúcia, que foi procuradora do Estado de Minas Gerais antes de ocupar a vaga no Supremo, afirmou que a dívida da União com os Estados é sempre uma conta complexa e brincou. "Dívida de Estado com a União é igual dívida de amor, mais se paga, mais se deve".

Pouco antes da sessão com o referendo das liminares, a AGU e o Estado de Minas comunicaram ao Supremo que tinham um consenso "mínimo" em relação ao pagamento da dívida. A União manteria Minas como enquadrada no RFF, desde que os pagamentos começassem a ser feitos. Esse era um pleito recorrente da União — que Minas começasse a pagar, visto que o Estado já estava gozando dos benefícios do RFF, como a carência nos pagamentos. Ao mesmo tempo, Minas Gerais questionava que os pagamentos poderiam inviabilizar as atividades estatais.

Em julho de 2023, o Supremo atendeu a um pedido do governador de Minas Gerais e entendeu que houve omissão da Assembleia Legislativa do Estado em aderir ao Regime de Recuperação Fiscal — a aprovação na casa legislativa é um dos requisitos para a adesão. O governador alegou que havia um bloqueio institucional do outro poder, prejudicando as contas públicas.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

"Decisão do STF retira a ameaça de Minas ter de pagar R$ 8 bi neste ano" *Romeu Zema*

Na mesma decisão, a corte designou que, diante da inércia legislativa, o contrato de refinanciamento das dívidas poderia ser celebrado por ato normativo do Executivo. Além disso, fixou o início da contagem do prazo de 12 meses — contados de 20 de dezembro de 2022 — para a incidência dos benefícios do RRF concedidos pela União a partir da assinatura do contrato de renegociação da dívida do Estado com o ente central.

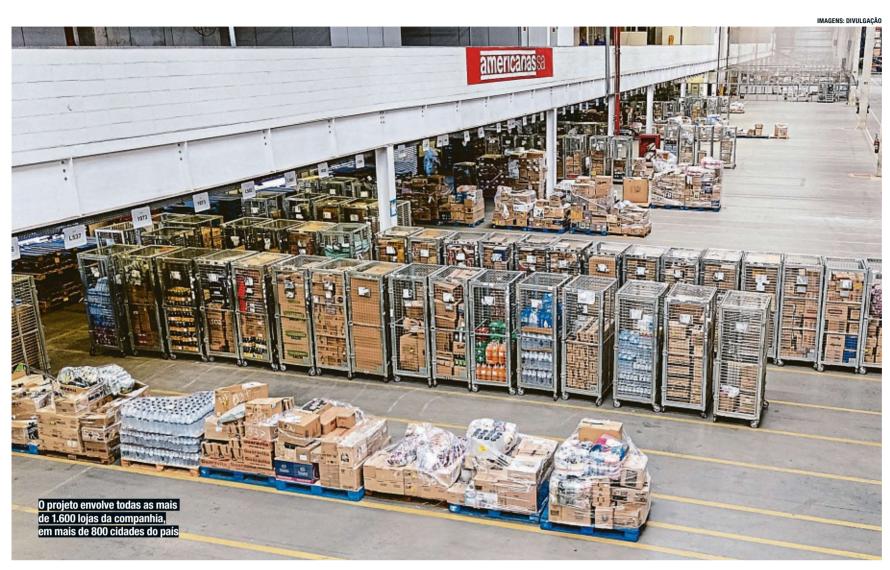
Em dezembro de 2023, o Estado de Minas Gerais pediu nova prorrogação e o ministro Nunes Marques alargou o prazo em mais 120 dias. Em abril de 2024, o ente novamente requereu mais 180 dias de suspensão e o relator deu os 90 dias que terminaram em 20 de julho de 2024. Durante o recesso do Judiciário, o vice-presidente do STF, Edson Fachin, alargou o prazo para 1º de agosto de 2024 e depois, o ministro Nunes Marques prorrogou até o dia 28 de agosto.

A União alegava que o Estado, por meio do STF, estava conseguindo a suspensão indefinida da dívida, sem cumprir com as contrapartidas necessárias do contrato de recuperação fiscal.

Projeto inspirado na Fórmula 1 transforma a logística interna da Americanas

Com o Pit Stop, a varejista reduziu em 85% o tempo necessário para levar produtos dos centros de distribuição para o abastecimento das lojas

IMAGENS: DIVULGAÇÃO

O projeto envolve todas as mais de 1.600 lojas da companhia, em mais de 800 cidades do país

No automobilismo, quando um carro estaciona para trocar pneus e abastecer, aproximadamente 20 pessoas trabalham, de forma coordenada, para realizar diferentes funções. O resultado é impressionante: é possível liberar o veículo em apenas dois segundos. Nos anos 1980, esse mesmo trabalho demorava dez segundos, e, em um passado ainda mais distante, era necessário mais de um minuto. A combinação entre tecnologia e trabalho em equipe, com profissionais multidisciplinares trabalhando em harmonia, inspirou a Americanas a implementar o projeto Pit Stop, que leva a prática do automobilismo para a logística interna da companhia. Por meio da iniciativa, o tempo entre a expedição no centro de distribuição e a descarga na loja teve uma redução de 85%, enquanto a produtividade global de todos os armazéns da empresa subiu 15%.

O Pit Stop surgiu como um projeto-piloto em 2023, envolvendo centros de distribuição e lojas físicas da Americanas. Em junho deste ano, chegou a todas as mais de 1.600 lojas da companhia, que alcançam cerca de 800 cidades brasileiras, de todas as regiões.

Para implementar a iniciativa, foi necessário treinar os funcionários para que eles pudessem ter o máximo de agilidade em suas funções específicas Com o esforço coordenado e grande eficiência na gestão dos processos, entra em ação uma série de etapas, quando o caminhão chega até uma loja para fazer a descarga.

Toda a operação foi ajustada. Os tempos das ações são cronometrados e monitorados por uma torre de controle. O sistema funciona como um relógio, atento a cada processo no tempo certo. E, para otimizar o processo, foi criado um aplicativo exclusivamente para essa operação. Todos os envolvidos têm acesso à ferramenta que concentra diversas informações, como cronometragem do tempo e alertas sobre intercorrências.

> "Com esses ganhos na operação, garantimos que nossos clientes tenham sempre acesso a prateleiras cheias, principalmente nos grandes eventos sazonais como Páscoa e Black Friday"
>
> **Luiz Bentes,** diretor de Logística da Americanas

"Toda essa cadeia é essencial para o equilíbrio da iniciativa, em que cada segundo importa para o resultado final. Com o projeto, conseguimos adotar um modelo de gerenciamento da operação que integra centro de distribuição, transporte e loja, unificando a cadeia", afirma Luiz Bentes, diretor de Logística da Americanas.

A partir dessa etapa, foram definidas metas, métricas, indicadores e rotinas a serem executadas para garantir que as operações ocorreriam de forma fluida.

"Adicionalmente, garantindo que tudo ficasse uniforme, foram definidos modelos de gestão também para a operação em granel e pallet", diz Bentes. Assim, foi possível reduzir o tempo do processo, de duas horas, em média, para 40 minutos, o que libera os colaboradores para realizar outras funções menos repetitivas e mais estratégicas.

Cada minuto economizado na entrega se transforma em 500 minutos de frota todos os dias. "Acredito que precisamos funcionar 100% com êxito dentro de casa, para potencializar nossa performance para toda a malha logística que atendemos", informa o diretor.

CARRINHOS FEITOS SOB MEDIDA

Para desenvolver o projeto, a Americanas adquiriu um total de 14 mil carrinhos de metal, chamados roll-tainers, e fabricados sob medida na China para atender à operação logística interna e otimizar o modelo de entrega unificada. Esse processo teve início com um estudo a partir da demanda prevista das lojas físicas, na relação com a quantidade de roll-tainers necessários para cada unidade.

A partir daí, foi mapeada a infraestrutura de cada uma das lojas físicas e analisados os impactos operacionais diretos no centro de distribuição, como custo no frete e o nível de serviço das lojas.

Com a implementação do projeto, a Americanas também registrou contribuição significativa na diminuição dos índices de falta básica e ruptura — ou seja, a indisponibilidade de mercadorias nas lojas. Todos os veículos que compõem a frota foram adaptados com plataformas elevatórias.

Os profissionais envolvidos na rotina logística da companhia participaram ativamente do desenho do projeto, com sugestões de melhoria a partir da experiência com o trabalho.

ALTA FREQUÊNCIA

O ganho logístico experimentado com o Pit Stop possibilitou à empresa criar o Alta Frequência, desdobramento da iniciativa que permite que as lojas físicas sejam abastecidas por mais vezes em um curto período de tempo, minimizando ainda mais os impactos de rupturas.

"Com esses ganhos na operação, garantimos que nossos clientes tenham sempre acesso a prateleiras cheias, principalmente nos grandes eventos sazonais, como Páscoa e Black Friday", afirma Bentes. Atualmente, mais de 500 lojas com raio de até cem quilômetros dos centros de distribuição participam dessa evolução do Pit Stop.

Para desenvolver o projeto, a Americanas adquiriu um total de 14 mil carrinhos de metal

Agilidade na logística interna

Conheça o projeto Pit Stop, que transformou o abastecimento das lojas físicas da Americanas

O projeto teve início com um piloto em **2023**

14 mil carrinhos de metal foram fabricados sob medida

Todas as mais de **1.600 lojas físicas** da companhia são beneficiadas

A iniciativa alcança toda a malha logística atendida pela Americanas, que cobre mais de **800 cidades,** em todas as regiões do país

O projeto reduziu em **85% o tempo** entre a expedição no centro de distribuição e a descarga na loja

Houve um ganho de **15% na produtividade** global de todos os armazéns da companhia

Cada **1 minuto** economizado na entrega vira **500 minutos** de frota todos os dias

Mais de **500 lojas** com raio de até 100 quilômetros dos centros de distribuição participam do **Alta Frequência,** desdobramento do **Pit Stop**

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Conjuntura Mercado de trabalho formal acelera em julho, com aumento de postos em todos os setores

Emprego com carteira deve seguir forte

Marsílea Gombata, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira
De São Paulo e Brasília

O mercado de trabalho formal acelerou em julho, com a criação líquida de mais vagas com carteira assinada do que no mês anterior. Todos os setores viram o saldo de novos postos crescer, sendo a indústria um dos mais beneficiados. No curto prazo, a tendência deve seguir, preveem economistas.

O mercado de trabalho brasileiro registrou abertura líquida de 188.021 vagas com carteira assinada em julho, resultado de 2.187.633 admissões ante 1.999.612 desligamentos, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O resultado ficou acima da mediana das 19 estimativas de consultorias e instituições financeiras reunidas pelo Valor Data, de abertura líquida de 183.100 vagas, com projeções indo de 156.251 a 235.000 postos criados.

O resultado foi melhor do que o de julho de 2023, quando houve a abertura de 142.702 vagas. No acumulado do ano até julho, foi registrada abertura líquida de 1.492.214 vagas, ante 1.483.598 registradas ao longo de 2023.

A abertura ocorreu nas cinco regiões do país e nos cinco setores da economia: serviços (79.167), agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (6.688), indústria (49.471), construção (19.694) e comércio (33.003).

Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, observa que de janeiro a julho de 2024 o saldo líquido de vagas foi 320 mil maior do que no mesmo período de 2023. Dessas, boa parte veio da indústria.

"Foram 134,7 mil na indústria, sendo 131,5 mil na de transformação", afirma Xavier, ao acrescentar que o setor de serviços gerou 141 mil vagas. "Isso é positivo, pois empregos na indústria são melhores e têm salário médio maior [do que os de serviços, por exemplo]."

Os dados do Caged mostram que o setor agropecuário criou menos vagas neste ano, diz Bruno Imaizumi, da LCA Consultores. Todos os outros tiveram mais criação de vagas de janeiro a julho de 2024, na comparação com o mesmo período em 2023.

"Há 1,4 milhão de vagas líquidas no acumulado do ano, sendo que apenas a agropecuária em patamar menor do que no ano passado", diz. "Isso tem a ver com a safra menor neste ano e com as enchentes no Rio Grande do Sul. Os incêndios no interior de São Paulo podem reforçar esse cenário."

Ele chama atenção para o número de desligamentos a pedido do trabalhador, que em julho chegou ao recorde de 747,1 mil, 24% maior do que em julho de 2023.

Imaizumi menciona pesquisa divulgada pelo MTE, juntamente com os dados do Caged, sobre o motivo pelo qual o trabalhador formal pediu para demissão.

Dos 53,6 mil respondentes entre novembro de 2023 e abril de 2024, 36,5% afirmaram já ter outro trabalho em vista, 32,5% alegavam baixo salário no emprego do qual saíram, 24,7% disseram que seu trabalho não era reconhecido, 24,5% sentiam problemas éticos na forma de trabalhar da empresa, 16,2% relataram conflitos com chefes, e 15,7%, falta de flexibilidade na jornada de trabalho. As questões eram de múltipla escolha, sendo possível escolher mais de uma resposta.

Em julho, o salário médio de admissão de empregados com carteira assinada ficou em R$ 2.161,31, ante R$ 2.138,37 em junho. O salário médio de demissão ficou em R$ 2.232,45 em julho, contra R$ 2.202,12 um mês antes.

"Isso mostra que o mercado de trabalho está bem justo, bem apertado. E indica que muitos pedem para sair porque, possivelmente, têm outro emprego melhor", diz Hélio Zylberstajn, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Ainda em julho, o Brasil gerou liquidamente 13.639 novos postos de trabalho intermitente, de aprendizes, temporários, contratados por Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física ou com carga de até 30 horas.

O número foi resultado de 291.020 admissões e 277.381 desligamentos. No acumulado deste ano, houve abertura líquida de 286.145 postos não típicos de trabalho.

Política monetária

Para economistas, os dados que mostram julho com criação líquida de vagas no mercado formal acima da expectativa mediana de mercado impõem um desafio à política monetária do Banco Central.

Rodolfo Margato, economista da XP, argumenta que o salário de admissão teve alta real de 0,3% em julho ante julho e de 2,2% na comparação com julho de 2023. Já o salário de demissão caiu 0,1% em julho, ante junho, mas cresceu 1,4% na comparação a julho de 2023.

"Esses números reforçam nossa visão de mercado de trabalho apertado, o que deve sustentar o consumo e, ao mesmo tempo, manter a inflação de serviços pressionada no curto prazo", escreveu em relatório a clientes.

Ontem o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, falou que falar em aumento de juros é "uma aberração econômica".

"Espero que o BC fale sobre controlar a inflação pela oferta, e não restrição de demanda", destacou o ministro, ao ressaltar o cenário positivo do mercado de trabalho trazido pelos dados do Caged ontem.

A tendência positiva do mercado formal deve continuar e, para 2024, não há sinais de desaceleração, afirmam economistas.

Zylberszstajn prevê que 2024 encerre com saldo de 1,8 milhão de vagas formais. A LCA projeta criação líquida de 1,9 milhão de vagas, ante 1,5 milhão no ano passado.

Para 2025, a perspectiva é de desaceleração, mas com criação de vagas ainda em patamar elevado.

Mercado de trabalho apertado
Evolução do saldo de vagas com carteira assinada - em mil

Fonte: Caged, Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: Valor Data. *Com ajuste sazonal

Nísia vê 'retrocesso' em relação entre Anvisa e governo

Andrea Jubé
De Brasília

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, saiu em defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ser questionada sobre o recente ruído do governo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e disse ver "retrocesso" na relação das agências com o Executivo. Ela afirmou ainda que a vacina contra a dengue, ampliada para toda a população, deve ser uma estratégia somente para 2026 e minimizou o bloqueio parcial de recursos do ministério.

Em conversa com jornalistas nessa quarta-feira (28), Nísia ponderou que Lula apenas levou a público uma reivindicação da indústria farmacêutica por mais celeridade na liberação de medicamentos. Relatou que ela mesma se reuniu com o setor recentemente e ouviu dos representantes dos laboratórios "uma grande demanda por celeridade".

Em reação à fala de Lula, o diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, divulgou uma carta aberta afirmando que o governo federal foi alertado, ainda na transição, sobre o número insuficiente de servidores no órgão. Alegou que, "com número insuficiente de trabalhadores e com tarefas de trabalho que só fazem crescer, o tempo para realização de tais tarefas só pode se tornar mais longo".

Nísia ponderou que, diante da inauguração de fábrica do laboratório EMS, no interior de São Paulo, para produzir medicamentos contra diabetes, haverá cobrança para que a liberação do produto seja ágil. "Você vai ter um produto para diabetes, vai ter coisas de ponta no Brasil, e que vão impactar na sustentabilidade do próprio SUS."

A ministra defendeu a autonomia da Anvisa, mas ressaltou que essa prerrogativa não pode avançar sobre definição de políticas para o setor e disse ver um "retrocesso" na relação das agências com o governo.

"Jamais se coloca em xeque a autonomia da agência, e é uma autonomia técnica para definir eficácia e segurança", argumentou. "Mas autonomia técnica não pode ser definição de uma política por uma agência", complementou, lembrando que a formulação das políticas públicas cabe ao Executivo.

Sobre a epidemia da dengue, que atingiu números recordes neste ano no Brasil, a ministra informou que a oferta de vacina para toda a população não deve se viabilizar no ano que vem. Neste ano, houve mais de 6 milhões de casos e 5 mil mortes pela doença.

Diante desse cenário, ela explicou que o foco do ministério para evitar a repetição da crise sanitária em 2025 será antecipar um plano estratégico de combate à doença. E essas ações vão nortear a atuação do SUS nos próximos meses.

"Temos um plano praticamente pronto, mas esperando um pouco a definição do cenário", afirmou. "Umas das variáveis, por exemplo, é quais sorotipos vão estar circulando mais no país?", completou.

Ela esclareceu que o laboratório que produz as vacinas contra a dengue ainda não tem condições de transferir no curto prazo os insumos para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que produzirá o imunizante no país. Em contrapartida, Nísia afirmou que aposta na vacina que está sendo produzida pelo instituto Butantan, mas que ainda não foi submetida ao crivo da Anvisa.

> "Não haverá prejuízo em nenhum programa prioritário do ministério"
> *Nísia Trindade*

Sobre a vacina contra a Mpox, a ministra afirmou que continuará sendo ofertada somente a grupos prioritários, já que são poucas doses disponíveis no mundo. Ela explicou que há um plano de contingência em prática no país com a vigilância em saúde para encaminhamento, tratamento e isolamento das pessoas com sintomas.

Por fim, a ministra relativizou o bloqueio de recursos do orçamento da pasta, determinado pelo Ministério da Fazenda para viabilizar o cumprimento das regras do arcabouço fiscal.

"Todo contingenciamento tem efeitos e — se for necessário — haverá remanejamento de recursos, mas não haverá prejuízo em nenhum programa prioritário do ministério", alegou. No mês passado, o governo detalhou o congelamento de R$ 15 bilhões nos gastos públicos. A pasta da Saúde foi uma das mais afetadas, com o bloqueio de R$ 4,4 bilhões.

Mulher poderá se alistar como militar

Renan Truffi e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) publicou ontem decreto que estabelece as regras para o recrutamento de mulheres voluntárias pelas Forças Armadas. Na prática, as mulheres que completarem 18 anos em 2025 poderão, pela primeira vez, se alistar como militares.

Inicialmente, 1,5 mil vagas serão ofertadas, sendo que o recrutamento terá início em 2025 e a incorporação a uma das organizações militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a partir de 2026. Por lei, o alistamento tem duração de 12 meses, podendo ser prorrogado a cada período de um ano até o prazo máximo de oito anos.

"[O decreto vem] reforçando a máxima de que o lugar da mulher é onde ele quiser", afirmou o presidente. "Sabemos que quanto mais diversa uma instituição, mais representativa ela será."

O ministro da Defesa, José Múcio, disse que, ao permitir o alistamento militar feminino, as Forças Armadas esperam alcançar um contingente de 20% de mulheres em relação ao número total de membros das forças. Hoje, as Forças possuem 37 mil mulheres, o que corresponde a cerca de 10% de todo o efetivo.

"Isso é uma coisa importantíssima, o Brasil está atrasado. Nós estamos, desde que chegamos no ministério, negociando isso. Ouvimos outros países, temos alguns países vizinhos que estão mais avançados do que o Brasil [nesse quesito]. Não é uma coisa simples. Então, nós estamos procurando desenvolver [essa possibilidade] agora. Temos que adaptar instalações porque agora elas não vão entrar pra trabalhar em hospitais, em escritório. Agora elas vão para o combate, vão ter o mesmo tratamento que tem um soldado, vão pegar em armas. É uma vitória muito grande", disse Múcio.

O ministro falou à imprensa sobre o assunto após participar de solenidade em comemoração aos 25 anos do Ministério da Defesa. Com a adoção do alistamento, o número de oportunidades deve crescer gradativamente.

De acordo com o decreto do governo, o período de alistamento se dará entre os meses de janeiro e junho, mesmo período do alistamento masculino — devendo as voluntárias completarem sua maioridade no ano de inscrição e, ainda, residir em município onde exista organização militar.

Apesar da incorporação das mulheres às Forças Armadas, Múcio destacou que a entrada delas é importante para fortalecer o Exército nas guerras "internas", e não externas.

"Nossas guerras são internas, nós lutamos no Amazonas, no Rio Grande do Sul, no Pantanal e ganhamos as guerras. Nosso projeto é chegar até 20% [do efetivo]. Acho que as primeiras [mulheres] nos ajudarão a estimular as outras. No início, [o alistamento será] em algumas cidades. No segundo ano, serão mais cidades e no futuro serão em todas", concluiu Múcio.

Tributação Autores de estudo defendem mecanismo de devolução de recursos para reduzir efeito do aumento de preços na renda das famílias mais pobres

Por impacto no ambiente, Banco Mundial sugere imposto extra sobre combustíveis

Estevão Taiar
De Brasília

A cobrança de um imposto, além do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de R$ 0,91 e R$ 2,26 sobre o litro de gasolina e diesel, respectivamente, compensaria os efeitos negativos que o consumo desses itens possui sobre meio ambiente e saúde pública. As estimativas são de estudo do Banco Mundial, antecipado ao **Valor**, a respeito dos impactos que a reforma tributária do consumo poderá ter sobre combustíveis.

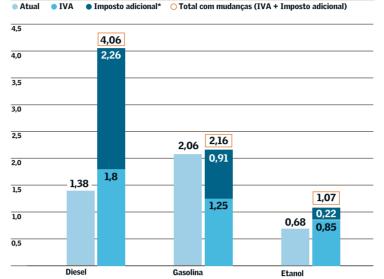
Os autores reconhecem que a cobrança do imposto adicional afetaria negativamente a renda das famílias mais pobres. Mas sugerem mecanismos para compensar esse impactos, como a devolução direcionada de recursos para esse grupo.

"Os combustíveis têm impactos negativos bastante claros e provados para o meio ambiente, a saúde etc.", diz Cornelius Fleischhaker, economista-sênior do Banco Mundial para o Brasil e um dos autores do estudo, ao lado de Daniel Navia e Heron Rios. Os autores escrevem que a "tributação insuficiente dos combustíveis" leva a um "consumo excessivo" que amplifica "as externalidades negativas", como são classificados tecnicamente os impactos negativos.

O estudo do Banco Mundial é baseado em uma estimativa de que o custo social do carbono, um conceito que busca medir impactos ambientais, econômicos e sociais negativos da emissão do gás, é de US$ 60 por tonelada de dióxido de carbono. A partir daí, o órgão projeta que um imposto de R$ 0,91 cobrado sobre o litro de gasolina forneceria "incentivos" suficientes "aos condutores para alterarem o seu comportamento de uma forma que melhore o bem-estar social". No caso do diesel e do etanol, esse imposto seria respectivamente de R$ 2,26 e R$ 0,22.

Em tramitação no Senado, a reforma tributária do consumo estabelece alíquota fixa em centavos ou reais ("ad rem") do IVA sobre combustíveis, de acordo com tipo e quantidade do produto. O texto permite que biocombustíveis e hidrogênio verde, menos poluentes, tenham "diferencial competitivo" por meio de uma alíquota menor. Mas o projeto não inclui os combustíveis entre os setores sobre os quais incidirá o Imposto Seletivo, cujo objetivo é justamente "coibir comportamentos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente", na definição do Ministério da Fazenda.

O trabalho do Banco Mundial leva em conta a incidência da alíquota de referência, estabelecida pela pasta, de 26,5% do IVA sobre combustíveis. Considerando tanto o IVA quanto o imposto que busca diminuir os impactos negativos, o órgão calcula que a carga tributária total sobre o litro de combustível seria de: R$ 2,16 para a gasolina, R$ 4,06 para o diesel e R$ 1,07 para o etanol, respectivamente.

Segundo o Banco Mundial, os montantes são superiores à carga total que incide neste momento sobre os três combustíveis, atualmente em R$ 2,06, R$ 1,38 e R$ 0,68. O cálculo foi feito com base em informações da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP). No caso da gasolina, entra na conta o montante de R$ 0,1 referente à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) — que, assim como o imposto adicional, tem objetivos principalmente regulatórios e não de arrecadação.

Por causa do aumento da carga com as mudanças sugeridas, os autores reconhecem que "tributar o combustível de acordo com as externalidades reduziria, por si só, os rendimentos das famílias, especialmente dos pobres". Nos cálculos dos pesquisadores, a tributação necessária para compensar os efeitos, decorrentes do consumo de combustíveis, "da poluição atmosférica local" sobre a saúde pública resultaria "em perdas de renda de cerca de 6% para os mais pobres".

Assim, o grupo apresenta medidas para "mitigar o impacto regressivo" da tributação adicional.

Uma possibilidade seria a implantação "transferências específicas" para a população mais pobre. Segundo os pesquisadores, uma política "compensando as perdas sofridas pelos 25% mais pobres da população" custaria aproximadamente 10% da receita gerada pelos impostos totais sobre combustíveis. Outra opção, embora "menos progressiva", seria usar a receita proveniente do imposto adicional para reduzir a alíquota geral do IVA, para todos os produtos.

Para Ricardo Soriano, ex-procurador-geral da Fazenda Nacional e sócio da área tributária do Figueiredo e Velloso Advogados, a incidência de uma carga tributária "extrafiscal" sobre os combustíveis é algo "legítimo", mas que exige "muito cuidado" justamente porque "acaba atingindo fortemente os mais pobres". Ele sugere como alternativa o estímulo a combustíveis menos poluentes ou carros elétricos e movidos a hidrogênio.

Em nota, o Ministério da Fazenda destaca que a reforma prevê que a alíquota do IVA sobre combustíveis "pode ser diferenciada" entre aqueles mais poluentes, como fósseis, e os menos poluentes, como biocombustíveis. Assim, não é "necessário utilizar o Imposto Seletivo" para fazer essa diferenciação.

Carga tributária

Por litro de combustível - Em R$

Fonte: Fecombustíveis e ANP Elaboração: Banco Mundial *Não previsto na reforma tributária

Proposta para taxar big techs deve sair neste ano

Guilherme Pimenta e Estevão Taiar
De Brasília

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, confirmou nesta quarta-feira (28) que, ainda no segundo semestre, o governo Lula deve endereçar ao Congresso a proposta de taxação de big techs.

A afirmação veio após o jornal "Folha de S.Paulo" mostrar que a proposta, apesar de não constar no envio do Orçamento de 2025 ao Legislativo até o fim desta semana, será encaminhada ao Congresso ainda este ano e deve render cerca de R$ 5 bilhões anuais.

"Há um processo no mundo que precisamos trazer para o Brasil", disse o secretário, referindo-se ao pilar 1 da OCDE. Questionado sobre mudanças estruturais no gasto público, Durigan afirmou que há trabalhos em andamento na equipe econômica para ampliar as medidas.

Confiança do comércio recua pelo quarto mês

Alessandra Saraiva
Do Rio

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) caiu 1,5% em agosto, para 108,7 pontos, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Foi a quarta retração consecutiva do indicador, e a mais forte desde novembro do ano passado (-1,9%). Na comparação com agosto do ano passado, o recuo foi de 1,8%.

Uma cautela maior do empresariado do varejo com momento presente da economia levou ao recuo, informou a CNC.

De julho para agosto, os três tópicos usados para cálculo do índice tiveram queda: condições atuais (-3,1%); expectativas (-1,1%) e intenções de investimento (-0,8%).

Mas, além dos resultados ruins nos três principais tópicos, a CNC destacou a queda de 5% no subtópico "condições atuais da economia". Essa retração, salientou a entidade, foi uma das principais razões para recuo do indicador geral.

Na prática, indefinições relacionadas a fatores macroeconômicos, como trajetória da taxa Selic; inflação; e contas públicas pressionaram para baixo expectativas do empresário do comércio, detalhou a organização. "A economia brasileira enfrenta um cenário com algumas dúvidas no horizonte, com a questão fiscal e uma inflação que ainda preocupa, apesar dos ajustes recentes na taxa de juros", resumiu, em comunicado, José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac.

> "A economia enfrenta cenário com algumas dúvidas no horizonte"
> *José Roberto Tadros*

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

	ago/24	jul/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice ago/24	Número índice jul/24	Número índice dez/23	Número índice ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público / Fluxos acumulados em 12 meses	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**jun/23 Valor**	**jun/23 % do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

INÊS 249

Entrevista Prefeito, que busca a reeleição, sustenta aliança com o bolsonarismo e promete investimento

‘Finanças públicas são o tema em que mais me especializei’, diz Ricardo Nunes

Cristiane Agostine, Fernanda Godoy e Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

No comando da Prefeitura de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) redobra sua aposta na aliança com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para disputar a reeleição. A pouco mais de um mês para a disputa, Nunes perdeu espaço no campo bolsonarista e viu parte dos apoiadores do ex-presidente e do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), migrar para a candidatura do “influencer” Pablo Marçal (PRTB), com quem aparece empatado nas pesquisas mais recentes de intenção de voto.

Mais do que a aliança eleitoral, o prefeito ressalta afinidades com Bolsonaro — que indicou o vice em sua chapa, Mello Araújo (PL). Nunes diz que participará do 7 de Setembro organizado por bolsonaristas (contra o ministro Alexandre de Moraes), do Supremo tribunal Federal e elogia a atuação do ex-presidente na pandemia.

Em entrevista concedida ao **Valor** nesta terça-feira (27) , o prefeito promete, se reeleito, ações para melhorar a segurança, como o aumento de câmeras de fiscalização e da tropa da Guarda Civil Metropolitana. Nunes destaca a gestão financeira, na qual diz ter se especializado, e o aumento da capacidade de investimento de São Paulo. Esta é a segunda de uma série de entrevistas com os candidatos à prefeitura paulistana mais bem posicionados nas pesquisas.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Ricardo Nunes: o prefeito, que concorre à reeleição em coligação de 12 partidos, define o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro como muito importante

Valor: *Que avaliação o senhor faz da candidatura de Pablo Marçal e qual estratégia pretende usar para enfrentá-lo?*

Ricardo Nunes: Marçal é absolutamente irresponsável. A minha expectativa é que no decorrer da eleição, a imprensa e a população vão entender o nível de irresponsabilidade, de agressividade que ele tem. Não sei se ele é despreparado ou se coloca isso de uma forma até calculada, com ilusões, e tenta convencer o eleitor sem conhecimento que o que ele propõe é possível. Nunca vi um cara mentir tão compulsivamente e de forma tão descarada. Vou mostrar, no horário eleitoral, nos debates, nas entrevistas, que ele não está olhando por você. É um enganador.

Valor: *Apesar de o senhor o acusar de ser irresponsável e mentiroso, sua campanha não entrou com nenhuma ação contra a candidatura dele, nem contra abuso de poder econômico, tampouco pediu direito de resposta a afirmações que ele fez contra o senhor. O senhor teme perder a base dele?*

Nunes: Acredito nas instituições, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que consome um bom dinheiro dos nossos impostos e precisa fazer o papel dele.

Valor: *Mas o tribunal só se pronuncia mediante provocação e sua campanha não o provocou.*

Nunes: Está errado, o TRE tem que fazer. É uma instituição com uma estrutura gigantesca. Confio verdadeiramente.

Valor: *Marçal está tirando do senhor intenção de votos de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e do governador Tarcísio de Freitas. Como vai conter a perda de apoio?*

Nunes: A campanha tem fases. Vai chegar o momento em que as pessoas vão começar a entender qual é o candidato que tem condições de cuidar da cidade, do transporte, da saúde, educação e habitação. As pessoas estão impactadas por uma ação desonesta, de impacto de rede social, com cortes, que transmite uma mensagem que não é real. Ele não sabe nada da cidade, de responsabilidade fiscal, de receita corrente, de despesa corrente, não tem a mínima ideia do que é governar. Ficou milionário de forma muito rápida, e trata do negócio dele como se fosse um negócio da prefeitura, e não é.

> “O 8 de Janeiro (em Brasília) foi um ato lamentável de depredação do patrimônio público

Valor: *O senhor não foi ao último debate. Pretende ir aos próximos?*

Nunes: Minha sugestão é que tenha um juiz do TRE [presente no local do debate]. Quando tiver ali alguém que infringir as regras, o TRE tem que tomar a iniciativa. Não pode ser passivo. Quero participar de todos os debates.

Valor: *O senhor tinha o objetivo de ser a candidatura única da direita e fez o acordo com Bolsonaro. Mas o senhor costumava demonstrar resistência a ele e nunca se disse bolsonarista, mas sim ‘ricardista’. Agora, com uma outra candidatura forte desse campo, que tem atraído eleitores de Bolsonaro e do governador Tarcísio, o senhor se arrepende da aliança?*

Nunes: Não me arrependo, de forma nenhuma. É importante o apoio do Bolsonaro. A gente tinha a visão de ter o centro e a direita juntos contra a extrema esquerda. Eu já tinha uma gratidão pelo [ex] presidente Bolsonaro pelo atendimento que ele fez na cidade em 2021 [com a renegociação da dívida]. Estive com ele em julho de 2021 e, em dezembro, a gente assinou o acordo que resolveu um problema da cidade, de R$ 25 bilhões. Tenho gratidão. Bolsonaro já fez vídeo falando do que o candidato dele sou eu.

Valor: *Como o senhor define o que aconteceu no Brasil em 8 de janeiro de 2023?*

Nunes: Foi um ato lamentável de depredação de patrimônio público, como foi o do [Guilherme] Boulos em 23 de setembro de 2015 no Ministério da Fazenda, quando ele entrou e depredou patrimônio público. As pessoas têm que lembrar que quem depreda patrimônio público está cometendo crime.

Valor: *Então o senhor não enxerga uma tentativa de golpe de Estado? O Supremo está errado?*

Nunes: Eu não sou juiz para julgar o Supremo.

Valor: *O senhor já disse que pretende ir ao ato de 7 de Setembro, que é um ato contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, contra as instituições. Concorda com esse mote?*

Nunes: A democracia prevê a manifestação. Jamais terei posicionamento contrário às instituições, mas a democracia garante o direito de contestar e pedir um esclarecimento. Não é pouca coisa o que a “Folha de S.Paulo” trouxe [sobre decisões de Moraes]. É gravíssimo.

Valor: *O senhor vai discursar nesse ato?*

Nunes: Não sei nem se vou. Primeiro tenho que cumprir minhas funções como prefeito. Se o horário permitir, eu vou. Não tenho a intenção de falar.

Valor: *Que valores o aproximam de Bolsonaro?*

Nunes: A gestão Bolsonaro cuidou bem das finanças. Nos Correios, acabou com o déficit; também na Petrobras. A questão da liberdade econômica é algo que defendo. A forma como tratou a cidade, fiquei surpreso.

Valor: *Mesmo sem trazer vacina para cá em plena pandemia?*

Nunes: A vacina que eu tomei foi ele que mandou. A que você tomou, também.

Valor: *E o papel do ex-governador João Doria?*

Nunes: Quem comprou a vacina foi o governo federal.

Valor: *Bolsonaro disse que as pessoas virariam jacarés se tomassem a vacina e satirizou as mortes por Covid. Nada disso assustou o senhor?*

Nunes: Ganhamos o título de capital mundial da vacina. Não faltou enfermaria, não faltou UTI. Queria ser avaliado pelo que fiz e não pelo que outros fizeram.

Valor: *O senhor é a favor das câmeras nas fardas da Guarda Civil Metropolitana?*

Nunes: Uso o “Smart Sampa”, que espalha câmeras na cidade. São 20 mil câmeras que vão poder, inclusive, fiscalizar o crime e o comportamento dos GCMs. A quele recurso que teria para colocar as câmeras nos uniformes, vamos usar para ampliar as câmeras.

Valor: *Que outras propostas tem para melhorar a segurança e o ambiente de negócios?*

Nunes: Temos 15 mil câmeras, que serão 20 mil até o fim do ano. Pretendo ampliar mais 10 mil câmeras para melhorar a segurança. Aumentamos o efetivo da GCM e da Polícia Militar através da operação delegada. Só eu coloquei 4 mil homens a mais. São 2 mil da GCM, 2 mil da PM. Eu tinha 400 policiais militares na operação delegada, hoje tem 2.400 e fiz o concurso para mais 2 mil GCM. Dei aumento de 64% para todos na carreira inicial.

Valor: *O senhor tem investido na militarização dos guardas. A compra de fuzis triplicou nos últimos três anos. Vai ampliar a militarização? E vai aumentar a tropa?*

Nunes: Vou ampliar e muito. Na tropa vou colocar mais mil homens [totalizando 8 mil]. Custa R$ 110 milhões para cada mil homens. E vou valorizar.

Valor: *Na Cracolândia, o senhor já disse que quem reagisse às operações da GCM ia ‘tomar na testa’. O que pretende fazer para resolver o problema da Cracolândia?*

Nunes: Eu disse na testa? [sorri]. É um problema de 30 anos. Estamos no caminho certo. Em 2016 eram 4 mil usuários, hoje são 900. Ainda é muito, mas esse trabalho contínuo, com agente de saúde, de assistência social, tem resultados.

Valor: *O MP e as polícias fizeram uma grande operação na Cracolândia e identificaram a atuação de agentes da GCM em uma suposta milícia. Eles se tornaram réus. O que pretende fazer para evitar que essa milícia avance na gestão?*

> “Não tenho prerrogativa de quebrar sigilo. A prefeitura não tem condições de atuar numa investigação”

Nunes: Falar de milícia... Uma coisa é o Rio de Janeiro, que tem lá aquela coisa dentro da instituição. Aqui não tem isso. Pedi a prisão de um desses GCMs em julho, mas foi arquivado. Temos efetivo de 7 mil pessoas, e alguns se desviaram. Não podem manchar a reputação dos demais.

Valor: *Ainda em relação a investigações do MP, o senhor já pediu a apuração de empresas de ônibus suspeitas de ligação com o crime organizado. Em uma operação recente, foi identificada a atuação do PCC em duas empresas de ônibus, a UPBus e a Transwolff. A licitação com essas empresas é de 2019. Não havia suspeitas suficientes sobre essas empresas para romper o contrato? Pretende fazer nova licitação?*

Nunes: Se tiver comprovação, [o rompimento de contrato] vai ser no mesmo dia. A licitação de 2019 seguiu a lei, a Receita Federal emitiu atestado para essas empresas. O contrato está vigente. Como é que se rompe um contrato desse? Só se eu pagar indenização bilionária. E poderia talvez cometer alguma injustiça. Só [rompe] se tiver algo concreto. Tem uma investigação.

Valor: *O TSE e a Polícia Federal veem estas eleições como porta para o crime organizado tomar assento em prefeituras, em várias cidades. O que fará para evitar que atividades econômicas sejam dominadas pelo crime organizado?*

Nunes: Não tenho prerrogativa de fazer quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico. A prefeitura não tem condições de atuar numa investigação. Isso é atribuição da Polícia Civil e do Ministério Público, que podem identificar a atuação do crime organizado. O que tem da nossa parte é o reforço da nossa Controladoria.

Valor: *Saúde é uma das principais queixas da população. As filas de consultas e exames são enormes. Em junho, mais de 654 mil pessoas aguardavam uma consulta. Que medidas efetivas pretende tomar para melhorar esse problema?*

Nunes: Temos 30 hospitais e 17 hospitais-dia. Desses 17, 12 já estão desde o ano passado funcionando 24 horas fazendo cirurgias à noite. No ano passado foram 70 milhões de exames, 30 milhões de consultas. Temos 5,8 milhões de usuários do SUS na capital, um milhão a mais do que há oito, dez anos. Bruno Covas e eu abrimos 10 hospitais, eu abri 18 UPAs. A cidade chegou num patamar importante de saúde financeira. Se não tiver a saúde financeira, não vai ter saúde para nada, não vai ter hospital. E foi o que eu mais me especializei na minha vida pública, que foi como o vereador durante oito anos na comissão de Finanças, relatando o orçamento várias vezes. E aí me tornei um especialista na questão das finanças públicas e pude trazer esse conhecimento, já dando continuidade àquelas políticas públicas que o Bruno vinha desenvolvendo. A quantidade de concessões, as PPPs, as ações importantes de desestatização, assim a gente tira bastante peso do Estado e compartilha com o [setor] privado. O orçamento da saúde passou de R$ 10 bilhões em 2016 para R$ 20 bilhões. Tínhamos na saúde 80 mil, 81 mil colaboradores em 2016, e hoje são 118 mil. Esse investimento possibilitou diminuir a fila e vai continuar diminuindo.

Valor: *No transporte, pretende aumentar a tarifa de ônibus em 2025, se reeleito? E qual é o limite para o pagamento de subsídio?*

Nunes: Não tem limite. Pagamos R$ 750 milhões em subsídios para idosos, estudantes, pessoas com deficiência. A prefeitura paga. E o restante, por quê? Porque a tarifa era para ser R$ 8,40 e a gente tá mantendo a tarifa em R$ 4,40 para poder ter algumas ações de política pública. Não dá para ver isso só com uma questão tarifária, você precisa ver a questão do transporte coletivo como política pública, de mobilidade, né?

Valor: *Será possível manter o valor da tarifa em R$ 4,40?*

Nunes: Olha eu fiquei quatro anos mantendo. Sempre vou trabalhar muito (...) Se for possível manter, é o meu desejo. Agora, preciso chegar no final do ano e ver quanto é que eu tenho de projeção de arrecadação, quanto aumentou, qual vai ser o valor do diesel. Eu falo hoje assim ‘Ah, não vou aumentar’ ou ‘Vou aumentar’, vai ser só para uso eleitoral.

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.

Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.

Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

Eleições Assim como no Datafolha, pesquisa desta semana mostra crescimento expressivo de influenciador na disputa em São Paulo

Quaest traz empate técnico entre Boulos, Marçal e Nunes

Lilian Venturini
De São Paulo

A eleição pela Prefeitura de São Paulo continua indefinida, com três candidatos disputando a liderança. Pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira (28) indica situação de empate técnico entre o deputado Guilherme Boulos (Psol), o influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) e o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Boulos está numericamente à frente, com 22% das intenções de voto. Marçal e Nunes têm os mesmos 19%. Como a margem de erro é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos, a liderança segue indefinida, mas a pesquisa mostra avanço do candidato do PRTB sobre Nunes.

Na sequência está o apresentador José Luiz Datena (PSDB), com 12%. Ele fica em situação de empate técnico também com a deputada Tabata Amaral (PSB), que somou 8%. Depois estão a economista Marina Helena (Novo), com 3%, e Bebeto Haddad (DC), com 2%. Não pontuaram os candidatos João Pimenta (PCO), Ricardo Senese (UP) e Altino Prazeres (PSTU). Os indecisos são 8%. Responderam que pretendem anular ou votar em branco 7% dos entrevistados.

A pesquisa divulgada na quarta-feira é a primeira desde o início oficial da campanha, no dia 16. Embora os cenários não sejam diretamente comparáveis com sondagens anteriores feitas pelo instituto, já que os nomes testados não eram os mesmos, o novo levantamento mostra que Marçal cresceu na comparação com os números do fim de julho.

Há quatro semanas, o influenciador tinha 12% e agora alcançou 19%. Nunes oscilou um ponto para baixo (tinha 20%) e Boulos cresceu no limite da margem de erro (de 19% para 22%). Neste cenário, quem se saiu pior foi Datena, que perdeu 7 pontos (tinha 19% e caiu para 12%). Tabata também avançou 3 pontos.

A principal diferença entre os cenários de julho e agosto era o nome do deputado Kim Kataguiri, que pontuou 3%. Seu partido, o União Brasil, optou por não lançar candidatos e apoiar a campanha pela reeleição de Nunes.

Os resultados assemelham-se ao levantamento feito pelo Datafolha, divulgado na semana passada, que também indicou crescimento de Marçal e o empate técnico com Nunes e Boulos, este também numericamente à frente. Na sondagem foi possível observar o avanço do candidato do PRTB entre o eleitorado simpático ao governador paulista Tarcísio de Freitas (Republicanos) e ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que apoiam o atual prefeito.

Nos últimos dias, Tarcísio reforçou a participação em atos de campanha de Nunes, que também aposta no início do horário eleitoral no rádio e na TV, nesta sexta-feira (30), para alavancar seu nome. O prefeito tem a maior coligação da campanha, o que dará a ele também mais tempo de exposição. A participação de Bolsonaro na propaganda é outra aposta. Marçal não terá direito à propaganda eleitoral nesses meios porque seu partido não elegeu o número mínimo de deputados federais exigido pela legislação. O influenciador, no entanto, conta com o desempenho nas redes sociais.

A pesquisa Quaest foi encomendada pela TV Globo e entrevistou 1,2 mil eleitores entre domingo (25) e terça-feira (27). O protocolo na Justiça Eleitoral é SP-08379/2024.

O instituto testou possíveis cenários caso a eleição paulistana vá para o segundo turno. Boulos e Marçal ficariam empatados em 38%. Votos em branco e nulos somam 19% e os indecisos, 5%. Se a disputa fosse entre Boulos e Nunes, o atual prefeito seria reeleito com 46%, ante 33% de Boulos. Os indecisos são 4% e anulariam ou votariam em branco 17%.

Nunes também se sai melhor contra Marçal. O prefeito teve 47% nesse cenário, contra 26% do influenciador. Os votos em branco e nulos chegam a 21% e os indecisos a 6%.

1º turno em São Paulo
Pesquisa Quaest de intenção de votos para prefeitura (em %)

Candidato	%
Guilherme Boulos (Psol)	22
Pablo Marçal (PRTB)	19
Ricardo Nunes (MDB)	19
Datena (PSDB)	12
Tabata Amaral (PSB)	8
Marina Helena (Novo)	3
Bebeto Haddad (DC)	2
João Pimenta (PCO)	0
Ricardo Senese (UP)	0
Altino Prazeres (PSTU)	0
Indecisos	8
Em branco/nulo/não vai votar	7

Fonte: Pesquisa Quaest, encomendada pela TV Globo, divulgada em 28.ago., feita com 1.200 eleitores. Margem de erro de 3 pontos, e nível de confiança de 95%. Protocolo na Justiça Eleitoral SP-08379/2024

Voto lulista começa a se definir e divisão persiste no bolsonarismo

Análise

César Felício
Brasília

Os dados da nova pesquisa Quaest/TV Globo em São Paulo indicam que Guilherme Boulos (Psol) conseguiu reverter o leve declínio da rodada anterior ao tirar de José Luiz Datena (PSDB) intenções de voto dentro do eleitorado lulista e Pablo Marçal (PRTB) acelerou seu crescimento subtraindo na faixa bolsonarista adesões a Datena, em um primeiro plano, e do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em segundo.

Sangrando de um lado e do outro, o tucano virtualmente trocou de posição com Marçal. Em julho o candidato do PSDB estava empatado com Nunes e Boulos na liderança e Marçal vinha em quarto lugar. Agora é Marçal que empata com os dois primeiros e Datena desce de patamar. Foi Datena que registrou a maior variação percentual da pesquisa: tinha 19% no fim de julho e agora está com 12%.

Boulos é absolutamente dependente de uma nacionalização de disputa em São Paulo e do poder de transferência de votos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em 2022 teve 53,5% dos votos válidos e 39,4 % dos votos totais no segundo turno. Como o candidato do Psol no momento tem 44% do eleitorado que optou por Lula, está bem abaixo do seu potencial. Para se ter um parâmetro de comparação: em Porto Alegre, na pesquisa Quaest, Maria do Rosário (PT) ficou com 62% do voto lulista. Se por hipótese Boulos em São Paulo fosse tão identificado com Lula quanto Maria do Rosário é em Porto Alegre poderia estar com cerca de sete pontos percentuais a mais. No mês passado um em cada cinco eleitores paulistanos de Lula votavam em Datena. Agora são aproximadamente um em cada dez. Boulos tinha 36%. A estratégia do PT/Psol em transformar a eleição paulistana em um terceiro turno de 2022 parece começar a funcionar dentro da metade vermelha do eleitorado.

Marçal pulou de 13% para 19% das intenções de voto, salto semelhante ao já registrado em levantamentos anteriores. Sua estratégia disruptiva de marketing político se concentrou nas últimas semanas em uma espécie de tomada hostil do capital social da fábrica de votos Bolsonaro.

Seu crescimento parece mais concentrado na faixa azul do eleitorado paulistano, ligeiramente menor que a vermelha. Bolsonaro em 2022 teve 46,4 % dos votos válidos no segundo turno na capital paulista e 34,2% dos votos totais. Segundo a pesquisa, hoje 39% dos bolsonaristas querem Marçal e 33% Nunes. Um em cada seis bolsonaristas votavam em Datena. Agora um em cada dez. Nunes perdeu dois pontos percentuais no segmento, Marçal ganhou 11. A divisão do bolsonarismo naturalmente tira a potência de ambos.

> Datena perdeu votos de todos os lados e trocou virtualmente de posição com Marçal

Quando se destrincha a pesquisa em cruzamentos é possível diferenciar melhor o eleitorado de Marçal e Nunes nessa competição conservadora. Marçal é o mais forte entre os homens (27%) entre os evangélicos (27%) e os de educação entre fundamental e médio completo (22%) sendo estes os três únicos grupos em que lidera. No segmento entre 16 a 34 anos Marçal fica com 22%, cinco pontos percentuais atrás de Boulos, mas dez a mais que Nunes. O prefeito lidera acima de 60 anos (28%) e entre os católicos (22%). Entre os eleitores com ensino até o fundamental, Nunes tem 21% e Marçal 14%. Datena é o líder , com 23%. Nos demais segmentos Nunes e Marçal estão praticamente empatados. Ou seja, Marçal concentra um perfil de eleitor semelhante ao que Bolsonaro tinha no início da sua corrida eleitoral para a presidência, em 2018.

O melhor resultado na pesquisa para o nome do PRTB veio da simulação de segundo turno. Ele antes perdia para Boulos nesta simulação, por quatro pontos percentuais. Agora empata. É um sinal que o bombardeio da concorrência para elevar a rejeição a Marçal tem sido menos eficiente que o bombardeio de Marçal a Nunes para elevar a rejeição a Boulos.

Ricardo Nunes vive no momento o dilema do meio-termo. Ainda que tenha o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro, o eleitor paulistano insiste em colocá-lo onde o emedebista sempre esteve antes, no centro político. Em um segundo turno ganha de lavada contra Boulos ou Marçal. Ficou difícil para ele, contudo, chegar lá.

Ele conta, entretanto, com duas armas que a concorrência não possui: um enorme manancial de comerciais de TV que irá ao ar a partir dessa semana, com o início do horário eleitoral gratuito, e a caneta cheia na mão, o uso da máquina. O apoio de Bolsonaro, outra arma, é uma variável que ele controla menos. O ex-presidente parece hesitar em entrar de cabeça na campanha de Nunes, uma vez que está claro que sua base de apoiadores talvez não atenda a esse comando. Se Marçal se consolidar em segundo, Bolsonaro pode avaliar que uma adesão tardia ao seu potencial rival na direita é menos perigosa do que dividir seu campo agora.

Tabata Amaral impressionou pela contundência com que atacou Nunes e Marçal nos debates e em sua propaganda nas redes sociais. A campanha negativa contra os adversários de direita deu um norte para a deputada na corrida eleitoral, onde ela parecia não encontrar onde se encaixar, mas isso ainda não se reverteu em intenção de votos. Ela segue estagnada.

Ameaça de debandada na campanha do MDB gera reação de siglas

Lucas Ferraz
De São Paulo

O anunciado movimento de debandada de bolsonaristas da campanha do prefeito e candidato à reeleição Ricardo Nunes (MDB) tenta ser contido pelas lideranças dos 12 partidos que integram a coligação governista, que apostam no início do horário eleitoral gratuito, a partir desta sexta-feira, para uma tentativa de normalização.

Diante do crescimento de Pablo Marçal (PRTB), em especial no eleitorado de direita almejado por Nunes, alguns candidatos a vereadores da coligação do prefeito já debandaram para o rival.

Um dos episódios foi com a pivô da crise recente na campanha de Nunes, quando se conheceu a divulgação de um vídeo do prefeito pedindo apoio à ex-deputada federal Joice Hasselmann (Podemos), candidata a vereadora e adversária do clã Bolsonaro, que reagiu ao conteúdo. Foi por causa desse episódio que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) declarou que Nunes "não era seu candidato dos sonhos" e elogiou Marçal.

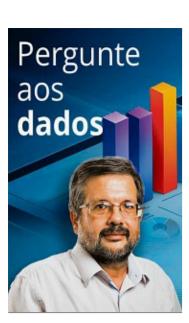
Após as arestas serem finalmente aparadas, Hasselmann afirmou nesta semana que não apoia mais o prefeito e pediu voto no candidato do PRTB. Outro correligionário dela, Daniel José, que também disputa uma vaga na Câmara Municipal, tomou o mesmo caminho, o que gerou reação do Podemos.

O partido anunciou que não dará mais tempo na propaganda gratuita na TV e no rádio e não vai repassar recursos do fundo partidário para os desertores. A direção nacional do Podemos já repassou R$ 3 milhões à campanha de Ricardo Nunes.

"O partido não irá fornecer materiais sem o majoritário a esses candidatos. Também não vai conceder tempo de rádio e TV nem mais recursos àqueles que não seguirem o que foi votado e aprovado em convenção", ressaltou a legenda em nota.

A ameaça de debandada na coligação continua, mas por ora foi contida pelo resultado da última pesquisa Quaest. A entrada mais incisiva do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) na campanha de Nunes, como se viu nos últimos dois dias, é um fator considerado positivo para tentar conter os dissidentes.

Mas chamou atenção o convite feito pelo próprio Bolsonaro para o ato em defesa de sua anistia em São Paulo no dia 7 de setembro, em que ele abre brecha para a presença de Marçal — Ricardo Nunes disse que queria ir. "Como um candidato a prefeito da capital queria aparecer, nós autorizamos. Assim como qualquer outro candidato a prefeito da capital está autorizado a subir no carro de som também", disse.

"Ganhando ou perdendo, e o vejo como perdedor, Marçal vai infernizar o Bolsonaro", afirmou o vereador Milton Leite (União Brasil), cujo partido, antes de oficializar o apoio a Nunes, chegou a flertar com o projeto Pablo Marçal.

César Felício

Eleições tendem a reforçar controle da Câmara pelo Centrão

Eleições para a Câmara dos Deputados e para as prefeituras se retroalimentam, recebendo e passando influência, em uma proporção que não é possível captar quando se olha exceções à regra, como é o caso de São Paulo. Na capital paulistana desenha-se um segundo turno entre candidatos de dois extremos ideológicos, o que definitivamente não é o caso do Brasil como um todo. O Brasil consolida-se como a pátria do Centrão e, para se ter ideia, basta ver que os 11 maiores partidos atualmente representados na Câmara são os 11 que mais lançaram candidatos no país.

Sete partidos lançaram candidatos em mais de 1 mil municípios, o que significa que têm representantes em pelo menos uma a cada cinco cidades. São MDB, PSD, PL, PP, PT, União Brasil e Republicanos. Em um segundo pelotão, outros quatro partidos garantem um candidato pelo menos a cada dez prefeituras: PSB, PSDB, PDT e Podemos. O levantamento foi feito com base em dados do TSE pela Action Relações Governamentais, uma empresa de consultoria.

Quem lança mais candidatos conta com mais chance de fazer prefeituras ou, ainda que não lidere o ranking em número, já dá uma demonstração que tem musculatura para campanhas maiores. Estes 11 são os partidos que têm capilaridade nacional e que contam com alguma chance de sobreviver à cláusula de barreira de 2026, de 2,5%. Nada menos que 24 dos 26 governadores pertencem a esse grupo. A única exceção é Romeu Zema, de Minas Gerais, integrante do Novo, e Clécio Luís, do Solidariedade do Amapá. É possível que o Novo repita a façanha de 2018 e 2022 e eleja algum governador, mas não elegerá, como não elegeu, uma bancada parlamentar expressiva.

Guilherme Boulos ou Pablo Marçal podem até se eleger prefeito de São Paulo, mas para governar terão que se apoiar em um ou mais partidos desse grupo. A relação de candidatos a vereador não destoa muito do padrão para as prefeituras. Os partidos com mais candidatos a vereadores são da mesma lista. Apenas partidos desse grupo lançaram mais de 20 mil candidatos a vereador.

A proibição de coligações proporcionais, a dificuldade de se fazer quociente eleitoral para garantir uma cadeira nas câmaras de vereadores e a imposição de cláusula de barreira já enxugaram o número de candidatos nas eleições municipais do país, o menor desde 2008, tema de outra coluna Pergunte aos Dados.

Também já diminuiu a diversidade dentro dos legislativos municipais. Levantamento feito pelo professor Murilo Medeiros, da UnB, constatou que nas capitais havia 17 partidos em média nas câmaras de vereadores no momento da posse das atuais composições, em fevereiro de 2021. Hoje a média caiu para 12, sendo que em algumas capitais a redução foi drástica. Em Palmas e Porto Velho, por exemplo, a média caiu de 14 para 7 partidos.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Os partidos com mais candidatos a prefeito no Brasil

Os onze partidos que mais lançaram candidatos são os onze maiores na Câmara dos Deputados

	Norte	Centro-Oeste	Nordeste	Sudeste	Sul	Nacional
MDB	211	150	607	429	527	**1.924**
PSD	89	40	542	687	381	**1.739**
PL	106	166	234	547	444	**1.497**
PP	137	89	420	347	502	**1.496**
PT (*)	78	69	520	394	325	**1.386**
União Brasil	199	243	338	341	157	**1.278**
Republicanos	140	58	343	464	98	**1.103**
PSB	26	50	439	205	87	**807**
PSDB (*)	36	123	190	208	156	**713**
PDT	60	41	172	162	186	**621**
Podemos	56	37	153	210	74	**530**

Fonte Action Consultoria/TSE. (*) Sem contar partidos federados

Eleições Prefeito tem vantagem de mais de 50 pontos em relação a adversários, aponta Quaest

Paes lidera corrida à Prefeitura do Rio com 60%, diz pesquisa

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), tem 60% das intenções de voto e mantém franca liderança na corrida ao Executivo carioca, conforme aponta pesquisa Quaest divulgada na quarta-feira (28).

Paes tem uma diferença de mais de 50 pontos em relação a seus dois principais adversários, os deputados federais Alexandre Ramagem (PL) e Tarcísio Motta (Psol), que estão empatados dentro da margem de erro. O primeiro aparece numericamente à frente, com 9% da preferência dos votos. O segundo tem 5%.

A pesquisa, contratada pela TV Globo, entrevistou 1.140 eleitores do Rio de Janeiro entre os dias 25 e 27 deste mês. A margem de erro é de 3 pontos percentuais, para cima ou para baixo. O levantamento foi registrado na Justiça Eleitoral com o número RJ-08084/2024.

Em comparação à última pesquisa do instituto, divulgada em 24 de julho, Paes teve um crescimento de 11 pontos percentuais. No mês passado, 49% dos entrevistados disseram que vão votar no prefeito. Já a preferência por Ramagem diminuiu. Antes, ele tinha 13% das intenções de voto, uma redução de 4 pontos percentuais. Também diminuiu a preferência por Tarcísio, que oscilou negativamente dentro da margem de erro, indo de 9% a 5%.

Se o prefeito conseguir nas urnas essa tendência medida nas pesquisas, ele pode ser reeleito ainda em primeiro turno, marcado para 6 de outubro.

Os demais candidatos aparecem na seguinte ordem: Cyro Garcia (PSTU), tem 3% das intenções de voto; Rodrigo Amorim (União Brasil), Marcelo Queiroz (PP), Juliete Pantoja (Unidade Popular) e Carol Sponza (Novo) têm 1% cada. Henrique Simonard (PCO) não atingiu 1 ponto percentual. Indecisos são 6% dos entrevistados, enquanto os votos em branco e nulos somam 13%.

Paes também mantém a liderança na pesquisa espontânea, em que não são mostrados aos entrevistados os nomes dos candidatos. Nessa metodologia, o atual prefeito tem 26% das intenções de voto.

Em segundo lugar está Ramagem, com 5%. Tarcísio Motta tem 1%. Os demais candidatos não chegaram a 1 ponto percentual. Votariam em branco ou anulariam 3%.

O levantamento mostra que o número de indecisos ainda é alto, 65%. Esse panorama poderá mudar, contudo, com o horário eleitoral gratuito, que se inicia nesta sexta-feira (30).

A pesquisa também mediu o grau de conhecimento dos eleitores em relação aos candidatos. Paes também continua na frente, sendo conhecido por 69% dos entrevistados. Em segundo lugar está Tarcísio, com taxa de conhecimento de 20%. Nesse rol, Ramagem aparece em quarto lugar, com 16%.

Já em relação à rejeição, quem tem o maior percentual é Cyro Garcia, com 43%. Tarcísio aparece em segundo, com 38%, seguido de Ramagem, com 27%.

A rejeição de Paes somou 26%. O governo do prefeito é avaliado de forma positiva por 51% dos eleitores, e negativa por 13%. Outros 34% responderam que avaliam como regular o atual mandato do prefeito, enquanto 2% não responderam ou não souberam responder.

A pesquisa também mediu como o apoio dos padrinhos políticos pode influenciar a disputa. Entre os entrevistados, 19% afirmaram que votariam no candidato apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), enquanto 77% afirmaram que não votariam. O petista apoia Paes.

Já sobre Jair Bolsonaro (PL), 26% afirmaram que votariam no candidato apoiado por ele, e 69% não votariam. O ex-presidente apoia Ramagem no Rio.

INÊS 249

Judiciário Mesa de negociação foi a segunda tentativa de discutir a validade do marco temporal

Indígenas abandonam reunião de conciliação

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) decidiu deixar a mesa de negociação aberta pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir a validade do marco temporal para a demarcação de terras.

O anúncio foi feito já no início da reunião de conciliação realizada na quarta-feira (28), a segunda do grupo. Mesmo diante de apelos para que eles permanecessem na negociação, os representantes dos povos tradicionais deixaram o plenário, entoando gritos de protestos.

Após a decisão, o secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas, Eloy Terena, pediu para que a audiência fosse suspensa, mas a medida não foi acatada pelo juiz auxiliar do gabinete de Gilmar, Diego Viegas, responsável por conduzir as negociações. Uma nova reunião foi marcada para 9 de setembro.

O marco temporal determina que só podem ser demarcadas terras que já eram ocupadas pelos povos indígenas na data de promulgação da Constituição de 1988. Em setembro de 2023, o Supremo decidiu derrubar essa tese, impondo uma derrota aos ruralistas.

Como reação, o Congresso aprovou uma lei no sentido contrário. Diante desse impasse, ações para suspender a norma chegaram ao Supremo. Foi a partir desses processos que Gilmar Mendes decidiu instalar a mesa de conciliação.

Ao anunciar a decisão de se retirar do debate, a Apib defendeu que a negociação em torno do tema vai resultar em "graves violações" aos direitos dos povos indígenas. "É absolutamente inadmissível uma audiência de conciliação que não reforce o papel do STF na proteção de direitos minoritários", disse a advogada Eloísa Machado, que representa a entidade.

Um dos pontos levantados pelos indígenas foi o fato de Gilmar não suspender a lei aprovada pelo Congresso, já que o STF declarou a tese do marco temporal inconstitucional. "A gente está falando de uma lei que afeta, todos os dias, os corpos e as vidas dos povos indígenas. Hoje estão ocorrendo conflitos nos territórios em razão dos efeitos dessa lei. E essa lei tem impedido a União de promover a correta demarcação de terras", afirmou a representante da entidade.

A reunião já começou em clima tenso, com o juiz do gabinete de Gilmar avisando que ninguém era "insubstituível" e que a ordem do ministro era para que a mesa de conciliação continuasse, independentemente da decisão da entidade. "As entidades serão substituídas caso abandonem a mesa de negociação. Ninguém é insubstituível. Isso aqui é uma oportunidade para as pessoas sentarem e conversarem", disse Viegas.

Também presente no encontro, o advogado-geral da União, Jorge Messias, pediu para que os indígenas ao menos acompanhassem a reunião dessa quarta-feira, para depois tomarem uma decisão. O apelo, no entanto, não surtiu efeito. Messias defendeu que era preciso focar em temas em que fosse possível chegar a um consenso. Para o advogado-geral da União, a participação dos representantes indígenas é essencial no debate. "O meu apelo é pelo diálogo."

Em uma fala feita depois de os indígenas deixarem o STF, Viegas afirmou que a pergunta que Gilmar quer que seja feita pelos integrantes da comissão é se faz sentido repetir os mesmos erros do passado ou se é necessário pensar novas formas para resolver o problema.

"A visão do ministro é que nós devemos deixar de lado a discussão jurídica [sobre a constitucionalidade do marco temporal], e partir para o que importa na vida das pessoas. O que importa para os indígenas é ter as terras reconhecidas. O que importa para os produtores rurais é terem a sua propriedade e não terem nenhum tipo de conflito no campo", disse.

Viegas apontou que a ideia do ministro é fazer um levantamento completo de quanto custaria para demarcar todas as terras indígenas do país e tentar encontrar uma solução econômica para isso. Ele, inclusive, anunciou que um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passaria a fazer parte do grupo por esse motivo.

"Esqueçamos um pouco a discussão jurídica. Qual é o problema que nós temos hoje no campo? Quantas terras? Qual o valor? Onde está acontecendo conflito? De quanto nós estamos falando? Quanto de terra? Quanto de dinheiro?", explicou.

O juiz afirmou que o Poder Executivo precisa apresentar um "cronograma" para as demarcações. Um dos pontos que precisa ser discutido são as indenizações que devem ser pagas aos produtores que precisarem deixar suas terras.

Viegas, no entanto, lembrou que o Supremo já declarou o marco temporal inconstitucional. "Para o STF, a posição que resguarda melhor os interesse de todos, seja indígena e não indígena, é a não existência do marco temporal."

GUSTAVO MORENO/STF

Conciliação no STF: indígenas anunciaram que deixariam a reunião logo após o início, entoando gritos de protesto

Licitação feita pela Secom pode ser revogada

Andrea Jubé e Fabio Murakawa
De Brasília

O governo discute, internamente, revogar a licitação de quase R$ 200 milhões realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) para contratação de empresas que atuarão na comunicação digital. Em julho, uma liminar do Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a tramitação do processo licitatório diante da suspeita de fraudes na disputa.

O tema voltou a ser debatido em reunião, na noite de terça-feira (27), com a participação de ministros no Palácio do Planalto. O **Valor** apurou que avançou entre auxiliares presidenciais a percepção de que antecipar-se ao órgão fiscalizador e revogar a licitação representaria um desgaste político menor do que ter de cumprir uma eventual determinação final do TCU nesse sentido.

A tendência majoritária no governo é pela anulação da concorrência, mas ainda há resistências a esse movimento. Fontes do governo relataram ao **Valor** que auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão tentando "medir a temperatura" entre ministros do TCU antes de bater o martelo, mas uma decisão deve ser tomada até a semana que vem. Procurada, a Secom informou que não há definição no governo sobre este assunto.

No dia 10 de julho, o ministro do TCU Aroldo Cedraz suspendeu, em medida liminar, a tramitação da licitação, acolhendo pedido do Ministério Público de Contas, que alegou a ocorrência de fraudes, como a violação do sigilo do processo. Em seguida, a liminar foi confirmada, à unanimidade, pelos nove ministros do tribunal.

O **Valor** ouviu fontes do TCU que confirmaram que chegou ao tribunal a informação de que a tendência no governo seria pela anulação da licitação. Isso porque o sentimento entre ministros da Corte é de que, dificilmente, a decisão liminar de Cedraz será revertida no julgamento final. Primeiro, porque já foi confirmada pelo plenário, sem nenhum voto contrário. Além disso, o parecer da área técnica alinhou-se aos argumentos do Ministério Público sobre a ocorrência de irregularidades.

Essa concorrência visa a contratação de quatro empresas para atuar na comunicação digital do governo no valor de R$ 197 milhões. Desde o ano passado, a Secom planejava essa licitação, já que o governo recebe críticas, especialmente da militância petista, de que precisa ter mais presença nas redes sociais — território onde adversários como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) são hegemônicos.

Atualmente, a Secom mantém contrato com quatro empresas que desenvolvem campanhas publicitárias para divulgar ações do governo nas mídias tradicionais, sem foco específico nas plataformas digitais.

sabesp

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
Companhia Aberta
CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - NIRE 35300016831

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp ("Companhia"), nos termos do disposto no artigo 9º, parágrafo 1º, do Estatuto Social, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** ("AGE" ou "Assembleia") da Companhia, com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a ser realizada no dia **27 de setembro de 2024, às 11 horas**, **de modo exclusivamente digital**, por meio da Plataforma Ten Meetings, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, em linha com o artigo 12 do Estatuto Social, para um mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição.

II. Deliberar sobre o enquadramento de membros independentes do Conselho de Administração às regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e na Resolução CVM nº 80/2022.

III. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia, em linha com o artigo 26 do Estatuto Social, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

Informações aos Acionistas:

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM 81/22, sendo permitido aos Acionistas participar (i) pessoalmente ou se fazendo representar por procurador, via sistema eletrônico no momento da realização da AGE, ou (ii) mediante o envio de instrução de voto previamente à realização da AGE, via Boletim de Voto à Distância ("BVD"). Em razão da limitação do exercício do direito de voto previsto no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita que os acionistas informem à Companhia, até às 11h do dia 25 de setembro de 2024, se pertencem a "Grupo de Acionistas" (conforme tal termo é definido no artigo 6º do Estatuto Social da Companhia), e sinalizem quais outros acionistas também são membros do referido "Grupo de Acionistas", a fim de que a Companhia possa dar cumprimento à limitação de voto prevista no artigo 6º do Estatuto Social. Os acionistas que não se enquadrarem nas situações jurídicas contempladas no referido artigo do Estatuto Social não precisarão enviar a comunicação à Companhia, e a Companhia considerará que tais acionistas afirmam que não pertencem a qualquer "Grupo de Acionistas" e que se responsabilizam por tal afirmação. A comunicação mencionada acima deverá ser enviada aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores através do e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br. As regras e os procedimentos para participação dos acionistas na Assembleia encontram-se detalhados no Manual de Participação na Assembleia, e as informações a respeito das matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se detalhadas na Proposta da Administração, ambas disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.sabesp.com.br/), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

I. Participação por meio da plataforma eletrônica

Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão realizar o pré-cadastro na Plataforma Ten Meetings no seguinte link https://assembleia.ten.com.br/031616910, até às 11h do dia 25 de setembro de 2024, selecionando a opção "Cadastrar" e realizando o upload dos documentos detalhados abaixo:

• Documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas no Brasil) do acionista ou, caso seja representado, do seu representante legal;

• Extrato expedido pela instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou pela instituição custodiante, com a quantidade de ações que constavam como titulares, com prazo não superior a 3 (três) dias úteis antes da realização do seu credenciamento para participação na Assembleia Gerais; e, adicionalmente,

• Para acionistas fundos de investimentos: cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida);

• Para acionistas pessoas jurídicas: cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (eleição de administradores e/ou procuração, sendo que em caso de participação por procuração a firma do outorgante não precisará estar reconhecida).

Caso deseje ser representado por procurador, o acionista deverá cadastrar na Plataforma Digital, além dos documentos indicados acima, o competente instrumento de mandato, nos termos da lei e do Manual de Participação na Assembleia.

Destaca-se que os dados pessoais e documentos solicitados para credenciamento e participação na Assembleia serão utilizados exclusivamente para esta finalidade e seu tratamento é justificado nos termos do art. 7º, II, Lei nº 13.709/2018 (cumprimento de obrigação legal), com fundamento na Lei das S.A. e normas correlatas.

Após a análise e validação da documentação, o Acionista ou seu representante receberá a confirmação do cadastro na Plataforma Digital por e-mail. O acesso à AGE será restrito ao Acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem dentro do prazo, os quais receberão convite individual com instruções específicas para acesso à plataforma digital.

II. Participação por meio do BVD

Caso o Acionista opte por participar da AGE por meio de boletim de voto a distância, o Acionista deverá (a) enviar instruções de preenchimento do BVD para prestadores de serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de tal documento (agentes de custódia ou escriturador das ações de emissão da Companhia), desde que referidas instruções sejam recebidas no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia; (b) encaminhar o BVD diretamente à Companhia; ou (c) transmitir as instruções de voto via plataforma digital da Ten Meetings (por meio do link https://assembleia.ten.com.br/031616910, na aba específica denominada "BVD", desde que, em qualquer caso, as instruções sejam recebidas em até 7 (sete) dias antes da data da AGE (i.e. 20 de setembro de 2024), observado que eventuais BVD recebidos pela Companhia após esse prazo serão desconsiderados.

O envio do BVD ao custodiante ou ao escriturador deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados por estes prestadores de serviços. Os BVD enviados diretamente à Companhia – (i) via postal, para a Rua Costa Carvalho, nº 300, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores); (ii) via e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br; ou (iii) via Plataforma Ten Meetings, por meio do link https://assembleia.ten.com.br/031616910 - deverão estar acompanhados da documentação indicada no item I acima e detalhada no Manual de Participação na Assembleia.

O Acionista que enviar o BVD poderá participar da Assembleia por meio da plataforma digital. No entanto, caso este Acionista exerça o direito de voto em tempo real na respectiva Assembleia, o seu BVD será integralmente desconsiderado e os votos proferidos durante a Assembleia serão considerados válidos.

III. Pedidos de Voto Múltiplo

Para requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição de membros do Conselho de Administração, em linha com a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, os requerentes deverão representar, no mínimo 5% do capital votante da Companhia e poderão exercer esta faculdade até 48 horas antes da Assembleia mediante envio de correspondência aos cuidados da Superintendência de Relações com Investidores (i) entregue na sede social da Companhia, à Rua Costa Carvalho, 300 – São Paulo – SP – CEP 05429-900 ou (ii) enviada para o e-mail sabesp.ri@sabesp.com.br.

A Companhia reforça a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais Acionistas, nacionais e estrangeiros.

São Paulo, 26 de agosto de 2024.
Karla Bertocco Trindade
Presidente do Conselho de Administração

enel

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 29 dias do mês de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), localizada na Av. das Nações Unidas, 14401, 17º ao 23º and., conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença do acionista representando a integralidade do capital social votante da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Ana Claudia Gonçalves Rebello e secretariados pela Sra. Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Eleição, para substituição, de 2 (dois) membros pelo acionista controlador para integrar o Conselho de Administração no curso do mandato. **5. Deliberações:** Após análise da matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado, pelo acionista único presente, o que se segue: 5.1. Quanto ao item único da Ordem do Dia, foi aprovada a eleição dos Srs. **Damian Popolo**, italiano, casado, administrador, portador do RNE nº V652321-K, expedido pela Polícia Federal, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.551.418-85, com domicílio profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000 e **Marco Fadda**, italiano, casado, administrador, portador do passaporte italiano nº YA7288871, residente e domiciliado na Rua Manlio di Veroli, nº 3, 00199, Roma, Itália, para integrar o Conselho de Administração da Companhia, em substituição, respectivamente, aos Srs. Guilherme Gomes Lencastre e Gino Celentano, que apresentaram suas renúncias nesta data e assumirão novos desafios no grupo Enel. 5.2. Os Conselheiros ora eleitos tomarão posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76 e terão mandato coincidente com os demais membros do Conselho de Administração, ou seja, até a assembleia geral ordinária que vier a ocorrer em abril de 2025. Os Conselheiros ora eleitos declararam que não estão incursos em quaisquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade empresária. 5.1.2. Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foi recebida a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo Presidente da Assembleia, pelo Acionista e pela Secretária, ficando autorizada a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 29 de maio de 2024. **Mesa:** Ana Claudia Gonçalves Rebello - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **Acionista Presente:** Enel Brasil S.A. - Maria Eduarda Fischer Alcure - Procuradora. **JUCESP** nº 260.250/24-7 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

enel

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de maio de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de maio de 2024, às 14:00 horas, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14401, 17º ao 23º andar, conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração, conforme se verifica pelas assinaturas ao final desta ata. Presentes, ainda, os Srs. Guilherme Gomes Lencastre e Max Xavier Lins. **3. Mesa:** Presidente: Britaldo Pedrosa Soares; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia: (i)** Alterações na composição do Conselho de Administração; e **(ii)** Substituição de 1 (um) membro da Diretoria Executiva. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: 5.1. Quanto ao item (i) da Ordem do Dia, inicialmente, presente à reunião o Sr. **Guilherme Gomes Lencastre,** brasileiro, casado, engenheiro de produção/civil, portador da carteira de identidade nº 12253322-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 045.340.147-32, com domicílio profissional na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, para informar que apresentou carta de renúncia aos cargos de membro e Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração tomaram ciência da renúncia e, em cumprimento ao artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, nomearam o recém-eleito membro do Conselho de Administração, o Sr. **Damian Popolo**, italiano, casado, administrador, portador do RNE nº V652321-K, expedido pela Polícia Federal, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.551.418-85, com domicílio profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, como Presidente do Conselho de Administração, até o final do mandato, ou seja, até a assembleia geral ordinária que vier a ocorrer em abril de 2025. 5.2. Quanto ao item (ii) da Ordem do Dia, presente à reunião o Sr. **Max Xavier Lins**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1744478, expedida pela SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 350.048.004-72, com endereço profissional na Av. das Nações Unidas, 14401, 23º andar, conjunto 231, Torre B1, Aroeira, Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000, para informar que apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente da Companhia. Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração tomaram ciência da renúncia e, em cumprimento ao artigo 11 (k) do Estatuto Social da Companhia, foi deliberada a eleição do Sr. **Guilherme Gomes Lencastre**, acima qualificado, para o referido cargo de Diretor Presidente da Companhia. 5.2.1. O Diretor ora eleito tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76 e terá mandato coincidente com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 24 de fevereiro de 2025. O Diretor ora eleito declara, desde já, não está incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. 5.2.2. Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foi recebida a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2.3. Consignar que, salvo com relação a fraudes e atos dolosos, a Companhia, dá quitação plena e irrevogável ao Sr. Max Xavier Lins, por todos os atos de sua gestão, comprometendo-se a mantê-lo livre e indene de, por exemplo, quaisquer reclamações, ônus ou gravames decorrentes de quaisquer atos, fatos ou eventos praticados ou ocorridos durante o período de sua gestão, e a promover as respectivas defesas, arcando com todos os custos da mesma, qualquer que seja sua natureza, inclusive de contratação de advogados. 5.2.4. Os Conselheiros manifestaram os votos de agradecimento pelas valiosas contribuições realizadas pelos Srs. Guilherme Gomes Lencastre, enquanto Presidente deste Conselho de Administração, e Max Xavier Lins, durante seu mandato como Diretor Presidente. Max Lins seguirá no Grupo Enel com novos desafios. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas**: **Mesa**: Britaldo Pedrosa Soares, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração**: Britaldo Pedrosa Soares, Antonio Scala, Damian Popolo, Marco Fadda, Mario Fernando de Melo Santos, Ana Claudia Gonçalves Rebello e Alexandre Meduneckas. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 29 de maio de 2024. **Mesa**: Britaldo Pedrosa Soares - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **JUCESP** nº 260.247/24-8 em 03/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Empresários entre o horror e o inevitável em São Paulo

Maria Cristina Fernandes

Sondado por um amigo comum para uma conversa com Pablo Marçal, um banqueiro despistou. "Cê tá louco? Ele vai sair por aí dizendo que falou comigo". Um grande investidor paulistano, com negócios imobiliários em Goiás, de onde Marçal foi exportado para São Paulo, recebeu a mesma sondagem e caiu fora.

No meio empresarial e financeiro, este tem sido o comportamento padrão em relação ao candidato do PRTB à Prefeitura de São Paulo. Pelo menos até 6 de outubro. Num segundo turno contra Guilherme Boulos (Psol), cenário no qual a pesquisa Quaest desta quarta sugere um rigoroso empate, a coisa muda de figura.

O horror cede lugar ao inevitável. Com PCC, com tudo. Em dois grupos diferentes de WhatsApp de investidores, a vitória do candidato do Psol aparece como a única situação que os levaria a optar por Marçal, como um dia o fizeram, de maneira menos titubeante, por Jair Bolsonaro contra o lulismo.

Os empresários que orbitam em torno de Marçal ainda são predominantemente do marketing digital e startups financeiras, mas essas bolhas já começam a se expandir. Na noite do sábado, Samuel Pereira, um empresário do marketing digital, reuniu em sua casa em Alphaville um grupo de amigos em torno do candidato do PRTB.

Entre aqueles 11 homens brancos, regados a Rosso di Montalcino 2019 — Biondi Santi, havia um de fora da bolha, José Janguiê Diniz, fundador do Ser Educacional. Um dos grupos que mais se expandiram com o Fies e o Prouni dos governos petistas, abriu capital na B3. Janguiê joga em todas as posições.

Estreitou relações com administrações de centro-esquerda, como a Prefeitura do Recife, com a qual tem parceria de formação profissional, e comprou, por R$ 27,5 milhões, no leilão da massa falida do Banco Santos, a mansão do Morumbi, zona sul de São Paulo, do ex-banqueiro Edemar Cid Ferreira. Com os cotovelos sobre a mesa, Janguiê gravou mensagem de apoio a Marçal, assim como os demais comensais, em vídeo que circula nas redes sociais em que todos fazem o "M" com os dedos apontados para baixo.

Não é o único de fora da bolha. Na lista de doadores oficiais da campanha de Marçal, está Helio Seibel, da HS Investimentos, com participações em grandes empresas do país, como a Dexco (Duratex, Deca, Hydra), Leo Madeiras, Loggi e Apolo Energia.

No registro oficial, Seibel doou R$ 100 mil, o mesmo que o empresário goiano Helvio Paulo Ferro Filho. Cada um deles doou tanto para Marçal quanto Arminio Fraga o fez para a candidata do PSB, Tabata Amaral. Marçal arrecadou, até o momento, R$ 944 mil, quatro vezes mais que Tabata. Dos cinco primeiros colocados nas pesquisas, são os únicos com registro de doações no TSE.

A lista de mais de 1 mil doadores de Marçal, com valores de R$ 500 a R$ 1 mil, é um cartão de visita para o discurso do empreendedorismo que entusiasma dois simpatizantes, Rafael Ferri e Tallis Gomes.

Ferri ganhou fama ao colocar uma escultura de Paulo Guedes na entrada da empresa da qual era sócio, a TC, na avenida Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Depois de vender sua participação nesta empresa, abriu uma assessoria de investimentos, a GTF Capital, que presta consultoria patrimonial a clientes da corretora Genial. Já Gomes, fundador da Easy Taxi e da Singu, empresa de beleza que vendeu para a Natura, hoje dirige a G4 Educação.

Não foram esses empresários que levaram à sua arrancada. Mais importante foi o impulsionamento cruzado de cortes de seus vídeos, desrespeitando a lei eleitoral, como denunciado — e acatado — pela Justiça Eleitoral. E, ainda, trapaças como aquela contada por Ana Luiza Albuquerque, Eduardo Escolese e Flávio Ferreira, da "Folha de S.Paulo", em que Marçal se valeu de um homônimo de Guilherme Boulos para disseminar a associação que fez entre o candidato e a cocaína.

O que esta rede de pequenos doadores mostra é que Marçal tem nadado de braçada no empreendedorismo sem ser acossado por concorrentes. Um empresário que colaborou com Boulos chegou a sugerir uma incubadora de startups, com apoio da prefeitura, que negociaria convênio com universidades, forneceria água, luz, internet e isentaria os impostos municipais. Até uma parceria com o pé-de-meia, programa federal de bolsas para o ensino médio, poderia rolar. A proposta ficou no ar.

Além da ausência de concorrentes no tema, joga a favor de Marçal o discurso de que as ações contra sua candidatura podem vir a prejudicar o mercado digital para além de sua treta eleitoral. Duas gigantes do mercado, Google e X, entraram com embargos de declaração contra a decisão que suspendeu os perfis de Marçal pelo medo do efeito cascata.

É no TSE que esta batalha deve findar. É nisso que aposta o prefeito Ricardo Nunes, que, em entrevista ao **Valor** publicada nesta edição, insistiu no papel da Justiça Eleitoral a despeito de não tê-la acionado.

Como Marçal tem avançado nas pesquisas de maneira mais célere do que as ações, o mais provável é que uma decisão desfavorável à sua permanência no jogo, se acontecer, venha apenas no fim da campanha.

Tirar um candidato emergente da disputa tem um custo menor do que arrancar o líder que ele arrisca se transformar. A reação dessa rede de apoiadores, impulsionadores e influenciadores do marketing do empreendedorismo, dentro e fora da lei, abrirá uma frente de batalha que renovará a guerra entre justiça e política até 2026.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Proposta permite empréstimos mais baratos para aéreas; deputados rejeitaram redução de indenizações por atrasos de voos

Câmara aprova projeto que muda a Lei Geral do Turismo

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (28) projeto de lei que altera a Lei Geral do Turismo e enviou o texto para sanção presidencial. Algumas das alterações são flexibilizar as diárias em hotéis, permitir empréstimos mais baratos para as companhias aéreas e acabar com a responsabilidade solidária das agências de turismo em relação aos serviços intermediados nos casos de falência do fornecedor ou quando a culpa do problema for exclusiva do fornecedor.

Os deputados, por outro lado, rejeitaram a mudança aprovada pelo Senado Federal que reduzia substancialmente as indenizações aos passageiros por atrasos e cancelamentos de voos e impediria que o Código de Defesa do Consumidor fosse utilizado nesses processos. No lugar, teria que ser utilizado o Código Brasileiro de Aeronáutica — que, segundo advogados, é mais prejudicial aos passageiros e visa proteger as empresas aéreas.

A alteração foi incluída no projeto pelo relator, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), numa negociação com o governo Lula (PT), e passou sem alarde no Senado. A ideia era atender uma demanda antiga das companhias aéreas, que gastaram R$ 1,1 bilhão ano passado no Brasil para ressarcir clientes por problemas nos voos ou com as bagagens. A alteração foi revelada pelo **Valor** em agosto e criticada pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor.

"Para o usuário ser indenizado por cancelamento de voo, ele tem que comprovar aqueles óbvios prejuízos. Nas normas de responsabilização de agências, acaba instituindo a culpa exclusiva do fornecedor", criticou o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) no plenário.

Na quarta-feira, contudo, o relator na Câmara, deputado Paulo Azi (União-BA), deu parecer contra essa alteração nas indenizações aéreas por problemas em voos. A votação foi simbólica e esta foi a única parte rejeitada do texto aprovado pelo Senado. "Cremos que o substitutivo atualiza e aperfeiçoa a legislação do turismo, contribuindo em muito para a expansão e o fortalecimento do setor, com todas as consequências benéficas em termos de aumento de investimentos e de geração de emprego e renda", afirmou Azi.

> Mudanças aprovadas estavam em discussão desde 2015 no Legislativo

As mudanças aprovadas estavam em discussão desde 2015 no Congresso. A principal delas, para os consumidores, é uma alteração na responsabilização das agências de viagem. Eles só poderão ser cobradas nos limites do "proveito econômico deles obtido" e não terão que devolver os recursos em caso da prestadora do serviço contratada por ela falir ou se essa fornecedora tiver a culpada pelo problema causado.

A proposta também proíbe que a multa ou taxas aplicada pelas agências de turismo para cancelamento ou alteração dos serviços seja maior do que o valor total desses serviços. As diárias de hotéis, que na legislação atual são previstas em 24 horas, poderão ser reduzidas por ato do Ministério do Turismo para permitir o tempo necessário para higienização e arrumação dos quartos e outros procedimentos operacionais necessários antes da entrada do novo hóspede.

Paulo Azi: "Cremos que o substitutivo atualiza a legislação, contribuindo para a expansão e o fortalecimento do setor"

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) poderá ser utilizado para empréstimos mais baratos as companhias aéreas que operam voos regulares no país e terá como intermediador principal o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo o Ministério dos Portos e Aeroportos, será possível utilizar até R$ 5 bilhões dos R$ 8 bilhões disponíveis no fundo com este objetivo. As taxas de juros e regras de financiamento serão regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em nota, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que o projeto permitirá que o banco contribuia com o fortalecimento das rotas e voos no país e com democratização do acesso ao transporte aéreo, além ajudar na aquisição de combustível sustentável de aviação (SAF). Outros bancos, públicos ou privados, também poderão participar desses financiamentos, mas terão que assumir o risco da operação.

O texto também autoriza que o fundo seja utilizado para investir em projetos de produção de combustíveis renováveis de aviação e na cobertura de custos de desapropriações de áreas destinadas a ampliações da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, além de destinar 30% dos recursos dele para o turismo.

O projeto ainda desburocratiza o cadastro de prestadores de serviços turísticos no Ministério do Turismo e as informações que precisam ser prestadas pelos hotéis por seus hóspedes e busca coibir fraudes do ao prever que as plataformas na internet poderão ser responsabilizadas se divulgarem propagandas de serviços turísticos que não estiverem cadastrados no governo federal (com o objetivo de impedir a criação de páginas falsas para golpes). Também determina que os trabalhadores de cruzeiros serão regidos pela legislação trabalhista do país de origem do navio e não pela legislação brasileira.

CCJ aprova limite a ações no STF por omissão parlamentar

De Brasília

Em mais uma pauta para restringir os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (28) projeto de lei que praticamente acaba com a possibilidade de a Corte determinar normas por omissão do Congresso — como ocorreu, por exemplo, com a criminalização da homofobia.

O texto tramita em caráter conclusivo na comissão e, se não houver recurso ao plenário da Câmara, será encaminhado diretamente ao Senado Federal.

O projeto para limitar o escopo da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) foi apresentado em 2020 pela deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) e ficou praticamente parado, mas retornou a pauta no primeiro semestre e foi aprovado agora, com apoio quase unânime entre os partidos — apenas os deputados do PT votaram contra.

Para Tonietto, o texto vai diminuir o "ativismo judicial" e o STF só poderá decidir quando o Legislativo já não tiver discutido ou deliberado sobre um assunto. "Dessa forma, evita-se que uma matéria rejeitada, ou seja, com disposição legal negativa, ou em fase de discussão, seja causa de deliberação no Judiciário em relação à sua omissão, pois nesses casos é inquestionável que o Parlamento não está materialmente omisso", afirmou.

O projeto votado, contudo, é mais amplo e não trata apenas de questões deliberadas e rejeitadas pelo Congresso. Pelo texto, esse tipo de ação ao STF não poderá tratar de assunto "que tenha tramitado" em "qualquer uma das fases" do Congresso nos últimos cinco anos. Com isso, bastará a apresentação de projeto de lei, mesmo que não seja sequer debatido, para impedir o questionamento ao STF sobre a omissão do Legislativo.

Além disso, o projeto impede que a ADO questione a omissão do Congresso sobre um tema com argumentos "constitucionais de ordem puramente principiológica" — como são, na opinião dos defensores do texto, os princípios da dignidade humana e da igualdade, por exemplo.

Relator do projeto, o deputado Gilson Marques (Novo-SC) defendeu que há apenas uma limitação no uso desses instrumentos. "O ponto fulcral é que muitas vezes a omissão é consciente. Um exemplo emblemático foi a Câmara rejeitar os requerimentos de urgência para o PL 2630, que tentava regulamentar as 'fake news'. Mostramos ali que o Congresso conscientemente não quer a regulamentação, então não pode outro Poder fazê-la", disse.

Deputados do PT e do Psol protestaram contra a votação, mas foram minoria. "Essa proposta é uma forma de impedir, de forma inconstitucional, que a sociedade civil busque por seus direitos", criticou a deputada Érika Kokay (PT-DF).

Um dos julgamentos mais recentes, por exemplo, foi de julho. O STF decidiu, por unanimidade, que o Congresso deve regulamentar o adicional para trabalhadores urbanos e rurais que exercem atividades penosas. A Corte fixou prazo de 18 meses para que isso ocorra ou poderá estabelecer regras próprias diante dessa omissão. Outro julgamento em que o Supremo deu prazo para o Congresso legislar foi a falta de atualização do número de vagas de deputado federal por Estado, congelado há três décadas, apesar das mudanças populacionais nesse período.

A matéria avançou na comissão num momento em que o Congresso reage ao bloqueio na execução das emendas parlamentares ao Orçamento por parte do STF, que exigiu mais transparência sobre os recursos. A paralisação no pagamento das emendas fez com que a oposição e o "Centrão" se unissem para limitar os poderes da Corte.

Como parte desse "pacote", a CCJ também deu seguimento, na terça-feira, a propostas para limitar as decisões monocráticas (individuais), ampliar o rol de ações que podem ensejar o impeachment de um ministro e permitir que o Legislativo suspenda a eficácia de julgamentos do STF. Essas matérias tiveram pedido de vista por parte de deputados de esquerda e devem voltar à pauta da comissão na próxima semana de esforço concentrado, em setembro. *(MR e RDC)*

INÊS 249

Congresso Passa também projeto que regulamenta as associações de proteção patrimonial

Aprovado programa Acredita de estímulo ao microcrédito

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Em vitórias para o governo Lula (PT), a Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira projeto de lei que regulamenta as associações de proteção patrimonial, uma espécie de seguro que funciona no modelo de cooperativa, e o programa "Acredita", de estímulo ao microcrédito. Os dois textos eram prioridades do Ministério da Fazenda e seguem para avaliação do Senado.

A proposta que regulamenta o funcionamento da associação de proteção patrimonial teve o apoio de 439 deputados e apenas três votos contrários. Hoje elas funcionam sem regulamentação da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o que as deixa passíveis de questionamentos judiciais. O projeto, inclusive, prevê que as atuais associações que respondem a processos civis ou criminais por causa disso terão três anos para se regularizarem sob as novas normas para que tenham essas ações anuladas.

Segundo o deputado Vinícius Carvalho (Republicanos-SP), relator do projeto, o texto busca regularizar um mercado de pelo menos R$ 16 bilhões atualmente. "O mercado de seguro veicular movimenta R$ 40 bilhões por ano, mas atende no máximo 20% dos veículos leves e pesados. Essas associações são uma solução mais barata, para atender essa demanda", argumentou.

Essas associações hoje funcionam por meio de rateio entre os associados dos prejuízos causados por roubos e acidentes com os veículos. Não há pagamento de apólice, como nos seguros tradicionais. O projeto passará a exigir que elas tenham um capital próprio mínimo, para honrar o serviço oferecido, mas esse montante será proporcional ao tamanho da empresa e clientes.

O texto original, do ex-deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO), foi apresentado em 2015 e criminalizava as cooperativas, como resposta a denúncias de que parte das empresas não prestava um serviço adequado ou não informava ao proprietário do veículo qual a cobertura oferecida — que muitas vezes não era completa. Uma comissão especial debateu o assunto e, em 2018, aprovou o texto com a regulamentação, mas a proposta estava parada desde então.

"Há denúncias de que o consumidor não era atendido. Assim como ocorre em qualquer setor, há empresas corretas e empresas que não prestam um bom serviço. No caso da tragédia do Rio Grande do Sul, as associações pagaram todas as indenizações necessárias", afirmou Vinícius Carvalho. "Esse projeto dará à Susep condições de fiscalizar as associações, que terão que se juntar em administradoras para facilitar essa gestão pela autarquia."

A Câmara ainda aprovou, em outra vitória para o governo, o projeto que cria o "Acredita", com medidas de estímulo ao microcrédito para empreendedores, micro e pequenas empresas, e o Eco Invest Brasil, programa voltado a alavancar investimentos privados que promovam a transformação ecológica.

O projeto substitui uma medida provisória (MP) editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com o mesmo conteúdo, mas que acabou perdendo a validade há uma semana (no dia 20) por causa do impasse entre Câmara e Senado em torno do rito de tramitação das MPs. Com a perda de validade, a regulamentação do Eco Invest ficou travada e atrapalhou os planos do governo de realizar três leilões até o fim do ano.

Outra votação que ocorreu nesta quarta-feira foi de projeto que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para que a contratação de organizações sociais e serviços terceirizados pelos Estados e municípios não entre no limite de gasto com pessoal dos governos estaduais e prefeituras. A proposta é uma reação à portaria do Tesouro Nacional de 2019 que classificou essa contratação como mão de obra, o que a incluiu no teto de 54% de gasto em relação à receita corrente líquida (RCL). As prefeituras, contudo, defendem que se trata de prestação de serviço e pressionaram pela revogação da norma na época e pela aprovação do projeto, que agora segue para o Senado.

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Carvalho: "Há denúncias de que o consumidor não era atendido. Assim como em qualquer setor, há empresas corretas e empresas que não prestam um bom serviço"

Governo e Legislativo trabalham em minuta sobre emendas

Renan Truffi, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A dois dias do fim do prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, o governo Luiz Inácio Lula da Silva e a cúpula do Congresso Nacional discutem os últimos contornos de uma proposta que busca dar mais transparência às emendas parlamentares. Na prática, os dois lados estão trabalhando em uma minuta, cuja autoria seria da gestão federal, como forma de cumprir o acordo entre os três Poderes.

O assunto foi discutido na quarta-feira (28), no Palácio do Planalto, em reunião que envolveu o presidente Lula, líderes do governo e ministros da ala política da gestão petista.

A ordem, após o encontro, foi segurar qualquer anúncio para, primeiro, submeter a proposta aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-AL).

Presente na reunião, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirmou que o governo preparava um "esboço". Após o encontro, a Casa Civil afirmou que o tema será tratado por meio de um projeto de lei complementar. A pasta descartou a possibilidade de uma publicação ainda na noite de ontem.

Até o fechamento desta edição, havia expectativa de que Lira e Lula se encontrassem a portas fechadas, no Palácio da Alvorada, para estabelecer detalhes dessa medida.

Diante da perspectiva de que o governo encaminhe o projeto nas próximas horas, o Congresso Nacional já tem sessão prevista para esta quinta-feira, às 11h. Na quarta, inclusive, a Comissão Mista do Orçamento (CMO) teve a sessão suspensa por conta do impasse. Segundo os parlamentares, o objetivo é reabrir os trabalhos assim que o texto sobre as emendas chegar ao Legislativo. Após essa aprovação pelo colegiado, o caminho estará aberto para que a proposta seja apreciada em plenário por deputados e senadores.

Segundo apurou o **Valor**, o presidente da Câmara, está dedicado à articulação desde o início da semana, para garantir que a medida tenha amplo apoio dos parlamentares. De acordo com aliados, prioridade máxima de Lira é garantir a aprovação do texto para garantir o desbloqueio das emendas parlamentares.

Lira e Pacheco reuniram-se na tarde de terça-feira por mais de duas horas para discutir como regulamentar os termos do acordo com o STF, mas ainda há impasses, segundo parlamentares.

O comunicado do STF que encaminhou a saída para a questão das emendas, divulgado há alguns dias, afirma que houve acordo para que as emendas de bancada estadual ao Orçamento sejam destinadas para "projetos estruturantes", sem individualização, e que as emendas de comissão iriam para projetos de interesse nacional ou regional em "comum acordo" com o Executivo. Além disso, as emendas Pix terão que ser rastreáveis.

Isso porque, recentemente, o ministro Flávio Dino, do STF, determinou a suspensão do pagamento de todas as emendas parlamentares até que o Congresso adotasse regras para dar maior transparência e rastreabilidade a todas elas. Desta forma, governo, Câmara e Senado têm até sexta-feira para elaborar as novas regras de transparência para as emendas.

Conselho de Ética aprova cassação do deputado Chiquinho Brazão

De Brasília

Por 15 votos a favor, um contrário e uma abstenção, o Conselho de Ética da Câmara aprovou nessa quarta-feira (28) o parecer que recomenda a cassação do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. A decisão precisa ser referendada pelo plenário da Câmara, que dará a palavra final sobre o caso, mas ainda não há uma data definida para que o parecer seja apreciado.

Fontes avaliam que a tendência é que o plenário concorde com o veredicto do Conselho de Ética e confirme a cassação de Brazão. A expectativa é que isso ocorra entre setembro e outubro.

Mas antes do processo chegar ao plenário, Brazão terá cinco dias úteis para recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apontando eventuais atos do Conselho de Ética ou de seus membros que tenham contrariado norma constitucional, regimental ou o código de ética da Casa. A comissão presidida por Caroline De Toni (PL-SC) terá cinco dias úteis para analisar os eventuais vícios apontados pela defesa do parlamentar e, até que a CCJ se pronuncie, o plenário não poderá se debruçar sobre o processo.

A defesa indicou que deve recorrer da decisão nos próximos dias. Nos bastidores, Caroline sinalizou que o eventual recurso deve ser o primeiro item da pauta da semana de esforço concentrado de setembro. Isso porque o dispositivo trancará a pauta do colegiado e ela tem pressa para aprovar projetos que buscam limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF).

Antes da leitura do voto pela relatora no Conselho de Ética, Jack Rocha (PT-ES), Brazão se defendeu. "Sou inocente, totalmente inocente desse caso. A vereadora Marielle era minha amiga, comprovadamente nas filmagens que o doutor tem. Não teria qualquer motivo, porque sempre fomos parceiros: 90% de nossas votações coincidiam. Dentro da Câmara, do pouco tempo que ficamos juntos, a Marielle, se pegar as filmagens, fala bem de mim. Não tem uma única testemunha que me acusa que fala de mim, com exceção de Ronnie Lessa", afirmou ele, em referência ao delator que o identificou como um dos mandantes.

Durante a sessão, o deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB) afirmou que os deputados não poderiam ter mantido Brazão preso quando o assunto foi apreciado no plenário, mas indicou que votaria a favor da cassação.

Em junho, a Primeira Turma do STF decidiu, por unanimidade, tornar Brazão réu por homicídio qualificado e tentativa de homicídio contra a assessora Fernanda Chaves, que estava com Marielle e Anderson no carro no momento do atentado. A mesma decisão foi aplicada contra o delegado Rivaldo Barbosa, o ex-policial Ronald Paulo de Alves e o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Domingos Brazão, irmão do deputado.

Ciente do cenário adverso, a defesa de Brazão chegou a apresentar pedido para que a petista sugerisse em seu parecer, no máximo, a suspensão do mandato parlamentar por seis meses para dar tempo para que a Justiça avance sobre a apuração do caso.

"Considerando que os fatos da representação são os mesmos da ação penal que tramita perante o STF, e que há severas dúvidas acerca da veracidade das acusações, seja aplicada a penalidade de suspensão do exercício do mandato por seis meses, prevista no Código de Ética e Decoro Parlamentar", solicitou a defesa de Brazão nas alegações finais.

Esse pedido foi reforçado pelo advogado Cleber Lopes, responsável pela defesa de Brazão, nesta quarta-feira no plenário do Conselho de Ética. Além de alegar que Brazão é inocente, a defesa buscou descredibilizar a delação de Lessa, assassino confesso de Marielle, que expôs detalhes do crime em troca de benefícios no cumprimento da pena.

A relatora, no entanto, recomendou a cassação. "As provas coletadas tanto por esse colegiado, quanto no curso do processo criminal, são aptas a demonstrar que o representado tem um modo de vida inclinado para a prática de condutas não condizentes com aquilo que se espera de um representante do povo", escreveu Jack Rocha (PT-ES) em seu parecer. *(MR e RDC)*

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brazão é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes

Após um mês de crise, protestos enchem ruas na Venezuela

Agências internacionais

Milhares de venezuelanos saíram às ruas de várias cidades do país ontem, um mês após a eleição presidencial, para exigir que o regime de Nicolás Maduro reconheça a vitória da oposição. Segundo os opositores, Maduro fraudou o resultado da votação. Os protestos foram marcados por momentos de tensão, com a prisão de opositores, incluindo a de Perkins Rocha — advogado da líder da oposição María Corina Machado.

As manifestações foram convocadas pela coligação de oposição Plataforma Unitária Democrática sob o lema "Ata mata sentença" — uma alusão às atas eleitorais reunidas pelo movimento que indicariam a vitória do opositor Edmundo González Urrutia. Em contraposição, a vitória de Maduro foi anunciada pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e confirmada por sentenças de tribunais controlados pelo governo — sem que as atas fossem publicadas na íntegra.

"Apesar de tudo o que vivemos nesses dias, estamos aqui de pé, com toda a coragem", discursou, durante Corina durante a manifestação em Caracas. "Cada um de vocês fala por milhares de venezuelanos perseguidos, que serão livres porque essa força é indomável. Completamos um mês desde que temos um novo presidente eleito: Edmundo González. É uma etapa difícil, e sabíamos disso, mas neste mês conseguimos transformar a causa da Venezuela em uma causa mundial", afirmou.

ARIANA CUBILLOS/AP

Corina, no alto de um carro, discursa para multidão que protestou em Caracas contra o que chama de fraude eleitoral

Em resposta à oposição, partidários do governo também convocaram atos para celebrar "um mês da vitória eleitoral de Maduro".

González não esteve na manifestação, mas por meio do X, disse que os "últimos 30 dias têm sido difíceis, mas também têm sido uma prova de unidade e determinação". O Centro Carter, único observador internacional na eleição, relatou que o processo "não foi limpo nem democrático".

Na noite anterior à manifestação, um apagão em grande escala afetou 15 dos 24 Estados venezuelanos. A causa do blecaute não foi esclarecida mas tanto o governo quanto a oposição se acusaram de sabotar a rede elétrica — obsoleta e deficiente há vários anos.

No caso da prisão do advogado de Corina, a oposição acusou o governo de ter "sequestrado" Perkins Rocha. Segundo testemunhas , ele foi levado de sua casa pelas forças de segurança sem maiores explicações. Até ontem à noite, seu paradeiro ainda era desconhecido.

"O regime sequestrou meu amigo e companheiro de causa, Perkins Rocha", disse Corina no X. "Perkins é nosso advogado pessoal, nosso coordenador jurídico e representante do Comando com Venezuela ante o CNE. Um homem justo, valente, inteligente e generoso. Um venezuelano exemplar. Seguimos em frente, por Perkins, por todos os presos e perseguidos, e por toda a Venezuela", afirmou.

Villca Fernández, coordenador da ONG Resistência sem Fronteira, disse no X que o advogado foi detido pelo Serviço Bolivariano de Inteligência (Sebin) e levado para a prisão El Helicoide, em Caracas.

Além de Perkins, foi preso também ontem o ex-deputado Biagio Pilieri, quando deixavam a manifestação, segundo opositores.

A prisão de mais opositores pelo regime chavista ocorre um dia após uma reforma do gabinete de governo promovida por Maduro, na qual membros da linha dura chavista ganharam poder. Entre as principais mudanças está a nomeação de Diosdado Cabello, homem-forte do regime, para ocupar o Ministério do Interior e Justiça. A pasta comanda quase todas as forças de repressão do país.

Cabello jurou após a eleição — e os primeiros questionamentos ao resultado anunciado pelo CNE — que iria "f…" Corina e González.

Batalha Estados baixam normas sobre quem pode votar e como os votos devem ser contados, questões cruciais numa disputa acirrada

Partidos tentam moldar regras estaduais das eleições nos EUA

Dow Jones, de Nova York

Advogados dos partidos estão intensificando os questionamentos sobre quem pode votar e como esses votos serão contabilizados na eleição presidencial dos EUA.

Na segunda-feira, democratas processaram o conselho eleitoral do Estado da Geórgia por sua nova regra de certificação dos resultados. Republicanos entraram com processos na Carolina do Norte e no Arizona para contestar os procedimentos de registro dos eleitores. A Suprema Corte também entrou em cena: na semana passada os ministros do tribunal adotaram uma abordagem mista a respeito das regras de comprovação de cidadania no Arizona.

Advogados especialistas em temas eleitorais dizem que o volume de processos representa um aumento sem precedentes em comparação a eleições anteriores, mas a movimentação jurídica do período antes das eleições segue o padrão.

Os processos recentes marcam um retorno das atenções aos Estados-chave onde Donald Trump e seus aliados se recusaram a aceitar os resultados da eleição presidencial de 2020 — lugares onde a disputa foi vencida ou perdida por pequenas margens e onde a disputa de 2024 entre ele e a vice-presidente Kamala Harris deverá ser acirrada.

Argumentos similares já foram julgados neste ciclo eleitoral sobre regras de votação a distância em Wisconsin, Michigan, Mississippi e Nova York; sobre registro de eleitores na Carolina do Norte e Flórida; e atualização das listas em Nevada.

Já na próxima semana, alguns Estados começam a enviar cédulas a eleitores no exterior e para votos por correspondência, o que deixa pouco tempo para os casos serem resolvidos pelos tribunais. Em geral, a Suprema Corte é desfavorável a mudanças de última hora nos procedimentos eleitorais, mas a aplicação desse princípio tem variado dependendo de cada caso.

A esta altura do calendário, é improvável que qualquer disputa judicial altere radicalmente como os eleitores votam, segundo Justin Levitt, professor da Loyola Law School. Mesmo assim, litígios de última hora ainda podem ser eficazes para servir a objetivos políticos, acrescentou Levitt.

Processos abertos por partidos são relativamente comuns em questões eleitorais e podem ser usados para estimular a arrecadação de fundos e motivar eleitores. Mesmo quando normal, um grande volume de processos pode criar caos ou, no mínimo, confusão, à medida que o dia da eleição se aproxima, de acordo com Levitt. "Isso fomenta o descontentamento com um sistema que funciona razoavelmente bem", afirmou.

Na semana passada, em duas ocasiões, o Comitê Nacional Republicano (CNR) e o Partido Republicano da Carolina do Norte processaram o conselho eleitoral do Estado em razão das listas de eleitores.

O presidente do CNR, Michael Whatley, disse que o conselho "escolheu ignorar flagrantemente a lei, enfraquecer as salvaguardas básicas das eleições e negligenciar um princípio fundamental da integridade" das eleições.

O Estado da Carolina do Norte ainda não respondeu ao tribunal, mas o conselho eleitoral emitiu comunicados refutando o fundamento dos processos.

"Negacionistas eleitorais e processos frívolos não impedirão a governadora de lutar para garantir que cada eleitor apto tenha a oportunidade de fazer sua voz ser ouvida nas urnas", disse um democrata do Estado, Christian Slater.

Na Geórgia, democratas pediram a um juiz para vetar uma regra sobre o pós-voto, que entrou em vigor em agosto. O conselho eleitoral, controlado pelos republicanos, aprovou nova interpretação da lei de certificação eleitoral estadual que, dizem críticos, adiciona uma margem de poder discricionário e incerteza ao processo.

"Certificar uma eleição não é uma apenas escolha, é a lei. Alguns extremistas não eleitos não podem simplesmente decidir não contar seu voto", disse Quentin Fulks, dirigente de campanha de Kamala.

Ler mais sobre a política e a economia dos EUA na pág. A22

Kamala tem de perder medo de apresentar-se ao eleitor

Análise

Edward Luce
Financial Times

Uma andorinha só não faz verão. Nem uma convenção sem problemas significa uma vitória eleitoral. O fato de Kamala Harris ser avessa a entrevistas é um problema. Seus adversários acham que é porque ela tem medo de se enrolar nas respostas, como aconteceu algumas vezes como vice-presidente. A cura é sentar para um interrogatório. Ela concede para a CNN sua primeira entrevista esta noite.

O mesmo se aplica aos debates. Se, como acreditam os apoiadores de Kamala, ela será capaz de derrotar Donald Trump com facilidade, então ela deveria pressionar por mais de um debate.

Por que ela vem relutando tanto? Por dois motivos. O primeiro é que muitos no campo democrata estão convencidos de que a mídia tradicional está perdendo relevância e, ao mesmo tempo, secretamente esperam uma disputa acirrada. Quanto mais desafiado o velho modelo de negócios da mídia, mais os jornalistas anseiam pelo subsídio de um final emocionante, ou mesmo uma vitória de Trump.

Isso lhes dá um incentivo para derrubá-la. Há uma certa verdade nisso. Em 2016, Les Moonves, então presidente da CBS, disse que "uma vitória de Trump pode não ser boa para os EUA, mas é muito boa para a CBS".

E há algumas inverdades. A ideia de que a mídia tradicional é monolítica é hoje menos verdadeira do que em qualquer outro momento da era moderna. A diferença ideológica entre Fox News e MSNBC, ou entre "Washington Examiner" e "Washington Post", nunca foi tão grande.

Alguns meios de comunicação estão ganhando dinheiro. Outros não. Críticas que os democratas fazem não estão tão distantes do que Trump diz sobre a mídia "corrupta" e são difíceis de distinguir do que Elon Musk posta várias vezes ao dia em sua plataforma X. Dado que a mídia é supostamente irrelevante, ela atrai muita atenção.

Faz apenas algumas semanas que a equipe de Biden reclamava que a pressão para fazê-lo renunciar era uma conspiração da mídia. A equipe de Trump, enquanto isso, achava que o envelhecimento visível de Biden não havia sido exposto porque a mídia acobertava isso.

> Influenciadores da internet não fazem perguntas embaraçosas sobre aumentos de preços

Para um político de qualquer vertente, a beleza da palavra "mídia" é que ela é maleável. Ela evoca na mente do ouvinte o que ele mais odeia. Todo mundo critica a mídia, incluindo boa parte da mídia. Mas a maioria das pessoas faz exceções para as partes específicas dela de que gostam. Assim, "mídia" juntou-se a "elite" e "fascista" como termos pejorativos que perderam qualquer significado útil.

O segundo motivo para a relativa relutância de Kamala é o ditado "em time que está ganhando não se mexe". As coisas estão correndo muito bem para a sua campanha sem a exposição excessiva na mídia, então por que correr o risco? Seria mais fácil ater-se aos seus comícios exuberantes e aos encontros ocasionais no TikTok. Influenciadores das redes sociais não fazem perguntas embaraçosas sobre os aumentos abusivos de preços ou os controles na fronteira.

O problema com essa tática é que a maioria dos americanos ainda não conhece bem Kamala. Eles querem ver mais. A eleição continua acirrada, e ela terá que convencer os independentes.

Qualquer jornalista que se preze tentaria pressionar Kamala em uma entrevista. É o trabalho deles ir a fundo nas perguntas. A preparação da candidata é garantir que não haja grandes derrapadas.

Para Kamala, ou qualquer aspirante à Presidência, lidar com entrevistadores durões é brincadeira de criança comparado com negociar com autocratas estrangeiros. Isso é especialmente verdadeiro se você levar consigo seu companheiro de chapa — como Kamala fará com Tim Walz na CNN. Não importa quão injusto seja o entrevistador, Trump será muito pior.

O desafio que Kamala enfrenta é sustentar suas cinco semanas de ímpeto por outras dez.

Mas os eleitores indecisos não querem esperar para ver. Não adianta insistir que até mesmo o cara local da carrocinha de pipocas seria melhor do que Trump. Se eles compartilhassem o medo existencial dos EUA liberal de Trump, eles não seriam indecisos. Está claro que eles achavam que Biden não estava apto para servir um segundo mandato.

Com Kamala, eles estão de mente aberta. Como a própria candidata poderia dizer, eles não deveriam ficar pensando que ela caiu de uma árvore. Quanto mais debates e entrevistas ela fizer, melhor.

MICHEL EULER/AP

Jatos sobrevoam a cerimônia de abertura dos Jogos Paralímpicos de 2024

Paris celebra diversidade ao abrir Paralimpíadas

Luiza Palermo
De São Paulo

Paris abriu ontem seus Jogos Paralímpicos em uma cerimônia inédita que destacou a inclusão, a diversidade e a força dos atletas. Por três horas, a Avenida Champs-Élysées e a Praça de la Concorde foram transformadas em um espetáculo marcado pelo desfile das delegações e apresentações artísticas que entusiasmaram o público.

Em contraste com a chuva que tomou conta da abertura da Olimpíada no Rio Sena, cerca de 65 mil pessoas assistiram ao espetáculo intitulado "Paradoxo: do desentendimento à concordância" com um pôr do sol como cenário.

O primeiro ato foi marcado por uma apresentação do pianista Chilly Gonzales enquanto dançarinos realizavam uma coreografia ao redor do obelisco. Também participaram da cerimônia a cantora francesa Christine and the Queens e o artista Lucky Love.

Cerca de 4,4 mil atletas de um recorde de 182 delegações realizaram o desfile oficial de abertura. A delegação do Brasil foi recebida com aplausos à medida que apresentava a sua maior delegação na história dos Jogos, com cerca de 280 atletas, superando os 259 convocados de Tóquio 2020.

Em discurso aos competidores, o presidente dos Jogos de Paris 2024, Tony Estanguet, disse que, "como nossos antecessores" — em referência à Revolução Francesa — os atletas "estão lutando por uma causa maior" do que eles mesmos.

"No seu caso, suas armas são seus recordes. Quando disseram que era impossível, vocês conseguiram. E esta noite vocês convidam a nos unir a vocês na sua revolução paralímpica", afirmou.

Em seguida, o presidente do Comitê Paralímpico Internacional (CPI), Andrew Parsons, enviou uma mensagem ao mundo, afirmando que os Jogos "mostrarão aos líderes mundiais que a união é possível" em uma "época de crescente conflito e exclusão".

"Os Jogos Paralímpicos de Paris mostrarão o que pessoas com deficiência podem alcançar no mais alto nível quando as barreiras ao sucesso são removidas", afirmou Parsons. "O fato de que muitas oportunidades existam apenas no ano de 2024 é chocante. É uma prova de que podemos e devemos fazer mais para avançar na inclusão de pessoas com deficiência."

Após o presidente da França, Emmanuel Macron, decretar oficialmente a abertura dos Jogos, os cinco atletas Charles-Antoine Kouakou, Fabien Lamirault, Elodie Lorandi, Alexis Hanquinquant e Nantenin Keita, acenderam juntos a pira. As primeiras competições devem se realizar hoje.

Reforma da Justiça passa em comissão no México

Agências internacionais

A reforma judicial proposta pelo presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, e contestada pela oposição foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Constitucionais da Câmara. A medida pretende alterar o modo de escolha de membros do Judiciário.

Este será o último projeto que analisado pela comissão na atual legislatura, que termina domingo. A matéria deve ir a plenário na nova legislatura, eleita em junho e que começa em 1º de setembro — na qual o governo terá uma maioria mais confortável, próxima do número suficiente de cadeiras para mudar a Constituição.

A presidente eleita, Claudia Sheinbaum, assume em outubro. Do mesmo partido de López Obrador, ela deve apoiar a reforma.

Valor ECONÔMICO

Decisão sobre juro é teste para Galípolo no comando do BC

Na primeira sucessão do Banco Central autônomo, Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, foi indicado para ser o próximo presidente da instituição. A substituição de Roberto Campos Neto seguiu um ritual sugerido pelo próprio: a indicação ocorreu com bastante antecedência para que o Senado tenha tempo suficiente para avaliar o nome e decidir tempestivamente. Pelas críticas do presidente Lula à política monetária do BC e a Campos Neto, a quem considerava um adversário político, a transição, que poderia ser tumultuada, se transformou, como deve ser, em um processo ordenado e tranquilo.

Egresso do Banco Fator, Galípolo foi por alguns meses o braço direito do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como secretário executivo. Sua ascensão à diretoria do BC já prefigurava sua trajetória rumo à Presidência, confirmada ontem. Não se esperam problemas para sua ratificação pelo Senado, onde cultivou ao longo do tempo um bom relacionamento.

Como economista mais heterodoxo, sua chegada ao Banco Central, em julho de 2023, foi inicialmente recebida por boa parte dos investidores como um augúrio de uma guinada na política monetária rumo à leniência no cumprimento das metas de inflação e um alinhamento com as diretrizes econômicas do Planalto. Mas suas decisões têm mostrado um compromisso mais técnico e ele não tem feito oposição à conduta do colegiado do BC, considerado ortodoxo demais pelo presidente Lula, que acredita que os juros deveriam cair mais rápido.

Na reunião de maio, houve certo ruído porque Galípolo e mais três diretores indicados pelo atual governo votaram por um corte de 0,5 ponto na Selic, em uma decisão desempatada por Campos Neto, que defendeu corte menor, de 0,25 ponto. Foi quando os investidores enxergaram, com exagero, uma divisão na instituição que refletiria obliquamente o cisma lulistas contra bolsonaristas da cena política. O estrago da divisão nos preços dos ativos foi grande, mas, logo depois, Galípolo afirmou que cogitou também o corte de 0,25 ponto na ocasião. A impressão também foi alterada por votações subsequentes unânimes para interromper o ciclo de queda dos juros e, na última reunião, para deixar em aberto a possibilidade de novo aperto monetário.

A necessidade de uma carga maior de juros para conter uma inflação cujas expectativas se distanciam da meta divide os investidores. Parte deles vê as últimas declarações de Galípolo, de que a alta dos juros "está na mesa" do Copom, como um fato a ser consumado na reunião do Comitê em 17 de setembro.

A próxima reunião do Copom, da qual Galípolo participará como virtual novo presidente do BC, antecipa no calendário seu "batismo de fogo" à frente da instituição. Simplificadamente, a dúvida é se ele defenderá aumento de juros diante da contrariedade do Planalto com tal medida. Galípolo, no entanto, se mostrou alinhado com o colegiado do BC e assinou embaixo da advertência de que a autoridade monetária "não hesitará em elevar a taxa de juros" se for apropriado.

A adoção de uma política ainda mais contracionista, com juros altos, de 6% acima da inflação, não é uma decisão fácil, nem está claro ao mercado que é a mais adequada. Da reunião de julho até agora, não houve piora nas condições prospectivas da inflação. A política fiscal segue expansionista, embora em menor grau, porque o governo tentará cumprir a meta fiscal e se aproximará dela. O dólar, que havia disparado com temores de recessão nos EUA e espetacular mudança no fluxo de carry trade (busca de ganho com diferenças entre as taxas de juros dos países) após aumento de juros no Japão, recuou muito. A perspectiva mudou e é mais favorável: o Fed deu sinal verde para a queda de juros e a economia americana mantém a perspectiva de pouso suave.

Além disso, o boletim Focus prevê desaceleração da economia em 2025 (1,86%), com taxa Selic de 10% ao fim do ano que vem. Os juros futuros, em torno de 6% reais, apertam as condições de crédito, enquanto os efeitos defasados da política monetária apontam a economia ainda sob uma carga forte de Selic de 13,25% (setembro de 2023).

O IPCA-15, de 0,19% em agosto (4,35% em 12 meses), trouxe boas notícias. A média dos núcleos de inflação acompanhados pelo BC recuou. Mais importante, a inflação dos serviços subjacentes, hoje determinantes do processo de alta de preços, diminuiu de 5,15% para 4,72%, segundo cálculos da Warren Investimentos para a evolução trimestral dessazonalizada e anualizada. Na projeção mensal pelos mesmos parâmetros, involuiu de 6,5% em julho para 3% em agosto (Quantitas). Os serviços intensivos em trabalho tiveram a menor alta desde novembro. Alimentos, cujo papel baixista sobre o IPCA teria acabado, segundo o Copom, teve deflação em julho, que se mantém em agosto.

Com todo esse cenário, o mercado está dividido sobre a necessidade de alta dos juros. Alguns apostam que seria melhor esperar mais com a taxa a 10,5% do que elevá-la apenas um mês depois da interrupção do ciclo de baixa, enquanto algumas casas de investimento projetam alta imediata. O voto de Galípolo será observado com atenção e dará um sinal do que pode ser sua gestão à frente do BC. Espera-se que ele mantenha independência de julgamento, apego aos dados e autonomia, como fez seu antecessor.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Nova versão do Ideb precisa evitar os erros da anterior. Por **Guilherme Lichand e Chico Soares**

O silêncio dos bons

Em 2007, o Ministério da Educação tomou decisões técnicas que influenciaram de forma decisiva a alocação de recursos, a capacidade de monitorar resultados e os investimentos na educação básica brasileira ao longo dos 17 anos seguintes.

Até aquele ano, dados oficiais conflitantes sugeriam que não tínhamos boas condições nem mesmo de medir quantas crianças estavam matriculadas na escola. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), coletada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), documentava, ano após ano, uma diferença de cerca de 10 milhões de estudantes em relação ao que reportava o Censo Escolar — então baseado apenas nos totais de matrículas das escolas para diferentes categorias de estudantes. Os municípios tinham incentivos para reportar mais matrículas do que efetivamente tinham, porque o repasse de recursos do governo federal para financiar despesas educacionais locais era proporcional ao número de alunos de cada rede, e não havia condições de verificar cada um desses números num país de dimensões continentais.

Naquele ano, o Censo Escolar do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) passou a trazer informações no nível do estudante. O novo sistema aumentou o custo de produzir fraudes, eliminando imediatamente as inconsistências entre o que as famílias reportavam na Pnad e as escolas no Censo Escolar. Foi um avanço importantíssimo para que o país pudesse monitorar com precisão níveis e desigualdades em estatísticas críticas para a educação, como gasto por aluno, alunos por turma e alunos por professor.

No mesmo ano, o Ministério da Educação introduziu o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), baseado no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — avaliando alunos de séries específicas de todo o país em habilidades de matemática e de língua portuguesa. O Ideb passou a ser divulgado a cada dois anos por escola, município e Estado, permitindo acompanhar sua evolução no tempo e identificar tanto casos de sucesso quanto escolas e regiões ficando para trás.

Sua divulgação sistemática permitiu que redes municipais e Estaduais estabelecessem incentivos para aprimorar proficiência e fluxo escolar — como o recente ICMS educacional, que redistribui parcela da arrecadação estadual para os municípios com maior evolução em componentes do indicador medidos por avaliações estaduais. Por fim, tornaram possível que o Ministério traçasse metas para os diferentes sistemas de ensino até 2022.

Esse ciclo (que se alongou com a pandemia da covid-19), encerrou-se agora com a divulgação do Ideb 2023, com muitos acertos, mas também tantos outros erros. Compreendê-los é crucial para informar o seu próximo ciclo, para o qual o Inep está contemplando a revisão do Ideb, o que nos dá oportunidades de aperfeiçoá-lo.

Nos últimos anos, a exclusão social de setores inteiros da população brasileira tornou-se um tema essencial do debate social e das políticas públicas. Diante disso, a nova versão do Ideb deverá refletir as desigualdades interseccionais entre os estudantes de grupos sociais diferentes, definidos, pelo menos, por gênero, raça/cor e nível socioeconômico. O novo indicador deverá impedir que evoluir em média, mas deixando muitos estudantes para trás, seja considerado um sucesso — sem perder simplicidade e transparência.

HERMES DE PAULA/AGÊNCIA O GLOBO

Ainda, o novo indicador deverá incorporar a qualidade das trajetórias educacionais dos estudantes; isto é, se estão na série adequada para sua idade, se atrasados ou, pior, fora da escola. Essa informação existe, graças ao Censo por aluno. Refletir trajetórias significa considerar todos os estudantes de um território, não apenas daqueles que estavam na escola no dia do Saeb.

Também é hora de incluir estudantes que hoje são invisíveis nos dados oficiais por não fazerem parte da cobertura da avaliação: alunos com deficiências, aqueles de turmas de educação de jovens e adultos e de turmas multisseriadas. Sua inclusão permitirá o monitoramento do seu direito à educação, além de impactar alocação de recursos e incentivos (como no caso do ICMS educacional, já que boa parte das avaliações estaduais replica a cobertura do Saeb).

Por fim, o novo indicador deverá ser baseado numa medida do aprendizado dos estudantes que capte seu domínio das competências necessárias para suas vidas — aquelas que, de fato, caracterizam o atendimento do direito. O Saeb, hoje, avalia habilidades muito básicas e, ao mesmo tempo, não avalia adequadamente a capacidade de mobilização destas habilidades para a solução dos problemas da vida, o que produz uma ilusão de avanço. Nos exames internacionais, com itens centrados na solução de problemas, o Brasil segue entre os últimos do ranking: nossos jovens chegam aos 15 anos sem saber converter uma moeda ou encontrar o caminho mais curto para chegar até o seu destino.

Se 2007 foi um ano transformador para a educação brasileira, a preocupação é que 2024, do retrovisor da História, venha a representar um retrocesso — em função de idiossincrasias introduzidas na última divulgação do ciclo, em agosto deste ano.

Este ano ficará marcado por duas decisões questionáveis no anúncio do indicador. A primeira foi de, pela primeira vez em todo o ciclo, anunciar o Ideb 'total' dos Estados e municípios, sem distinguir o resultado das redes públicas locais daquele da rede federal e das escolas particulares. Essa escolha levou a comparações indevidas do indicador de 2023 com os da série histórica, dando a impressão de uma recuperação de aprendizagens pós-pandemia maior do que a que efetivamente aconteceu — já que essas outras redes têm desempenho sistematicamente superior.

A segunda decisão foi a de não divulgar o resultado do indicador para alunos do 2º ano, que foram avaliados pela primeira vez no contexto do Saeb, sem nenhuma justificativa plausível. Como, menos de dois meses antes, houve divulgação das taxas de alfabetização dos mesmos estudantes segundo uma nova metodologia (baseada em avaliações estaduais, para a qual não foi divulgada nota técnica), ficou a dúvida se a não-divulgação se deveu à dissonância entre os dois resultados.

As duas decisões vão na contramão das contribuições históricas do Ideb. Colocam em risco o trabalho sério e competente de tantos gestores e funcionários sérios do Ministério e do Inep, comprometidos com políticas educacionais baseadas em evidências. A divulgação de indicadores com o uso de critérios políticos em vez de técnicos pode destruir em pouco tempo a credibilidade duramente construída ao longo de décadas. Na área econômica, isso já ocorreu em diversos países, com efeitos desastrosos.

Guilherme Lichand é professor de Educação da Stanford Graduate School of Education. Possui PhD em Economia Política e Governo pela Harvard University.
José Francisco (Chico) Soares é Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-presidente do INEP (2014-15).

Realimentando a estagnação secular

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Neste momento, o Palácio do Planalto comemora as previsões de crescimento do PIB em torno de 2,5%, bem como a (relativamente) baixa taxa de desemprego de 6,9%. Os números são vendidos como evidência do sucesso da política econômica implantada após a volta de Lula à Presidência. Será?

A renda per capita da principal economia do planeta, os EUA, cresce em média 1,5% ao ano. Trata-se de um padrão mantido ao longo de um século e meio, desde o fim da Guerra de Secessão. Anos de recessão, como os da crise do subprime e da covid, são compensados com anos de crescimento acima de 3%, o que explica a média acima. No Brasil, em contraste, a renda per capita de 2024 deve se igualar à de 2013. Foi a segunda década perdida, repetindo a estagnação dos anos 1980. No período, houve o grande desastre de 2015-16, quando o PIB caiu 6,7%, fruto do voluntarismo desinformado de Dilma Rousseff.

Como a taxa de crescimento da população brasileira está hoje em 0,5% ao ano, para que os brasileiros preservassem seu nível de renda relativamente aos norte-americanos o PIB do Brasil precisaria crescer 2% ao ano. Conclui-se que não há nada a ser festejado quando o país cresce a 2,5%.

O baixo desemprego atual é parcialmente explicado pela reforma trabalhista de Temer, mas sobretudo pela demanda aquecida pelos gastos públicos criados a partir de 2023. A PEC da Transição (dezembro/2022) ampliou em R$ 145 bilhões os gastos permanentes, beneficiando programas como o Bolsa Família, Auxílio Gás, Farmácia Popular, entre outros. A reindexação do salário mínimo ao crescimento do PIB e o retorno do piso de gastos com educação e saúde em 15% e 23% da receita líquida do governo federal, antes suspensos pelo extinto Teto de Gastos, ampliaram ainda mais as despesas permanentes. Por fim, a quitação de R$ 90 bilhões em precatórios pedalados por Bolsonaro foi uma despesa elevada, mas felizmente não permanente.

Todo esse aumento de dispêndios teve diversos desdobramentos sobre a economia. O primeiro é o impacto direto sobre a demanda, que leva a economia a operar a pleno emprego, dificultando a convergência da inflação para a meta de 3% ao ano, o que obriga o BC a manter a taxa Selic elevada.

O segundo é sobre a dívida pública. O déficit primário mantém-se em torno de 0,5% do PIB, apesar da recuperação das receitas decorrente da revisão de isenções tributárias e diferimentos de tributos injustificáveis. Para que a dívida pública em fração do PIB parasse de crescer, seria necessário um superávit primário de 2% do PIB. Como não se vê a menor possibilidade de isso ocorrer, a dívida segue crescendo, devendo atingir 83% do PIB ao fim de 2026, um salto de 10 pontos percentuais do PIB durante o atual mandato presidencial, mesmo sem pandemia, guerras ou choques externos. A dívida sobe por escolha política doméstica.

A desconfiança do mercado em relação a uma dívida que cresce continuamente se reflete parcialmente em fuga para ativos no exterior, provocando aumento da taxa de câmbio, e também em taxas de juros mais altas exigidas pelos credores para aceitarem rolar os títulos públicos que vencem. Ao longo do primeiro semestre de 2023, a taxa de juros das NTN-B 2035 subiu de 5,34% (acima da inflação do IPCA) para 6,6%. No mesmo período, o dólar saltou de R$ 4,84 para R$ 5,73. Desde julho, a melhoria dos mercados no exterior gerou realocação de recursos em direção a economias emergentes, reduzindo a taxa da citada NTN-B a 6,1% e o dólar a R$ 5,50. Um pequeno alívio, mas em níveis ainda muito altos. Domesticamente, a única mudança relevante foi que Lula suspendeu seus ataques a Campos Neto.

A gastança de Lula faz a festa dos rentistas da dívida pública e dos ricos com investimentos no exterior

Enquanto Haddad tenta segurar a gastança, as desonerações sobre folha salarial implantadas por Dilma em 2011 foram novamente prorrogadas pelo Congresso, juntamente com as concedidas a pequenos e médios municípios, até 2027. Renúncia fiscal de R$ 25 bilhões. Como compensação, aposta-se em receitas ilusórias e não permanentes, como IR sobre a atualização de imóveis e repatriação de recursos aplicados no exterior, renegociação camarada de multas vencidas aplicadas por agências reguladoras, precatórios abandonados e recursos esquecidos em antigas contas bancárias.

Diante da pressão inflacionária, tanto de demanda via gastos públicos, como de oferta via câmbio desvalorizado, as previsões de inflação se descolam da meta, o que forçará o Banco Central a elevar gradualmente a taxa Selic. Os juros elevados mantêm os investimentos privados baixos, impedindo a sustentabilidade do crescimento. A gastança de Lula faz a festa dos rentistas da dívida pública e dos ricos que possuem investimentos no exterior, enquanto durar o baixo desemprego.

Adicione-se a isso intervenções nos mercados, como a recente alteração na regulação do gás, as mudanças apressadas nas regras e tributos, a politização das agências reguladoras, a interrupção das privatizações de refinarias — que aumentaria a eficiência desse mercado —, o crescente favorecimento de grupos de pressão e de aliados escolhidos a dedo, além de uma série de medidas que parecem retiradas de um manual de "como não crescer a longo prazo". Essas políticas reforçam as distorções de médio e curto prazo discutidas anteriormente, perpetuando a estagnação do país.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Frase do dia

"Ele não se furtou em colocar que, se as coisas não melhorarem, o Copom subirá o juro".

Do economista-chefe da XP Asset, Fernando Genta, ao comentar a indicação de Gabriel Galípolo para a Presidência do Banco Central

Cartas de Leitores

Gás reinjetado

Em referência à frase "Pelo menos 50% do gás natural, subproduto da exploração, é reinjetado", constante do texto "Intervenção no gás gera despesa e insegurança jurídica", edição de 28/08, página A14, cabem algumas observações. Explico.

No mês de junho (último número disponível na Agência Nacional do Petróleo), foram produzidos 150,074 milhões de metros cúbicos por dia (MMm³ /d) e foram reinjetados 84,245 MMm³ /d, ou seja, 56,14% do total. No entanto, cabe observar que do total reinjetado há que se descontar 20,660 MMm³/d referente ao CO_2, ou seja, 13,77%.

Assim sendo, efetivamente foram reinjetados 63,585 MMm³ /d, equivalentes a 42,37% do total produzido, o que, convenhamos, é um percentual muito alto, tendo em vista que a média internacional é em torno de 25%.

Mas, aí deparamos com a realidade que as nossas autoridades parecem desconhecer, ou seja, mesmo que reinjetássemos metade, ou seja, 31 MMm³ /d, não teríamos como escoar os restantes 31 MMm³ /d, pelo simples e óbvio fato de que não temos infraestrutura (gasodutos e UPGNs) para tal.

Humberto Viana Guimarães
humberto702020@gmail.com

Auxílio Gás

O presidente Lula, demonstrando zero preocupação com a condição fiscal, mostra que sua diversão predileta é lançar ou azeitar programas, como foi anunciado na segunda-feira, com o incremento do Auxílio Gás.

Das 5,8 milhões de famílias atendidas hoje no programa, promete distribuir esse benefício para 20,8 milhões de famílias. Que de um custo atual anual de R$ 3,4 bilhões, em 2025 passará para R$ 5 bilhões e em 2026 para R$ 13,6 bilhões. Como se o nosso país estivesse com elásticos superávits primários e PIBs, não os medíocres de hoje.

Na realidade, o presidente Lula zomba de um futuro promissor que não chega e jamais terá condições de enxergar, já que é visível e indefensável a precária e irresponsável administração de seu governo.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Emendas parlamentares

É um descalabro que parte do Senado Federal e da Câmara dos Deputados persigam o ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, por exigir o mínimo de transparência e rastreabilidade na utilização dos recursos públicos, via emendas parlamentares.

A sociedade brasileira assiste estupefata o descumprimento dos princípios básicos constitucionais e a difamação daqueles que ousam exigir o respeito às leis. Esperamos que haja respeito às decisões do ministro Flávio Dino e que a sociedade e instituições demonstrem seu apoio.

Daniel Marques
danielmarquesvgp@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

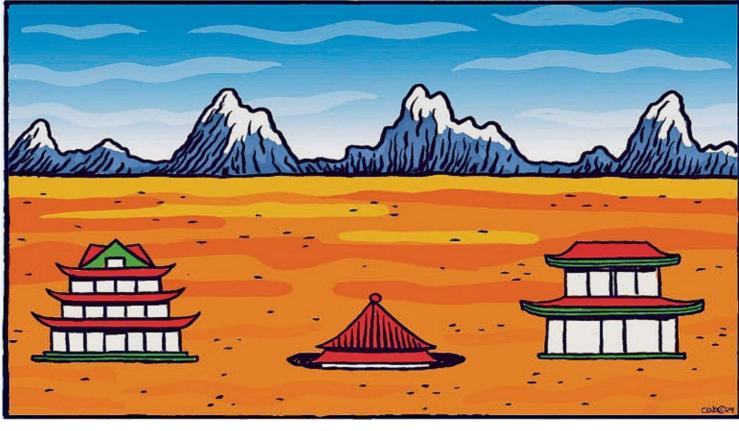
Pequim nem cede controle a governos locais nem assume papel maior. Por **Robin Harding**

Muralha em dívidas da China fere economia

Em 1975, no que acabou sendo o discurso de despedida de sua longa e tumultuada carreira, Zhou Enlai, o primeiro premiê da República Popular da China, declarou orgulhosamente que seu governo estava livre de todas as dívidas. "Em contraste com a turbulência econômica e a inflação no mundo capitalista", disse ele ao Congresso Nacional do Povo, "mantivemos um equilíbrio entre nossa arrecadação nacional e os gastos e não contraímos dívidas internas ou externas".

Passado quase meio século, essa atitude ainda está gravada nos corações dos burocratas do Ministério das Finanças em Pequim. A dívida do governo federal chinês aumentou para 24% do Produto Interno Bruto (PIB), o que é baixíssimo para os padrões internacionais, e a liderança do país ainda reluta profundamente em deixá-la escalar mais. Em contraste, as dívidas dos governos locais da China são imensas —chegam a 93% do PIB, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que provavelmente estão subestimadas — e não param de crescer. Essa divisão entre o governo federal e os locais, e o desejo do primeiro de ficar com controle, mas não com as responsabilidades em relação aos outros, é um elemento fundamental dos desafios econômicos da China de hoje.

Um fato básico sobre o sistema fiscal da China é que os governos locais arcam com quase todos os gastos, mas dependem do governo federal para suas receitas em uma proporção rara em outras partes do mundo. As localidades são responsáveis por grande parte dos serviços de educação, saúde, previdência social e habitação, além de outras obrigações locais óbvias, como a administração de ruas, parques e coleta de lixo, de forma que arcam com cerca de 85% dos gastos públicos totais. No entanto, arrecadam diretamente apenas cerca de 55% das receitas públicas. Para que as contas fechem, o sistema conta com transferências do governo federal para as regiões.

Em um país tão grande quanto a China, há méritos em descentralizar as decisões para que estejam mais próximas da população, mas o desequilíbrio entre arrecadação e despesas cria muitos problemas. Por exemplo, quanto mais abaixo na pirâmide hierárquica, mais o sistema fica sem recursos, porque cada camada governamental — província, prefeitura, condado — tende a reter o que precisa antes de repassar o dinheiro ao nível inferior seguinte. A implementação dos planos de gastos do governo federal é aleatória. Por sua vez, os funcionários dos governos locais, que precisam mostrar crescimento econômico para ascender nas fileiras burocráticas, fazem o que podem para encontrar dinheiro.

Muitas vezes, a esfera federal especifica os serviços que os governos locais devem fornecer, mas se recusa a entregar as fontes de receita para custeá-los. O resultado tem sido um aperto fiscal nos últimos anos, apesar de a economia já estar em dificuldades para recuperar-se

A onda de expansão imobiliária da China foi, em parte, impulsionada pelas vendas de terras por governos locais para obter receita. O endividamento fora dos balanços públicos por meio dos chamados "veículos de financiamento de governos locais" (LGFVs, na sigla em inglês) foi uma forma de contornar a restrição de receitas e financiar obras de infraestrutura. Agora, diante da forte queda nas vendas de terras resultante da desaceleração do setor habitacional e da repressão do governo federal ao endividamento local, há diversos relatos de municípios que precisam recorrer a multas e penalidades, fazendo investigações tributárias retroativas, ou que na luta para equilibrar suas contas simplesmente deixam de pagar funcionários em dia. Nada disso é bom para o setor privado, que já enfrenta dificuldades.

Pequim tem plena ciência desses problemas estruturais e há muito aspira a resolvê-los. De fato, quando Xi Jinping assumiu o poder em 2012, a reforma fiscal era uma parte importante de sua agenda de compromissos de política interna, da qual alguns elementos foram honrados. Por exemplo, parte da razão pela qual os governos locais enfrentam dificuldades, é o sucesso das reformas na gestão orçamentária e na administração financeira, que dificultaram transferir os problemas para fora dos livros para escondê-los.

O que o governo federal não tem se mostrado disposto a fazer, como é típico de Xi, é ceder o controle. Muitas vezes, a esfera federal especifica os serviços que os governos locais devem fornecer, mas se recusa a entregar as fontes de receita para custeá-los. Mostra relutância em assumir no orçamento federal grandes novas responsabilidades de gastos. Também reprime o endividamento dos governos locais e, fiel às preferências de Zhou, não está disposto a permitir que a dívida do governo federal aumente, em vez das locais. O resultado, na prática, tem sido um aperto fiscal nos últimos anos, apesar de a economia já estar em dificuldades para recuperar-se depois da pandemia de covid-19.

Na recente "terceira sessão plenária", uma importante reunião de política econômica realizada a cada cinco anos, Pequim prometeu mudar isso. Comunicou que daria aos governos locais mais controle sobre os impostos e que incrementaria as transferências fiscais do governo federal. Que estudaria a fusão de vários encargos locais em um único imposto local. E que passaria a responsabilidade de pagar o imposto de consumo, hoje com os fabricantes, para os varejistas, e que permitiria seu recolhimento pelos governos locais, o que seria uma reforma importante. Nos casos em que a esfera federal ainda tiver mais controle fiscal, "aumentará a proporção das despesas que cabem ao governo central de forma correspondente".

Isso é exatamente o que é necessário. No entanto, a China já indicou rumos semelhantes no passado, em especial nos longos debates sobre se deve ou não criar impostos sobre a propriedade, uma forma natural para os governos locais financiarem os gastos locais. Se Pequim realmente colocar esses planos em vigor, precisará ceder certo controle, e se quiser fazer isso enquanto tenta reanimar uma economia enfraquecida, também precisará aceitar um aumento na dívida do governo federal.

Na parte final de seu discurso em 1975, Zhou fez várias outras declarações. "Devemos apoiar resolutamente a liderança centralizada do partido", disse. "Devemos trabalhar duro, construir o país e executar todos os empreendimentos com diligência e parcimônia". Centralização e parcimônia: nenhuma das duas são hábitos fáceis de abandonar, e aí está o desafio. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Robin Harding é editor de Ásia do Financial Times.

INÊS 249

Especial

Cenário Adiamentos e outras interrupções de planos da Lei de Redução de Inflação e da Lei de Chips sinalizam dificuldade para os EUA repatriar indústrias estratégicas

Grande parte de legado industrial de Biden, de US$ 400 bi, está atrasada

Amanda Chu e Alexandra White
Financial Times, de Nova York e Chester County (Carolina do Sul)

Por décadas o condado de Chester, na Carolina do Sul, esteve em declínio, marcado por lojas vazias e fábricas têxteis abandonadas, depois que os produtores locais transferiram suas operações para a produção de menor custo no exterior.

Quando a Albemarle Corp, maior produtora mundial de lítio, anunciou no ano passado que iria construir na área uma das maiores refinarias dos EUA, investindo US$ 1,3 bilhão para atender o crescente mercado de veículos elétricos, a população local ficou esperançosa com uma revitalização.

"Com a chegada da nova indústria, essas construções na parte alta da cidade começaram a ser reformadas e utilizadas", diz Marvin Waldrep,74, um ex-trabalhador da indústria têxtil. Ele notou a chegada de novas lojas especializadas, como uma sorveteria. "A cidade, quase fantasma, passou a ser vibrante novamente."

O projeto da Albemarle é um de centenas anunciados em todo o país depois da reformulação radical das políticas industriais dos EUA sob o presidente Joe Biden, por meio das novas leis aprovadas em agosto de 2022.

A Lei de Redução da Inflação (IRA, na sigla em inglês) e a Lei dos Chips e da Ciência oferecem, juntas, mais de US$ 400 bilhões em créditos fiscais, subsídios e empréstimos para revitalizar os centros industriais do país e rivalizar com a China nas tecnologias necessárias para promover as mudanças climáticas e eletrificar a maior economia do mundo.

As duas leis catalisaram o investimento em manufatura, estimulando uma disputa acirrada entre os estados para atrair corporações ansiosas para construir fábricas e aproveitar o apoio federal, muitas vezes ilimitado. Dados do Censo dos EUA mostram que os gastos com construção industrial encontram-se em níveis recordes e o "Financial Times" estima que os compromissos de manufatura em grande escala superaram US$ 225 bilhões no primeiro ano.

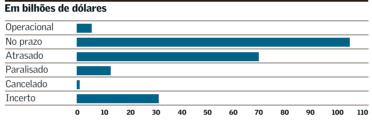
Mas à medida que o aniversário de dois anos das leis se aproxima, muitas dessas fábricas enfrentam obstáculos ligados à deterioração das condições de mercado, excesso de produção na China e uma incerteza política em um ano eleitoral de alto risco.

Dez meses após o anúncio feito em Chester, a Albemarle interrompeu as obras do projeto depois de um colapso global no preço de lítio e da desaceleração da demanda por veículos elétricos. Não há data para a retomada das obras e o local continua sendo um terreno vazio.

A Albemarle não está sozinha. Uma investigação do "Financial Times" revelou que 40% dos investimentos em manufatura de pelo menos US$ 100 milhões anunciados no primeiro ano depois da aprovação das duas leis enfrentam atrasos ou foram interrompidos por tempo indefinido. Dos 114 grandes projetos monitorados pelo "Financial Times" no valor combinado de US$ 227,9 bilhões, cerca de US$ 84 bilhões estão atrasados.

Os contratempos levantam dúvidas sobre se a revitalização do setor industrial dos EUA iniciada por Biden poderá ser entregue conforme prometido. Eles também ressaltam o quanto será difícil, prática e politicamente, reconfigurar a economia dos EUA para ela competir nos setores que deverão dominar o século 21.

A questão agora é se esses atrasos são simplesmente um soluço esperado em uma recalibragem tão ampla da política industrial, ou se eles são evidências de que o processo levará mais tempo que o previsto para se concretizar, colocando seu sucesso em risco ao longo de muitos ciclos econômicos e políticos.

"O tempo mata negócios", diz Lauren Berry, gerente sênior da Maxis Advisors, que ajuda empresas a encontrar locais para suas operações. "Quanto mais tempo um projeto for engavetado, mais difícil será retomá-lo."

Os EUA já foram a maior potência industrial do mundo, produzindo mais aço, automóveis e bens de consumo do que qualquer outra nação. O emprego no setor atingiu o pico de 19,55 milhões de pessoas em 1979, quando os postos na manufatura representavam um em cada cinco trabalhadores americanos.

Décadas de terceirização para economias de custos mais baixos, no entanto, custaram milhões de empregos, especialmente em estados do "Cinturão da Ferrugem" como Illinois, Indiana, Michigan, Missouri, Nova York, Ohio, Pensilvânia, Virgínia Ocidental e Wisconsin.

Em maio, havia 12,96 milhões de pessoas trabalhando no setor industrial, menos de 10% da força de trabalho dos EUA e ligeiramente acima dos 12,81 milhões registrados em 2019, segundo o Bureau of Labor Statistics.

A China ultrapassou os EUA como maior fabricante do mundo em 2010, e também se tornou o maior produtor de semicondutores e tecnologia de energias limpas do mundo.

Quando chegou ao poder, Biden prometeu revitalizar o setor e competir com a China em tecnologias avançadas. "Onde está escrito que os EUA não podem liderar o mundo mais uma vez na indústria? Eu não sei onde isso está escrito, e estamos provando que ela pode", disse ele em dezembro de 2022.

O governo Biden descreve seu modelo para a transformação industrial dos EUA como "habilitado pelo governo, liderado pelo setor privado".

Embora os incentivos da IRA e da Lei dos Chips funcionem para direcionar os investimentos para setores específicos, geralmente as empresas não conseguem acessar os financiamentos até atingirem certos feitos de produção. Muitas precisam garantir seus próprios financiamentos por meio dos mercados de capitais tradicionais e enfrentar obstáculos estruturais como a lentidão na obtenção de licenças e um mercado de trabalho restrito.

"É basicamente alcançar uma forma de planejamento econômico, mas fazer isso através do código tributário e deixar o setor privado decidir", diz Todd Tucker, diretor de política industrial e comércio do Roosevelt Institute. "Você ainda tem que lidar com o capitalismo e ainda precisa tratar com a democracia."

Um cenário macroeconômico difícil com juros e inflação altos, combinado com o colapso na formação global de preços para essas tecnologias específicas, abalou o interesse dos investidores em apoiar projetos industriais, mesmo com a certeza de longo prazo e os incentivos oferecidos pelas duas leis. A IRA oferece uma janela de dez anos para créditos fiscais e a Lei dos Chips concede fundos generosos para os candidatos selecionados, além de créditos fiscais para projetos que começarem antes de 2027.

É "fenomenal" que o governo ofereça esses créditos, mas eles "chegam com atraso", diz Deanna Ahmed, diretora de estratégia da fabricante de baterias Our Next Energy. "Definitivamente, precisamos fazer isso de forma muito mais rápida."

Embora sua fábrica de US$ 1,6 bilhão em Michigan apoiada pela IRA esteja dentro do cronograma, a startup está enfrentando uma crise de caixa após uma rodada de financiamento fracassada no fim do ano passado, tendo já anunciado inúmeras demissões.

Os problemas não estão afetando apenas os fabricantes de baterias. Depois de receber US$ 162 milhões em um financiamento pela Lei dos Chips em janeiro, a fabricante de semicondutores Microchip anunciou este mês que iria dar uma pausa em suas expansões no Colorado e no Oregon, avaliadas em US$ 880 milhões e US$ 800 milhões, respectivamente, devido ao "cenário macroeconômico lento e o crescimento dos estoques".

Às vezes a ameaça aos produtores nacionais são seus equivalentes mais estabelecidos — e mais competitivos — no exterior. Vários fabricantes de painéis solares atrasaram ou adiaram seus planos, pois um excesso de produtos feitos pela China derrubou os preços para níveis recordes e vem tornando o lado econômico dos projetos desfavorável, mesmo com os subsídios disponíveis pela IRA.

Em Inola, Oklahoma, uma comunidade pecuarista conhecida por seus campos de feno tem um terreno vago onde no ano passado a Enel, estatal italiana de serviços públicos, propôs construir uma fábrica de painéis solares de US$ 1 bilhão pela sua subsidiária 3Sun, com a criação de 1.000 empregos. A produção deve começar no final deste ano, mas a companhia ainda precisa garantir financiamentos e começar a construção.

"Estamos ansiosos para que eles tomem a iniciativa do que quer que eles vão fazer", diz Scott Devers, prefeito de Inola, que acredita que são necessárias "todas as fontes de energia trabalhando juntas para fornecer o que o mundo precisa".

Várias empresas estimam que a China produza mais do que o dobro da demanda global de painéis, o que pode levar as fábricas dos EUA correrem o risco de não serem competitivas quando a produção chegar.

Forrest Monroy, porta-voz da Maxeon, diz que o excesso teve um "efeito inibidor" sobre o ímpeto da produção no setor de energia solar. A companhia adiou em um ano seus planos de começar a produzir uma fábrica de painéis e células solares de US$ 1 bilhão no Novo México.

Os painéis produzidos no exterior são bem mais baratos que os nacionais. Os painéis de silício cristalino feitos nos EUA geram energia a um custo médio de 29,5 centavos de dólar por watt, segundo a BloombergNEF. Enquanto isso, um painel obtido no sudeste da Ásia pode custar menos de 16 centavos por watt, e na China o custo é de 10 centavos por watt.

Além de todos esses problemas, os fabricantes estão enfrentando um mercado de trabalho historicamente apertado e uma escassez de trabalhadores treinados. A Associated Builders and Contractors (ABC), grupo que defende os interesses do setor da construção, estima que os EUA precisam contratar mais meio milhão de trabalhadores além das contratações normais, para atender a demanda do setor. A consultoria McKinsey estima que o setor de semicondutores dos EUA poderá enfrentar uma escassez de 59 mil a 146 mil trabalhadores até 2029.

Os adiamentos de projetos mostram o quanto será difícil para os EUA repatriar indústrias estratégicas, segundo Anirban Basu, economista-chefe da ABC. "A repatriação é difícil para a América porque por décadas não treinamos técnicos qualificados."

As incertezas com o futuro da IRA no âmbito político também paralisaram o progresso nos projetos. Embora a grande maioria dos dólares sob a IRA tenha fluído para distritos e estados controlados pelos republicanos, a IRA não teve o apoio republicano no Congresso e o ex-presidente Donald Trump prometeu em campanha que vai "acabar com ela".

"Ninguém sabe o que vai acontecer [em novembro] e é muito arriscado começar as obras agora", diz Martin Pochtaruk, presidente da Heliene, que está adiando seus planos de construção de novas linhas de fabricação de células solares para depois das eleições.

E os atrasos acrescentam ainda uma camada de risco político para o governo. A criação mais lenta de empregos no setor industrial torna mais difícil para a candidata democrata Kamala Harris, vender aos eleitores em novembro a agenda econômica do que seria seu governo. O apoio de Estados do Cinturão da Ferrugem, como Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, será decisivo para garantir uma vitória.

> "O tempo mata negócios. Quanto mais tempo parado, mais difícil fica retomar um projeto"
> *Lauren Berry*

SUSAN WALSH/AP-16/8/2022

Biden (no centro), com assessores e parlamentares, durante assinatura na Casa Branca de leis para revigorar setor de indústria estratégica e verde dos EUA

Atrasos e pausas na retomada industrial
Investimento total, por estágio atual, superior a US$ 100 milhões

Em bilhões de dólares

US$ 227,9 bilhões
foi valor total dos 114 maiores projetos compilados pelo FT

Fonte: FT conduziu mais de 100 entrevistas com executivos e autoridades para determinar o status dos projetos

Indiciado
CEO do Telegram deixa prisão na França após pagamento de fiança
B8

Hotelaria Hotéis conseguem reajustar diárias e melhoram margens, diz Eduardo Giestas, da Atlantica B5

Saúde Rebello, da ANS, critica postura dos laboratórios sobre remédios de alto custo B4

Petróleo Mudanças no mercado de gás não mexem com planos da Petrobras B6

Tecnologia Balanço do 2º tri da Nvidia supera expectativas dos analistas financeiros B8

Concessão Licitação está marcada para a próxima quarta-feira (4). Projeto prevê R$ 6,3 bilhões de obras

Leilão de saneamento em Sergipe deverá atrair Aegea, Iguá, Pátria e BRK Ambiental

Taís Hirata
De São Paulo

A concessão de saneamento de Sergipe, que tem leilão programado para a próxima quarta-feira (4), deverá ser disputada por quatro grupos: Aegea, Iguá, Pátria e BRK Ambiental. A entrega das ofertas foi realizada na sede da B3, em São Paulo, na quarta (28), e teve a presença de representantes dos quatro empresas.

O contrato, de 35 anos, prevê R$ 6,3 bilhões de investimentos, para universalização dos serviços até 2033. Nos primeiros dez anos, serão aplicados R$ 4,7 bilhões. O projeto, modelado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contempla 74 municípios do Estado.

Na concorrência, vencerá o grupo que oferecer o maior valor de outorga, cujo mínimo foi estabelecido em R$ 2 bilhões.

A presença da Aegea e da Iguá na disputa já era esperada pelo mercado. A gestora de investimentos Pátria deverá buscar conquistar seu primeiro projeto no setor de saneamento básico. O grupo, que já tem forte atuação em outros setores de infraestrutura, como energia e rodovias, vinha estudando o segmento de água e esgoto, mas ainda não conquistou ativos.

Já a presença da BRK pode marcar uma retomada do grupo em licitações do setor. Desde 2020, quando a operadora arrematou uma concessão regional em Alagoas, a empresa não conquista novos contratos. Nos últimos anos, a operadora controlada pela canadense Brookfield passou por uma reestruturação interna. Houve sondagens dos acionistas para uma possível venda do ativo, que acabou não se concretizando, mas o mercado espera que isso volte à mesa futuramente.

Após a entrega das propostas, o governo estadual comemorou o recebimento das ofertas. "O projeto foi muito bem construído, a prova disso é a concorrência", disse Milton Andrade, presidente da Agência Sergipe de Desenvolvimento (Desenvolve-SE).

Segundo ele, hoje a cobertura na área da concessão é de 95% da população, para o abastecimento de água, mas há 43% de perdas na distribuição. Para esgoto, o índice de atendimento é de 43%. "Hoje, temos uma foto do século 19 no saneamento aqui em Sergipe, isso sem falar na intermitência de água que é muito grande, em especial no interior", afirmou. O novo contrato traz a obrigação de que 99% da população tenha acesso a água (com perdas de até 25% na rede) até 2031 e 90% a coleta de esgoto até 2033.

> "Hoje temos uma foto do século 19 no saneamento aqui em Sergipe"
> *Milton Andrade*

Há também uma expectativa de que os investimentos impulsionem o turismo no Estado, segundo Andrade. "Vamos ter vários benefícios, inclusive destravar nosso litoral para ampliar o turismo e a hotelaria. Vamos resolver um problema histórico. Hoje, nosso litoral é travado pela falta de saneamento básico, nossas praias não podem ser exploradas como deveriam em diversas partes do litoral, e com essa concessão vamos resolver isso."

Após o contrato, a estatal Deso (Companhia de Saneamento de Sergipe) seguirá responsável pela produção e tratamento de água, que será vendida à concessionária, e pelo fornecimento de água bruta aos clientes industriais e comerciais do Estado.

Áreas rurais também estão contempladas na concessão, com indicadores específicos e soluções individuais, mas que também terão de ser atingidas até 2033, afirmou Andrade.

Até o momento, o projeto de Sergipe, que é estruturado pelo BNDES, é o grande leilão de saneamento de 2024. Ainda há expectativa de uma licitação de grande porte do governo do Piauí, que foi cancelada há cerca de duas semanas por falta de interessados. O projeto passa agora por reformulação e pode ser realizado ainda neste ano.

Em maio, também houve cancelamento do leilão de três Parcerias Público-Privadas (PPPs) da Sanepar, por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), que atendeu a questionamento da Aegea sobre um aspecto do edital que impede que um mesmo grupo leve os três contratos. A retomada do projeto, portanto, depende de decisão do tribunal. Os ativos haviam atraído propostas de Aegea, Iguá, Acciona, Sacyr e GS Inima.

Além desses projetos, o BNDES tem uma longa carteira de concessões de água e esgoto em estruturação, porém não há nenhum outro leilão marcado.

Mubadala desiste de Mataripe e foca em biorrefinaria de US$ 3 bi na Bahia

Refino

Fábio Couto
Do Rio

Com Mataripe fora dos planos, o Mubadala Capital vai apostar suas fichas no projeto da biorrefinaria que construirá na Bahia, na qual pretende ter participação majoritária, mas não única. O **Valor** apurou que a gestora iniciou conversas com outros potenciais parceiros, inclusive internacionais, para desenvolver o projeto desenhado para utilizar como matéria-prima a macaúba, um vegetal encontrado no Cerrado brasileiro. A pedra fundamental da biorrefinaria tem previsão de ser lançada no fim do ano, dizem fontes a par do tema.

O Mubadala já iniciou as obras de um centro tecnológico e de inovação, que será localizado em Montes Claros (MG), e começou a compra de terras em várias regiões do Brasil, incluindo Minas Gerais e Bahia. Para o centro, a Acelen Renováveis, braço de energia verde do Mubadala, obteve financiamento de R$ 250 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Procurado, o BNDES não respondeu até o fechamento desta edição.

Em paralelo, a empresa ainda negocia com a Petrobras a saída integral da refinaria de Mataripe, operado pela Acelen, disseram as fontes. O Mubadala Capital, afirmam, tem como premissa não entrar em projetos nos quais não possa ser acionista majoritário, o que não aconteceria com a refinaria. Procurados, Mubalada Capital, Acelen e Petrobras disseram que não comentariam o caso.

A desistência de ficar com Mataripe, segundo as fontes, se deu após o Mubadala perceber a reversão da abertura do mercado de refino e a desistência da Petrobras de vender as oito plantas previstas no plano de desinvestimento, em curso até o início de 2023. O cenário, segundo fontes que conhecem o negócio, é que se formaria uma "concorrência desigual" entre a Petrobras e as refinarias privadas.

A revisão, em maio, das bases do termo de compromisso firmado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) com a Petrobras em 2016 no refino acelerou a saída do Mubadala de Mataripe: a estatal ficou liberada para recomprar até 100% de participação no empreendimento. O Mubadala, assim, abre mão da planta fóssil para se dedicar ao projeto de biorrefino, no qual terá participação acima de 50%. Inicialmente, as negociações entre Mubadala e Petrobras previam que a estatal teria 80% de participação em Mataripe e a Acelen, os outros 20%. Agora, a decisão da gestora dos Emirados Árabes é sair do negócio.

Uma incógnita é o valor a ser pago pela Petrobras pela recompra. A Acelen desembolsou US$ 1,65 bilhão em dezembro de 2021 por 100% da antiga refinaria Landulpho Alves (Rlam), que processava 200 mil barris por dia. A Acelen investiu R$ 2 bilhões para modernizar e reformar a unidade, e outros R$ 500 milhões na construção de uma usina solar para atender à demanda de eletricidade da refinaria. (*veja números de Mataripe ao lado*).

> Uma incógnita é o valor a ser pago pela Petrobras para comprar Mataripe de volta

Segundo uma das fontes, um dos cenários em jogo prevê que a Petrobras pague o mesmo valor desembolsado pela Acelen, somado aos investimentos realizados e ainda não amortizados.

Em dezembro, o Mubadala apresentou proposta de "parceria" à Petrobras, que iniciou em março a avaliação dos negócios ("due diligence"). Segundo fontes, apesar de a estatal afirmar que a due diligence ainda está em andamento, a interpretação é que, na prática, as avaliações terminaram, pois a petroleira parou de enviar questionamentos e de fazer novos pedidos ao Mubadala. A etapa seguinte seria a manifestação formal da estatal.

A Petrobras se manifestou sobre o tema recentemente. No dia 9 de agosto, durante teleconferência com analistas sobre os resultados do segundo trimestre, o diretor de processos industriais e produtos da estatal, William França, disse que a empresa está concluindo a due diligence e o "valuation". Segundo ele, "nada está cravado" sobre participação societária e, "no momento correto", a estatal fará uma proposta ao Mubadala Capital. No mesmo dia, em entrevista coletiva também sobre o balanço trimestral, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse que a eventual recompra da refinaria de Mataripe "não é prioridade."

Em paralelo às negociações por Mataripe, Petrobras e Mubadala assinaram memorando de entendimentos (MoU, na sigla em inglês) para estudar alternativas conjuntas de desenvolvimento da biorrefinaria, que será construída num terreno ao lado de Mataripe e utilizará a infraestrutura existente para escoar a produção para o mercado externo, especialmente de combustível sustentável de aviação. A busca de investidores em outros países não impede, porém, que a Petrobras seja sócia do empreendimento.

O projeto da biorrefinaria da Acelen prevê a produção de 1 bilhão de litros por ano de diesel renovável (diesel R) e combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), com foco em países da Europa e nos Estados Unidos. O volume corresponde a cerca de 20 mil barris de óleo equivalente por dia (boe/dia). Os investimentos estão estimados em US$ 3 bilhões (cerca de R$ 16 bilhões) em dez anos e envolvem o plantio da macaúba e as centrais produtivas. A exportação da produção seria por meio do terminal Madre de Deus, que hoje ainda pertence à Acelen, mas que retornaria à Petrobras com a recompra de Mataripe.

Fontes consideram que a Petrobras, caso aceite a sociedade na biorrefinaria, pagará caro por uma fatia de um ativo que ainda é um projeto: o Mubadala estaria estimando em R$ 1 bilhão a participação de 20%. Porém, como a iniciativa com a Petrobras ainda está na fase de MoU, o Mubadala mantém conversas com outros parceiros potenciais para entrar no negócio, de olho na demanda crescente dos biocombustíveis no exterior.

A primeira fase da biorrefinaria prevê produção de diesel verde e SAF por meio de óleo de soja e sebo animal, tecnologias amplamente conhecidas, enquanto se busca viabilizar a macaúba. O prazo de construção da biorrefinaria é estimado entre 24 e 30 meses. Nesse meio tempo, a Acelen Renováveis fará mapeamento genético e preparações para melhoria da macaúba, para conhecer a real produtividade e alcançar níveis mais elevados de extração do óleo vegetal.

Especialistas apontam um prazo de cinco anos (projeções mais otimistas) a dez anos (mais conservadoras) para uma produção comercial em larga escala, após alcançada a maturidade da macaúba. A meta é obter uma "linhagem em escala industrial", que prevê uma oferta de 1,7 milhão de sementes por mês.

À Petrobras, numa primeira análise, a planta de biorrefino pareceria interessante no momento em que a companhia tenta ganhar espaço no mercado com a produção de diesel verde. A petroleira tem planos de elevar participação em projetos renováveis, ligados à transição energética.

Entrar no projeto, mesmo como acionista minoritária, abriria espaço para elevar investimentos em renováveis, sem ter as "amarras" da governança da estatal, dizem fontes. Por outro lado, há a possibilidade de a Petrobras priorizar projetos próprios, em andamento ou à espera de aprovação, em vez da parceria.

Mataripe em números

Refinaria é uma das principais do país e está na mira da Petrobras

US$ 1,65 bilhão Valor pago pelo Mubadala à Petrobras pela refinaria

R$ 2 bilhões Investimentos em modernização e reforma

R$ 500 milhões Valor investido pela Acelen em usina solar

17/set/1950 Data de inauguração da refinaria

200 total de tanques de armazenamento

11 produtos fabricados na refinaria

Fonte: site da Acelen

Destaques

Custo de Angra 3

Dados preliminares do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) divulgados pela Eletronuclear apontam que a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3 custará cerca de R$ 25 bilhões. Os dados fazem parte de estudo do banco que será divulgado em reunião da diretoria em 2 de setembro. O estudo identificou que cerca de R$ 800 milhões em equipamentos originalmente destinados a Angra 3 foram utilizados em Angra 2. Segundo a Eletronuclear, o valor será ressarcido pelo caixa da segunda central. Outros R$ 500 milhões a R$ 600 milhões em combustível nuclear usados em Angra 2 também serão reembolsados pela operação da usina, para redução no custo de retomada das obras.

Novo hospital da Unimed

A Unimed-BH, maior operadora de planos de saúde da região metropolitana de Belo Horizonte, comprou um imóvel no município de Nova Lima (MG) para instalar um novo hospital geral e materno infantil, com capacidade para até 150 leitos. O valor da transação não foi revelado, mas o diretor-presidente da cooperativa, Frederico Peret, diz que serão investidos R$ 180 milhões entre aquisição do edifício e obras para adaptação. O prédio, que ainda está em fase de construção, possui dez andares e 13,5 mil metros quadrados de área construída. O edifício fica localizado no Vale do Sereno, região que se tornou nos últimos anos um novo polo de saúde. O local foi definido após análises do potencial estratégico da região de Nova Lima.

INÊS 249

Diversidade Estudo diz que transparência sobre ritmo de conquistas causa um impacto positivo

Divulgar o avanço lento dos projetos pode ajudar

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Grandes empresas costumam estabelecer metas para aumentar a diversidade nos quadros, mas muitas não conseguem atingir as cotas pretendidas. Nesse cenário, a maioria das chefias tende a manter a falta de progresso na área em segredo ou sem divulgação — a boa notícia é que ser transparente sobre o ritmo lento das conquistas pode trazer mais benefícios do que se imagina.

A análise é defendida por pesquisadores em artigo publicado na "Harvard Business Review", publicação sobre liderança da universidade americana. Para os estudiosos, apresentar dados do pouco avanço em ações de DE&I (diversidade, equidade e inclusão) pode indicar que a organização leva o tema a sério e está comprometida com metas definidas.

De acordo com Evan Apfelbaum, professor da Questrom School of Business, escola de negócios da Universidade de Boston; e Eileen Suh, pós-doutoranda na Kellogg School of Management da Northwestern University, ambas nos Estados Unidos, 95% das maiores organizações americanas não divulgam publicamente os números de DE&I da força de trabalho.

Segundo eles, as diretorias temem que revelar alcances tímidos de inclusão pode levar o mercado a enxergar a organização de forma negativa ou até manchar a reputação das marcas. "E isso não acontece porque elas não têm os dados na mão", diz Apfelbaum. "Na verdade, para a maioria das organizações, a quantidade de funcionários por raça, gênero e categorias profissionais está sempre disponível porque são obrigadas a reportá-la anualmente à Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego dos EUA [autoridade responsável por fazer cumprir leis federais antidiscriminação nos locais de trabalho]. Os números não são divulgados por opção."

De acordo com os estudiosos, a atitude das companhias não deixa de ser compreensível. "Pesquisas anteriores sobre as impressões passadas pelas empresas sugerem que a divulgação de informações negativas pode custar caro para a imagem corporativa e dissuadir possíveis candidatos a posições em aberto", assinala Suh. Entretanto, segundo a especialista, essa premissa pode não se aplicar às políticas de DE&I.

"A nossa investigação sugere que ser transparente sobre os esforços para acelerar a diversidade pode, na verdade, melhorar — e não desgastar — a reputação das empresas", defende a autora. "A transparência sinaliza um compromisso real com a área de DE&I e mostra que a companhia está disposta a ser honesta sobre a posição atual no tema."

Para chegar a essa conclusão, os professores estudaram os relatórios que 30 grandes grupos, como Apple, Netflix e Starbucks, divulgaram publicamente durante 2021. "A maioria dos documentos revela baixos níveis de diversidade racial e étnica, principalmente na alta gestão", analisam. "Também indicam que as companhias, em geral, tiveram dificuldades para ampliar a diversidade em relação ao ano anterior."

De posse dos relatórios considerados "desfavoráveis", os pesquisadores perguntaram a mil pessoas nos Estados Unidos sobre as impressões que tiveram sobre os dados coletados. Para outros mil entrevistados, pediram que avaliassem as mesmas empresas, mas sem dar acesso aos números de equidade. "Encontramos provas claras de que a divulgação de relatórios desfavoráveis levou as empresas a serem vistas de forma mais positiva do que se não tivessem divulgado as poucas metas alcançadas", diz Suh. "Os respondentes viram as companhias como mais confiáveis e genuinamente comprometidas com iniciativas de DE&I."

Segundo a pesquisadora, os entrevistados também relataram ser mais propensos a disseminar os esforços de diversidade das empresas "mais abertas" nas redes de contato. "As pessoas consideraram que a organização que divulgou os dados negativos fez um progresso significativamente maior do que aquelas que nunca mostraram um único número", assinala. "A transparência mudou a forma como a amostra pesquisada entendeu as 'lutas' das marcas."

A pesquisa aponta para os benefícios das empresas de serem mais francas sobre a falta de progresso em torno da diversidade, mas os autores sugerem que há limites para a divulgação constante de números irrelevantes. "O público não dará às organizações que sempre apresentam cenários de baixa diversidade o benefício 'eterno' da dúvida", explica Apfelbaum. "No longo prazo, a reputação de uma organização em relação à DE&I dependerá da capacidade de cumprir os objetivos. Dito isso, a transparência no tema não pode ser vista apenas como uma 'tática' para provar que a organização 'olha' para a inclusão. Deve ser um sinal de que a gestão está comprometida."

> "A transparência sinaliza um compromisso real com a área de diversidade e inclusão"
> *Eileen Suh*

A perspectiva de exibir o fraco progresso em agendas de DE&I pode tirar o sono de muitos líderes, lembram os estudiosos. "Mas, talvez, os gestores estejam subestimando o quanto é significativo mostrar para funcionários, clientes e parceiros que eles estão em uma batalha pela evolução da diversidade e se responsabilizam, de verdade, pelo cumprimento de metas", concluem.

Na avaliação de Cláudia Ramos, líder de ID&E (inclusão, diversidade e equidade) e experiência do funcionário na Dow para a América Latina, a pouca evolução dos dígitos na área não deve ser encarada como um obstáculo para novos projetos. "Não analisamos apenas os números, mas a efetividade das políticas de inclusão", diz a executiva ao **Valor**. "Quando desenvolvemos um programa, é importante ter em mente que ele pode e deve ser aprimorado."

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Ramos, da Dow, não analisa só números, mas a efetividade das políticas: "a pouca evolução dos dígitos não deve ser um obstáculo para novos projetos"

Foi o que a companhia fez nas seleções para estágios, lembra. "Ao percebermos que alguns pré-requisitos poderiam estar impedindo a empresa de alcançar a diversidade que buscava, reavaliamos o processo e optamos por mudanças, como a não exigência do inglês", relata.

Sobre a divulgação da falta de sucesso nas ações, Ramos diz que a multinacional apresenta "cases" em fóruns da área, quando troca aprendizados com outras companhias e identifica oportunidades de melhoria nas atividades de DE&I. "Como exemplo recente, temos o Programa de Aprendizes Trans, iniciado em 2015 para oferecer capacitação e oportunidade de emprego formal para candidatos com alto índice de vulnerabilidade", explica. "Com o avanço da iniciativa, entendemos que era necessário aprimorar as alianças com ONGs e associações que nos colocassem em contato com os jovens — até para que eles soubessem da nossa ação."

Após as mudanças, continua a executiva, o programa foi relançado no ano passado e, em parceria com a [entidade de assistência social] Rede Cidadã, atingiu a meta proposta, com nove aprendizes trans contratados.

Ramos destaca que, desde 2020, a Dow publica, todos os anos, um relatório sobre o desempenho das iniciativas ESG (boas práticas ambientais, sociais e de governança), que inclui o cenário de DE&I. Antes disso, desde 2018, a fabricante divulgava um relatório de inclusão e diversidade, também anual.

A empresa, que mantém um grupo de afinidade para fomentar a inclusão e o desenvolvimento de pessoas da comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho, está na fase de planejamento de uma campanha de autoidentificação dos funcionários, alinhada com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). "[Essa ação será] para termos uma fotografia do nosso status atual e, assim, traçar metas de longo prazo."

A Dow tem 1,8 mil funcionários no Brasil. O conjunto de compromissos em DE&I inclui atingir a paridade de gênero em posições de liderança na América Latina até 2025, e chegar, no mesmo ano, com 40% de empregados autodeclarados pretos e pardos — atualmente esse índice marca 39%. "Em relação à representatividade de pessoas negras na liderança, estamos com 17% de líderes autodeclarados no Brasil, com o objetivo de atingir 20%, até 2025", destaca. "A Dow valoriza o tema da DE&I como uma vantagem competitiva."

> "As empresas, sobretudo as de capital aberto, devem ser transparentes com os números"
> *Ricardo Sales*

Na seguradora SulAmérica, com quatro mil funcionários, uma das ideias é que a ampliação de posições inclusivas seja estimulada pelo exemplo que vem do topo do organograma. "[No quadro da empresa], 66,4% são mulheres, sendo 54,9% em cargos de média liderança e 42,8% na alta", detalha Raquel Reis, CEO da SulAmérica Saúde & Odonto e segunda mulher a ocupar o cargo máximo na companhia, depois da bisneta do fundador da seguradora, Beatriz Larragoiti Lucas (1931-2004).

Reis, na cadeira desde janeiro de 2023, acredita que as questões de equidade devem ser baseadas em compromissos das lideranças. "Quando houver uma oportunidade, [é preciso] questionar: 'há colaboradoras no processo seletivo?'", pontua a gestora, que ingressou na companhia em 2011, como gerente técnico-comercial. "Uma empresa mais diversa atende a públicos mais diversos. É um impacto positivo para toda a sociedade."

A CEO lembra que, além de mudanças nas etapas de admissão, é necessário acompanhar a carreira das executivas. "Uma vez contratadas ou promovidas, é importante que recebam apoio na maternidade e oportunidades iguais de desenvolvimento profissional", afirma. "Concluímos antes do prazo o primeiro compromisso de ter 30% de mulheres em cargos de alta liderança até 2025. Agora, a meta é alcançar 50% de executivas nesses postos, até 2030."

Ricardo Sales, CEO da consultoria Mais Diversidade, afirma que ter indicadores e metas claras é fundamental para a evolução das iniciativas nas empresas. "Existe um mantra no meio corporativo que diz que o que não é medido não é gerenciado", destaca. "Se existem metas para vendas, comunicação e jurídico, por que seria diferente nessa área?"

Para companhias preocupadas em assumir os passos tímidos no setor de DE&I, a orientação do especialista é apostar na clareza das ações. "Transparência é palavra-chave nos dias atuais", afirma. "As empresas, sobretudo as de capital aberto, devem ser transparentes em relação aos números. Se não estão bons, é importante explicar o que estão fazendo para melhorá-los e definir prazos para a apresentação de resultados."

Sales acredita que o principal receio das corporações que não revelam a falta de êxito em DE&I é o medo das críticas. "Mas nenhuma empresa é perfeita", pondera. "Ninguém está com a lição de casa concluída quando o assunto é diversidade e inclusão. Ter um rumo é tão relevante quanto mostrar ritmo. As organizações devem apontar os esforços que têm feito, sinalizando, inclusive, as principais dificuldades."

Desafios e oportunidades na relação entre gestão e conselhos

Rumo certo

Vicky Bloch

A relação entre conselhos de administração e a gestão das organizações é um tema que revisito com alguma frequência aqui nesta coluna. Trata-se de um assunto que não se esgota e continua exigindo atenção constante.

Desta vez, gostaria de sugerir uma reflexão importante sobre a dinâmica de poder entre conselhos e o corpo executivo. Em muitas situações, percebo oportunidades de melhoria na colaboração entre as partes. Quando o conselho, devido a uma governança ainda em desenvolvimento, se envolve de maneira ativa na gestão, pode haver desafios na construção de uma relação de confiança mútua, o que impacta o desempenho organizacional.

Acredito que ao fomentar um diálogo aberto e encorajar a autocrítica, tanto entre os próprios conselheiros quanto em conjunto com o CEO, podemos fortalecer a governança e garantir que as ações do conselho sejam mais efetivas e alinhadas com os objetivos da organização.

Para mim, a efetividade passa por ter uma compreensão clara dos papéis que cada lado deve desempenhar. E, nesse sentido, é fundamental que a gestão tenha espaço para exercer a sua função plenamente. E o conselho, por sua vez, em vez de controlar ou interferir no dia a dia dos negócios, deve seguir sua missão de acompanhar, provocar reflexões estratégicas e futuras, monitorar os resultados e oferecer conselhos valiosos, sempre com o objetivo de apoiar a gestão na conquista dos melhores resultados.

O aconselhamento é, sem dúvida, uma das funções mais desafiadoras e essenciais. A geração que atua nos conselhos hoje, com algumas exceções, está em processo de adaptação a essa função. Muitas vezes, traz consigo uma abordagem focada na execução e na fiscalização, reflexo de um passado em que o comando e controle eram predominantes.

Um conselheiro ou conselheira de administração precisa saber fazer boas perguntas, provocar reflexões relevantes. Quando atuamos e pensamos em conjunto, permitimos o surgimento de novas ideias. Como teste, deveríamos sempre fazer o questionamento: o que seria diferente — para pior e para melhor — se o conselho não existisse? O que será diferente quando conselho e gestão exercitarem juntos, e profundamente, a reflexão sobre o futuro do negócio?

Papéis bem definidos ajudam a evitar sobreposição de responsabilidades e conflitos, garantindo que cada membro compreenda sua função e contribua de maneira produtiva para o grupo. Além disso, ter clareza dos objetivos — missão e estratégia da empresa, rumos a serem seguidos pela organização etc — permite que o colegiado trabalhe de forma coesa e direcionada, alinhando esforços e recursos para atingir metas comuns.

Ainda que existam desafios, muitas vezes percebo que a relação entre gestão e conselho pode se tornar um jogo de forças opostas, onde a tentativa de eliminar a tensão também tem gerado altos níveis de estresse tanto para a gestão quanto para o conselho.

A chave para reverter esse processo na governança é transformar o controle em orientação e parceria, buscando alinhar as visões e objetivos para trabalhar em sinergia. Em última análise, o objetivo é garantir que tanto o conselho quanto a gestão estejam focados em criar valor sustentável para a organização, aproveitando ao máximo as habilidades e perspectivas de cada parte. Somente assim será possível alcançar um equilíbrio que favoreça a inovação, o crescimento e o bem-estar organizacional de forma duradoura.

Vicky Bloch é fundadora da Vicky Bloch Associados, professora do IBGC, da FIA e membro de conselhos de administração e consultivos

---

Vaivém

Stela Campos

Evolua Energia

João Paulo Campos assume como CEO da Evolua Livre, vertical criada para ampliar a atuação da Evolua Energia. O executivo vem do Grupo Cemig.

Odgers Berndtson

Três novos sócios seniores ingressaram na Odgers Berndtson. São eles: Antonio Carlos Brito, André Pasternak e Sérgio Costantini.

Ânima

Janes Fidélis Tomelin é o novo vice-presidente acadêmico da Ânima. Ele atuou na Uniasselvi, Unicesumar e na Vitru Educação. Também foi diretor acadêmico nacional na Laureate Brasil.

E-mail: vaivem@valor.com.br

valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

INÊS 249

Saúde Indústria farmacêutica diz que apenas seis remédios para doenças raras e oncológicos foram incorporados sem restrição

ANS critica rápida aprovação de medicamento de alto custo

Beth Koike
De São Paulo

Em debate sobre os elevados custos do setor de saúde, que sobem três vezes acima da inflação, o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, destacou o impacto dos medicamentos de alto custo no preço do convênio médico.

Há cerca de dois anos houve uma mudança na legislação que passou a permitir que remédios com novas tecnologias aceitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) são automaticamente cobertos pelos planos de saúde. É necessário esperar apenas 60 dias e, em geral, não há abatimentos de preço como acontece na rede pública. Além disso, vários dos medicamentos destinados a doenças raras não chegaram à fase 3 de pesquisa clínica (última etapa).

Nesse contexto, Rebello disse, ontem durante Conferência Anual do Santander, que o "Brasil é a Disneylândia para indústria farmacêutica na inclusão de novos medicamentos".

A agência reguladora destacou ainda ser preocupante a falta de previsibilidade para o setor, eventuais riscos à saúde dos pacientes e o impacto dos custos, dificultando que os consumidores mantenham seu poder de pagamento do plano de saúde. "É importante que o Brasil, por meio de seus órgãos competentes, mantenha o padrão seguido pelo mundo no que diz respeito à avaliação de tecnologia em saúde, em especial aquelas de caráter experimental e de altíssimo custo."

> "O Brasil é a Disneylândia para a indústria farmacêutica"
> *Paulo Rebello*

CRISTIANO MARIZ / O GLOBO

Rebello, da ANS: remédios aceitos no SUS são aprovados automaticamente

As lideranças da Amil, José Seripieri Filho, mais conhecido como Júnior, e do Fleury, Jeane Tsutsui, também falaram dessa preocupação. "A incorporação de tecnologia com cuidado é muito importante", disse a presidente do Fleury. "Uma operadora pequena quebra se tiver que pagar o Zolgensma [medicamento para atrofia muscular espinhal em crianças que custa R$ 7,6 milhões na rede privada]", disse Júnior.

O Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) rechaçou a fala do presidente da ANS. "O fato é que as despesas dos planos de saúde com medicamentos são menores do que os recursos desperdiçados com fraudes, como é do conhecimento do senhor presidente da ANS. Comparada a países que têm sistemas de saúde parecidos, a saúde suplementar no Brasil ainda está muito atrasada, tanto na incorporação de novas tecnologias quanto na gestão dos serviços prestados", informou Nelson Mussolini, presidente Sindusfarma, por meio de comunicado.

Mussolini destacou ainda que "a fala do presidente da ANS é um desserviço para a saúde brasileira, porque deixa transparecer que ele coloca os direitos dos usuários em segundo plano. Uma retórica descabida e totalmente fora da realidade, que nunca poderia ser dita pelo diretor presidente de uma agência regulatória, que não deve ter lado".

A Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) informou que a fala do presidente da ANS não é "um posicionamento isolado. Têm sido recorrentes os ataques à indústria de inovação por parte do setor de saúde suplementar no último ano e meio, com falas que questionam de maneira leviana, inclusive, a segurança dos medicamentos, que no limite respondem por cerca de 10% dos custos de internação dos pacientes no setor privado".

Ainda de acordo com comunicado enviado pela associação que representa a indústria farmacêutica "nos últimos dez anos, apenas seis medicamentos para doenças raras e oncológicas estão incorporados sem restrições, de um universo de 104 terapias registradas".

Bradesco muda comando em seus negócios no setor

De São Paulo

A Bradesco Seguros promoveu alterações no comando em três dos cinco negócios que possui na área da saúde. A seguradora Bradesco Saúde, operadora dental OdontoPrev e a empresa de hospitais Atlântica passam a ter novas lideranças, com executivos vindos do próprio grupo — seguindo uma tradição de privilegiar nomes da casa.

Manoel Peres, que até então presidia a Bradesco Saúde, vai para o conselho. Em seu lugar, chega Carlos Marinelli, que liderava a Atlântica e, anteriormente, presidiu o Fleury por sete anos. No Fleury, cujo maior acionista é a Bradesco Seguros, não há mudanças e Jeane Tsutsui continua como presidente.

A empresa hospitalar, que está bastante ativa no mercado — recentemente, fez uma joint venture com a Rede D'Or e tem parcerias com Albert Einstein, Mater Dei, Fleury e BP-Beneficência Portuguesa —, agora é comandada por Rodrigo Bacellar. Esse executivo era presidente da OdontoPrev e sua cadeira passa a ser ocupada por Elsen Carvalho, diretor comercial da maior operadora de planos dentais do país, onde está desde 2017.

"Essas mudanças reforçam nosso compromisso em participar de forma cada vez mais significativa do setor de saúde no país, pois estamos posicionando líderes com reconhecida experiência e talento em funções nas quais possuem plena capacidade para promover a evolução dos negócios do grupo", disse Ivan Gontijo, presidente da Bradesco Seguros, cuja receita, no ano passado, ultrapassou a casa dos R$ 100 bilhões.

Luiz Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, destacou: "Temos a convicção de que as mudanças que promovemos nas empresas do grupo, que atuam no setor de saúde, criam os alicerces necessários para nos tornarmos ainda mais relevantes nesse segmento que tanto valorizamos nas organizações Bradesco e que é tão importante para a sociedade brasileira".

A seguradora também é dona da Orizon, empresa de processamento de dados de planos de saúde que já foi presidida no passado por Bacellar. Na Orizon também não houve mudanças.

As empresas de saúde do grupo ocupam posição de liderança nos mercados em que atuam. A seguradora de saúde, por exemplo, tem 4 milhões de usuários e a OdontoPrev possui 8,7 milhões de clientes de planos odontológicos.

O negócio mais recente da Bradesco Seguros foi lançado em 2021, com a criação de uma empresa hospitalar — mercado que mais cresce dentro do setor de saúde. Desde então, já anunciou quatro joint ventures com os principais hospitais do país, a fim de trazer uma chancela de credibilidade aos seus novos estabelecimentos. Além disso, comprou 20% do Grupo Santa, maior rede hospitalar do Centro-Oeste e o ativo mais cobiçado atualmente no setor. *(BK)*

Hotel Foco atualmente é levar de volta a indústria para os níveis de 2013, quando diária média real era cerca de 15% maior do que hoje

Valor da diária sobe e hotelaria volta a atrair investimentos

Cristian Favaro
De São Paulo

A diária média, um dos pontos de atenção da hotelaria, voltou a patamares pré-pandemia e tem ajudado a indústria. Com as margens entrando nos eixos, o segmento começa a chamar a atenção dos investidores imobiliários, etapa importante para retomar a oferta de quartos no Brasil, que andou de lado nos últimos anos. Mas executivos destacaram que o foco, hoje, é levar de volta a indústria para 2013, quando a diária média era cerca de 15% maior do que a dos dias atuais, considerando os valores corrigidos pela inflação.

Dados do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB) mostram que a diária média da hotelaria nacional bateu os R$ 367,90 em julho, alta de 10,5% em um ano e de 15% ante o pré-pandemia. A taxa de ocupação totalizou 62,79%, alta de 2,4 ponto percentual em um ano. Já a receita por quarto disponível (RevPar) subiu 15% em igual comparação.

A melhora nos indicadores, realidade que ganhou corpo de meados de 2023 para frente, ajudou o setor a ganhar mais atratividade para investimentos. Levantamento da FOBH junto do Hotelinvest apontou um total de 44 novos projetos no pipeline neste ano dentro das principais redes do Brasil, elevando o estoque de hotéis em desenvolvimento em 26,9%, para 137 — este estoque estava em tendência de queda desde 2021. O pipeline atual da indústria totaliza investimento de R$ 8,4 bilhões.

Eduardo Giestas, presidente da Atlantica, disse que a grande protagonista tem sido a recuperação de preço, que cresceu 12% no primeiro semestre contra o ano passado no grupo. "A ocupação no semestre só cresceu um ponto percentual ano sobre ano", afirmou ao **Valor**.

Com o cenário, os hotéis do grupo chegaram a uma margem operacional de 39,9% no segundo trimestre, crescimento de 3 pontos percentuais em um ano. "Com esse nível, conseguimos dar boa rentabilidade ao investimento imobiliário", disse. Na pandemia, o indicador rondava os 20%.

A Atlantica, segunda maior operadora de hotéis do Brasil, fechou o segundo trimestre com faturamento de R$ 640 milhões, crescimento de 18,3% na comparação anual. A empresa espera abrir 22 hotéis e residenciais neste ano. No ano passado, foram 13 aberturas. A estimativa é faturar R$ 2,65 bilhões em 2024, alta de 16% contra 2023.

O aquecimento da indústria tem sido percebido também pela francesa Accor, maior operadora de hotéis no Brasil. "O mercado de hotelaria continua evoluindo, apesar de ainda continuar crescendo principalmente através de diária média, com uma estagnação da taxa de ocupação na maioria dos destinos", disse Thomas Dubaere, CEO da Accor Américas na divisão Premium, Midscale & Economy, com mais de 330 hotéis no país.

Segundo Dubaere, a melhora dos indicadores fez o mercado imobiliário olhar mais atentamente para hotéis, sobretudo em regiões com apelo ao agronegócio. "Há mais projetos greenfield acontecendo", disse.

Marco Amaral, vice-presidente de desenvolvimento e operações América do Sul da Minor Hotels, ponderou que o financiamento de projetos ainda é complexo com a atual inflação — há algum tempo, o grupo negocia com investidores um Tivoli em Brasília.

Apesar do dinheiro mais caro, investidores estariam mais dispostos a conversar, sobretudo com o enfraquecimento de lajes corporativas, que ainda sofrem com vacância diante do fenômeno do home office. "As pessoas antes desistiam e iam direto para um shopping ou galpão", disse.

Apenas as operações do Minor Hotels no Brasil tiveram expansão de 23% na diária média de 2022 para 2023, ao passo que, para este ano, a previsão do grupo é de um novo salto de 23%, para R$ 1,4 mil. O grupo Minor tem hoje quatro hotéis em operação no país, além de projetos em desenvolvimento na Bahia e Ceará. A Minor saiu de um lucro líquido de US$ 2 milhões em 2017, com seu negócio por aqui, para um ganho de US$ 20 milhões no ano passado, considerando a mesma base de hotéis.

Amaral disse que a empresa registrou no ano passado uma ocupação de 63%, contra 72% em 2019. "Daqui para frente, estamos em um ponto onde a diária se estabiliza. Não podemos mais subir 23% ao ano. Onde tem espaço é na ocupação", disse, destacando que o setor de luxo tem ganhado mais espaço no consumo das famílias após a pandemia.

Rodrigo Kotzias, sócio da Bain, destacou que a indústria deve passar por movimentos importantes de consolidação nos próximos anos, sobretudo com a retomada das conversões. Segundo levantamento da Bain e da Euromonitor, 84% dos hotéis no país são estabelecimentos individuais, enquanto apenas 16% estão em redes.

As conversões perderam força diante do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que dava incentivos a alguns setores, entre eles a hotelaria. A mudança de bandeira e, com isso, CNPJ, fazia o empresário perder o incentivo. Após reclamações de excesso de impacto no orçamento, o Perse foi revisto.

O presidente do FOHB, Orlando de Souza, disse que o desafio agora é mirar o ano de 2013. De lá para cá, diversas crises econômicas e a inflação apertaram as diárias em termos reais. "Voltamos à diária média para 2019. Mas, em dezembro de 2019, a diária média tinha uma defasagem de 30% contra dezembro de 2013", disse. Hoje, essa diferença está na casa dos 15%.

Continuar subindo a diária vai ser um desafio, disse Souza. Até agora, os ajustes vieram das chamadas tarifas públicas — são aquelas sem negociação, que aparecem nos sites para o consumidor.

"A tarifa pública você consegue subir rápido. Mas as tarifas negociadas, de tripulação aérea, de grandes empresas, eventos, há um período para fazer elas evoluírem. Primeiro porque temos contratos. E também porque as negociações são duras. O desafio é ganhar esses 15% [de defasagem]", disse.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Giestas, da Atlantica: "Boa demanda sustentou ganhos de margem operacional"

Estoque de novos projetos no Brasil

Em 2024, 44 novos hotéis entraram no pipeline

Investimento (R$ bilhão)

Ano	Investimento
2019	5,2
2020	8,2
2021	6,8
2022	5,6
2023	5,8
2024	8,4

Fonte: Panorama da Hotelaria Brasileira - maio/2024

Petróleo Um dos pontos centrais do Decreto 12.153/24 se refere aos percentuais de injeção de gás natural nos poços de exploração

Mudança no mercado de gás não altera planos da Petrobras

Rafael Bitencourt
De Brasília

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta quarta-feira (28) que o decreto que altera regras do mercado de gás natural não prejudicará a companhia nesse segmento. "Isso não nos atrapalha", afirmou a executiva, durante o "Diálogo G20 — Transições Energéticas".

"O que estamos fazendo já é um esforço muito grande na direção (de aumentar a oferta) do gás natural", disse. Um dos pontos centrais do Decreto 12.153/24, publicado terça-feira (27), e que modifica o Decreto 10.712/21, que regulamentou a Lei do Gás (14.134/21), refere-se aos percentuais de injeção de gás na exploração de petróleo.

Esse decreto também define a competência para a Agência Nacional do Petróleo (ANP) "estabelecer remuneração justa e adequada" para os detentores de infraestrutura na cadeia de suprimento do gás natural, como gasoduto e unidade de processamento. A ideia é atender ao interesse do consumidor, especialmente da indústria, ao garantir condições para que o mercado ofereça o produto com preços considerados atrativos. Especialistas apontam riscos de que a regulamentação represente uma intervenção nos planos das empresas e cause insegurança jurídica.

Hoje, o gás natural associado à produção de petróleo é tratado como um subproduto da exploração, por oferecer margem bem menor do que o óleo comercializado no mercado internacional. Por isso, parte importante do gás das reservas nacionais, entre 40% a 50%, é reinjetada no processo de retirada do óleo bruto no subsolo.

RAFAEL BITENCOURT/VALOR

"O mercado brasileiro é imenso, ávido por combustível"
Magda Chambriard

Com o processo de reinjeção do gás natural, a Petrobras defende que evita a emissão de grande volume de dióxido de carbono na atmosfera. Além disso, alega que, ao devolver o gás para o campo, aumenta a velocidade de extração do petróleo. O decreto também estabeleceu que a ANP exija que as petroleiras reduzam o nível de reinjeção, ao "mínimo necessário", e estejam limitadas ao volume máximo estabelecido pelo órgão regulador.

Chambriard explicou que há limitações técnicas em "algumas das plataformas" da Petrobras, desenhadas no "governo passado", que viabilizam a exploração da produção de gás para a costa brasileira. "Também estamos revendo isso", afirmou, ressaltando que "isso também é uma correção de rumo" que está sendo feita.

A executiva destacou as iniciativas para aumentar o consumo de gás, como a inauguração do gasoduto Rota 3, em setembro. "Estamos olhando o mercado de fertilizantes e petroquímica como grande espaço para ampliar o fornecimento de gás", afirmou Chambriard, no evento realizado pelo Ministério de Minas e Energia, em parceria com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Itaipu Binacional". "Nosso desafio agora é colocar gás no mercado brasileiro", acrescentou.

A mudança nas regras também envolve o aumento da participação da estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) na comercialização do gás da União. "O mercado brasileiro é imenso, ávido por combustível", disse Chambriard, sobre a maior participação da PPSA na comercialização.

Ela assegurou que o comitê de monitoramento do mercado, criado por outro decreto (12.152/24), também não desperta preocupação da Petrobras. "Quem trabalha bem não precisa de monitoramento, isso dá mais transparência", disse a presidente da estatal.

MME avalia como positiva a indicação de Pimenta para Vale

Mineração

De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sinalizou na quarta-feira (28) que recebeu de forma positiva a escolha de Gustavo Pimenta para presidir a Vale. Crítico do atual presidente da companhia, Eduardo Bartolomeo, o ministro disse, a jornalistas, que "estava muito ansioso [pela decisão] porque a Vale estava acéfala".

O governo vinha sendo criticado sobre os rumores de tentativas de intervir na escolha do novo presidente da mineradora, com eventual indicação de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda de Lula, para o posto.

Para Silveira, a escolha de Pimenta, que é vice-presidente-executivo de Finanças e Relações da Vale, demonstra que a decisão foi tomada de maneira independente e transparente . Ontem, ele participou da abertura do "Diálogo G20 — Transições Energéticas".

"Isso demonstra o que nós, do governo do presidente Lula, pensamos", disse o ministro, rejeitando a ideia de que houve tentativa de intervir na decisão empresarial e defendendo que a "empresa resolveu [a escolha do CEO] dentro da sua governança".

O ministro reafirmou a posição crítica ao modelo de "corporation", de empresa com capital pulverizado na Bolsa, mas reconheceu ser necessário lidar com essa realidade na Vale e na Eletrobras, que "são empresas com essa natureza".

"Cabe ao ministro de Minas e Energia do Brasil conviver com elas dentro do mais profundo respeito à governança", ressaltou o atual titular da pasta.

Silveira, que tem base eleitoral em Minas Gerais, lembrou que uma das expectativas com a mudança de comando na Vale está relacionada à reparação das tragédias relacionadas ao rompimento das barragens de rejeito de mineração nas cidades mineiras de Marina e Brumadinho. "Espero que o atual presidente, por ser mineiro, tenha a sensibilidade humana para entender as necessidades de solucionar o acordo de Mariana", afirmou.

Ele espera que Pimenta "tenha sensibilidade de entender que a Vale é uma empresa que tem a sua transversalidade internacional", e que os brasileiros a têm como "referência no setor mineral no Brasil e, portanto, ela tem obrigações sociais muito relevantes com a nação brasileira".

"Seremos, o tempo todo, rigorosos na cobrança dos interesses do povo brasileiro em relação ao setor mineral", reforçou Silveira.

Na visão do ministro, mineração "é setor estratégico para o Brasil" e "não há de se fazer transição energética sem se falar nos minerais críticos". "A Vale é grande detentora dos direitos [de exploração] de nióbio, níquel, cobre", disse. "O que queremos do setor mineral do Brasil é que ele seja seguro, para que não ocorra o que houve em Mariana e Brumadinho, e seja sustentável."

Sobre a expectativa do governo de aumento de investimento no setor de siderurgia, Silveira disse que é "realista", pois sabe que "mais de 90% do minério extraído no Brasil vai para Omã ou Golfo do México para sua primeira fase de industrialização, a "briquetização", porque o gás natural do Brasil, usado nesse processo, não tem preço "competitivo". *(RB)*

Futebol americano abre as portas a investidores

Estratégia

Eric Platt e Samuel Agini
Financial Times, de Nova York e Londres

A NFL, a liga profissional de futebol americano dos Estados Unidos, aprovou grandes mudanças em suas regras de propriedade que permitirão a firmas de "private equity" investirem em equipes, abrindo pela primeira vez o esporte mais lucrativo do país ao setor.

Na terça-feira (27), os donos da NFL deram sinal verde para as mudanças, que permitirão aos proprietários de times venderem participações minoritárias às firmas de "private equity".

A liga indicou um pequeno grupo de gestores de investimento, incluindo nomes como Ares Management, Arctos Partners, Sixth Street e um consórcio composto por Blackstone, Carlyle, CVC, Dynasty Equity e Ludis, fundado e liderado pelo ex-jogador de futebol americano Curtis Martin, como compradores preferenciais para os proprietários que desejem vender.

ADRIAN KRAUS/AP

A liga profissional NFL abre oportunidade a investidores que cobiçam o esporte há anos, o mais lucrativo do setor no país

A NFL permitirá que as empresas comprem até 10% do capital social de cada equipe, mas impedirá investimentos em ações preferenciais, algo já comum em outras ligas.

Cada investidor aprovado se comprometeu a investir pelo menos US$ 2 bilhões na liga, incluindo capital alavancado, sendo que poderá dividir a quantia entre vários times. Estima-se que o compromisso total chegará a US$ 12 bilhões. A NFL exigiu que as firmas mantenham as participações em cada time por pelo menos seis anos e limitou o investimento a seis times por empresa.

Um alto executivo da NFL acrescentou que as empresas escolhidas como investidores foram selecionadas, em parte, pela capacidade de entrar com uma grande quantidade de capital desde o "primeiro dia", mas que mais empresas devem ser adicionadas à lista.

Depois da onda de valorização das equipes que as levou a serem estimadas em bilhões de dólares, o negócio abrirá caminho para que os donos de times que desejem monetizar suas participações possam fazê-lo, e, enfim, trará Wall Street para a liga esportiva mais rica dos EUA.

"O apoio hoje na sala [da diretoria] foi muito forte", disse Greg Penner, presidente do conselho de administração do Walmart e dono do Denver Broncos, sobre a votação dos donos das equipes.

Penner acrescentou que, para a liga, era uma questão importante poder oferecer "aos donos uma opção diferente de fontes de capital, mas ao mesmo tempo manter" sua forma de operar e o "ethos central" de serem sócios. "[São] trinta e dois donos em torno da mesa, tomando decisões, deliberando, e isso não mudará com este passo dado hoje."

A NFL é a última grande organização esportiva dos EUA a se abrir a investimentos institucionais. A MLB, a liga profissional de beisebol dos EUA, foi a primeira a fazê-lo em 2019 e logo foi seguida pelas grandes ligas de futebol, basquete e hóquei dos EUA.

A lista de compradores preferenciais da NFL representa a elite do mundo dos investimentos esportivos. A Ares, que gerencia mais de US$ 400 bilhões, investiu no Chelsea FC, da primeira divisão do futebol inglês, e no Inter Miami, da liga americana de futebol.

A Arctos comprou participações no time de basquete Golden State Warriors e, indiretamente, no Boston Red Sox, da MLB; a Sixth Street investiu na equipe de basquete San Antonio Spurs e no clube Real Madrid; e a Dynasty possui uma participação minoritária no Liverpool, do futebol inglês.

Há tempos, os investidores cobiçam o futebol americano dos EUA, que possui o pacote de direitos de transmissão mais lucrativo e caro do país. O contrato de 11 anos no valor de US$ 110 bilhões e os acordos de divisão de receita, assinados em 2021, impulsionaram as estimativas de valores dos times da liga.

As equipes também têm sido vendidas por preços cada vez mais altos.

Em 2022, o herdeiro do Walmart, Rob Walton, liderou um grupo de investidores, do qual Penner também faz parte, que comprou o Denver Broncos por um valor noticiado de US$ 4,6 bilhões. No ano seguinte, os Washington Commanders, também de futebol americano, foram comprados por US$ 6 bilhões pelo cofundador da Apollo Global Management, Josh Harris.

Agora que as franquias da NFL trocam de mãos por bilhões de dólares, ficou mais difícil para que bilionários paguem sozinhos o dinheiro necessário para cobrir o valor total. Ao flexibilizar as regras de propriedade, a NFL tornará mais fácil para as equipes levantarem capital e para os proprietários existentes venderem suas participações ou saírem do investimento.

"Eles precisam se institucionalizar e aumentar o valor das franquias", disse um investidor de "private equity".

"Josh comprou os Commanders por US$ 6 bilhões e, se ele quiser vender por US$ 10 bilhões a US$ 12 bilhões no futuro... poucas pessoas têm esse dinheiro. A lei dos grandes números está entrando em cena."

Ainda assim, as regras de propriedade da NFL continuam bem mais rigorosas do que as de outros esportes e ligas, nos quais as firmas de "private equity" e outros fundos de investimento podem adquirir o controle total dos times.

A RedBird Capital Partners, empresa de investimento fundada por Gerry Cardinale, que trabalhou na área de fusões do Goldman Sachs, é dona do clube de futebol italiano AC Milan, enquanto a Oaktree Capital, que tem sede em Los Angeles e investe em dívidas inadimplentes, assumiu o controle do rival Inter de Milão, em maio, depois de os proprietários chineses do clube de futebol não terem conseguido pagar um empréstimo de 400 milhões de euros.

Em 2022, a firma de private equity Clearlake Capital e o financiador americano Todd Boehly encabeçaram a aquisição do Chelsea por 2,5 bilhões de libras esterlinas (US$ 3,18 bilhões).

Entidades vinculadas a Estados também têm mais liberdade no futebol europeu.

Em 2021, o fundo soberano da Arábia Saudita comprou uma participação majoritária no clube inglês Newcastle United. A Qatar Sports Investments é dona dos campeões franceses Paris Saint-Germain, que agora conta com a Arctos como acionista minoritária.

Nos Estados Unidos, em 2023, o Qatar Investment Authority, um fundo soberano, comprou uma participação de 5% na empresa controladora dos times profissionais de basquete e de hóquei de Washington por US$ 200 milhões. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Curtas

Capital na OpenAI

A OpenAI está em negociações para levantar vários bilhões de dólares em uma nova rodada de financiamento que daria à startup por trás do ChatGPT um valor de mercado de mais de US$ 100 bilhões, informou a Dow Jones Newswires. A firma de capital de risco Thrive Capital está liderando a rodada e investirá cerca de US$ 1 bilhão, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto. Espera-se que a Microsoft também invista na OpenAI. A nova rodada de financiamento seria a maior injeção de capital externo na OpenAI desde que a Microsoft investiu cerca de US$ 10 bilhões em janeiro de 2023. Desde então, uma disputa se estabeleceu no Vale do Silício para construir os sistemas de inteligência artificial (IA) mais avançados, em um esforço para dominar uma indústria que muitos dizem que revolucionará a economia.

Paralimpíada

Com abertura oficial nesta quarta-feira (28), as Paralimpíadas não são apenas uma celebração do esporte e da inclusão, mas também uma plataforma para marcas que desejam se destacar no cenário global, promovendo valores que ressoam aos consumidores. De acordo com o estudo Brand Inclusion Index, da Kantar, 86% dos brasileiros consideram importante que as empresas cujos produtos eles consomem promovam ativamente a diversidade e a inclusão, tanto nos negócios quanto na sociedade em geral.

Ver mais no site do Valor

Lucro da Lego

A Lego teve lucro líquido de 6 bilhões de coroas dinamarquesas (US$ 895 milhões) nos seis primeiros meses do ano, crescimento de 17,6% na comparação anual. A fabricante de brinquedos alcançou receitas de 31 bilhões de coroas dinamarquesas (US$ 4,62 bilhões) de janeiro a junho, alta de 13% comparado a um ano antes. "Nosso portfólio de produtos continua a ter relevância para todas idades e segmentos", diz Niels B. Christiansen, diretor-presidente da Lego.

INÊS 249

Chip Receita chega a US$ 30 bi no 2º trimestre e a projeção para o próximo é de US$ 32.5 bilhões

Lucro da Nvidia cresce 168%, mas ação cai

Daniela Braun
De São Paulo

A fabricante de chips Nvidia superou as projeções de analistas financeiros no balanço do segundo trimestre fiscal de 2025, e reforçou seu protagonismo na corrida por infraestrutura computacional para o avanço da inteligência artificial (IA) generativa. Mas as expectativas cada vez mais elevadas sobre a empresa e a chegada de uma nova geração de chips para IA elevaram a sensibilidade do mercado. Após a divulgação dos resultados, as ações da empresa chegaram a recuar 7,7% no pós-fechamento da Nasdaq nesta quarta-feira (28). No pregão regular, os papéis fecharam em queda de 2,10%.

“O mercado é bastante ávido por resultados”, disse o diretor-executivo de vendas corporativas da Nvidia na América Latina, Marcio Aguiar, em entrevista ao **Valor**. “Nossos avanços estão em linha com o esperado nos últimos trimestres”, defendeu.

No trimestre encerrado em 28 de julho, a Nvidia teve lucro líquido de US$ 16,6 bilhões, alta de 168% sobre os US$ 6,2 bilhões apresentados um ano antes. A receita líquida alcançou um recorde de US$ 30 bilhões, avanço de 12% em relação ao segundo trimestre do ano fiscal de 2024.

O resultado superou as expectativas do mercado, que estimava receita de US$ 28,7 bilhões, segundo analistas consultados pela FactSet. A receita projetada pela Nvidia de US$ 32,5 bilhões para o terceiro trimestr também supera previsões.

Os resultados da Nvidia mostram que a empresa segue liderando a corrida pela IA generativa, nota a consultoria eMarketer. “As estratégias agressivas de investimento em IA das ‘big techs’ geram uma demanda massiva pelos chips da Nvidia, mesmo que estas mesmas empresas invistam no desenvolvimento de seus próprios processadores”, disse o analista de tecnologia da eMarketer, Jascob Bourne.

Embora concorrentes como a americana AMD se movimentem para oferecer chips mais parrudos capazes de atender a exigência computacional da IA, segundo Bourne, a Nvidia se mantém à frente com uma nova geração de suas GPUs [unidades de processamento gráfico] Blackwell.

“O lançamento oportuno dos chips Blackwell de próxima geração será essencial para a Nvidia manter sua posição dominante no mercado cada vez mais competitivo de de IA”, disse Bourne.

No entanto, em um segmento onde a espera de clientes por chips da Nvidia é de pelo menos seis meses e as entregas são disputadas no mundo todo, atrasos preocupam o mercado.

Na divulgação dos resultados, a empresa informou que a nova geração de unidades gráficas de processamento (GPUs, na sigla em inglês) Blackwell, vai gerar receita no quarto trimestre.

A espera de clientes por uma nova geração de chips pode esfriar a demanda pela geração atual, nota o sócio da gestora Arbor Capital, Matheus Popst.

Aguiar, da Nvidia, defende que a nova geração Blackwell não se sobrepõe à atual. “Sabemos que pode haver espera de clientes por novas gerações, mas agora estamos lançando uma plataforma que inclui softwares para acelerar desenvolvimentos de IA, placas de rede e novos conceitos de refrigeração de GPUs baseadas em água”, explica. “No terceiro e, especialmente, no quarto trimestre, as vendas vão dobrar porque a demanda já está colocada pelos clientes”, projeta o executivo. Os primeiros pedidos da nova plataforma da Nvidia vão para China, EUA e Europa, informa Aguiar. *(Colaborou Victor Meneses)*

Desempenho da Nvidia Corp.
Cotação * dia a dia - em US$/ação

US$ 30 bilhões
é a receita líquida no 2º trimestre - as vendas mais do que dobraram em relação a igual período de 2023

US$ 16,6 bilhões
é o lucro no segundo trimestre - há um ano o lucro tinha sido de US$ 6,2 bilhões

US$ 32,5 bilhões
é a receita projetada pela Nvidia para o 3º trimestre deste ano

Variações - em %
-2,10% No dia | **168,28%** 12 meses

Valor de mercado **US$ 3,1 trilhões**

Fonte: Yahoo finance. Elaboração: Valor Data. *Listada na Nasdaq

STF intima Elon Musk e ameaça suspender a plataforma X no Brasil

Redes sociais

Isadora Peron
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) usou o seu perfil no X para comunicar a plataforma de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes. No despacho, ele intimou o bilionário americano Elon Musk a indicar quem é o representante legal da empresa no Brasil e ameaçou suspender a rede social caso siga descumprindo decisões judiciais.

A conta oficial do Supremo marcou os perfis “@GlobalAffairs” e “@elonmusk” na publicação que dizia “mandado de intimação” e anexava a peça assinada pelo ministro.

Nas últimas semanas, a plataforma começou a divulgar decisões sigilosas do ministro no perfil da empresa. Agora, Moraes usou o mesmo caminho para notificar Musk. No dia 17 de agosto, a empresa anunciou, também em um post na rede, que iria “encerrar as operações” no Brasil.

No despacho, o ministro determinou a indicação, em 24 horas, do nome e qualificação do novo representante legal da empresa em território nacional, “sob pena de imediata suspensão das atividades da rede social ‘X’ (antigo Twitter) até que as ordens judiciais sejam efetivamente cumpridas e as multas diárias quitadas”.

Em abril, Moraes determinou a abertura de um inquérito contra Musk, depois de ele anunciar que iria passar a descumprir decisões judiciais e liberar o conteúdo de perfis bloqueados por determinação do STF. O empresário também foi incluído entre os investigados no inquérito que apura a atuação das chamadas milícias digitais. A investigação mira aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Depois disso, houve novos episódios de enfrentamentos entre o ministro e o bilionário. Recentemente, a rede social também ignorou uma decisão da Justiça Eleitoral para suspender o perfil de Pablo Marçal (PRTB), candidato à Prefeitura de São Paulo.

> Alexandre de Moraes determinou que Musk indique, em 24h, o novo representante legal

Diante dos sucessivos embates, os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux e Edson Fachin, relatores de três ações que tratam sobre Marco Civil da Internet e plataformas digitais na Corte, decidiram liberar seus processos para a pauta.

Na semana passada, eles pediram para o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, que os casos fossem julgados em conjunto, preferencialmente no mês de novembro. A data do julgamento ainda não foi definida.

CEO do Telegram é acusado de cometer crimes

Bloomberg

Pavel Durov, o CEO do Telegram, foi acusado na França por cumplicidade na disseminação de imagens sexuais de crianças e outros crimes, como tráfico de drogas, no aplicativo de mensagens. As acusações contra Durov pintam um quadro de uma plataforma quase totalmente não cooperativa com as autoridades e incluem alegações de que ele se recusou a ajudar agências a executar grampos legais em suspeitos, disseram promotores de Paris em uma declaração na nesta quarta-feira (28).

As acusações podem presumir sentença máxima de 10 anos de prisão. Os promotores ordenaram nesta quarta-feira que Durov pagasse € 5 milhões (US$ 5,6 milhões) em fiança e o proibiram de deixar a França, diz a declaração.

Durov enfrenta novas acusações de permitir que organizações criminosas realizem transações ilegais na plataforma. O empresário de 39 anos foi parado no aeroporto de Le Bourget, ao Norte de Paris, no sábado (24), após desembarcar de um jato particular e colocado sob custódia para interrogatório policial por quatro dias.

A promotora de Paris, Laure Beccuau, disse que, embora o Telegram tenha aparecido em vários casos com foco em crimes contra menores, tráfico de drogas ou ódio on-line, as equipes dela notaram a “quase completa” falta de resposta da plataforma a solicitações legais de cooperação. Uma situação semelhante foi relatada por autoridades em países vizinhos, incluindo a Bélgica. “Foi isso que levou a Junalco a abrir uma investigação sobre a possível responsabilidade criminal dos executivos do aplicativo de mensagens na prática desses delitos”, disse Beccuau, referindo-se à sua unidade focada no crime organizado.

TATAN SYUFLANA /FILE/AP

Durov é acusado de cumplicidade na disseminação de imagens sexuais de crianças

> Pavel Durov não pode sair da França e, se for condenado na França, pode ficar preso por até 10 anos

O Telegram não respondeu a um pedido de comentário na noite desta quarta-feira. Em uma declaração divulgada no Telegram no domingo (25), a empresa sediada em Dubai afirmou que Durov “não tem nada a esconder” e que o aplicativo obedece às leis europeias. “É absurdo alegar que uma plataforma ou seu proprietário são responsáveis pelo abuso dessa plataforma”, dizia a declaração. “Estamos aguardando uma resolução rápida desta situação.”

A atitude de Durov em relação à regulamentação ajudou a tornar o Telegram um gigante, mas também o colocou em desacordo com os governos por ignorar repetidamente os pedidos para moderar melhor o conteúdo em sua plataforma. O bilionário se autointitula um libertário radical e cultiva um visual inspirado no personagem Neo, de Keanu Reeves, em Matrix.

Embora a apresentação de acusações seja um ponto-chave nas investigações francesas, um julgamento criminal — se algum for ordenado — pode levar meses e até anos. Conforme o caso avança, Durov terá oportunidade de contestar as descobertas de investigadores por meio de sua equipe jurídica.

Live do Valor

LEO PINHEIRO/VALOR

O ano está sendo visto como uma oportunidade para as empresas que querem trabalhar suas estratégias de comunicação voltadas para a sustentabilidade. A perspectiva de o Brasil sediar o mais importante evento do mundo sobre mudanças climáticas em 2025, a COP30, em Belém, no Pará, cria um ambiente propício para marcas e agências. O tema foi discutido na Live do Valor desta quarta-feira. Participaram Bruna Tiussu, especialista em informação ao consumidor para a ONU Meio Ambiente; Isvilaine Conceição, especialista do Observatório do Clima; e Bruna Ventura, analista sênior do Valor Social da Globo, com mediação de Tatiana Schnoor, do Valor.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Oficina Utv Ltda. -** CNPJ: 41.463.800/0001-26 - Endereço: Av. Professor Lucas Nogueira Garcez, 4996, Sala 02, Bairro Jardim Paulista, Atibaia/sp - Requerente: Oficina Utv Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Campinas/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Umberto Produtos Alimentícios Ltda. ME -** CNPJ: 11.366.731/0001-71 - Endereço: Rua Santos Dumont, 2007 A, Parque São Vicente, Birigui/sp - Requerente: Umberto Produtos Alimentícios Ltda. ME - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Falências Decretadas

Empresa: **F. Martini Comércio de Vidros e Esquadrias Epp -** CNPJ: 33.426.053/0001-28 - Endereço: Rua Antonio Ometto, 1015, Bairro Vila Cláudia, Limeira/sp - Administrador Judicial: Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Pompeu Luccas - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Rmb Comércio de Vidros e Esquadrias Ltda. Epp -** CNPJ: 22.539.946/0001-63 - Endereço: Rua Ampélio Gazetta, 4733, Parque Industrial H, Nova Odessa/sp - Administrador Judicial: Brasil Trustee Assessoria e Consultoria Ltda., Representada Pelo Dr. Fernando Pompeu Luccas - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Lft Logística e Transportes Ltda. -** CNPJ: 44.114.930/0001-41 - Endereço: Rua Aureliano Guimarães, 172, 1º Andar, Cjto. 04, Bairro Vila Andrade - Requerente: Nevada Rent a Car Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes, aguardando em cartório seu cumprimento.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **A. M. E. Transporte Rodoviário de Carga Ltda. -** CNPJ: 36.031.777/0001-60 - Endereço: Chácara 12, Gleba 03, St A1, S/nº, Sala 04, Zona Rural, Vilhena/ro - Administrador Judicial: Hammoud Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **A. M. R. Gestão Logística Ltda. -** CNPJ: 01.358.086/0001-91 - Endereço: Av. Vito Candeloro, 1778 S, Quadra 12, Sala 02, Setor Industrial Ii, Comodoro/mt - Administrador Judicial: Hammoud Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **A. N. M. A. Holding e Participações Ltda. -** CNPJ: 00.235.069/0001-02 - Endereço: Rua Nassau, 182, Sala 03, Bairro Jardim Das Américas - Administrador Judicial: Hammoud Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Alan Cristian Mota Flores -** CNPJ: 54.892.747/0001-20 - Endereço: Rua C, St S 01, Gleba 03, Setor Embratel, Lote 33, Zona Rural, Vilhena/ro - Administrador Judicial: Hammoud Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Concretos Ritt Ltda. -** CNPJ: 25.239.103/0001-30 - Endereço: Rodovia Br 290, Km 578 + 785 M, Nº 61, Balneário Cavera, Alegrete/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Emanuelly Oliveira Ramalho -** CNPJ: 54.884.863/0001-06 - Endereço: Rua C, St a 01, Gleba 02, Setor Embratel, Lote 17, Zona Rural, Vilhena/ro - Administrador Judicial: Hammoud Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Garra Alegrete Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 40.157.995/0001-13 - Endereço: Rua Tiradentes, 395, Centro, Alegrete/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Garra Santa Rosa Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 28.380.730/0001-84 - Endereço: Av. Expedicionário Weber, 181, Centro, Santa Rosa/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Laticínios Maná Ltda. -** CNPJ: 17.211.072/0001-80 - Endereço: Estrada da 5ª Linha Nascente, S/nº, Lotes 06 e 08, Quadra 59, Zona Rural, Glória de Dourados/ms - Administrador Judicial: Cury Administradora Judicial Ltda,, Representada Pelo Dr. José Eduardo Chemin Cury - Vara/Comarca: 5a Vara de Dourados/MS

Empresa: **Luiz Antonio Mendes Pacheco, Agricultor -** CNPJ: 55.681.425/0001-03 - Endereço: Rodovia Mt 130, Sete Placas À Esquerda, + 15 Km, Após À Direita, 35 Km, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Franco & Dalia Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Samuel Franco Dalia Neto - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Mally Transportes e Serviços Ltda. -** CNPJ: 21.334.522/0001-08 - Endereço: Rua Espírito Santo, 92 N, Sala 03, Centro, Comodoro/mt - Administrador Judicial: Hammoud Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT

Empresa: **Ritt Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 20.299.660/0001-22 - Endereço: Rua Vinte de Setembro, 825, Centro, Alegrete/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Ritt Pré Moldados Ltda. -** CNPJ: 89.230.411/0001-87 - Endereço: Rua Br, Lote 18, Balneário Cavera, Alegrete/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS

Empresa: **Supermercados Cristal Ltda. -** CNPJ: 28.664.456/0001-75 - Endereço: Av. Presidente Costa e Silva, 611, Bairro Edson Passos - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pela Dra. Ana Beatriz Martucci Nogueira Maroni - Vara/Comarca: Vara Cível de Mesquita/RJ

Empresa: **Tiago Pacheco, Agrônomo -** CNPJ: 55.681.245/0001-13 - Endereço: Rodovia Mt 130, Sete Placas À Esquerda, + 15 Km, Após À Direita, 35 Km, S/nº, Zona Rural, Paranatinga/mt - Administrador Judicial: Franco & Dalia Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Samuel Franco Dalia Neto - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **02 Studio Gráfico Ltda. -** CNPJ: 05.113.639/0001-05 - Endereço: Rua Pedro Colaço, 55, Sala 02, Bairro do Piqueri - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Centrográfica Editora & Grafica Ltda. -** CNPJ: 48.881.940/0001-63 - Endereço: Rua Pedro Colaço, 55, Bairro do Piqueri - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Gbprint Ltda. Epp -** CNPJ: 04.917.379/0001-50 - Endereço: Rua Pedro Colaço, 55, Sala B, Bairro do Piqueri - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Nexxt Editora e Gráfica Ltda. -** CNPJ: 26.469.714/0001-37 - Endereço: Rua Pedro Colaço, 55, Bairro do Piqueri - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Garra Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 19.055.856/0001-92 - Endereço: Av. Presidente João Belchior Goulart, 1572, Bairro Fluminense, Santana do Livramento/rs - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Empresa: **Garra Livramento Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 15.638.997/0001-87 - Endereço: Rua Tenente Aníbal Benevolo, 215, Bairro Divisa, Santana do Livramento/rs - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Empresa: **Garra Santo Ângelo Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 32.184.051/0001-07 - Endereço: Av. Getúlio Vargas, 2966, Centro, Santo Ângelo/rs - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Empresa: **Garra Sr Comércio de Combustíveis Ltda. -** CNPJ: 21.614.280/0001-06 - Endereço: Av. Inhacara, 307, Centro, Santa Rosa/rs - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Empresa: **Ritt Geração de Energia Ltda. -** CNPJ: 41.686.035/0001-03 - Endereço: Rua Visconde de Tamandaré, 236, Centro, Alegrete/rs - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Passo Fundo/RS - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Infraestrutura Fórum Caminhos da Safra destaca relevância de plano de longo prazo para transportes

Inovação reforça avanços na logística do agro

Marcos Giesteira
Para o Valor, de Brasília

Para que a logística de escoamento da produção agropecuária brasileira evolua, inovação e tecnologia são tão importantes quanto obras em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, segundo avaliação dos especialistas que participaram ontem do Fórum Caminhos da Safra. O evento, uma realização da “Globo Rural”, ocorreu no auditório da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília.

Algumas dessas iniciativas foram tema dos debates no evento. O diretor de relações institucionais da Amaggi, Ricardo Tomczyk, por exemplo, deu detalhes sobre o projeto da companhia de usar biodiesel em larga escala em suas operações. Hoje, o grupo utiliza o biocombustível para abastecer mais de 100 caminhões, tratores e até uma embarcação, que transporta grãos no Rio Madeira.

“A substituição do diesel pelo biodiesel reduz em até 99% as emissões de carbono. O mercado vai demandar, cada vez mais, empresas que tenham compromisso ambiental”, afirmou o executivo. A iniciativa faz parte das ações da Amaggi, uma das empresas de agronegócios do país, para perseguir a meta de zerar suas emissões de carbono até 2050.

Para poder fazer navegação fluvial na região da Amazônia e enfrentar o constante assoreamento dos rios, a Transportes Bertolini criou um estaleiro próprio, desenvolveu balsas para navegar em rios de baixo calado e inventou empurradores adaptados. Em 2023, essa soma de inovações foi responsável pelo transporte de 6 milhões de toneladas de soja e milho, relatou Paulo Caleffi, diretor da empresa.

Os esforços de inovação na logística não se restringem às operações de transporte da produção. Em parcerias com diferentes concessionárias de rodovias, a operadora de telefonia TIM passou a oferecer internet rápida nas estradas que fazem parte desse trabalho, o que também melhorou a conectividade nas propriedades rurais ao longo desses trajetos.

“Já temos 4,7 mil quilômetros de rodovias com o serviço. Veículos conectados trazem benefícios para o escoamento da safra”, disse Leonardo Belotti, diretor comercial corporate São Paulo da TIM.

O presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul (SC), Cléverton Vieira, mostrou que inovação não é necessariamente sinônimo de gasto elevado. “Nós investimos cerca de R$ 4 milhões para fazer a automação dos ‘gates’, e tivemos ganho na eficiência e produtividade”, contou Vieira. Com a novidade, a movimentação no porto cresceu 33% no ano passado.

Para além da inovação, os especialistas que participaram do fórum destacaram também que é essencial o país melhorar o planejamento de longo prazo de sua logística. “A nossa infraestrutura sobe de escada, e a produção, de elevador”, resumiu o coordenador da EsalqLog/USP, Thiago Péra.

Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da CNA, reiterou a mensagem. “O setor precisa de previsibilidade. No Brasil, nada pode dar errado, porque se acontece alguma coisa que interfira, o agro fica na mão”, avaliou.

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale Rodrigues, destacou que o governo federal aumentou o orçamento para obras em rodovias, portos, ferrovias e hidrovias e pretende incentivar concessões e parcerias público-privadas, além de aprimorar o marco regulatório. “Temos um plano logístico de longo prazo. Vamos identificar gargalos, fazer investimentos e contratos de concessão flexíveis [para] atender melhor a produção rural”, afirmou.

O porto de Santos receberá R$ 12 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos, destacou o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini. “O Brasil tem que priorizar os investimentos em logística, assim como fizeram Estados Unidos e China”, disse ele.

O Fórum marcou o encerramento do Caminhos da Safra. No projeto, equipes de reportagem da “Globo Rural” percorrem as principais rotas da produção agropecuária brasileira para produzir reportagens sobre a logística do agro.

ADRIANO BRITO/TRILUX

Painel do Fórum Caminhos da Safra na CNA, em Brasília: investimentos, inovação e planejamento são prioridade

Lucro da Zilor subiu 15% no 1º trimestre da safra 2024/25, para R$ 65 milhões

Balanço

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Zilor registrou lucro líquido de R$ 65 milhões no primeiro trimestre da safra 2024/25, 15% mais que no mesmo intervalo do ciclo anterior. Segundo relatório divulgado pela empresa, o resultado foi influenciado por uma maior equivalência patrimonial e variação positiva do ativo biológico, apesar dos efeitos negativos da queda nas vendas de etanol e do clima adverso.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado caiu 34,8% no período, para R$ 204 milhões. Esse declínio refletiu, principalmente, a redução do volume de vendas de etanol e os preços menores no mercado interno, que foram parcialmente compensados pelo açúcar.

“Adicionalmente, houve o impacto temporal decorrente da estratégia de colheita aplicada a essa safra priorizando a colheita da cana de parceiro e postergando a colheita da cana própria que ocorrerá no decorrer da safra”, informou a Zilor.

A mudança na estratégia de colheita veio em função do clima seco, que prejudicou a moagem de cana da Zilor no trimestre — houve queda de 1,9%. Já a produção de açúcar caiu 5% no período, para 219,3 mil toneladas, enquanto o processamento de etanol cresceu 3,7%, para 169,7 mil metros cúbicos, puxado pelo hidratado.

Do total, 111,7 mil metros cúbicos de etanol produzidos pela companhia foram do tipo anidro, uma queda de 5,4%. Porém, a fabricação do hidratado aumentou 27,3%, para 58 mil metros cúbicos. No segmento de bioenergia, a empresa comercializou 214,8 mil MWh no trimestre, avanço de 10,9% no comparativo anual.

valor.com.br
Mais sobre resultados da sucroalcooleira Zilor em www.valor.com.br

INÊS 249

Agronegócios

Por
Políticas Eco Invest, iniciativa estruturada com recursos do Fundo Clima, poderá garantir oferta de US$ 1 bilhão para financiar recuperação de pastos degradados

Governo vai usar Fundo Clima para internalizar dinheiro para pastagens

Rafael Walendorff e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Ministério da Agricultura e a Secretaria do Tesouro Nacional encontraram uma saída para finalmente dar o pontapé no Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD) com o uso de recursos internacionais. Um modelo já existente no arcabouço legal brasileiro deverá ser usado para internalizar o dinheiro estrangeiro e poderá garantir uma oferta de cerca de US$ 1 bilhão para o financiamento da recuperação dessas áreas, com juros próximos de 6,5% ao ano.

A ideia é usar o Eco Invest, programa de mobilização de capital privado externo e de proteção cambial do governo. Lançada em fevereiro, a iniciativa é estruturada com recursos do Fundo Clima e faz parte do Plano de Transformação Ecológica do Brasil, para atrair e facilitar investimentos estrangeiros privados no país.

As equipes têm trabalhado para anunciar um edital específico para recuperação de pastos degradados na linha de "blended finance" do programa. A linha já foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e está com um edital aberto, mas para projetos em geral relacionados ao meio ambiente.

Um chamamento específico para financiar projetos de recuperação de áreas degradadas seria feito, segundo apurou o **Valor**, devido ao forte apelo ambiental dessa ação e também do interesse de bancos internacionais e multilaterais em apoiar a iniciativa. Também é uma demanda do próprio Ministério da Agricultura.

Pela linha do "blended finance", o governo abre um edital de leilão para financiamento de projetos em setores como biocombustíveis, indústria verde, saneamento, ferrovias e recuperação de áreas biodegradadas. Os agentes financeiros fazem lances para o financiamento de programas que apoiam.

Os projetos que exigirem menor aporte de recursos públicos e que atendam às demais exigências do edital vencem. Entre elas está demonstrar que parte dos recursos para financiar os projetos será levantada nos mercados de capitais internacionais e que as exposições estão protegidas contra riscos cambiais. A ideia é distribuir os recursos disponíveis entre vários vencedores, não um único agente.

A parte do financiamento público é bancada com recursos do Fundo Clima, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que tem sido abastecido com valores levantados pelo Tesouro Nacional nas emissões externas de títulos da dívida pública sustentáveis — ou seja, aplicados em projetos com impacto ambiental ou social positivos. Já foram feitas duas emissões, cada uma de US$ 2 bilhões.

O assessor especial do Ministério da Agricultura, Carlos Augustin, disse que o modelo pode viabilizar o início do programa de conversão de pastagens degradadas e resolver o entrave.

GUILHERME MARTIMON/MAPA
"Dá pra fazer a coisa andar agora que o dinheiro apareceu"
Carlos Augustin

"Vamos usar parte do dinheiro do Fundo Clima e parte do dinheiro captados pelos próprios bancos para formar o valor total, que chegue em real mais juros de 6,5% ao ano aos produtores", afirmou. Alternativas avaliadas até então previam repasse dos valores em dólar mais juros de 9% por ano, considerados proibitivos pelo setor.

A ideia, segundo Augustin, é usar até US$ 1 bilhão dos recursos do Fundo Clima, via a linha de "blended finance" do Eco Invest, nessa primeira rodada. Como o dinheiro é complementar ao capitalizado pelos bancos operantes, o valor final alavancado deverá ser bem maior.

Enquanto o Tesouro ajusta as regras para o leilão, o Ministério da Agricultura conversa com a Embrapa, o Banco do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente para criar uma normativa técnica de monitoramento da aplicação correta desses recursos.

"Dá pra fazer a coisa andar agora que o dinheiro apareceu e sabendo que existe um modelo pronto para fazer, mas precisamos definir quais são as práticas e qual será o monitoramento", disse Augustin, que esteve na Europa na semana passado, onde conversou com bancos e fundos sobre aporte de recursos no programa.

Ele ressaltou que continua na construção de outras ferramentas para atrair e viabilizar o ingresso de dinheiro no PNCPD. "Não significa que vamos parar de caçar dinheiro, mas esse modelo vai dar um primeiro impulso e tirar da inércia", afirmou.

Gestado desde a pré-campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, o PNCPD foi lançado oficialmente em dezembro do ano passado, mas ainda não saiu no papel. A intenção é recuperar ou converter até 40 milhões de hectares degradados em dez anos e praticamente dobrar a produção de grãos no Brasil sem abertura de novas áreas. O custo total é estimado em cerca de US$ 120 bilhões.

A equipe do ministro Carlos Fávaro já rodou o mundo para divulgar o programa e captar recursos para financiar a iniciativa. Por ora, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) anunciou o aporte de cerca de US$ 500 milhões. Sem uma fórmula para baratear a operação na ponta, o dinheiro ainda não chegou ao Brasil.

Na terça-feira, no 11º Congresso Brasileiro de Fertilizantes, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o programa de financiamento internacional para recuperação de pastagens degradadas terá início "nos próximos dias" e "com juros mais favoráveis". A expectativa, afirmou, é que a iniciativa ajude a revitalizar até quatro milhões de hectares por ano.

Moagem de cana recuou na 1ª quinzena de agosto

Bioenergia

Gabriella Weiss
De São Paulo

As usinas da região Centro-Sul processaram 43,83 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na primeira quinzena de agosto, uma queda de 8,57% em comparação com o volume registrado no mesmo período da safra passada, conforme dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica).

O recuo na moagem ocorreu em meio a um período de seca e altas temperaturas, mas ainda não tem relação com os incêndios que atingiram parte das lavouras do Estado de São Paulo no último fim de semana, disse, em nota, o diretor de Inteligência Setorial da Unica, Luciano Rodrigues.

No acumulado da safra 2024/25 até 16 de agosto, a moagem alcançou 377,44 milhões de toneladas, um aumento de 4,8% em relação ao volume de 360,06 milhões de toneladas do ciclo anterior.

A produção de açúcar na primeira quinzena de agosto também teve forte queda, de 10,24%, em relação ao mesmo intervalo da temporada anterior e somou 3,11 milhões de toneladas. Desde o início da safra, a oferta acumulada chegou a 23,91 milhões de toneladas, uma alta de 5,41%.

No setor de etanol, a produção total atingiu 2,29 bilhões de litros na primeira metade de agosto, queda de 2,19% no comparativo anual, puxada por um recuo no biocombustível anidro.

Segundo a Unica, foram produzidos 1,47 bilhão de litros de etanol hidratado na quinzena, um incremento de 3,02%, e 828,52 milhões de litros de etanol anidro, redução de 10,22%.

No acumulado do ciclo 2024/25, a produção totalizou 18 bilhões de litros, com um aumento de 7,26%, sendo 11,43 bilhões de litros de etanol hidratado (+17,21%) e 6,57 bilhões de litros de etanol anidro (-6,56%).

O etanol produzido a partir do milho representou 14% do total na primeira quinzena de agosto, com 322,05 milhões de litros, avanço de 14,19% em relação ao mesmo período da safra anterior. No acumulado, foram 2,78 bilhões de litros, uma alta de 24,75%.

As vendas de etanol na primeira quinzena de agosto totalizaram 1,49 bilhão de litros, aumento de 12,66% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado da safra, alcançaram 13,12 bilhões de litros, avanço de 19,91%, com etanol hidratado subindo 39,04% e anidro caindo 4,37%.

A Unica informou que o nível de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) na planta na primeira quinzena de agosto foi de 151,09 quilos por tonelada de cana, uma leve alta de 1,25% na comparação anual.

Mais sobre usinas à página B9

Impacto da seca
Evolução da safra de cana*

	2023/24	2024/25
Moagem (milhões de toneladas)	47,94	43,83
Açúcar (milhões de toneladas)	3,46	3,10
Etanol (bilhões de litros)	2,35	2,29
ATR (kg/tonelada de cana)	149,22	151,09

Fonte: Unica *Na primeira quinzena de agosto

VICTOR MORIYAMA/BLOOMBERG
Cana afetada por fogo é colhida em fazenda em Ribeirão Preto (SP); incêndios demandaram uso de aviões agrícolas

Aviação agrícola lançou 16 milhões de litros de água em combate a incêndios

Queimadas

De São Paulo

Nos últimos 60 dias, a aviação agrícola brasileira lançou aproximadamente 15,8 milhões de litros de água para combater incêndios em diversas regiões do país, com 28 aeronaves em operações a serviço de órgãos oficiais, usinas e produtores rurais, de acordo com dados do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag).

Do total de água lançada, 14,38 milhões de litros foram direcionados para os incêndios no Pantanal, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essas operações tiveram o apoio de 17 aeronaves contratadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelos governos estaduais, auxiliando mais de 200 brigadistas e bombeiros no combate aos incêndios em solo.

De acordo com o sindicato, em São Paulo, pelo menos 11 aviões agrícolas foram mobilizados para lançar cerca de 760 mil litros de água em resposta a incêndios e, em especial, aos do último fim de semana. Esses esforços incluíram tanto ações do governo estadual quanto de usinas locais.

Em Goiás, 15 aviões realizaram operações que lançaram aproximadamente 540 mil litros de água para combater incêndios em lavouras e reservas ambientais. Segundo o Sindag, os dados referentes ao Estado do Centro-Oeste ainda são parciais.

A entidade informou que está conduzindo uma pesquisa para compilar os dados finais sobre as operações de combate a incêndios desta temporada no país, que deve se estender até o fim de setembro.

A última vez que o Sindag realizou levantamento sobre esse tipo de operação foi em 2021. Naquele ano, conforme o sindicato, empresas de aviação agrícola em todo o país fizeram 10,9 mil lançamentos de água para combater incêndios e queimadas, num somando 19,5 milhões de litros.

De acordo com Sindag, o uso da aviação agrícola no combate a incêndios é uma prática estabelecida há mais de três décadas no Brasil e é parte integrante da estratégia nacional de combate a incêndios florestais, com regulamentações específicas desde a criação da Lei Federal de 2022 que incluiu os aviões agrícolas nas políticas de governo para esta finalidade. *(GW)*

Impactos do fogo

Os incêndios que atingiram o Estado de São Paulo devastaram 2.280 hectares do Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento de Bovinos de Corte, em Sertãozinho (SP), segundo a secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. Cerca de 60% da área do Instituto de Zootecnia era destinada a pastagens e as restantes incluíam zonas para produção de alimentos para os animais e áreas de preservação permanente. Apesar do incidente, as atividades estão mantidas na instituição. O centro está buscando apoio do governo e de empresas para garantir a continuidade das pesquisas. A área tem 2.324 hectares e só 50 foram poupadas. Os incêndios que atingiram diversos municípios paulistas também deixaram cerca de 2,3 mil animais — como frangos, bovinos e suínos — mortos, segundo informações da ONG Sinergia Animal. (GW e NF)

Cenários
Inovação e tecnologia reforçam avanços da logística no agronegócio
B9

Investimentos
Alta de juros é necessária, mas não afetará bolsa, dizem gestores como Raduan, da Genoa C6

Mercados
No dia da indicação do futuro presidente do BC, juros e dólar sobem C2

Investigação
PF diz que fintechs movimentaram R$ 7,5 bi para organizações criminosas C4

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Galípolo, após ser anunciado por Haddad: "na mesma magnitude, uma honra, um prazer, uma responsabilidade imensa ser indicado à presidência do BC"

Política monetária Indicado para comandar a autarquia, economista precisará equilibrar desafios para garantir inflação na meta

À frente do BC, Galípolo terá missão de domar expectativas

De Brasília e São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou ontem o diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para assumir a presidência da instituição a partir de 2025. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio do Planalto, após reunião entre os três. O governo trabalha para que a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aconteça o quanto antes, mas há resistência do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em relação à possibilidade de antecipá-la para antes das eleições municipais.

O nome de Galípolo já despontava nas bolsas de apostas desde o ano passado e ganhou ainda mais força nos últimos meses, passando a ser um nome visto positivamente por participantes do mercado. Os desafios para o dirigente no comando do BC, porém, são imensos e passam tanto pelo campo econômico quanto pelo político.

A continuidade do processo de desinflação é um deles. Ainda na diretoria do BC, Galípolo terá pela frente decisões em que há uma expectativa crescente no mercado por uma elevação dos juros, justamente para combater a alta das expectativas de inflação. Desde o início do governo Lula, o mercado tem elevado as expectativas de inflação de médio prazo, em um processo que se intensificou diante de alguma preocupação dos agentes com uma eventual leniência do BC com a inflação a partir de 2025. O diretor tem ganhado credibilidade com os agentes de mercado, mas ainda não há uma confiança plena do mercado em Galípolo.

O combate à inflação também pode incluir eventuais embates com a área política do próprio governo. Desde o início do governo, uma ala do governo e integrantes do PT têm sido vocais contra a condução da política monetária. Nesse sentido, uma guinada dos juros para um campo ainda mais restritivo, diante, justamente, de um mercado de trabalho e atividade econômica bastante aquecidos, pode dar fôlego a novos ataques ao BC, especialmente caso a Selic volte a subir ou demore ainda mais a cair com Galípolo já no comando da autoridade monetária.

Vale notar que, ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, voltou a tecer críticas ao BC e apontou que falar em aumento de juros no Brasil neste momento seria uma irresponsabilidade e poderia ter um efeito danoso ao orçamento público. "Isso é uma aberração econômica", afirmou.

Dar continuidade à agenda de tecnologia, com o aperfeiçoamento do Pix e a chegada do Drex, são outros desafios que entram na lista de Galípolo e que agora têm sido tocados pelo presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

Com a indicação de Galípolo, o governo precisará fazer mais três nomeações para a diretoria do BC. Ontem, Haddad disse que ainda não está definido o sucessor da diretoria de política monetária nem os nomes dos futuros diretores de regulação, no lugar de Otávio Damaso, e de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta, no lugar de Carolina de Assis. Os mandatos dos dois também terminam em dezembro, assim como o de Campos.

> "Transição será feita da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição"
> *Campos Neto*

O anúncio foi protocolar. Nem Galípolo nem Haddad responderam a perguntas. O diretor do BC disse, apenas, estar contente com a indicação e afirmou ser, "na mesma magnitude, uma honra, um prazer, uma responsabilidade imensa ser indicado à presidência do Banco Central do Brasil".

A formalização da escolha de Galípolo tem duas fases no Senado Federal. A primeira é na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, a segunda, no plenário da Casa. O indicado precisará ter apoio da maioria simples para ser aprovado. Concluído o trâmite com sucesso, ele terá mandato de quatro anos a partir da sua nomeação no "Diário Oficial da União".

Há, porém, alguma incerteza sobre a tramitação da indicação de Galípolo no Senado. Um dos sinais do descontentamento de Rodrigo Pacheco foi o fato de ele não ter sequer atendido Haddad antes do anúncio oficial sobre a escolha de Galípolo. A situação foi manifestada publicamente pelo ministro, ao dizer que tentou falar com o presidente do Senado, mas não conseguiu e que voltaria a ligar para falar sobre o tema. Ainda assim, Haddad fez o comunicado à imprensa.

A relação entre Pacheco e Haddad está estremecida há alguns meses, principalmente em função de divergências entre eles sobre o projeto do presidente do Senado que trata da renegociação da dívida dos Estados.

Apesar da resistência de Pacheco, o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), já aceitou que a sabatina possa ocorrer no próximo dia 10 de setembro. Na terça-feira, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), citou a possibilidade de fazer um "esforço concentrado" na segunda semana de setembro.

A ideia do presidente da CAE é que Galípolo procure senadores na próxima semana, que já será de esforço concentrado, ou seja, com sessões presenciais, para preparar o terreno a articular a aprovação de seu nome.

O **Valor** mostrou que o Palácio do Planalto já vinha discutindo antecipar, há algum tempo, a indicação de Galípolo. O motivo seria a constatação de que seria mais fácil designar a presidência do BC para um nome interno da diretoria do que trazer um candidato externo. Nesse sentido, segundo assessores próximos, Lula ficou convencido de que seria uma operação mais complexa e turbulenta escolher alguém de fora do BC para chegar e ser presidente.

Atual presidente do BC, Roberto Campos Neto parabenizou Galípolo. Em nota publicada no site do Banco Central logo após o anúncio, ele destacou que a transição será feita "da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição". Além disso, ele também ressaltou que tem trabalhado "de forma harmônica e construtiva" com o diretor Galípolo desde sua chegada ao BC e desejou "muito sucesso" na nova fase da vida profissional de Galípolo. ***(Renan Truffi, Julia Lindner, Fabio Murakawa, Caetano Tonet, Jéssica Sant'Ana, Gabriel Shinohara, Victor Rezende e Gabriel Roca)***

Nome já era mais que esperado, mas 'timing' surpreendeu mercado

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Não foi uma surpresa, entre participantes do mercado, a indicação do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, para o comando da autoridade monetária a partir do próximo ano. A sensação de que o dirigente era o favorito ao cargo já era elevada entre os investidores desde o ano passado, mas ganhou ainda mais força nos últimos meses e foi consolidada desde a decisão de julho do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, diante da leitura de que Galípolo atuou como porta-voz do colegiado e abriu a porta para novas elevações na taxa Selic.

Para economistas ouvidos pelo **Valor**, o que surpreende é o "timing" da indicação. No momento em que Galípolo tem adotado um discurso mais conservador em diversos eventos nas últimas semanas e dá ênfase à chance de uma elevação na Selic, a indicação de seu nome para o comando do BC "sugere que não há nenhuma barreira política para o BC fazer o que deve ser feito", como aponta o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, para quem "a pressa do governo para efetuar a indicação é informativa neste caso".

Genta, inclusive, observa que a nomeação foi "mais que telegrafada" e, assim, não causou grandes surpresas entre os agentes de mercado, até porque os investidores passaram a conhecer Galípolo e suas visões há mais de um ano. Além disso, no momento atual, o economista nota que o diretor "foi colocado como porta-voz do último Copom aquilo que deve ser a política monetária à luz dos dados que vêm saindo". Genta, nesse sentido, observa que Galípolo "não se furtou a colocar que, se as coisas não melhorarem, o Copom vai subir o juro".

De fato, embora algumas instituições financeiras já trabalhassem anteriormente em seus cenários com a possibilidade de retomada do aperto das condições monetárias pelo BC ainda neste ano, foi somente após Galípolo ter dado declarações vistas como mais conservadoras que uma parte do mercado migrou para cenários que contemplam elevação da Selic a partir do próximo mês.

Nesse sentido, Genta observa, ainda, que, com um Caged ainda muito forte; um crescimento expressivo esperado para o segundo trimestre, de cerca de 1%; e a expectativa de uma nova queda do desemprego, o cenário continua a indicar elevações nos juros.

E a XP Asset não está sozinha. Na atualização do mercado de opções digitais de Copom, no dia em que foi conhecido oficialmente o nome do indicado à presidência do BC, as apostas em um aumento da Selic voltaram a crescer — e estão divididas entre alta de 0,25 ponto (49% de chance) e de 0,5 ponto (35%), enquanto a probabilidade de manutenção do juro básico em 10,5% em setembro caiu de 28% para apenas 16%.

> "A pressa do governo para efetuar a indicação é informativa neste caso"
> *Fernando Genta*

"Já tivemos uma reprecificação muito grande sobre o cenário de juros americanos e, mesmo assim, o câmbio continua onde está... Para nós, o cenário de alta de juros ficou ainda mais claro e temos, em nossas projeções, quatro aumentos de 0,5 ponto na Selic", diz Genta. O economista nota que, ontem, o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse não acreditar em um ciclo de reputação, mas de fundamento e ressaltou que fará o que for necessário. "E, assim sendo, uma alta de 0,5 ponto é muito preferível. A economia grita por alta de juros."

É o que também aponta o ex-secretário do Tesouro e diretor da Oriz Partners, Carlos Kawall, que vê um ciclo de quatro altas de 0,25 ponto na Selic. Para ele, inclusive, a própria incerteza relacionada à transição no comando do BC deixou de ser um assunto muito relevante para o mercado, em um processo que foi ajudado pelo posicionamento recente de Galípolo.

"Não acho que o BC precise subir os juros por um problema de credibilidade. Precisa subir por um problema de política monetária. Ele tem uma meta a cumprir e tem um instrumento para fazer isso, que é a Selic. Se ele não atuar na direção de ancorar as expectativas de inflação, vai ter um problema que não será de credibilidade no futuro, mas da ordem da política monetária. E vai precisar subir de maneira mais intensa para corrigir esse problema", ressalta Kawall.

Nas últimas semanas, aumentou, no mercado, a discussão sobre a necessidade de um ciclo de aperto monetário, além do apontamento de que uma retomada das altas na Selic poderia ser encarada como um esforço para aumentar a credibilidade do BC junto ao mercado — e, em particular, da futura composição do colegiado, encabeçada, justamente, por Galípolo.

"Ele já vem sendo testado como diretor e passou por algumas provas de fogo; derrapou no dissenso do Copom de maio, o que cobrou seu preço, mas mostrou que entendeu, corrigiu a rota e tem mostrado que vê valor no consenso", diz a economista-chefe da Gap Asset, Anna Reis. Para ela, contudo, ainda há um desafio grande no para o diretor ganhar credibilidade junto ao mercado.

"Galípolo tem uma formação fora do eixo ortodoxo e escreveu textos anteriormente que não estão na linha do que o BC costuma seguir, ou seja, tem uma reputação ainda a construir. Mas não é nada do zero. Ele já está há mais de um ano no BC, com erros e acertos, e tem construído sua identidade no mercado, inclusive desde a última reunião, quando se mostrou até mais 'hawkish' [duro] que o esperado", avalia a economista da Gap.

Nesse sentido, ela nota, ainda, que a comunicação de Galípolo pareceu indicar, em um primeiro momento, uma guinada "muito 'hawkish'", o que levou o mercado a entender que o discurso estava um tom acima da ata, mas, na semana passada, a comunicação foi corrigida, embora com alguma confusão. "O mercado ainda está um pouco confuso, mas me parece que o Galípolo tentou se mostrar alinhado aos outros membros, ou seja, quis mostrar uma continuidade, que não vai haver uma divergência no 'modus operandi'."

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

137.344
128.661
8/ago/24 — 28/ago/24

Alta de **0,42%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 28/ago24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,39
S&P 500	-0,60
Euronext 100	0,23
DAX	0,54
CAC-40	0,16
Nikkei-225	0,22
SSE Composite	-0,40

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano
Jan/2025 · Jan/2026

11,57 · 11,55 · 11,70
10,69 · 10,84 · 10,94
8/ago/24 — 19/ago/24 — 28/ago/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados No dia da indicação de Galípolo para a presidência do BC, investidores compram ações locais e desmontam posições em real e derivativos de renda fixa

Dólar e juros futuros fecham em alta

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Em um dia marcado pela aguardada indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central, os mercados domésticos de câmbio e juros não exibiram qualquer alívio e encerraram a quarta-feira pressionados. O dólar avançou quase 1% ante o real e as taxas futuras tiveram alta firme ao longo de toda a estrutura de vencimentos.

Embora a indicação do novo presidente do BC fosse amplamente esperada, a ausência dos outros nomes que vão compor o Comitê de Política Monetária (Copom) a partir do ano que vem causou algum incômodo. Os investidores exigiram um prêmio de risco maior para carregar ativos locais, diante da incerteza sobre o eventual substituto de Galípolo como diretor de política monetária do BC.

Com isso, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 encerrou o dia em alta, saindo 11,555%, no ajuste anterior, para 11,715%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 avançou de 11,48% para 11,645%.

Após a confirmação da indicação de Galípolo, o mercado de opções digitais passou a embutir nos preços uma chance maior de que o Copom suba a taxa Selic na reunião de setembro. Ao fim da sessão de ontem, a probabilidade de alta de 0,25 ponto percentual exibiu avanço de 45% para 49%, enquanto a chance de manutenção da Selic no patamar de 10,5% recuou de 28% a 16%. Já o percentual para uma alta ainda mais agressiva, de 0,5 ponto, subiu de 25% para 35%. A curva de juros prevê uma alta de 0,37 ponto percentual para a Selic na próxima reunião do BC.

Além das taxas futuras de juros, o câmbio também foi pressionado pelas incertezas quanto à condução da política monetária. Houve ainda um movimento global de fortalecimento do dólar que se espalhou entre moedas de países desenvolvidos e emergentes. No mercado à vista, a moeda fechou em alta de 0,99%, cotada a R$ 5,5564.

Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas, avalia que Galípolo melhorou a sua credibilidade recentemente perante o mercado por conta de um discurso mais duro e preocupado com fatores que possam puxar a inflação brasileira para cima. Ela pondera, contudo, que ainda há algum grau de desconfiança e incerteza que só será eliminado ao longo de seu mandato como presidente do BC.

ANA PAULA PAIVA/VALOR
Rocha, da Principal Claritas: credibilidade do novo BC a ser construída

"Nós sabemos que a credibilidade é construída aos poucos. É preciso mostrar coerência, tomar ações, ter uma comunicação firme e, principalmente, ter comprometimento com [o controle da] inflação", diz.

Para Rocha, o anúncio ocorreu em um momento importante e pode contribuir para alguma diminuição das incertezas quanto à condução da política monetária. Mas representa apenas um "primeiro passo" para que o mercado conheça Galípolo como presidente do BC e também de um "longo processo de desinflação que precisa ser melhor estabelecido".

Em movimento contrário ao observado no mercado futuro de juros e no câmbio, o Ibovespa atingiu um novo recorde de fechamento, na esteira do anúncio de Galípolo. Ao fim do pregão, o índice de referência da bolsa brasileira subiu 0,42%, aos 137.344 pontos, após tocar o recorde intradiário de 137.469 pontos.

Já em Nova York, o dia foi de aversão a risco, na ausência de gatilhos e com os investidores à espera do balanço da Nvidia. O índice Dow Jones recuou 0,39%, o S&P 500 caiu 0,60% e o Nasdaq cedeu 1,12%.

Alexandre Póvoa, estrategista da Meta Asset Management, diz que Galípolo é um "excelente nome" para comandar o BC e avalia que o Ibovespa tende a se beneficiar caso a Selic aumente em setembro.

"Por mais paradoxal que pareça, dentro do contexto geral seria complementar a alta dos juros na reunião de setembro, para o mercado retomar a confiança na política monetária, já que todo mundo está com um 'passo atrás' quanto ao [regime] fiscal. Causaria a queda dos juros de longo prazo", pondera Póvoa.

O cenário para o câmbio, contudo, é mais nebuloso, uma vez que o exterior pode apresentar um movimento de recuperação do dólar no curto prazo após a forte queda recente da moeda americana globalmente.

Segundo estrategistas dos bancos BBVA e ING, houve ontem uma retirada de parte das posições vendidas (que apostam na queda da moeda) em dólar no mercado, compostas principalmente depois que o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, abriu caminho para a flexibilização monetária durante o seu discurso em Jackson Hole.

"Os investidores já haviam precificado totalmente a flexibilização bem antes de Jackson Hole e a reação negativa do dólar ao discurso [de Powell] pareceu um pouco exagerada desde o início", diz Francesco Pesole, estrategista de câmbio do ING. Para ele, a flexibilização do Fed levará a um recuo do dólar, mas o curto prazo ainda aponta para uma recuperação da divisa diante de termos técnicos favoráveis e um diferencial de juros, por enquanto, equilibrado.

11,7%
foi a taxa do contrato de DI para janeiro de 2026

Quem será o novo diretor de política monetária?

Análise

Sergio Lamucci
De São Paulo

Com a indicação de Gabriel Galípolo para a presidência do Banco Central (BC) no lugar de Roberto Campos Neto a partir de 2025, a maior dúvida passa a ser quem será o escolhido para a diretoria de política monetária. A cadeira, ocupada hoje por Galípolo, administra a "execução dos instrumentos das políticas monetária e cambial, com vistas ao atingimento da Meta da Taxa Selic e à preservação do regular funcionamento dos mercados", como informa o BC.

Em suma, é a diretoria responsável pelas mesas de juros e de câmbio da instituição, em geral ocupada por profissionais com experiência no mercado financeiro. Embora tenha presidido o Banco Fator, Galípolo não tem esse perfil, mas Campos Neto supre hoje essa lacuna, por ter larga vivência nesse campo, como lembra um ex-diretor de política monetária do BC. No Santander, o atual presidente do BC foi responsável pela tesouraria global para as Américas.

Nesse cenário, a escolha lógica seria por um nome com experiência de tesouraria, para ter alguém na diretoria que conheça bem o mercado, algo fundamental para operar as mesas de juros e de câmbio em momentos de turbulência — seja doméstica, seja externa. "É o nome que o mercado acompanhará com lupa, após a indicação de Galípolo", diz esse ex-diretor do BC. Saber como responder a uma crise financeira é uma característica importante para ocupar o posto.

Na sexta-feira, Galípolo teve uma reunião por videoconferência com três nomes do Bradesco, para tratar de "assuntos institucionais", segundo a agenda divulgada pelo BC: Fernando Honorato, economista-chefe do banco, Nilton José, superintendente de tesouraria, e Roberto Paris, diretor-executivo. O nome de Honorato tem circulado como um possível indicado para a diretoria de Política Monetária do BC, assim como o de Paris.

Além de um novo nome para a diretoria de política monetária, que ficará vaga com a ida de Galípolo para a presidência do BC, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá que indicar nomes para duas outras duas cadeiras. Os mandatos de Otávio Damaso, diretor de regulação, e de Carolina de Assis Barros, diretora de relacionamento, cidadania e supervisão de conduta, terminam em 31 de dezembro deste ano. Para esses cargos, a expectativa é que Lula escolha nomes de carreira do BC.

Transição de comando foi iniciada há meses

Alex Ribeiro
São Paulo

Desde maio, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, se viu numa situação difícil: por mais que indicasse que a política monetária seria mais conservadora, não conseguia convencer os mercados, que tinham receios sobre qual seria o comprometimento no combate à inflação quando um indicado pelo presidente Lula assumisse a instituição.

Naquele período, o mandato de Campos Neto começava a acabar, e se iniciava uma espécie de transição para o governo petista. Agora, com o anúncio da indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, começa oficialmente o processo de troca no comando na autoridade monetária.

Desde junho, os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC começaram a combinar, em mais detalhes, o que falariam em público, para evitar ruídos que pudessem sinalizar que havia divisões políticas dentro do colegiado.

A partir de agosto, Galípolo se tornou, de fato, o porta-voz da política monetária. Foi o primeiro a dar o recado sobre juros depois da reunião de julho do Copom, e colocou-se do lado do mais conservador, embora sem desrespeitar a decisão do comitê de não dar uma sinalização firme sobre juros.

A partir da próxima reunião, de setembro, é inevitável a conclusão de que o Copom será comandado por dois presidentes. Mas isso não deve ter maiores consequências práticas no processo decisório: o comitê está coeso e, provavelmente, vai tomar decisões unânimes até o fim do ano, quando a transição deve finalmente se completar.

Mas, a partir de agora, a responsabilidade sobre os erros e os acertos começa a cair sobretudo em Galípolo, que terá o desafio de conquistar a credibilidade perante o mercado financeiro em um ambiente inflacionário desfavorável.

Seu desafio é comum a todos os banqueiros centrais: baixar a inflação muito alta sem provocar uma forte queda da economia, ou uma recessão. A inflação corrente, em 4,5%, está no limite do intervalo de tolerância da meta, cujo centro é 3%. As expectativas de inflação do mercado financeiro estão desancoradas. O dólar segue acima de R$ 5,50, e a economia dá sinais de que opera no limite de sua capacidade.

O maior problema, porém, é a percepção de setores do mercado financeiro de que ele tem um mandato limitado do presidente Lula para subir os juros. Para alguns, ele poderia até apertar a política monetária, mas não a ponto de provocar uma desaceleração da economia.

Também há dúvidas se a política fiscal do governo Lula será responsável o suficiente para garantir a sustentabilidade da dívida pública, sem o que não há Banco Central que consiga controlar a inflação.

Ontem, Campos Neto procurou aliviar um pouco o peso nas costas de Galípolo. Num evento do banco Santander, disse que "não existe ciclo de credibilidade versus ciclo de hiato". Ou seja, para ganhar reputação, o BC não precisa dar uma de durão, provocando uma recessão desnecessária.

Galípolo quer criar credibilidade construindo uma reputação de quem faz exatamente aquilo que fala. Esse foi o argumento que ele usou, por exemplo, para votar por um corte de 0,5 ponto percentual na reunião de maio do Copom, cumprindo um movimento que havia sido firmemente anunciado.

Ele tem repetido, em discursos públicos, que não será um Ronaldinho Gaúcho, que tinha uma jogada famosa em que olhava para um lado para enganar o adversário e passava a bola para o outro lado.

Ex-banqueiro, ele ainda terá que se provar numa função de banqueiro central, que exige conhecimento e capacidades totalmente diferentes. Precisará de um operador de mercado para substituí-lo na diretoria de política monetária. Hoje, nessa tarefa, ele se beneficia da experiência de Campos Neto na área. Diogo Guillen, o economista que cuida dos modelos do BC, pretende seguir no cargo de diretor de política econômica até o fim do seu mandato, em 31 de dezembro de 2025.

Os símbolos do anúncio de Galípolo para o comando do BC

Análise

Fernando Exman
De Brasília

O relógio marcava pouco mais do que meio-dia no dia 8 de maio do ano passado, uma segunda-feira, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deixou seu gabinete para falar com os jornalistas que o aguardavam no escritório da pasta em São Paulo.

Estava acompanhado de Gabriel Galípolo e Dario Durigan, e anunciou que o primeiro estava deixando a secretaria-executiva do Ministério da Fazenda para assumir a diretoria de política monetária do Banco Central (BC). Seu substituto seria Durigan, com quem já trabalhara antes na Prefeitura de São Paulo.

Haddad fez questão de dizer que ouvira do presidente do BC, Roberto Campos Neto, a sugestão para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicasse Galípolo para a diretoria da autoridade monetária, em um gesto para entrosar as equipes da Fazenda e do BC. Mas a conclusão geral, no mercado e no governo, foi que estava sendo pavimentado um caminho para que Galípolo fosse, na sequência, anunciado como sucessor de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central.

É possível esperar uma atuação mais entrosada do Banco Central com o Ministério da Fazenda

Passaram-se 478 dias até que esse próximo passo fosse concretizado, com um anúncio diferente ontem. A divulgação da decisão foi feita novamente com Haddad e Galípolo juntos, mas, desta vez, no Palácio do Planalto.

É fato que a indicação do presidente do Banco Central é prerrogativa do presidente da República. Mas pode-se dizer, também, que na política é preciso prestar atenção nos gestos e nos detalhes. Com Galípolo à frente do Banco Central, é possível esperar uma atuação mais entrosada da instituição com o Ministério da Fazenda. E uma relação ainda menos belicosa com a Presidência da República.

Isso não quer dizer que, à frente do Banco Central, Galípolo deixará de tomar decisões que desagradem ao governo. Será importante acompanhar suas próximas declarações, como durante sua sabatina pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A sabatina, aliás, o governo gostaria que fosse realizada antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, quando deverá estar em discussão a possibilidade de o colegiado elevar a taxa Selic ou mantê-la no atual patamar de 10,50% ao ano.

Perfil Economista tem trajetória pouco ortodoxa, transita bem com Lula e busca confiança do mercado

Um 'absoluto pragmático' à frente do BC

Gabriel Shinohara
De Brasília

Até ser indicado ao comando do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo percorreu um caminho que passa pela aproximação com a cúpula do PT antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser eleito para o terceiro mandato. Mais recentemente, buscou a chancela de participantes do mercado financeiro com a sinalização de que não hesitaria em defender uma alta de juros.

Também fazem parte dessa trajetória a carreira de cinco anos no setor bancário e um desempenho acadêmico que chamou atenção de professores e pares desde a graduação em economia. É um histórico que passa longe da chamada ortodoxia e é marcado por sua capacidade de diálogo.

Se ratificada pelo Senado, a presidência do BC será o terceiro e mais importante cargo que Galípolo ocupará na atual gestão. Logo no início do governo, serviu como secretário-executivo do Ministério da Fazenda. É o segundo posto na hierarquia da pasta, atrás apenas do ministro Fernando Haddad. Em julho do ano passado, assumiu a diretoria de política monetária da BC, cargo que ocupa até hoje.

Quando foi escolhido para o posto, integrantes do governo e do mercado viram no movimento um ensaio de Lula para o próximo passo: a sucessão de Roberto Campos Neto, que tem mandato até 31 de dezembro e se tornara um dos alvos preferenciais do presidente. Em uma entrevista em junho à rádio Itatiaia, em Minas Gerais, o petista fez um elogio público a Galípolo e ponderou que uma antecipação da indicação poderia expor o escolhido. Mas reconheceu que a divulgação antecipada poderia "baixar a bola" de Campos Neto.

"O Galípolo é um menino de ouro. Se tem um menino de ouro é o Galípolo. Competentíssimo, de uma honestidade ímpar. Obviamente ele tem todas as condições para ser presidente do Banco Central. Mas nunca conversei com ele, nunca falei com ele [sobre isso]", afirmou na ocasião, confirmando a percepção de agentes do mercado que o economista seria um nome de confiança de Lula.

Isso vem desde 2021. Galípolo participou de reuniões com Lula junto com outros representantes do mercado financeiro. Naquele ano, que seria seu último como principal executivo (CEO) do Banco Fator, ele esteve no tradicional Natal dos catadores ao qual o petista sempre comparece. Ao discursar, Lula disse que o mundo não é feito de privilégios para os banqueiros ganharem dinheiro e, sem citar nomes, completou: "Nosso banqueiro aqui presente sabe perfeitamente bem que, quando tem crise, os autores da crise desaparecem e quem aparece é o Estado."

Foi a rede de contatos da academia que ajudou a construir a relação com Fernando Haddad. Os dois se conheceram em 2021. Paulo Gala, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recorda-se de ter ajudado na intermediação, após perceber que ambos vinham discutindo temas semelhantes no campo da filosofia. "Em certa altura do campeonato eu os aproximei, mas eu não saberia dizer se fui eu que o apresentei ao Haddad", rememora Gala, economista-chefe do Banco Master.

Nos agradecimentos de seu último livro, o ministro da Fazenda menciona Galípolo como um dos que leram o primeiro rascunho. "O terceiro excluído: Contribuição para uma antropologia dialética" foi lançado em 2022.

Seu interesse pelos estudos também chamou a atenção do economista José Márcio Rego, seu professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que o convidou para participar de encontros de discussão sobre temas como filosofia e literatura. Nessas reuniões, conviveu com pessoas mais experientes e reconhecidas em seus campos de trabalho, como o ex-presidente do BC Persio Arida que costumava ser o anfitrião dos eventos. Procurado, Arida disse que não comentaria.

Questionado sobre como classifica o pensamento econômico do ex-aluno, Rego diz que Galípolo é um heterodoxo, mas "não é um heterodoxo ortodoxo, ele dialoga".

A percepção sobre a capacidade de diálogo é semelhante à feita por Igor Rocha, economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que conhece o diretor do BC desde a época da PUC-SP. Ele classifica Galípolo como um "absoluto pragmático".

Ainda na época da universidade, Galípolo conheceu o economista Luiz Gonzaga Belluzzo. Palmeirense como Galípolo, e também frequente interlocutor do presidente Lula, Belluzzo se tornaria parceiro na escrita de três livros.

> "Nosso banqueiro aqui presente sabe que, quando tem crise, os autores da crise desaparecem e quem aparece é o Estado"
> *Lula*

O último deles, "Dinheiro: o poder da abstração real" (2021), contém uma pista sobre o pensamento dos economistas a respeito da relação entre expansão de gasto e inflação — tema recorrente nas discussões da diretoria do BC. No livro, os autores dizem que "o verdadeiro e único limite" para o crescimento da renda nacional seria a capacidade de produzir.

"Enquanto a expansão do gasto e da liquidez não causar esse excesso de demanda agregada, ela não só pode como deve ser feita. Abster-se de gastar em um momento de depressão é desperdiçar máquinas e trabalhadores disponíveis, é falhar com a sociedade e promover a miséria", diz o texto.

Recentemente, em entrevista ao **Valor**, Belluzzo comentou que Galípolo "sabe que não vai escrever um livro no BC", se referindo às condições do cargo.

Em sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado quando foi indicado à diretoria do BC, Galípolo recorreu à filosofia ao afirmar ser avesso às narrativas do "self made man", ou seja, de alguém que construiu sua trajetória sozinho. "Tenho mais empatia à afirmação de um filósofo espanhol que dizia: 'Eu sou eu e minha circunstância e que se eu não tenho condição de salvar minha circunstância, não tenho condição de salvar a mim mesmo'", disse, citando José Ortega y Gasset.

Na diretoria, Galípolo buscou se equilibrar entre o fato de ter sido indicado pela gestão petista e a necessidade de demonstrar independência para agir como fosse necessário no controle da inflação. Até agora, participou de nove reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). A decisão com mais repercussão no mercado ocorreu em maio deste ano, quando os quatro diretores indicados pelo atual governo votaram por uma redução de 0,50 ponto da taxa Selic, enquanto os outros cinco defenderam um corte de 0,25 ponto, que acabou prevalecendo.

Logo na primeira fala pública, em evento promovido pelo **Valor**, Galípolo disse que cogitou votar por 0,25 ponto e que se sentiria confortável em defender essa posição. Segundo ele, a discussão era sobre largar o "guidance" (orientação) anterior, de um corte de 0,50 ponto ou não, e envolvia credibilidade, que os membros mais novos ainda estavam construindo.

Esse esforço continua, com ganho de protagonismo de Galípolo, que fez a primeira fala da diretoria colegiada sobre política monetária depois da última reunião do Copom. O diretor fez um discurso considerado "duro" pelo mercado ressaltando pontos da ata, como a avaliação de que a projeção de 3,2% para a inflação do primeiro trimestre de 2026 estaria "acima da meta". A avaliação própria era de que o balanço de riscos da inflação estaria assimétrico. Galípolo tem dito que todas as opções estão na mesa e repetido a possibilidade, já explicitada na ata, de alta na taxa básica.

Galípolo chegou à secretaria-executiva do Ministério da Fazenda na posição de conciliador entre ideias heterodoxas, alinhadas ao histórico do PT, e preferências e entendimentos dos agentes financeiros. Agora é apontado para um dos cargos mais estratégicos da República.

Em meio à expectativa do mercado para que mantenha o compromisso de combater a inflação e a cobrança do governo para que reduza a taxa de juros tão logo possível, esta é a nova circunstância em que se encontrará o indicado para presidir o Banco Central.

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site
www.valor.com.br

INÊS 249

Operação Duas instituições não reguladas pelo BC foram alvo de ação da PF, que afetou ainda dois bancos prestadores de serviços

Fintechs movimentaram R$ 7,5 bi para criminosos

Mariana Assis, Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De Brasília e São Paulo

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a Operação Concierge, voltada a desarticular uma organização criminosa suspeita de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro por meio de duas fintechs não reguladas pelo Banco Central (BC) que atuavam ligadas a instituições financeiras autorizadas. As contas das duas fintechs movimentaram R$ 7,5 bilhões.

A PF diz que a organização criminosa, por meio das fintechs, oferecia contas clandestinas que permitiam transações financeiras dentro do sistema bancário oficial, de forma oculta, "as quais foram utilizadas por facções criminosas, empresas com dívidas trabalhistas, tributárias, entre outros fins ilícitos".

Foram cumpridos dez mandados de prisão preventiva, sete de temporária e 60 de busca e apreensão, expedidos pela 9ª Vara Federal de Campinas, em São Paulo e Minas Gerais. Segundo o G1, foram alvo da operação o InovePay e o T10 Bank. Ambas são de Campinas (SP). Como não são reguladas, para muitas operações elas precisam contratar serviços de outras instituições, em geral no modelo de "banking as a service" (BaaS). Assim, os bancos Rendimento e BS2, que prestam serviços para essas companhias, também foram afetados. A regulamentação do BaaS está entre as prioridades do BC para este ano.

Durante a investigação, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) chegou a denunciar o fato ao Ministério Público Federal, que foi juntada aos autos do inquérito.

O presidente do InoveBanco (do qual o InovePay faz parte), Patrick Burnett, está entre os alvos. Burnett é também presidente do LIDE Inovação. A companhia passou a usar recentemente o nome Inove Global Group e tem defendido a implementação da tecnologia de pagamento com a palma da mão no país. A empresa se define como uma "techfin", ou seja, fornecedora de tecnologia para pagamentos.

Em nota, o Inove informa que os advogados da empresa ainda não tiveram acesso integral ao conteúdo da investigação. "A empresa nega veementemente ter relação com os fatos mencionados pelas autoridades policiais e veiculados pela imprensa. Também ressalta total disposição em colaborar com as investigações", afirma ainda.

O **Valor** não conseguiu contato com o T10 Bank. Em seu site, a empresa diz oferecer serviços como cartão, gestão de folha de pagamentos e assessoria jurídica especializada.

O T10 Bank chegou a operar em parceria com o Banco Rendimento. Procurado pelo **Valor**, o banco disse que segue todas as regulamentações do BC e órgãos competentes, "também aplicadas desde o início da relação com a T10 Bank, onde todas as avaliações recomendadas foram executadas". Segundo o banco, no momento da operação, ele já não prestava mais os serviços para a T10 Bank. "O Banco Rendimento está colaborando com as investigações."

Já o BS2 (antigo Bonsucesso) não confirmou com qual das duas fintechs operava, mas disse que está colaborando com fornecimento de informações à PF e Receita Federal relativas a movimentações financeiras de um cliente. "Estamos prestando todos os esclarecimentos demandados pelas autoridades competentes e reafirmamos nossa atuação em conformidade com a regulamentação vigente."

Presidente da CVM afirma que tema das 'bets' é alarmante

Liane Thedim
Do Rio

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento, afirmou ontem que o tema das bets é alarmante e que é preciso construir a consciência coletiva de que elas impõem risco aos mais vulneráveis. "Tem uma agenda social aqui, porque os mais vulneráveis são os que mais se expõem a essas promessas de retorno fácil, típicas dos cassinos e dos jogos de azar. As bets não se comparam com o mercado de capitais, têm seu lugar como entretenimento", disse ele na Conferência Anual do Santander, em São Paulo.

"É uma temática que remete à educação financeira, e que precisa de uma grande coordenação para evitar um mal maior às famílias brasileiras. Falam que as bets vão esvaziar o mercado de capitais, mas vão é esvaziar a geladeira do brasileiro." Segundo ele é preciso criar consciência coletiva sobre o que é investimento e poupança.

Carlos André, vice-presidente do Santander e presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), citou uma pesquisa que mostra que uma parcela da população que usa casas de apostas considera isso forma de investimento, o que, para ele, "acende o sinal amarelo." E comentou que o comprometimento de renda com essas casas de apostas chega a 10%. "É muito importante uma ação coordenada entre CVM, Anbima e outras entidades. O próprio Banco Central e outros agentes estão preocupados."

Já Gilson Finkelsztain, presidente da B3, lembrou da dificuldade de repressão a plataformas que oferecem falsas promessas de ganhos aos brasileiros, já que muitas vezes elas não estão no país. "Precisamos saber como fazer para banir e tirar essas plataformas do ar e tirar algumas dessas ofertas da mão do investidor desavisado ou da população que acha que está investindo mas na verdade está sendo lesada com o viés de entretenimento."

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 28/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.153,9490650	0,00	0,71	6,24
IRF-M	1+**	20.542,1520420	-0,27	1,22	3,01
IRF-M	Total	18.651,0167270	-0,19	1,05	3,95
IMA-B	5***	9.419,8785180	-0,17	0,64	4,94
IMA-B	5+****	11.534,1687360	-0,39	1,38	-0,61
IMA-B	Total	10.093,3076400	-0,30	0,90	1,88
IMA-S	Total	6.848,9977060	0,04	0,81	7,18
IMA-Geral	Total	8.330,1097280	-0,10	0,94	4,78

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	14/08	13/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,44	31,49	34,63	29,63	33,97	35,22
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,50	24,67	26,48	24,96	25,25	27,05
Conta garantida pré - a.a.	39,99	42,26	39,52	38,67	50,19	48,09
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,53	21,67	21,69	21,70	21,70	26,77
Vendor pré - a.a.	17,29	18,31	15,81	15,28	18,08	17,36
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,46	16,85	14,07	16,30	18,46	20,47
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,08	19,07	20,32	18,30	17,14	18,36
Conta garantida pós - a.a.	24,88	24,56	24,66	24,76	23,82	27,51
ACC pós - a.a.	8,94	8,86	8,65	8,30	8,31	8,62
Factoring - a.m.	3,21	3,21	3,25	3,25	3,22	3,54

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	28/08/24	27/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3500	5,3100	5,3800	5,3300	5,3000
1 mês	-	5,3458	5,3495	5,3512	5,3511	5,3117
3 meses	-	5,3681	5,3676	5,3612	5,3612	5,1766
6 meses	-	5,3945	5,3940	5,3905	5,3904	5,0433
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6650	3,6630	3,6530	3,6630	3,6510
1 mês	-	3,6689	3,6691	3,6681	3,6676	3,6179
3 meses	-	3,7226	3,7388	3,7943	3,7980	3,4156
6 meses	-	3,8412	3,8493	3,8781	3,8809	3,1450
1 ano	-	3,9122	3,9127	3,9106	3,9082	2,2188
Euribor ***						
1 mês	-	3,584	3,596	3,630	3,596	3,645
3 meses	-	3,515	3,542	3,647	3,636	3,771
6 meses	-	3,385	3,410	3,579	3,590	3,941
1 ano	-	3,095	3,162	3,390	3,425	4,070
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,33	5,33	5,29	5,37	5,38	5,40
T-Bill (3 meses)	5,09	5,11	5,15	5,27	5,27	5,46
T-Bill (6 meses)	4,83	4,84	4,88	5,09	5,14	5,60
T-Note (2 anos)	3,87	3,86	3,93	4,26	4,40	5,01
T-Note (5 anos)	3,67	3,65	3,66	3,91	4,07	4,38
T-Note (10 anos)	3,84	3,82	3,80	4,03	4,18	4,21
T-Bond (30 anos)	4,13	4,11	4,08	4,31	4,43	4,28

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês: ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado: Ano*	12 meses**
Selic	0,79	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	7,01	11,50
CDI	0,79	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	7,01	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,05	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,95	8,37
IMA-B	0,90	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	1,88	4,38
IMA-S	0,81	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,18	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	7,59	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	2,35	4,68
Índice Small Cap	6,47	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-8,01	-13,36
IBrX 50	7,54	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	4,14	6,82
ISE	7,68	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-0,49	-4,44
IMOB	9,20	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-4,81	-8,60
IDIV	6,46	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,79	11,06
IFIX	0,50	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,12	5,25
Dólar Ptax (BC)	-2,31	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	14,26	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-1,73	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	14,51	19,56
Euro (BC) (4)	0,43	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	15,01	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,92	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	15,00	17,68
Ouro (BC)	1,08	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	38,65	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 28/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 23/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.686.003,83					-5.286,81	61.052,72	321.877,73	277.407,21
RF Indexados (2)	145.855,90	0,20	0,92	4,38	7,80	-211,38	-1.618,01	-11.295,88	-16.679,45
RF Duração Baixa Soberano (2)	694.360,62	0,04	0,62	6,34	10,44	-4.030,95	5.377,82	45.059,59	31.267,07
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	896.516,26	0,04	0,71	7,24	11,91	-773,78	21.220,08	87.511,65	89.283,72
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	191.595,70	0,05	0,05	7,32	11,98	189,41	4.841,40	82.201,37	86.406,56
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.124,27	0,06	0,75	6,02	9,38	9,40	-883,71	-4.865,69	-5.571,23
RF Duração Livre Soberano (2)	214.995,61	0,07	0,72	6,04	10,05	756,25	-5.373,47	-16.765,99	-34.366,51
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	672.389,27	0,04	0,73	6,54	10,75	141,02	17.149,93	-14.558,93	-37.582,88
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	398.250,64	0,11	0,93	6,79	11,32	189,00	9.577,21	105.867,40	144.876,26
Ações	652.258,27					-496,57	-2.537,29	1.469,64	44.473,36
Ações Indexados (2)	10.947,09	0,37	6,28	1,10	14,35	30,50	199,27	318,41	-1.646,70
Ações Índice Ativo (2)	30.858,57	0,76	6,21	0,00	11,06	-536,13	-1.467,73	-6.777,59	-6.162,53
Ações Livre	237.363,60	0,97	5,93	2,79	11,97	11,45	-1.173,33	-656,37	-4.884,32
Fechados de Ações	125.640,06	0,48	1,70	-3,19	-0,94	0,17	4,96	-2.024,24	29.550,62
Multimercados	1.606.410,27					-1.110,04	-43.467,74	-150.027,51	-282.215,28
Multimercados Macro	138.376,40	0,38	1,07	3,25	6,97	-178,64	-5.001,29	-41.723,05	-62.435,14
Multimercados Livre	623.268,74	0,15	1,10	6,15	10,49	-341,38	-3.768,67	-17.660,66	-81.356,33
Multimercados Juros e Moedas	48.990,53	0,06	0,71	6,36	10,86	8,03	42,09	-9.505,63	-15.016,73
Multimercados Invest. no Exterior (2)	712.638,91	-0,34	0,16	6,99	12,33	-631,67	-35.025,26	-82.649,20	-119.515,31
Cambial	6.239,71	-1,84	-2,20	17,32	19,63	14,08	12,61	-668,44	-1.215,41
Previdência	1.470.136,34					301,62	3.548,81	26.676,42	40.469,05
ETF	44.314,16					438,66	-481,61	-2.801,68	-3.414,83
Demais Tipos	2.102.636,54					-1.223,11	14.495,22	87.521,10	83.967,26
Total Fundos de Investimentos	**7.465.362,58**					**-6.139,06**	**18.127,51**	**196.526,15**	**75.504,11**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.748.826,56**					**-1.314,27**	**13.004,89**	**106.734,11**	**169.355,73**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.263.646,92**					**-7.453,33**	**31.132,40**	**303.260,26**	**244.859,84**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	28/08/24	27/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,23
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9662
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,40
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9789
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,75	10,69	10,58	10,50	10,52	12,63
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,25	11,06	10,98	10,83	10,85	12,05
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,51	10,49	10,45	10,42	10,43	13,00
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,61	10,58	10,51	10,45	10,45	12,84
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,75	10,69	10,58	10,50	10,51	12,64
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,91	10,85	10,70	10,59	10,60	12,44
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,22	11,13	10,96	10,81	10,84	12,07
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,65	11,50	11,37	11,38	11,44	11,01

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 28/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.882,25	10,403	98.320	10,402	10,408	10,402
Vencimento em out/24	99.052,40	10,514	506.059	10,490	10,518	10,512
Vencimento em nov/24	98.135,50	10,618	40.348	10,586	10,622	10,622
Vencimento em dez/24	97.358,95	10,760	52.895	10,720	10,770	10,760
Vencimento em jan/25	96.480,14	10,937	1.466.342	10,870	10,950	10,935
Vencimento em fev/25	95.551,39	11,094	2.396	11,025	11,110	11,110
Vencimento em mar/25	94.687,10	11,254	19.180	11,175	11,250	11,250
Vencimento em abr/25	93.879,25	11,354	224.377	11,245	11,375	11,355
Vencimento em mai/25	93.029,58	11,447	1.048	11,345	11,450	11,445
Vencimento em jun/25	92.152,24	11,513	3.578	11,390	11,510	11,510
Vencimento em jul/25	91.305,73	11,591	585.032	11,445	11,610	11,590

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.552,17	0,89	325.725	5.513,00	5.571,50	5.565,00
Vencimento em out/24	5.568,94	0,89	36.090	5.532,50	5.587,50	5.582,00
Vencimento em nov/24	5.588,77	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.606,65	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.626,68	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.172,79	0,27	360	6.151,00	6.190,00	6.190,00
Vencimento em out/24	6.199,96	0,27	380	6.166,00	6.208,50	6.208,50
Vencimento em nov/24	6.231,63	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	139.123	0,29	75.565	137.540	139.275	139.160
Vencimento em dez/24	141.392	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	143.550	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 28/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações %: No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5309	5,5315	0,63	-2,31	14,26	13,03
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5558	5,5564	0,99	-1,73	14,51	13,97
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5824	5,7624	0,92	-1,64	14,16	13,56
Euro (BC) - (R$/€)	6,1537	6,1549	0,32	0,43	15,01	16,35
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1742	6,1749	0,34	0,92	15,00	17,08
Euro Turismo (R$/€)	6,2416	6,4216	0,34	0,92	14,52	16,66
Euro (BC) - (US$/€)	1,1126	1,1127	-0,30	2,80	0,66	2,93
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	445,6809	445,7293	0,39	1,08	38,65	47,19
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.504,21	-0,83	2,39	21,26	30,35
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.509,55	-0,03	3,72	21,68	30,85

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	28/08/24	27/08/24	No fim de: jul/24	dez/23	Variação - em %: dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	179.669,87	178.261,96	164.489,50	173.997,89	0,79	9,23	3,26
Valor-Coppead Mínima Variância	105.626,05	105.257,78	101.224,36	93.533,91	0,35	4,35	12,93

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 28/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 28/08/24

Índice	28/08/24	27/08/24	Em: 31/07/24	29/12/23	28/08/23	Variação - em %: dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,60	187,85	185,23	165,54	155,37	-0,66	0,74	12,73	20,11
S&P BNY Emergentes	349,54	354,10	350,11	312,75	294,35	-1,29	-0,16	11,76	18,75
S&P BNY América Latina	198,83	198,73	189,19	225,28	202,19	0,05	5,10	-11,74	-1,66
S&P BNY Brasil	202,13	202,28	186,11	232,95	201,61	-0,07	8,61	-13,23	0,26
S&P BNY México	286,65	284,67	295,36	331,67	327,17	0,70	-2,95	-13,57	-12,39
S&P BNY Argentina	247,97	246,91	223,58	178,27	161,55	0,43	10,91	39,10	53,49
S&P BNY Chile	141,18	141,75	139,05	162,12	162,78	-0,40	1,53	-12,92	-13,27
S&P BNY Índia	3.146,54	3.144,10	3.096,48	2.923,01	2.797,74	0,08	1,62	7,65	12,47
S&P BNY Ásia	215,53	217,67	218,49	189,60	176,73	-0,99	-1,36	13,67	21,95
S&P BNY China	281,87	292,80	306,01	336,11	337,86	-3,73	-7,89	-16,14	-16,57
S&P BNY África do Sul	199,28	203,70	221,65	199,87	199,71	-2,17	-10,09	-0,29	-0,21
S&P BNY Turquia	32,94	32,83	36,85	22,45	24,64	0,36	-10,60	46,71	33,67

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 28/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	137.344	0,42	7,59	2,35	17,27
IBrX	58.012	0,46	7,62	2,77	17,74
IBrX 50	23.137	0,54	7,54	4,14	19,36
IEE	92.931	0,40	4,20	-2,13	7,01
SMLL	2.165	-0,65	6,45	-8,01	-2,69
ISE	3.745	-0,23	7,69	-0,49	8,61
IMOB	962	-0,16	9,21	-4,81	3,45
IDIV	9.508	0,44	6,47	4,79	20,67
IFIX	3.382	-0,07	0,50	2,12	6,04
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.829	-0,21	10,13	-10,42	3,75
IBrX	10.487	-0,17	10,16	-10,06	4,17
IBrX 50	4.183	-0,09	10,08	-8,85	5,60
IEE	16.800	-0,22	6,66	-14,34	-5,32
SMLL	391	-1,27	8,97	-19,49	-13,90
ISE	677	-0,86	10,24	-12,91	-3,91
IMOB	174	-0,78	11,79	-16,68	-8,48
IDIV	1.719	-0,18	8,98	-8,29	6,76
IFIX	611	-0,69	2,88	-10,62	-6,19

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread: 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos: No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	16/08/24	366.858
jan/24	353.563	19/08/24	367.652
fev/24	352.705	20/08/24	368.375
mar/24	355.008	21/08/24	368.997
abr/24	351.599	22/08/24	368.187
mai/24	355.560	23/08/24	369.504
jun/24	357.827	26/08/24	369.756
jul/24	363.282	27/08/24	369.531

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	28/08/24	27/08/24	26/08/24	23/08/24	22/08/24	21/08/24
Índice	2.155,04	2.158,27	2.159,99	2.157,77	2.152,82	2.157,96
Var. no dia	-0,15%	-0,08%	0,10%	0,23%	-0,24%	0,09%
Var. no mês	1,14%	1,29%	1,37%	1,27%	1,04%	1,28%
Var. no ano	4,35%	4,51%	4,59%	4,48%	4,24%	4,49%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 28/08/24

Moeda	Em US$ *: Compra	Venda	Em R$ **: Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,0800	34,0900	0,16220	0,16230
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5309	5,5315
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4968	36,5883	0,1512000	0,1516000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7890	0,8063
Colon (Costa Rica)	517,7600	523,9100	0,010560	0,010680
Coroa (Dinamarca)	6,7032	6,7036	0,8251	0,8252
Coroa (Islândia)	137,3500	137,6300	0,04019	0,04027
Coroa (Noruega)	10,4934	10,4974	0,5269	0,5271
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5270	22,5390	0,2454	0,2455
Coroa (Suécia)	10,1862	10,1879	0,5429	0,5430
Dinar (Argélia)	133,4808	134,0308	0,04127	0,04144
Dinar (Kuwait)	0,3050	0,3056	18,0985	18,1361
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1591	1,1647
Direitos Especiais de Saque ***	1,3482	1,3482	7,4568	7,4576
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6732	1,5057	1,5062
Dirham (Marrocos)	9,6703	9,6853	0,5711	0,5720
Dólar (Austrália)***	0,6780	0,6781	3,7500	3,7509
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5309	5,5315
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7203	2,7682
Dólar (Canadá)	1,3462	1,3463	4,1082	4,1090
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6238	6,7048
Dólar (Cingapura)	1,3034	1,3036	4,2428	4,2439
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5309	5,5315
Dólar (Hong Kong)	7,7997	7,7998	0,7091	0,7092
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6237	0,6238	3,4496	3,4505
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7429	6,8260	0,8103	0,8203
Euro (Comunidade Européia)***	1,1126	1,1127	6,1537	6,1549
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0390	3,0997
Franco (Suíça)	0,8420	0,8421	6,5680	6,5695
Guarani (Paraguai)	7644,9700	7661,6600	0,0007219	0,0007235
Hryvnia (Ucrânia)	41,1700	41,2700	0,1340	0,1344
Iene (Japão)	144,4700	144,4800	0,03828	0,03829
Lev (Bulgária)	1,7586	1,7589	3,1445	3,1454
Libra (Egito)	48,6100	48,7100	0,1135	0,1138
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3199	1,3200	7,3002	7,3016
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00343	0,00354
Lira (Turquia)	34,0420	34,0510	0,1624	0,1625
Novo Dólar (Taiwan)	31,9530	31,9830	0,17290	0,17310
Novo Sol (Peru)	3,7376	3,7398	1,4789	1,4800
Peso (Argentina)	949,0000	949,5000	0,00583	0,00583
Peso (Chile)	912,7400	913,5000	0,006055	0,006060
Peso (Colômbia)	4067,1000	4072,8200	0,001358	0,001360
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2305	0,2305
Peso (Filipinas)	56,2500	56,2700	0,09829	0,09834
Peso (México)	19,5305	19,5410	0,2830	0,2832
Peso (Rep. Dominicana)	59,4100	59,7900	0,09251	0,09311
Peso (Uruguai)	40,2800	40,3100	0,13720	0,13730
Rande (África do Sul)	17,8075	17,8175	0,3104	0,3106
Rial (Arábia Saudita)	3,7525	3,7527	1,4738	1,4741
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001314	0,0001317
Ringgit (Malásia)	4,3400	4,3460	1,2726	1,2745
Rublo (Rússia)	91,5705	91,5795	0,06039	0,06041
Rúpia (Índia)	83,9000	83,9200	0,06591	0,06593
Rúpia (Indonésia)	15420,0000	15430,0000	0,0003585	0,0003587
Rúpia (Paquistão)	278,4800	279,0300	0,01982	0,01986
Shekel (Israel)	3,6564	3,6587	1,5117	1,5128
Won (Coréia do Sul)	1335,3300	1335,9800	0,004140	0,004142
Yuan Renminbi (China)	7,1245	7,1267	0,7761	0,7764
Zloty (Polônia)	3,8609	3,8620	1,4321	1,4327

	Cotações: Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1): Compra	Venda
Dólar Ouro	2506,20	0,01241	445,6809	445,7293

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	28/08/24	27/08/24	Variações %: No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses: Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.091,42	41.250,50	-0,39	0,61	9,03	18,90	32.417,59	41.250,50
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.350,78	19.581,52	-1,18	-0,06	15,01	28,56	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.556,03	17.754,82	-1,12	-0,25	16,95	28,10	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.592,18	5.625,80	-0,60	1,27	17,24	26,14	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.126,98	23.259,96	-0,57	0,07	10,35	15,49	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	52.439,87	52.474,31	-0,07	-1,31	-8,62	-1,88	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.343,04	1.341,19	0,14	-0,20	12,37	21,62	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	91.705,81	92.596,44	-0,96	1,68	58,57	142,09	37.847,82	94.746,62
Chile	Santiago	IPSA	6.385,52	6.379,46	0,09	-0,85	3,03	5,89	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.319,92	28.246,22	0,26	-4,12	9,09	22,48	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.617.544,38	1.616.134,16	0,09	7,28	73,98	143,05	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.487,40	1.483,96	0,23	-0,12	6,58	9,78	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.782,29	18.681,81	0,54	1,48	12,12	18,93	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.577,67	7.565,78	0,16	0,61	0,46	3,45	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.880,05	33.778,80	0,30	0,34	11,63	18,69	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.132,83	4.117,07	0,38	0,06	11,46	13,12	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.706,45	2.710,77	-0,16	-1,64	18,52	23,85	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.332,00	11.326,90	0,05	2,41	12,17	19,41	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.425,36	1.432,46	-0,50	-3,57	10,22	8,29	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	910,74	907,94	0,31	-1,07	15,75	22,78	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.838,51	73.315,37	-0,65	-1,64	20,16	28,27	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	83.762,28	84.134,48	-0,44	-0,69	6,76	21,89	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.718,24	6.746,06	-0,41	0,15	5,03	9,19	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	930,12	940,23	-1,08	-13,60	-14,15	-12,08	915,64	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.562,54	2.556,75	0,23	-1,79	6,85	17,86	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.348,70	12.296,72	0,42	0,25	10,87	11,93	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.757,16	9.748,75	0,09	-8,29	30,61	22,86	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.080,18	2.064,19	0,77	4,11	10,90	10,91	1.608,42	2.080,18
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.018,63	84.553,56	-0,63	1,51	9,27	11,91	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.371,76	38.288,62	0,22	-1,87	14,67	19,28	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.291,30	8.297,10	-0,07	-0,35	5,90	12,56	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.493,59	1.493,43	0,01	-7,28	-18,73	-21,41	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.837,43	2.848,73	-0,40	-3,45	-4,62	-8,43	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.689,83	2.689,25	0,02	-2,92	1,30	5,76	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.692,45	17.874,67	-1,02	2,01	3,78	-2,42	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.785,56	81.711,76	0,09	0,05	13,21	25,83	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.658,88	7.597,88	0,80	5,56	5,31	10,65	6.642,42	7.658,88
Tailândia	Bangcoc	SET	1.365,72	1.364,31	0,10	3,40	-3,54	-12,62	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.370,66	22.185,00	0,84	0,77	24,76	35,50	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024/SAAF/SEFAZ
PROCESSO SIGADOC SEFAZ-PRO-2024/04402 (SIAG nº 000440/2024)

A Pregoeira Oficial da Secretaria de Estado de Fazenda, nomeada pela Portaria n. 033/2024/SAAF-SEFAZ, publicada no Diário Oficial de 21/03/2024, vem a Público divulgar o Resultado da Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024/SAAF/SEFAZ, o qual tem por objeto *"Contratação de empresa especializada em locação de módulo do tipo container, incluso instalação, mobilização e desmobilização, para atender as atividades operacionais do Posto Fiscal no município de Pontal do Araguaia da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso- SEFAZ/MT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantitativo e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme especificação - ANEXO, do Edital."*
Empresa classificada e habilitada: ELLUS ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 37.230.628/0001-93
Lote: Único

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR MENSAL R$	VALOR ANUAL R$
1	LOCAÇÃO MÓDULO METÁLICO TIPO CONTAINER MODELO ESCRITÓRIO, MEDINDO 2,30 X 6,00 X 2,50M DE ALTURA INTERNA COM ÁREA TOTAL DE 13.80M². DESMOBILIZAÇÃO E FRETES PARA ENTREGA E/OU RETIRADA.	MENSAL	01	R$ 1.735,00	R$ 20.820,00
2	LOCAÇÃO DE MÓDULO METÁLICO TIPO CONTAINER MODELO ALMOXARIFADO COM PORTA DUPLA, MEDINDO 2,30 X 6,00 X 2,50M DE ALTURA INTERNA COM ÁREA TOTAL DE 13.80M². MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E FRETES PARA ENTREGA E/OU RETIRADA. MENSAL.	MENSAL	01	R$ 1.599,66	R$ 19.195,92
3	LOCAÇÃO DE MÓDULO METÁLICO TIPO CONTÊINER MODELO SANITÁRIO (MASCULINO E FEMININO) COM DIVISÓRIA, MEDINDO 2,30 X 6,00 X 2,50M DE ALTURA INTERNA COM ÁREA TOTAL DE 13.8M². MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E FRETES PARA ENTREGA E/OU RETIRADA. MENSAL.	MENSAL	02	R$ 8.332,00	R$ 99.984,00
TOTAL			**R$ 139.999,92**		

Cuiabá-MT, 28 de agosto de 2024.
Márcia dos Santos Amorosino
Pregoeira Oficial

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024/SAAF/SEFAZ
PROCESSO SIGADOC SEFAZ-PRO-2024/04402 (SIAG nº 0004402/2024)

A Secretária Adjunta de Administração Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, nos termos do art. 145 do Decreto Estadual n. 1.525/2022, **HOMOLOGA E ADJUDICA o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024/SAAF/SEFAZ, PROCESSO SEFAZ-PRO-2024/004402 (SIAG nº 0004402/2024),** o qual tem por objeto a *""Contratação de empresa especializada em locação de módulo do tipo container, incluso instalação, mobilização e desmobilização, para atender as atividades operacionais do Posto Fiscal no município de Pontal do Araguaia da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso- SEFAZ/MT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantitativo e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme especificação - ANEXO do Edital"* em conformidade com o resultado de licitação informado pela Pregoeira Oficial.

Cuiabá-MT, 28 de agosto de 2024.
RADIANA KÁSSIA E SILVA CLEMENTE
Secretária Adjunta de Administração Fazendária

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL.
PROTOCOLO Nº 22.044.404-0

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91133/2024 UASG 728750
OBJETO: Contratação de serviços, não contínuos, para Desenvolvimento de Plataforma Digital e para Locação com montagem e desmontagem de palco, sonorização, multimídia, com equipe de apoio para o VI Congresso International Fish Congress & Fish Expo Brasil 2024 de 24 a 26/09/2024, em Foz do Iguaçu
Convênio 955921/2024 MPA/SEAB
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12/09/2024, às 09h00
DATA E HORA DA DISPUTA: 12/09/2024, às 09h30.
VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 197.560,06.
AUTORIZAÇÃO: Secretário da Agricultura: 22/08/2024
INFORMAÇÕES: Rua dos Funcionários nº 1559, Bairro Cabral, CEP 80.035-050-Curitiba-PR., telefone (41) 3313-4112
Email: licitacao@seab.pr.gov.br
OBSERVAÇÃO: O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/, www.comprasparana.pr.gov.br, site da Secretaria da Agricultura

Curitiba, 23 de agosto de 2024
ELISETE JURASZEK SOURIENT - Pregoeiro(a)/SEAB.

Atlântica Hospitais e Participações S.A.
CNPJ nº 40.751.842/0001-08 – NIRE 35.300.564.430
Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.6.2024

Data, Hora e Local: Em 28.6.2024, às 11h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberação:*** Aprovaram o aumento do capital social no valor de R$490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais) elevando-o de R$462.835.201,23 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte e três centavos) para R$952.835.201,23 (novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte e três centavos), proposto pela Diretoria na reunião daquele Órgão desta data (28.6.2024), dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em seguida, disse o senhor Presidente que: serão emitidas 5.081.969.681 (cinco bilhões, oitenta e um milhões, novecentas e sessenta e nove mil, seiscentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R$0,096419308 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 31.5.2024; a redação do "caput" do artigo 6º do estatuto social será alterada após completado todo processo do aumento do capital. Na sequência dos trabalhos: 1) a acionista Bradesco Gestão de Saúde S.A., por seus representantes legais, assinou o respectivo Boletim de Subscrição, subscrevendo as 5.081.969.681 (cinco bilhões, oitenta e um milhões, novecentas e sessenta e nove mil, seiscentas e oitenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, e integralizando, no ato, em moeda corrente nacional; 2) considerando a subscrição e integralização do aumento ora aprovado, o capital social foi elevado de R$462.835.201,23 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte e três centavos) para R$952.835.201,23 (novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte e três centavos), com a consequente alteração do *"caput"* do artigo 6º do estatuto social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R$952.835.201,23 (novecentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e um reais e vinte e três centavos), dividido em 8.917.374.512 (oito bilhões, novecentos e dezessete milhões, trezentas e setenta e quatro mil, quinhentas e doze) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para a deliberação tomada o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter; Acionista: Bradesco Gestão de Saúde S.A., representada por seus diretores, senhores Carlos Alberto Iwata Marinelli e Flávio Bitter. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Flávio Bitter. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 295.208/24-7, em 31.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GRUPO PROFARMA

PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.
CNPJ nº 45.453.214/0001-51 - NIRE 33.3.0026694-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de abril de 2024, às **11h**, na sede social da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. ("**Companhia**" ou "**Profarma**"), localizada na Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 155, bloco P, sala 301, CEP 22775-056, na cidade e estado do Rio de Janeiro. **2. CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado no jornal "Valor Econômico" do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 25, 26 e 27 de março de 2024, nas páginas E4, E6 e E2, respectivamente, conforme disposto no artigo 124 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), assim como disponibilizado para consulta nos *websites* da Companhia (https://ri.profarma.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br). **3. PUBLICAÇÕES**: Em atendimento ao disposto nos arts. 133 e 289 da Lei das Sociedades por Ações, foram publicados no jornal "Valor Econômico" no dia 21 de março de 2024, na página A7, o relatório da administração, o relatório e parecer dos Auditores Independentes resumido e as notas explicativas resumidas, bem como as demonstrações financeiras resumidas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, sendo que as demonstrações financeiras completas, incluindo o relatório da administração, as notas explicativas completas e o relatório e parecer dos Auditores Independentes completo referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram divulgadas, em 06 de março de 2024, nos *websites* da Companhia (https://ri.profarma.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), assim como foram disponibilizadas para consulta na sede social da Companhia na mesma data. Adicionalmente, todos os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, conforme previstos na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), também foram disponibilizados aos acionistas nos endereços supramencionados. **4. PRESENÇA**: Presentes acionistas titulares de ações representativas de **79,85%** do capital social da Companhia, conforme se verifica **(i)** das assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas", e **(ii)** do mapa de votação sintético consolidado disponibilizado pela Companhia, preparado com base nos boletins de voto à distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3, pelo escriturador das ações da Companhia, e também diretamente pela Companhia, nos termos da Resolução CVM 81. Estiveram à disposição dos acionistas o Sr. Maximiliano Guimarães Fischer, Diretor Vice Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; o Sr. Gilberto Braga, Presidente do Conselho Fiscal; o Sr. Marcel Sapir, Presidente do Conselho de Administração e representante do Comitê de Auditoria; e o Sr. Leonardo Donato, na qualidade de sócio da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("**Auditores Independentes**"), que auditou as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do art. 134, §1º da Lei das Sociedades por Ações. **5. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcel Sapir ("**Presidente**") e secretariados pelo Sr. Maximiliano Guimarães Fischer ("**Secretário**"). **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros efetivos do Conselho de Administração e eleger tais membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; (iv) deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2024 e, uma vez instalado, fixar a quantidade de membros do referido órgão; (v) caso seja aprovada a instalação do Conselho Fiscal, eleger os membros efetivos e suplentes do referido órgão, bem como indicar o seu Presidente; (vi) fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; e (vii) caso seja instalado, fixar o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **7. INSTALAÇÃO:** Verificada a presença de acionistas representando mais de 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia, a Assembleia Geral Ordinária foi instalada. **8. DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da mesa esclareceu que a presente ata será lavrada na forma de sumário e publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme facultado pelo artigo 130, §1º e §2º da Lei das Sociedades por Ações, o que foi autorizado pelos acionistas presentes, sendo também proposta e aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes a dispensa da leitura: **(i)** do Edital de Convocação; e **(ii)** da proposta da administração relacionada à presente Assembleia, a qual foi divulgada em 25 de março de 2024. Em seguida, o Presidente da mesa, em atendimento ao disposto no Art. 48, §4º da Resolução CVM 81, leu o mapa de votação sintético consolidado disponibilizado pela Companhia em 24 de abril de 2024, o qual foi posto à disposição dos acionistas presentes. Ato contínuo, os senhores acionistas apreciaram as matérias constantes da ordem do dia e tomaram as deliberações que seguem, abstendo-se de votar os legalmente impedidos e já contabilizados os votos proferidos à distância: **(i)** Aprovar, sem ressalvas, com **96.079.037** votos válidos e **1.826.671** abstenções, as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **(ii)** Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade dos votos válidos proferidos (**97.905.708**), a destinação do resultado da Companhia, de acordo com a seguinte disposição: **a.** R$ 3.521.620,81 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte reais e oitenta e um centavos) para a composição da reserva legal, nos termos do Artigo 36, Parágrafo 3º, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **b.** R$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil reais) para o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 07 de novembro de 2023, os quais já foram integralmente pagos em 12 de dezembro de 2023 e 10 de janeiro de 2024; e **c.** R$ 19.574.795,98 (dezenove milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos) para a composição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30, I, §1º da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conforme alterada. Restou consignado que, tendo em vista a destinação do lucro líquido acima prevista, nos termos da legislação aplicável, não há que se falar em distribuição de dividendos do exercício. **(iii)** Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade dos votos válidos proferidos (**97.905.708**), a definição do número de 9 (nove) membros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com base nos limites previstos no Estatuto Social. **(iv)** Aprovar, sem ressalvas, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração, cujos mandatos encerrar-se-ão na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício de 2026: **(iv.1)** Em eleição majoritária por chapa (que contou com a participação do acionista controlador). Com **80.715.145 votos favoráveis (100% dos que participaram da eleição majoritária por chapa)**: **a. Armando Sereno Diógenes Martins**, brasileiro, casado, engenheiro de telecomunicações, portador do documento de identidade RG nº 36.101.373-5, inscrito no CPF/ME sob o nº 818.876.717-49, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, n° 2.150, Bloco N, Sala 306, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-003, na condição de membro efetivo do Conselho de Administração. **b. Ana Marta Horta Veloso**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº M-4218578 SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº 804.818.416-87, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Peri, 370, Jardim Botânico, CEP 22460-100, na condição de membro independente do Conselho de Administração. **c. Cristina Procópio Gomes de Souza**, brasileira, casada, economista, portadora do passaporte nº GB144719, inscrita no CPF/MF sob o nº 290.063.168-81, com endereço comercial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2150, Bloco P, 3º andar, na condição de membro efetivo do Conselho de Administração. **d. Carlos Randolpho Gros**, cidadão brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 09.534.167-3 e inscrito no CPF/ME sob o nº 010.834.897-04, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Igarapava, número 40, Leblon, na condição de membro independente do Conselho de Administração. **e. Manoel Birmarcker**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade nº 1.031.127, expedido pela IFP/RJ inscrito no CPF/ME nº 027.990.227-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, n° 2.150, Bloco N, Sala 306, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-003, na condição de membro efetivo do Conselho de Administração. **f. Marcel Sapir**, brasileiro, casado, economista, portador de identidade 06.266.161-6 expedida pelo Detran-RJ, inscrito no CPF/ME 805.225.727-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá 595/1108, na condição de membro independente do Conselho de Administração. **g. Rafael Augusto Kosa Teixeira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do documento de identidade n° 10410331-2, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.912.347-10, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, n° 2.150, Bloco N, Sala 306, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-003, na condição de membro efetivo do Conselho de Administração. **h. Sammy Birmarcker**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade RG nº 07.023.989-2, inscrito no CPF/ME sob o nº 810.719.737-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Ayrton Senna, n° 2.150, Bloco N, Sala 306, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-003, na condição de membro efetivo do Conselho de Administração. **(iv.2)** Em eleição em separado (que não contou com a participação do acionista controlador): Com **17.190.563 votos favoráveis (100% dos que participaram da eleição em separado)**: **a. Fernando Telles de Sousa Fróes Cardozo de Pina**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do documento de identidade 12761543 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.699.397-13, residente e domiciliado na cidade e estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Cesar Vallejo, 360 - 121 A - Real Parque - CEP: 05685-000, na condição de membro independente do Conselho de Administração. Restou consignado os Srs. Rafael Augusto Kosa Teixeira e Cristina Procópio foram indicados pelo acionista BPL Brazil Holding Company SARL e que os **Srs. Marcel Sapir, Carlos Randolpho Gros e a Sra. Ana Marta Horta Veloso** cumprem os requisitos de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, conforme atestado pelos referidos conselheiros previamente à realização da presente Assembleia e a manifestação da Administração da Companhia constante na Proposta da Administração referente à presente Assembleia. Ademais, o **Sr. Fernando Telles de Sousa Fróes Cardozo de Pina** será igualmente considerado membro independente do Conselho de Administração, por força do quanto disposto no Art. 16, §3º do Regulamento do Novo Mercado. **(v)** Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade dos votos válidos proferidos (**97.905.708**), a instalação do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, o qual será composto por 3 (três) membros efetivos e o mesmo número de suplentes. **(vi)** Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade dos votos válidos proferidos (**97.905.708**), a eleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal, com prazo de mandato de 1 (um) ano, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **a. Gilberto Braga**, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade nº 04722037-1, inscrito no CPF/MF nº 595.468.247-04, residente e domiciliado na Rua Sérgio Buarque de Holanda, nº 605, Salas 609/670, Bloco C, Barra da Tijuca, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-031, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e o seu suplente, **João Gilberto Barreiros de Moura Braga**, brasileiro, arquiteto, portador do documento de identidade nº 04722037-1, expedido pelo Instituto Felix Pacheco (IFP), inscrito no CPF/MF nº 114.529.217-84, residente e domiciliado na Av. Vice-Presidente José de Alencar, 1500, 3/1204, Jacarepaguá, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-033. **b. Elias de Matos Brito**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 074.806/O-3, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF nº 816.669.777-72, residente e domiciliado na Rua Uruguaiana, 39 – 18º andar, Centro, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20050-093, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, e o seu suplente, **Ronaldo dos Santos Machado**, brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade nº 082692/O-5, expedido pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF nº 863.923.287-34, residente e domiciliado na Rua Nobrega, nº 242, apartamento 1201, Niterói, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 24220-320. **c. Fabian Bianca de Senço**, brasileiro, solteiro, administrador, nascido em 23/05/2001, portador da cédula de identidade RG nº 38.354.253-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.190.498-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Rua Periquito 210, apto 91 bloco A, Bairro Vila Uberabinha, CEP 04514-050, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal; e o seu suplente **Marcello Joaquim Pacheco**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade nº 18.975.204, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 112.459.108-76, residente e domiciliado na Rua Jacarandá, 121, Chácaras Bela Vista, na cidade de Mairiporã, Estado de São Paulo, CEP 07609-355. Restou consignado que o Sr. Gilberto Braga foi indicado como Presidente do Conselho Fiscal. **(vii)** Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade dos votos válidos proferidos (**97.905.708**), a remuneração global anual da Administração no valor de até R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sem considerar os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, a qual será individualizada pelo Conselho de Administração, sendo certo que referida remuneração considera a aprovação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal a ser deliberada. **(viii)** Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade dos votos válidos proferidos (**97.905.708**), a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024, já englobada na remuneração prevista no item (vii) acima. A remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal deverá corresponder a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do art. 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, de forma que a remuneração dos Conselheiros Fiscais poderá variar, durante o prazo de mandato, em caso de alterações da composição da Diretoria ou da remuneração dos Diretores. **9. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que foi lida e aprovada por todos. **10. ASSINATURAS:** Mesa – Presidente: Marcel Sapir; Secretário: Maximiliano Guimarães Fischer. Acionistas presentes: Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. **Maximiliano Guimarães Fischer -** Secretário. JUCERJA em 15/05/2024 sob o nº 6237143. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

INÊS 249

A conversa realmente importante sobre juros

Fernando Torres

Navegando pelas redes, me deparei com a seguinte declaração recente em vídeo: "Eu odeio dizer, mas acho que isso não importa tanto quanto outras pessoas pensam." A fala vinha do insuspeito CEO do J.P. Morgan Chase, Jamie Dimon, ao responder uma pergunta da CNBC sobre uma eventual redução na taxa de juros pelo Federal Reserve em setembro. Para ele, veja só, o nível da taxa em si ou uma mudança de 0,50 ponto percentual não faz tanta diferença sobre a economia.

O máximo que pode ocorrer, continua, "é um efeito psicológico", com os agentes econômicos reagindo ao que os dirigentes do banco central estariam pensando ao tomar a decisão. "Mas todos os dias 325 milhões de americanos vão para seu trabalho, cuidam das suas famílias, de suas crianças, constroem suas casas, mudam de emprego... E isso vai ser afetado pelo Fed cortando os juros em 0,50 ponto percentual? Eu acho que não."

Como nem todo mundo é Jamie Dimon, no Brasil, assim como nos EUA, a grande discussão do momento é sobre o que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central fará em sua próxima reunião com a taxa básica Selic, hoje em 10,50% ao ano.

Uma quantidade enorme de energia é gasta para se ler, reler, discutir e rediscutir cada comunicação oficial do BC, bem como o que cada membro da diretoria do órgão disse, sinalizou, indicou, ponderou.

Cérebros brilhantes dedicados exclusivamente a traduzir "Coponês" e antever o próximo passo de curtíssimo prazo da política monetária. Não porque faça real diferença se a taxa Selic vai estar em 10,50%, 11% ou em 10% ao ano pelos 42 dias de intervalo entre a próxima reunião e a seguinte, como bem lembrou o presidente do J.P. Morgan (embora faça diferença se a taxa é de 5%, 10% ou 15%). Mas pelo efeito psicológico mencionado por ele e também (principalmente, aliás) porque quem acerta com antecedência os passos do Copom ganha muito dinheiro no mercado.

Nada errado com isso. Faz parte do jogo.

Mas é curioso que alguns que defendem que o Copom seja estritamente técnico em todas as suas decisões ponderem que uma alta de juros agora pode até não ser 100% necessária neste momento, dado que o juro real já está bastante acima dos 4,75% que o BC diz que é o neutro, mas ainda assim considerem importante que ocorra o aperto monetário com o argumento de que o hoje diretor Gabriel Galípolo estaria "comprando credibilidade", diante de sua indicação para a presidência do BC, confirmada ontem.

Já os que dizem que a decisão "depende dos dados" optam por minimizá-los quando eles surpreendem positivamente, dando ênfase ao efeito psicológico de se ver um presidente do BC nomeado por Lula capaz de subir a Selic (embora isso já tenha ocorrido).

Já como motivo realmente técnico para uma retomada da alta dos juros apenas três meses após a interrupção de um ciclo de afrouxamento monetário, há o que o BC gosta de chamar de "desancoragem das expectativas" de inflação.

Em português, o BC está vendo investidores e economistas colocando nos preços dos contratos de juros futuros e em planilhas números para a inflação futura, de 2025 e 2026, acima da meta de 3% ao ano. E isso incomoda porque, nos seus modelos econométricos, isso é uma profecia autorrealizável.

Nas contas do próprio BC, se os juros ficassem estáveis até o início do ano que vem, o IPCA acumulado em 12 meses cairia para 3,2% ao fim de março de 2026, o que parecia bom. Mas a autoridade monetária não tem conseguido convencer mercado a rever suas projeções, que indicam inflação mais perto de 4%. Além disso, Galípolo veio reforçar a matemática ao dizer que 3,2% é "acima da meta", descartando a hipótese de o BC estar tranquilo com a diferença de apenas 0,2 ponto mesmo num horizonte tão distante.

A grande discussão que o país deveria ter, porém, não é essa. E sim sobre a resistência da nossa inflação a um juro real tão alto. Por aqui, nem o nível da taxa nem efeito psicológico citado por Dimon parecem funcionar bem. Tampouco os outros mecanismos de transmissão da política monetária, como o custo do crédito ou o efeito riqueza, parecem responder.

Entre os motivos para os agentes projetarem uma inflação futura acima de 3%, é bom que se diga, está o fato de o IPCA médio de 12 meses no Brasil ter sido de 5,76% entre 2004 e 2018, quando a meta de inflação era de 4,5%, e depois ter ficado em 5,66% de 2019 até julho de 2024, no período em que a meta foi caindo lentamente até os atuais 3%. Ou seja, com meta maior ou menor, ao menos por ora, a inflação real foi a mesma, e acima da meta.

Poderia se dizer até que não há tanto pessimismo assim quando se projeta que o IPCA ficará em 3,73% nos próximos 12 meses. Embora distante dos 3% da meta, ainda é bem abaixo do que temos conseguido fazer na prática.

Mas o que alguns agentes estão nos dizendo é que um juro real de 6,4% ao ano (que já seria o ponto de partida mais alto num ciclo de aperto desde 2008) não é suficiente para colocar a inflação, que está rodando pouco acima de 4% ao ano, na meta de 3%. O juro real teria que subir a 8% para chegarmos lá! Isso é o anormal.

Muito provavelmente o juro neutro não é de 4,75% com uma meta de 3%. Mas, de uma forma ou de outra, isso é um problema. E o motivo não é só o fiscal.

Seria bom que ao menos parte dos cérebros que se dedicam a traduzir cada palavra dita pelos dirigentes do BC arrumassem um tempo para decifrar o enigma e ajudar o país a ter uma inflação menos resistente e uma política monetária mais potente.

Fernando Torres é editor-executivo do Valor
E-mail fernando.torres@valor.com.br

Bolsa Fundador da americana Contour rejeita ideia de bolha e admite 'alguma exuberância' do varejo, mas não dos grandes fundos dos EUA

'Funil de oportunidades em ações de tecnologia está longe de fechar'

Liane Thedim
Do Rio

Em meio às dúvidas em torno do pouso suave ou não da economia americana e do início dos cortes de juros no país, David Meyer, fundador e gestor da americana Contour Asset Management, vê no mercado de ações de tecnologia "o melhor cenário de todos os tempos." Ele rejeita a ideia de bolha, mas admite "alguma espuma" localizada em determinados pontos e diz que o "funil de oportunidades está longe de fechar", diante da velocidade com que o ambiente está mudando e se desenvolvendo. "Menos eficiência é igual a mais oportunidades."

Para Meyer, que estará no Brasil amanhã para participar de um painel na feira Expert XP 2024, houve "alguma exuberância" entre investidores do varejo em torno do que chama de "megatecnologia", mas, entre gestores dos "hedge funds" americanos, afirma, isso não aconteceu. "De acordo com dados do Goldman Sachs Prime Brokerage, em meados de agosto, estavam mais subalocados em tecnologia da informação do que nunca", disse ele ao **Valor**, em entrevista por e-mail.

A Contour, que tem mais de US$ 3 bilhões sob gestão, é concentrada em uma única estratégia, o fundo de ações de "long and short" (estratégia que aposta na alta e na baixa de determinadas ações) Gaia Contour Tech Equity, que investe no setor de tecnologia, mídia e telecomunicações. Meyer explica que a natureza dinâmica da tecnologia leva a uma dispersão de preços significativa. "Nossa abordagem de investimento nos permite tirar vantagem quando vemos oportunidades incompreendidas, não apenas subvalorizadas, mas também supervalorizadas", afirma ele, que antes foi do Morgan Stanley e da Brummer & Partners.

O gestor diz que a resposta à pergunta sobre o futuro das empresas que estão perdendo o bonde da inteligência artificial (IA) "vale um milhão de reais" e afirma que a empresa tem se "concentrado no desproporcionalmente" no assunto. "Muitas empresas sentirão uma dor significativa porque não têm os recursos, o número de funcionários ou a estratégia para mudar seus negócios e não sobreviverão a um mundo de IA. Essas empresas podem não ser necessariamente as que você consideraria como de tecnologia tradicional." Mas demonstra otimismo ao dizer que pode haver tempo para que façam ajustes e se adequem.

> "Nossa abordagem permite tirar vantagem de [ações] subvalorizadas e supervalorizadas"
> *David Meyer*

DIVULGAÇÃO
David Meyer: "Muitas empresas sentirão uma dor significativa porque não sobreviverão a um mundo de IA"

O fundo da Contour e é distribuído no Brasil pela Schroders, segunda maior gestora de feeders (veículos locais que compram cotas de fundos no exterior) internacionais do país, com R$ 3,5 bilhões sob gestão. Conforme dados da Schroders, o fundo local (Schroder Gaia Contour Tech Equity, que inclui mecanismo de proteção cambial) tem retorno de 15,21% em 2024 até 19 de agosto, ante 6,18% do CDI, -4,87% do Ibovespa e 1,71% do IHFA, o Índice de Hedge Funds da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

O diretor comercial da Schroders Brasil, Fernando Cortez, afirma que a gestora está concentrando esforços para "capturar" uma fatia dos investimentos dos órfãos dos multimercados no Brasil para fundos como o Gaia. Ele diz que a ideia é fazer com que o cliente entenda que os "hedge funds" americanos podem entrar na parcela de multimercados que ele tem em carteira e que hoje está migrando para a renda fixa. Os "hedge funds" geralmente são comparados aos multimercados brasileiros, mas as linhas são bem diferentes, já que no Brasil a classe é muito focada no mercado de juros, enquanto nos Estados Unidos são mais voltados à bolsa. Por isso vêm apresentando bom desempenho, enquanto os multimercados no Brasil têm apresentado retornos decepcionantes.

Segundo ele, nos últimos 12 meses, o IHFA teve desempenho negativo em seis meses, enquanto o Contour, por exemplo, ficou positivo. Cortez explica que, como os "feeders" oferecem proteção cambial, apresentam volatilidade menor que a dos multimercados e podem ser comparados ao CDI. "Hoje fica tudo na caixinha de investimento global, queremos mostrar que não é tudo igual." Ele diz que os feeders de "hedge funds", embora não tenham sofrido resgates nos últimos meses, não atraíram recursos como poderiam. "Como viemos de um período monotemático em renda fixa, a curiosidade foi menor do que poderia ser."

Alta de juros é necessária no Brasil e não afetará bolsa, dizem gestores

Do Rio

O Banco Central (BC) precisa aumentar os juros para manter sua credibilidade e as questões domésticas sob controle, mas o aperto monetário não vai afetar a bolsa. A afirmação foi feita ontem por André Raduan, sócio co-fundador e CIO da Genoa Capital, e Gustavo Salomão, sócio fundador e CIO da Norte Asset, durante painel na Conferência Anual do Santander.

"Cada país tem seu ciclo e nós temos um pouco diferente do americano", disse Raduan. "A gente acredita que aumento de juros no Brasil não atrapalha a bolsa, pelo contrário, porque traz mais credibilidade e diminui os prêmios de risco." Ele afirma que o crédito tem crescido muito acima do esperado por causa da mudança regulatória e cabe ao BC um pequeno ajuste na Selic, já que as contas do setor externo "vão ajudar."

Raduan não vê uma recessão nos EUA, porque avalia que o Federal Reserve tem mecanismos para suavizar a desaceleração. Por isso, comenta, no geral o ambiente para mercados emergentes é positivo, embora cada país enfrente suas dificuldades. Enumera que, no México, as eleições americanas podem ter impacto, por isso a gestora está fora dos ativos do país. Para Chile e Austrália, ele vê reaquecimento da economia, mas para Europa a perspectiva é pessimista.

"Nossa carteira está 'risk on', não vai ter recessão nos EUA, mas a China é uma grande preocupação, porque estamos vendo mudanças significativas, com forte queda do investimento direto, esgotamento total do modelo de crescimento baseado em infraestrutura e mercado imobiliário." Raduan comenta que o governo chinês está focando em exportação para reativar a economia, mas outros estão países reagindo com aumentos de tarifas, o que pode dificultar o efeito das medidas.

Salomão, por sua vez, ressalta que o mercado brasileiro está muito a reboque do externo. Ele diz que nos últimos três meses, quando começou a haver perspectiva maior de corte dos juros americanos, tivemos fluxo positivo de investidores estrangeiros, depois de vários meses no negativo e, com isso, a bolsa tem se recuperado. "Estamos olhando muito o micro da empresas, que está melhor em diversos setores desde o fim do primeiro trimestre. Muitas fizeram o dever de casa e se reestruturaram."

De acordo com o fundador da Norte Asset, apesar da agenda local de preocupações com políticas fiscal e monetária, na prática o que vai mover uma mudança grande é o mercado lá fora. "O grande risco é o pouso ser menos suave que o esperado nos EUA, mas não temos indicação disso."

Salomão apresenta números para provar que as ações brasileiras não estão caras, mesmo com o recorde do Ibovespa nesta semana. "Em junho de 2021, a bolsa bateu pela primeira vez os 130 mil pontos, naquele momento havia um recorde em aberturas de capital na bolsa, e o nível de 'valuation' das empresas era diferente", avalia. "De lá para cá o CDI andou 40%, o IPCA, 21% e a bolsa, 5%. Não está caro."

Segundo ele, as empresas estão em situação muito melhor, ao mesmo tempo em que o Brasil está voltando ao radar dos estrangeiros. "A volta do fluxo do investidor local é questão de tempo, porque não vamos ter o gatilho do corte de juros, mas teremos desempenho e posição técnica favorável que vai atrair as alocações."

Salomão cita que o percentual de bolsa nas carteiras está na mínima histórica, de 7% a 8%, o que aumenta a chance de incremento. "Quem está pouco alocado em bolsa deve ir aumentando gradualmente".

Primeiro ETF de solana do mundo capta R$ 15,5 milhões

Ricardo Bomfim
De São Paulo

Com estreia hoje na B3, o fundo negociado em bolsa (ETF) da gestora QR Asset que dá exposição à criptomoeda solana, QSOL11, captou R$ 15,5 milhões durante a sua oferta pública. O ETF tem administração da Vórtx e é o primeiro do mundo a seguir a cotação da moeda digital, a quinta maior em valor de mercado, com US$ 66,9 bilhões.

O fundo segue o índice de referência CME CF Solana Dollar Reference Rate e começará a ser negociado com o valor de referência da cota em R$ 10. O ETF entrou em período de reservas no dia 21 de agosto e sua captação foi o equivalente a 15% do que a QR conseguiu com o QBTC11, ligado ao bitcoin.

A solana é a moeda digital nativa da blockchain homônima, a segunda maior do mundo para o desenvolvimento de contratos inteligentes e aplicações descentralizadas. Segundo Theodoro Fleury, gestor e diretor de investimentos da QR Asset, a Solana é uma rede rápida, escalável e que pode crescer muito em termos de desenvolvimento de aplicações financeiras, de modo que seu token se tornou uma tradicional terceira posição nos portfólios da maioria dos investidores de criptomoedas.

Fleury diz que os ETFs são uma opção para quem aposta na valorização dos criptoativos, mas não quer ter a custódia de uma chave privada e o processo de criar uma carteira digital para eles.

"Se tem um ETF em circulação, ele foi cuidadosamente aprovado por CVM [Comissão de Valores Mobiliários] e B3, o que dá maior segurança para investidores mais conservadores. É importante também para os investidores institucionais, que não podem comprar o ativo diretamente", afirma.

TJDFT
Clínica veterinária é condenada por morte de cão após falha no atendimento
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Identidade ecológica e o julgamento do Supremo
E2

TRF-4
Aposentada consegue pensão por morte de filho
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Tributário Por enquanto, há quatro votos a favor da retirada do imposto municipal e dois contra

Placar no STF sobre exclusão do ISS do cálculo do PIS/Cofins é favorável aos contribuintes

Marcela Villar
De São Paulo

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem o julgamento que vai definir se o ISS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins. Por enquanto, o placar está em quatro a dois contra a União e a expectativa dos contribuintes é de vitória. O otimismo leva em conta o voto de André Mendonça, único com posicionamento até então desconhecido e que foi a favor da tese das empresas.

Na prática, se considerado o entendimento que havia no Plenário Virtual, antes de um pedido de destaque e deslocamento do tema para sessão presencial, e os posicionamentos relacionados à "tese do século", já há uma maioria favorável aos contribuintes. O placar da tese do ISS, que começou no ano de 2020, estava empatado, no virtual, em quatro a quatro — no físico, o placar foi zerado, mantidos os votos dos ministros aposentados.

A ação pode causar impacto de R$ 35,4 bilhões para a Fazenda Nacional em caso de derrota, segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o ano de 2025. O julgamento não foi concluído ontem e será retomado em outra sessão, sem previsão de retorno à pauta.

Votaram ontem três ministros: Dias Toffoli e Gilmar Mendes a favor da União e Mendonça, das empresas. E os votos dos ministros aposentados já proferidos nessa discussão foram preservados — o do relator, Celso de Mello, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, todos favoráveis aos contribuintes. Por conta disso, não votam os ministros Nunes Marques, Flávio Dino e Cristiano Zanin, que os substituíram, respectivamente.

A discussão se baseia no conceito de faturamento e se deveria ser aplicada a mesma conclusão da tese do século (Tema 69), que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins, no ano de 2017. O voto de Mendonça era considerado decisivo pelos tributaristas porque não havia se manifestado. Além disso, o posicionamento de Luiz Fux e Mendes já era conhecido, pois votaram na tese do século — Fux pelos contribuintes e Mendes pela União.

DIVULGAÇÃO
Ministro André Mendonça: é preciso respeitar a jurisprudência do Supremo e estender as mesmas conclusões da tese do século ao caso do ISS

A discussão sobre o ISS é uma das filhotes da "tese do século". Nesse caso, ficou definido que os valores do tributo estadual são meramente transitórios no caixa das companhias e têm como destino os cofres públicos. Agora, os ministros analisam se o mesmo raciocínio pode ser aplicado nesta ação. Como está em repercussão geral, a decisão impactará todos os casos semelhantes na Justiça.

Na sessão, Toffoli manteve seu voto, entendendo que o ISS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins. Ele relembrou a manifestação no Tema 69 e disse que "continua convencido que o ICMS integra a base de cálculo do PIS e da Cofins" e que o julgamento de 2017 "não conduz" ao mesmo desfecho nesse caso.

Para ele, o consumidor final é quem paga os valores do tributo, por estarem integrados ao preço do produto ou serviço vendido ou ofertado pelas empresas, portanto, terminam fazendo parte da receita bruta das companhias e incorporados ao patrimônio delas de "maneira definitiva".

Já Mendonça acompanhou o relator, Celso de Mello (aposentado), e disse ser necessário preservar a jurisprudência da Corte. "Por coerência interna e integridade à jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, entendo imperativo estender as mesmas conclusões [do Tema 69] para o Tema 118", afirmou, na sessão. Ele propôs uma modulação do tema, isto é, limitar os efeitos da decisão para a partir da publicação da ata de julgamento.

O caso chegou ao STF no ano de 2008 por um recurso da empresa Viação Alvorada, concessionária que presta serviço de transporte rodoviário na cidade de Alvorada, na região metropolitana de Porto Alegre. Ela recorre de um acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) favorável à inclusão do ISS na base do PIS e da Cofins. A sentença também foi contra a empresa.

O advogado da empresa no processo, o tributarista Heron Charneski, sócio do Charneski Advogados, defendeu que a tese do século deveria ser aplicada, por ser mais que filhote, e sim uma "tese-irmã". "A empresa não fatura o valor do ISS, assim como não fatura o valor do ICMS", disse ele, em sustentação oral.

Já a representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Patricia Grassi Osório, também em sustentação oral, afirmou que "não há qualquer parentesco" entre os temas. "Não há aqui as mesmas razões de decidir do Tema 69", disse. Na visão da União, o ISS deve ser encarado como despesa. "O ISS nada mais é do que um custo da atividade empresarial típica para quem explora determinada atividade econômica", completou Patricia.

A procuradora lembrou que o Supremo e Superior Tribunal de Justiça (STJ), em outros julgamentos, permitiram que um tributo possa compor a base de outro tributo. Citou o julgamento que declarou constitucional o ICMS na base da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) — imposto que também incide sobre receita — em 2021 (RE 1187264). "Essa Corte, portanto, permanece entendendo que tributo pode compor a base de cálculo de outro tributo ou dele mesmo", completou.

Os contribuintes foram derrotados em quatro teses sobre tributos na base de tributos e venceram três nas Cortes superiores. Outros seis temas ainda serão julgados. Durante o julgamento de hoje, o próprio ministro Barroso ressaltou a quantidade de temas semelhantes. "Com a benção de Deus, a reforma tributária vai acabar com essas discussões, se entra ou não na base de cálculo do PIS e Cofins, porque ninguém aguenta mais", brincou.

A tributarista Ariane Guimarães, sócia do Mattos Filho, afirma que não é comum os ministros alterarem voto do Plenário Virtual para o físico em temas tributários. A perspectiva para os contribuintes é positiva, acrescenta, por conta do voto de Mendonça. "Era o que mais a gente precisava entender, porque não tinha diretriz sobre qual seria sua posição", diz. "Precisamos aguardar uma série de desdobramentos, mas a sinalização é positiva".

Para Heron Charneski, o voto de Mendonça foi uma manifestação relevante. "Ele trouxe precedentes que formaram o conceito de faturamento e receita na jurisprudência do STF", afirma ele em entrevista ao **Valor**. "Não se tem decisão definitiva, mas há um otimismo que a decisão [da tese do século] seja mantida."

Daniel Ávila, sócio do Locatelli Advogados, considera que os votos de Toffoli e Mendes não focaram tanto em conceitos jurídicos, mas no impacto fiscal para a União. "Tem pouca inclinação do Supremo em respeitar o que já foi definido no colegiado", diz. Segundo ele, o artigo 926 do Código de Processo Civil (CPC) prevê que a jurisprudência nos tribunais seja respeitada. "Os votos dos ministros são mais vontades humanas do que técnica."

STJ julga ilegal taxa para entrega de contêineres

Murillo Camarotto, Laura Ignacio e Arthur Rosa
De Brasília e São Paulo

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a cobrança da taxa THC2 nos portos é ilegal. Trata-se da primeira decisão da Corte que avalia o mérito da cobrança, que está no centro de uma disputa de mais de 20 anos entre os terminais portuários, que ficam à beira-mar, e os retroportuários, conhecidos como "portos secos".

A sigla THC2 refere-se ao termo em inglês Terminal Handling Charge 2, algo como cobrança para manuseio no terminal. Mais recentemente também passou a ser chamado de Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SEE), que nada mais é do que o transporte e entrega de um contêiner para alguém que está fora do terminal portuário.

A cobrança é vista como irregular pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pois prejudica os portos secos. Isso aconteceria porque o importador que quiser fazer a alfândega em um porto seco precisa pagar uma taxa de movimentação a mais do que aquele que deixar a mercadoria no terminal à beira-mar, daí o número 2 de THC2.

Enquanto o Cade se posicionou contra a THC2, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) entende que ela pode ser cobrada. O caso chegou ao Tribunal de Contas da União (TCU), que também viu ilegalidade e proibiu a cobrança, que está suspensa desde o ano de 2022.

Para o ex-conselheiro e ex-procurador-geral do Cade, Gilvandro Araújo, o posicionamento do STJ pode ser decisivo para encerrar, de vez, a disputa. De acordo com ele, quem tiver interesse em judicializar a cobrança terá, a partir de agora, uma referência clara do tribunal superior.

"A decisão é muito relevante para enfatizar que a relação entre empresas, em mercados regulados, não pode prescindir da avaliação concorrencial", afirma Araújo, sócio do Carneiros Advogados.

Na 1ª Turma do STJ, a vitória dos portos secos foi por maioria de votos. Prevaleceu o entendimento da ministra Regina Helena Costa. Para ela, a cobrança é ilegal por não estar amparada em lei e ser considerada uma infração concorrencial. Ela foi seguida pela maioria dos ministros (REsp 1899040eREsp1906785).

Após a suspensão da taxa pelo TCU, antes da declaração de ilegalidade pelo tribunal superior, nasceu no mercado a expectativa de que a cobrança pudesse voltar, segundo Leonardo Roesler, advogado tributarista e sócio da RMS Advocacia e Consultoria. "Com a declaração da ilegalidade não se discute mais se ela está suspensa, não se pode mais cobrar sob pena de contrariar decisão da Justiça", afirma o especialista.

Segundo Roesler, os operadores que usavam a THC2 passaram a ter que ajustar seus contratos, buscando outras formas de receita. Para os alfandegários independentes não vinculados aos operadores, diz, o fim da cobrança representa uma oportunidade porque, ao eliminar a THC2, podem atrair um volume maior de carga para armazenagem. "Para as importadoras, a decisão traz redução direta nos custos operacionais ao se poder usar os alfandegários independentes."

Segundo Pedro Moreira, sócio do CM Advogados e representante da operadora portuária Embraport (hoje DP World Brasil) no processo, cabe discussão da decisão do STJ, seja mediante embargos ou recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Vamos analisar o acórdão, mas, com certeza, essa batalha não termina aqui", diz.

O advogado destaca que na decisão do TCU que suspendeu a taxa há um recurso pendente da Antaq. Além disso, de acordo com Moreira, paralelamente, o TCU abriu um procedimento de auditoria operacional que teria concluído que a THC2 é cobrada por um serviço efetivamente prestado pelo operador portuário. "Só existe a cobrança se o importador contratar o serviço, que faz com que a carga seja entregue de forma mais célere", afirma.

O advogado aponta também que a decisão do STJ é equivocada sobre o efeito concorrencial da THC2. Isso porque a maioria dos ministros teria seguido uma antiga posição da Procuradoria do Cade. "Em 2021, foi feita uma tentativa de pacificação do tema, com participação do Cade, e no memorando de entendimento publicado consta que a cobrança da THC2 por si só não viola a defesa da concorrência. Deve ser, portanto, analisado cada caso concreto para verificar se há esse efeito concorrencial", diz.

O advogado Bruno Burini, representante da Marimex, porto seco que é parte no processo, afirma, porém, que nos últimos 19 anos o Cade, em 12 oportunidades, considerou a THC2 ilegal. "A decisão do STJ é histórica porque, pela primeira vez em 24 anos de discussões, confirmou a ilegalidade da cobrança por diversas perspectivas. Reconheceu que não há lei ou contrato que obrigue o pagamento do preço, bem como ratificou o posicionamento histórico do Cade e confirmou a natureza anticompetitiva da cobrança."

DIVULGAÇÃO

"Cobrança não está amparada em lei e é considerada infração concorrencial"
Regina H. Costa

INÊS 249

Identidade ecológica e o julgamento do Supremo

Opinião Jurídica

Édis Milaré e Thiago Sales Pereira

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado, em 28 de fevereiro de 2018, no julgamento das ADIs 4901, 4902, 4903 e 4937 e da ADC 42, a constitucionalidade, entre outros, do artigo 48, parágrafo 2º, e do artigo 66, parágrafos 3º, 5º e 6º da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) e reconhecido, por maioria de votos, que a adoção do bioma como critério para compensação de reserva legal é constitucional, a discussão não se encerrou com a publicação do acórdão.

Em primeiro lugar, em razão de erro material, pois constou na ementa que o resultado do julgamento em relação à aplicação do artigo 48, parágrafo 2º (que prevê a compensação de reserva legal por meio de Cotas de Reserva Ambiental – CRA), seria, por suposta maioria, uma interpretação conforme segundo a qual a compensação só seria autorizada entre áreas com identidade ecológica. Entretanto, a análise dos votos revela que, na realidade, os ministros entenderam majoritariamente pela constitucionalidade do artigo 48, parágrafo 2º, sem invocar a identidade ecológica — expressão que carece de definição técnica ou legal e cuja adoção representa, na prática, eliminar a possibilidade de compensação de reserva legal dentro do mesmo bioma. Correta, portanto, foi a oposição de embargos de declaração, cujo julgamento teve início em 25 de agosto de 2023, em sessão virtual, e foi interrompido em razão de pedido de vista. Atualmente, após pedido de destaque, aguarda-se a retomada em sessão presencial.

O equívoco, entretanto, é mais profundo. Pelo teor dos votos já proferidos até o momento, no julgamento dos EDs, verifica-se que, ao invés de reafirmar a constitucionalidade do artigo 48, parágrafo 2º, e manter o adequado critério previsto pelo legislador (mesmo bioma), o entendimento que está em construção estende ao artigo 66, parágrafos 5º e 6º, da lei a suposta interpretação conforme (na prática não alcançada) conferida ao parágrafo 2º do artigo 48, no sentido de exigir identidade ecológica entre áreas para fins de compensação de reserva legal.

A questão preocupa, uma vez que representa mais do que a identificação de mesmo bioma e corresponde a impor perfeita equivalência (espelhamento) entre as características ecológicas de um perímetro de vegetação excedente e as de outro em que se verifica o déficit de reserva legal. Na prática, cumprir esta exigência é impossível: não há um ecossistema idêntico a outro.

O rol de critérios previstos na Lei nº 12.651/2012 para a compensação da reserva legal vai além do bioma, abarcando uma série de outros fatores, entre eles a identificação detalhada do imóvel, de seu proprietário e das características de uso e ocupação, o que gera subsídios para a formulação de políticas públicas. Exige-se também a emissão e aprovação de laudos por órgãos técnicos, o que contribui para o levantamento de perfil socioeconômico e ambiental de atividades e regiões e cria um valioso banco de dados a ser utilizado para outros fins — como regularização fundiária, gestão de recursos hídricos e planejamento para a redução de desigualdades regionais e sociais—, além de promover a preservação de áreas prioritárias e assegurar que os imóveis rurais cumpram sua função social.

Aplicando as regras positivadas e adotando a real acepção do termo bioma (sem lhe atribuir uma interpretação que não foi contemplada pelo legislador), milhares de proprietários rurais conseguiram regularizar a reserva legal de seus imóveis, seguindo não apenas a Lei nº 12.651/2012, mas também normas e regulamentos editados em nível estadual para dar cumprimento ao regramento federal. A legitimidade dos atos já praticados — de boa-fé e em confiança de conformidade com as disposições legais e regulamentares — seria fulminada, criando-se um alto grau de insegurança jurídica.

Introduzir, onde o legislador não previu, um novo critério para a regularização da reserva legal pode resultar em esvaziamento jurídico, técnico e econômico da compensação, colocando no percentual de déficit de reserva legal imóveis atualmente considerados regularizados, além de impedir que outros, em situação semelhante, possam também se regularizar.

De um lado haverá aumento do nível de déficit e, de outro, perímetros de vegetação excedente, antes passíveis de negociação para compensação, ficarão desprovidos de valor enquanto "floresta em pé". O resultado será a perda de biodiversidade já existente em extensas porções de terra coberta por vegetação excedente, posto que, sem um fim econômico, certamente serão suprimidas para uso alternativo. Vale lembrar que, se são consideradas áreas excedentes, é porque os imóveis em que estão localizadas já estão dotados de reserva legal própria instituída e ainda há mais vegetação disponível.

Portanto, respeitadas as opiniões divergentes e os diversos interesses envolvidos, concluímos que as disposições dos artigos 48, parágrafo 2º, e 66, parágrafo 5º, inciso IV, e parágrafo 6º, inciso II, da Lei nº 12.651/2012 devem ser mantidas como constitucionais. Trata-se de solução (i) que reflete e respeita a escolha do legislador, (ii) está em consonância com o entendimento majoritário prolatado por ocasião do julgamento das ações constitucionais — que ratificaram o bioma como critério para a compensação da reserva legal — e (iii) irá garantir um equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, além de reafirmar a segurança jurídica e a estabilidade de atos praticados legitimamente.

Édis Milaré e Thiago Sales Pereira são, respectivamente, advogado, professor e consultor em Direito Ambiental, doutor e mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP e sócio-fundador de Milaré Advogados; advogado com MBA em Direito Público e em Direito Empresarial pela FGV-SP, pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito e leading lawyer de Milaré Advogados

Ouribank S.A. Banco Múltiplo | CNPJ: 78.632.767/0001-20 - www.ouribank.com
Edifício Ourinvest | Av. Paulista, nº 1.728 - Bela Vista - CEP: 01310-919 - São Paulo - SP - Brasil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

No primeiro semestre de 2024 a economia mundial mostrou sinais de recuperação, com muitas economias avançadas e emergentes registrando boa evolução no PIB. No entanto, a recuperação foi desigual, com algumas regiões, especialmente na Europa e Ásia, crescendo mais rapidamente que outras. A inflação continuou a ser um desafio significativo e fez os Bancos Centrais manterem suas taxas de juros mais elevadas. O comércio internacional se recuperou, apesar das persistentes tensões comerciais e geopolíticas. No Brasil, o primeiro semestre deste ano foi marcado por uma melhora no crescimento econômico, impulsionado pela recuperação do consumo interno. A inflação cedeu e contribuiu para a manutenção de uma política monetária menos restritiva por parte do Banco central. Com isso, o mercado de trabalho mostrou sinais contínuos de recuperação, com uma queda na taxa de desemprego e aumento do rendimento médio real. Contudo, os desafios fiscais continuam e são as principais fontes de preocupação e de aversão ao risco para o país, contribuindo para manter nossa taxa de câmbio em patamar elevado.

Em relação ao desempenho financeiro, o Ouribank reportou lucro líquido superior de R$ 71 milhões de reais. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 75%. O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R$ 178 milhões de reais. O Índice de Basiléia atingiu 15,11% (31/12/2023 - 35,27%).

Em relação às fontes de captação, o Ouribank atingiu um total de R$ 4.058 milhões de reais, o que representou um crescimento de mais de 31% em comparação ao mesmo período de 2024. As modalidades de depósitos no exterior e depósito em moeda estrangeira foram as responsáveis por esse incremento. O Ouribank tem conseguido manter um patamar de liquidez adequado para suas operações, beneficiado principalmente pelas disponibilidades em moeda estrangeira inerente à sua operação de câmbio. A Moody´s atribuiu ao Ouribank o rating de A.br com perspectiva estável.

Olhando a frente, os desafios são grandes sob a ótica dos juros e da inflação. Mas ainda assim espera-se maior crescimento econômico para o final de 2024, tornando o ambiente desafiador para a busca de nossos objetivos.

Sobre nós

Com mais de 40 anos no mercado,/ Ouribank/ é referência em serviços especializados de câmbio. A história do/ Ouribank/ é marcada pela excelência no atendimento personalizado, refletindo seu compromisso em inovar, trazer eficiência e superar as expectativas dos clientes.

Pessoas, Responsabilidade Social e Sustentabilidade

O Ouribank tem orgulho da colaboração entre áreas, equipes e pessoas que nos mantêm consistentes em tudo o que fazemos.

É por meio dessa integração que conseguimos otimizar nossos fluxos de trabalho, trazer experiências e atendimento fluido para os clientes e, automaticamente, atingir resultados maximizados.

Dentro do olhar de pessoas, seguiu investindo na capacitação e bem-estar de seus colaboradores. Essa proximidade nasce de dentro do Ouribank, pois, as pessoas vêm em primeiro lugar. É assim que se entende fomentar um ambiente de trabalho positivo para todos e ampliarmos nossos relacionamentos.

Com uma equipe talentosa e engajada de 486 profissionais, o Ouribank cresceu proporcionando mais oportunidades e desafios para todos. Destaca-se iniciativas como o Ourinvest Educa, que oferece cursos de treinamento interno, além de oferecer programas de bolsas de estudos para Graduação, Pós-Graduação ou *MBA*. Além disso, apoiamos o processo de certificações tão relevante em nossa atuação, somos cuidadosos com os programas regulatórios e, também, temos um *pool* de cursos obrigatórios. Hoje mais de 70% dos colaboradores são certificados com ABT1 e 2, além de outras certificações requeridas pelos reguladores.

Com intuito de estar sempre ligado as boas práticas de responsabilidade social, o Ouribank faz parte da Rede ANBIMA de Diversidade e Inclusão. A rede funciona como uma comunidade, com profissionais de diversas instituições que atuam ou pretendem atuar com referidos temas. Por meio de uma agenda de atividades e ações, os objetivos são: estimular que o tema seja institucionalizado nos Associados; aumentar a representatividade no mercado, e garantir que a cultura inclusiva se torne um padrão dentro de todas as empresas. A proposta é evoluirmos juntos e fazermos com que essa iniciativa acelere a inclusão de mulheres, da população negra, das pessoas com deficiência, da comunidade LGBTQIA+ e das multigerações no nosso mercado de trabalho.

Além disso, há uma comissão de *ESG* alinhado às boas práticas indicadas para o nosso modelo de negócio.

Afinal, essa é uma jornada de transformação dos negócios e envolve a construção de um mundo inclusivo, ético e ambientalmente sustentável, que garanta qualidade de vida para colaboradores, parceiros e cliente, mas também para toda sociedade.

Principais Indicadores

+ de 500.000 clientes atendidos
+ de 2,5 MM de operações de câmbio
+ de 29 Bi USD* transacionados
+ de 50% de crescimento anual nos últimos 5 anos
+ de 600 correspondentes cambiais
+ de 450 colaboradores dedicados
R$ 4,3bi de ativos
Rating A.br Moody's
+ de R$ 800mi* de receitas
75% de ROAE
15% de Índice de Basileia
Valor 1º lugar Entre os 20 bancos de pequeno e médio porte com maior rentabilidade operacional

* últimos 12 meses

Agradecimentos

A Administração do Ouribank agradece aos seus clientes, parceiros e fornecedores o indispensável apoio e a confiança em nosso trabalho e, em especial, aos nossos colaboradores que tornaram possível o nosso desempenho.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Disponibilidade	**5**	**343.897**	**671.654**
Instrumentos Financeiros		**3.981.018**	**2.724.646**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	-	117.258
Títulos e Valores Mobiliários	6b	615.654	295.066
Relações Interfinanceiras	6e	163.782	185.242
Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	168.905	1.709
Operações de Crédito	7a	74.019	60.406
(-) Prov. p/perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7d	(3.227)	(1.681)
Carteira de Câmbio	8	2.901.229	1.998.284
Títulos e Créditos a Receber	7a	54.703	63.576
Outros Instrumentos Financeiros	9	8.920	7.832
(-) Prov. p/perdas Esperadas s/Outros Instr. Fin. e Tít. Créd. Rec.	9	(2.967)	(3.046)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	**10**	**57.285**	**56.642**
Outros Ativos	**11**	**3.426**	**1.227**
Investimentos		**16**	**16**
Imobilizado de Uso	**12**	**8.945**	**7.776**
Intangível	**13**	**11.484**	**7.992**
Depreciações e Amortizações		**(9.129)**	**(7.674)**
(-) Depreciações Acumuladas	12	(4.895)	(4.343)
(-) Amortizações Acumuladas	13	(4.234)	(3.331)
Total		**4.396.942**	**3.462.279**

PASSIVO	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**4.058.245**	**3.089.039**
Depósitos	14	627.217	532.552
Obrigações por Operações Compromissadas		39.310	1.494
Relações Interfinanceiras		618	2.171
Relações Interdependências - Ordens de pagamento	15	543.883	405.703
Instrumentos Financeiros Derivativos	6d	15.659	653
Carteira de Câmbio	8	2.562.921	2.030.627
Outros Instrumentos Financeiros	16	268.637	115.839
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	17	**85.866**	**97.241**
Provisões para Contingências	18	**1.442**	**2.266**
Outros Passivos	19	**73.238**	**49.978**
Patrimônio Líquido	21	**178.151**	**223.755**
Capital Social		111.000	111.000
Reserva de Lucros		67.560	113.189
Outros Resultados Abrangentes		(409)	(434)
Total		**4.396.942**	**3.462.279**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	Capital Social	Capital Social em aprovação	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Especiais	Outros resultados abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		**81.000**	**30.000**	**6.421**	**33.312**	**-**	**-**	**150.733**
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	57.058	57.058
Destinação das Reservas de Lucros:								
- Reserva Legal	21b	-	-	2.853	-	-	(2.853)	-
- Reserva Especial de Lucros	21d	-	-	-	40.654	-	(40.654)	-
- Dividendos	21c	-	-	-	-	-	(13.551)	(13.551)
- Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(408)	-	-	(408)
- Aumento de Capital Aprovado		30.000	(30.000)	-	-	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	21e	-	-	-	-	(54)	-	(54)
Saldos em 30 de Junho de 2023		**111.000**	**-**	**9.274**	**73.558**	**(54)**	**-**	**193.778**
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		**111.000**	**-**	**12.107**	**101.082**	**(434)**	**-**	**223.755**
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	71.306	71.306
Destinação das Reservas de Lucros:								
- Reserva Legal	21b	-	-	3.565	-	-	(3.565)	-
- Reserva Especial de Lucros	21d	-	-	-	50.806	-	(50.806)	-
- Dividendos Exercício anterior	21c	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
- Dividendos	21c	-	-	-	-	-	(12.355)	(12.355)
- Juros Sobre o Capital Próprio	21c	-	-	-	-	-	(4.580)	(4.580)
Títulos Disponíveis para Venda	21e	-	-	-	-	25	-	25
Saldos em 30 de Junho de 2024		**111.000**	**-**	**15.672**	**51.888**	**(409)**	**-**	**178.151**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2024	Em 30 de junho de 2023
Receitas das Intermediações Financeiras		425.873	412.313
Operações de Crédito	7f	17.223	4.986
Resultado de Operações de Câmbio	8a	582.903	356.861
Resultado de Operação com Títulos e Valores Mobiliários	6c	42.420	38.419
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6d1	(216.673)	12.047
Despesas das Intermediações Financeiras	14b	(27.026)	(21.121)
Resultado da Intermediação Financeira		398.847	391.192
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de crédito		(1.504)	(378)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		(276.538)	(287.318)
Receitas de Prestação de Serviços	22	41.404	19.228
Despesas de Pessoal	23	(100.295)	(71.867)
Outras Despesas Administrativas	24	(204.965)	(211.124)
Despesas Tributárias	25	(20.035)	(24.282)
Provisões com contingências		818	(273)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	26	6.535	1.000
Resultado Operacional		120.805	103.496
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação		120.805	103.496
Impostos e Contribuições	20	(49.499)	(46.438)
Imposto de Renda		(2.929)	(30.135)
Contribuição Social		(2.327)	(24.743)
Ativo/Passivo Fiscal Diferido		(44.243)	8.440
Lucro Líquido do Semestre		**71.306**	**57.058**
Nº de Ações	**21a**	6.824.602	6.824.602
Lucro Líquido por Ação - em R$		**10,45**	**8,36**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2024	Em 30 de junho de 2023
Lucro Líquido do Semestre		**71.306**	**57.058**
Outros resultados abrangentes do período que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos		**25**	**(54)**
Títulos Disponíveis para Venda	21e	45	(98)
Impostos e Contribuições		(20)	44
Resultado Abrangente do Semestre		**71.331**	**57.004**
Nº de Ações	**21a**	6.824.602	6.824.602
Resultado Abrangente do Período por Ação - em R$		**10,45**	**8,35**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2024	Em 30 de junho de 2023
Atividades Operacionais			
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação		**120.805**	**103.496**
Ajustes ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação		**(41.056)**	**(36.505)**
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de crédito		1.504	378
Provisão para perdas esperadas s/Outros Instr. Fin. e Tít. Créd. Rec.		(79)	(60)
Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrum. Fin. Derivativos		-	(42)
Rendas apropriadas com Títulos e Valores Mobiliários		(43.561)	(38.351)
Depreciações e Amortizações	24	1.488	656
Provisões com contingências	18	(818)	272
Resultado das Variações Cambiais não Realizadas		410	642
Variação em Ativos - (Aumento) / Diminuição		**(1.311.201)**	**13.902**
Títulos e Valores Mobiliários		(277.002)	(20.123)
Relações Interfinanceiras		21.460	(71.249)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(167.196)	(3.675)
Operações de Crédito		(15.117)	16.043
Títulos e Créditos a Receber		10.419	21.399
Carteira de Câmbio		(903.355)	73.475
Outros Instrumentos Financeiros		(1.087)	(8.006)
Ativos fiscais Correntes		22.876	9.179
Outros Ativos		(2.199)	(3.141)
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)		**895.711**	**(470.500)**
Depósitos		94.558	(45.428)
Juros Pagos		107	(1.836)
Obrigações por Operações Compromissadas		37.816	757
Relações Interfinanceiras		(1.553)	(356)
Relações Interdependências - Ordens de pagamento		138.180	11.316
Instrumentos Financeiros Derivativos		15.006	26.685
Carteira de Câmbio		532.294	(341.907)
Outros Instrumentos Financeiros		152.798	(20.131)
Obrigações Fiscais Correntes		(35.481)	(77.646)
Outros Passivos		10.899	(21.954)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(48.913)	-
Caixa Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais		**(335.741)**	**(389.607)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição Imobilizado de Uso		(1.203)	(820)
Aquisição Intangível		(3.491)	(407)
Caixa Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		**(4.694)**	**(1.227)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	21c	(4.580)	-
Dividendos pagos	21c	(100.000)	-
Caixa Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos		**(104.580)**	**-**
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(445.015)**	**(390.834)**
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no início do período	5	788.912	1.112.888
Saldo no final do período	5	343.897	722.054
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(445.015)**	**(390.834)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto operacional

O Ouribank S.A. Banco Múltiplo ("Ouribank"), controlado pela Ourinvest Investimentos Holding Financeira S.A, mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 2º ao 5º, 7º e 11º andares - Edifício Ourinvest - São Paulo - SP e desenvolve suas operações através das carteiras: (i) Comercial; (ii) Investimento; e (iii) Crédito e Financiamento, também possuindo autorização para atuar no mercado de câmbio. Além disso, o Banco realiza atividade de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e em consonância com a Legislação Societária, Lei n° 6.404/76 e Lei n° 11.941/09 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e da Lei das Sociedades por Ações, e são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de agosto de 2024.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional) Reais-Brasil.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a provisão para contingências e a marcação a mercado de instrumentos financeiros, derivativos e a projeção de realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas mensalmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por saldos em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias, a contar da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

g. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN n° 4.966/21 e alterações trazidas pela Resolução CMN n° 5.100/23, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se:

(i) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
(ii) Reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
(iii) Atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual;
(iv) Reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição.

O Plano para a Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, eventuais possibilidades de mudanças em documentos, processos e sistemas, além de novos desdobramentos da norma. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre método simplificado para amortização de custos de transação, definições para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos problemáticos, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição.

A seguir encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

Em complemento à Resolução CMN n° 4.966/21, foi publicada a Resolução BCB n° 352, de 23 de novembro de 2023, que revogou a Resolução BCB n° 309, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A Administração do Ouribank está acompanhando o processo de adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 e os potenciais impactos nas Demonstrações Financeiras.

h. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliações contábeis:

(i) Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

i. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (hedge). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

j. Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são contabilizadas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos com base no indexador de taxa de juros contratado.

A classificação da carteira de crédito está de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação de acordo com o risco de perda em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra perda com operações de crédito, e sua provisão é revertida contra sua despesa, e controlada por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa 7e.

k. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorrer a venda ou transferência.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

(i) Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

(ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.

(iii) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios - São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

l. Ativos e Passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de junho de 2020, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Os débitos tributários são constituídos com base nos passivos temporais com provisão dos tributos vigentes na data do exercício.

m. Bens não de uso próprio

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

n. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pró rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

o. Permanente

(i) Outros Investimentos - A conta de outros investimentos está avaliada pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

(ii) Imobilizado de Uso - O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(iii) Intangível - São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e licenças de uso que são amortizados, considerando a vida útil-econômica dos ativos intangíveis.

(iv) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. De acordo com avaliação do Banco, concluímos que, em 30 de junho de 2024, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

p. Passivos circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e demais instrumentos financeiros

Captações no mercado aberto, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *"pró rata"* dia.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um semestre subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes -** São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes e obrigações legais -** São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

r. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

s. Resultado corrente e não recorrente

As políticas internas do Banco em conexão com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 consideram como resultado não recorrentes eventos que não estão relacionados com as atividades típicas da instituição, e quando não existe previsão para ocorrerem com frequência nos semestres futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023, não houve resultado de operações não recorrente.

4. Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Gerenciamento de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão Integrada de Riscos.

Em 23 de fevereiro de 2017, o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispões sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e do programa de teste de estresse, e a indicação do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

A declaração de apetite por risco consiste nos tipos de risco e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir, bem como a capacidade de gerenciar os riscos de forma efetiva e prudente.

A alta Administração é responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhado com o apoio do Chief Risk Officer (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado à alta Administração e orienta a tomada das medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

a. Controles de gerenciamento de risco

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Banco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa:

- **1ª linha de defesa -** representada por todos os colaboradores das áreas, enquanto proprietários diretos dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias em conformidade com as Políticas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Relacionamento com Cliente e o Código de Ética;
- **2ª linha de defesa -** representada pelas áreas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, responsáveis por auxiliar a primeira linha de defesa na identificação dos riscos e sua mitigação, assegurando que os processos sejam cumpridos em conformidade com as leis e regulamentos internos, zelando pelo controle dos riscos de acordo com o apetite por riscos definidos pela Diretoria Colegiada; e
- **3ª linha de defesa -** representada pela Auditoria Interna, que tem como função revisar de modo eficiente as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribuir para a qualidade e efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança das áreas por meio de uma avaliação independente, autônoma e imparcial.

O Banco utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para a mensuração de riscos.

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:

(i) Risco operacional - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Com o objetivo de envolver e atribuir responsabilidades aos profissionais na gestão de risco operacional, o Banco dispõe de agentes e suplentes de Compliance e Riscos em todas as áreas, permitindo a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional de maneira descentralizada, contínua e tempestiva, favorecendo uma ação compartilhada e multidisciplinar, na qual os especialistas do processo desempenhem importante papel na gestão de riscos e controles.

O Banco possui um Plano de Continuidade de Negócios a que tem como objetivo evitar interrupções de atividades e oferecer segurança aos clientes com relação à capacidade de liquidação de suas operações, além de mitigar graves perdas decorrentes de risco operacional. Esses objetivos são alcançados através do plano de continuidade de negócios, que descreve as estratégias a serem adotadas diante de incidentes e eventuais crises, considerando também os serviços relevantes prestados por terceiros.

O Banco Central do Brasil aprovou para a data-base de dezembro de 2023 a mudança da metodologia utilizada para o cálculo do capital requerido para o risco operacional (RWAopad) é do modelo básico de alocação de capital (BIA) para a abordagem padronizada alternativa (ASA).

(ii) Risco de crédito - É o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco do Banco.

No gerenciamento do Risco de Crédito, são utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração, acompanhamento e análise revisional, considerando as concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas, setores de atividades, porte de cliente, indicadores de inadimplência e de recuperação de crédito, coberturas securitárias e garantias. Realização de simulações de condições extremas (testes de estresse), considerando as alterações das condições de mercado e liquidez, se for o caso.

(iii) Risco de liquidez - É definido como a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Banco adota limites de caixa mínimo, que ainda no limite dê suporte para manutenção de suas atividades normais, com plano de contingência para eventuais ocorrências de desequilíbrio monetário.

A estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, complexidade e dimensão da exposição ao risco de liquidez. O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse.

(iv) Risco de Mercado - É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços das mercadorias *(commodities)*.

O Controle de risco de mercado é realizado por área independentes das unidades de negócio e responsável por executar as atividades de mensuração e avaliação do risco, monitoramento dos cenários de estresse, reporte de risco para os responsáveis, e apoio ao lançamento de novos produtos com segurança.

A gestão do risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação (Bancária), de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução BCB nº 111/2021.

A Carteira de Negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, realizadas com intenção de negociação. A Carteira de Não Negociação é composta pelas operações realizadas sem a intenção de negociação.

O gerenciamento deste risco está atrelado a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garantindo que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco e supervisionado e controlado de maneira eficaz, identificando e quantificando as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo.

São utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações a exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias, prevendo os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

Este risco é administrado pelas técnicas de avaliação de riscos tradicionais, o VAR *(Value at Risk)*, cenários de estresse e análise de sensibilidade. Testes de aderência *(backtest)* são efetuados regularmente a fim de se verificar a eficiência dos modelos e metodologias adotados.

b. Risco Socioambiental e Climático

Entende-se como risco social, ambiental e climático a possibilidade de ocorrência de perdas diretas e indiretas decorrentes dos danos por eles provocados. O Ouribank reconhece a existência de riscos sociais, ambientais e climáticos, os quais são considerados como um componente das diversas modalidades de risco a que está exposto.

As rotinas e procedimentos existentes no Ouribank são capazes de identificar, avaliar, gerenciar, mitigar e monitorar os riscos dos produtos, serviços, e atividades priorizadas, as quais são definidas a partir dos princípios da Relevância e Proporcionalidade.

c. Análise de sensibilidade

Para efeito da análise da sensibilidade foram realizadas três simulações em canários distintos para as principias atividades do Banco: instrumentos financeiros e derivativos cambial "Hedge". O efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir: Cenrário I - situação considerada uma deterioração de 1% na variável de risco, que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade; Cenário II - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada; Cenário III - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada

continua...

INÊS 249

...continuação

Ouribank S.A. Banco Múltiplo | CNPJ: 78.632.767/0001-20 - www.ouribank.com
Edifício Ourinvest | Av. Paulista, n° 1.728 - Bela Vista - CEP: 01310-919 - São Paulo - SP - Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais

As operações de câmbio foram recalculadas com base na soma residual das operações de câmbio do ativo e passivo, considerando sua exposição cambial em 30 de junho de 2024, aplicando as taxas de câmbio de cenários I, II e III. Os instrumentos financeiros são representados pela soma residual dos instrumentos financeiros do ativo e passivo, para metodologia de choques nas taxas de juros (SELIC, CDI, IPCA e IGPM). Abaixo são demonstradas as variações apresentadas nas carteiras para cada cenário.

	30/06/2024		
Fatores de Risco	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Derivativos Cambiais	795	1.644	3.292
Instrumentos Financeiros	(3)	71	142
Total	**792**	**1.715**	**3.434**

	31/12/2023		
Fatores de Risco	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Derivativos Cambiais	6.894	8.549	17.152
Instrumentos Financeiros	7	186	371
Total	**6.901**	**8.735**	**17.523**

d. Gerenciamento de capital

A alta Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do Banco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do Banco.

Com a finalidade de avaliar sua suficiência de capital, no mínimo anualmente, o Banco identifica os principais riscos aos quais estão expostos e verifica sua materialidade. Com base nestas informações, a área de gerenciamento integrado de riscos financeiros avalia a necessidade e a suficiência de capital. Adicionalmente, testes de estresse são efetuados, a fim de se verificar a suficiência de Capital em situações extremas.

Esta avaliação de adequação de capital é efetuada adicionalmente para se verificar a viabilidade de novos produtos, e simulações estratégicas, conforme demanda.

	Em milhares de Reais	
Composição do Patrimônio de Referência	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Patrimônio Líquido Consolidado	178.149	223.755
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(38.566)	(12.478)
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	**139.583**	**211.277**
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II (*)	16.000	-
Nível II	**16.000**	**-**
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	**155.583**	**211.277**

Os relatórios de gerenciamento de risco completo, não abrange a opinião de forma conclusiva nos relatórios dos auditores independentes, que não faz parte das demonstrações financeiras, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, está disponível no site do Banco em: https://www.ouribank.com.br/institucional/documentos-banco-ouribank.html (não auditado).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidade em moeda nacional	153.440	187.805
Aplicações em ouro	4.283	46.746
Disponibilidade em moeda estrangeira	96.890	100.550
Depósito no exterior em M/E - Conta movimento	88.648	333.595
Depósito no exterior em M/E - Conta margem [1]	636	2.958
Total de Disponibilidade	**343.897**	**671.654**
Aplicações interfinanceiras de liquidez [2]	-	117.258
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**343.897**	**788.912**

(1) Depósito no exterior em M/E - conta margem está vinculado as operações com os banqueiros no exterior possuindo características de margem em garantia para realização de operações.

(2) As aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa por possuírem características de realização a curto prazo, conforme nota 6a.

6. Instrumentos financeiros

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2024, as aplicações interfinanceiras no mercado aberto de zero (31/12/2023 - R$ 117.258).

	31/12/2023	
	Valor contábil	
	Até 3 meses	Total
Aplicações em Operações Compromissadas - Pós Bancada		
Letra Financeira do Tesouro	54.996	**54.996**
Moedas Estrangeiras	62.262	**62.262**
Total	**117.258**	**117.258**

b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado - TVM

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

30/06/2024					Valor de mercado	Valor de custo corrigido	Ajuste de Mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Vinculados à prestação de garantias							
Cotas de Fundos de Investimentos	3.301	-	-	-	**3.301**	3.301	-
Renda variável	924	-	-	-	**924**	924	-
Títulos disponível para venda							
Carteira própria							
Cotas de Fundo de Investimentos	83	-	-	-	**83**	83	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	47.683	-	**47.683**	47.686	(3)
Carteira compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	27.339	**27.339**	27.372	(33)
Debêntures	-	-	7.086	-	**7.086**	7.086	-
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [1]	-	5.225	11.835	512.178	**529.238**	578.076	(48.838)
Total:	**4.308**	**5.225**	**66.604**	**539.517**	**615.654**	**664.528**	**(48.874)**
Circulante					**76.137**		
Não Circulante					**539.517**		

31/12/2023					Valor de mercado	Valor de custo corrigido	Ajuste de Mercado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Títulos para negociação							
Carteira própria							
Letra de Crédito do Agronegócio	-	-	541	-	**541**	536	5
Vinculados à prestação de garantias							
Cotas de Fundos de Investimentos	3.135	-	-	-	**3.135**	3.135	-
Títulos disponível para venda							
Carteira própria							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.066	**1.066**	1.070	(4)
Cotas de Fundo de Investimentos	93	-	-	-	**93**	93	-
Carteira compromissadas							
Debêntures	-	961	-	-	**961**	958	3
Vinculados à prestação de garantias							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [1]	-	289.270	-	-	**289.270**	290.500	(1.230)
Total:	**3.228**	**290.231**	**541**	**1.066**	**295.066**	**296.292**	**(1.226)**
Circulante					**294.000**		
Não Circulante					**1.066**		

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco optou por reclassificar títulos e valores mobiliários inicialmente classificados na categoria "Títulos para negociação", para a categoria "Títulos disponíveis para venda", reconhecendo, no resultado do período R$ 444. No semestre findo em 30 de junho de 2024, como ganhos não realizados registrados em conta destacada do patrimônio líquido de R$ 409.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC), os títulos privados e as cotas de fundo de investimento encontram-se custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Os títulos e valores mobiliários são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título (vencimento/prazo/indexador/juros) do último dia útil antes da data do balanço, obtido pelo site da ANBIMA (taxa a termo), as contas de fundos de investimentos imobiliários são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento divulgado pelo Boletim diário de informações - BDI, as cotas de fundos em participação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no último dia útil antes da data do balanço. As contas de fundos imobiliários não possuem característica de fundos exclusivos (Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística).

Na data base de 30 de junho de 2024, as Debêntures foram adquiridas no período com remuneração de 100,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro - DI.

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado das aplicações interfinanceiras	21.587	28.930
Resultado dos títulos de renda fixa	20.663	9.244
Resultado dos fundos de investimentos	170	203
Resultado com marcação a mercado	-	42
Total	**42.420**	**38.419**

d. Posição das Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão, na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física. Os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com outro banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa. Para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgadas em mercados de bolsas mais a taxa do câmbio à vista. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado. O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado, com base nos ajustes diários obtido pela estrutura a Termo, opções e futuro Ptax - Banco Central do Brasil e Cotações em bolsas. As operações em Instrumento financeiro derivativo são representadas como parte integrante da gestão de exposição e estão assim apresentadas:

30/06/2024	Diferencial a receber (Ativo)					Diferencial a pagar (Passivo)		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Notional	Garantias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Operações a termo - NDF								
Termo	128.077	40.828	**168.905**	2.566.815	504.848	(6.588)	(9.071)	**(15.659)**
Futuro	-	-	**-**	9.485.594	28.615	-	**-**	**-**
Total	**128.077**	**40.828**	**168.905**	**12.052.409**	**533.463**	**(6.588)**	**(9.071)**	**(15.659)**

31/12/2023	Diferencial a receber (Ativo)					Diferencial a pagar (Passivo)		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Notional	Garantias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Operações a termo - NDF								
Termo	1.550	159	**1.709**	488.098	258.889	(366)	(287)	**(653)**
Futuro	-	-	**-**	3.218.450	33.516	-	**-**	-
Total	**1.550**	**159**	**1.709**	**3.706.548**	**292.405**	**(366)**	**(287)**	**(653)**

d.1. Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2024	30/06/2023
Operações a termo - NDF	**158.848**	**(39.040)**
Operações de Mercado Futuro	**(375.521)**	**51.081**
Resultado de Mercado - DI	(2.632)	(161)
Resultado de Mercado de câmbio	(355.769)	57.233
Operações de Day-Trade	(17.120)	(5.991)
Operações em opções	**-**	**6**
Total	**(216.673)**	**12.047**

O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado a preços de mercado, com base nos ajustes diários obtidos por relatórios e cotações das bolsas e pelas variações cambiais a Ptax (Banco Central do Brasil).

e. Relações Interfinanceiras

O saldo refere-se a conta de pagamento instantâneo no Banco Central do Brasil de R$ 163.782 (31/12/2023 - R$ 185.242).

7. Operações de crédito / Títulos e créditos a receber

a. Composição das operações de crédito e derivados de crédito

	30/06/2024	31/12/2023
Operações de Crédito	**74.019**	**60.406**
Empréstimos e Títulos Descontados	52.143	37.879
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	17.670	22.527
Financiamentos Imobiliários	4.206	-
Títulos e Créditos a Receber	**54.703**	**63.576**
Aquisição de Recebíveis [1]	54.703	63.576
Outros Ativos/Operações de Câmbio	**43.734**	**15.457**
Rendas a receber - ACE	1.047	366
Devedores por compra de valores e bens	314	225
Adiantamento sobre cambiais entregues	42.373	14.866
Total	**172.456**	**139.439**
Circulante	162.965	120.427
Não circulante	9.491	19.012

(1) Em 30 de junho de 2024, 89% do saldo refere-se à aquisição de invoices através de cessão de créditos de exportadores sediados no exterior trade finance (31/12/2023 - 59%) e o restante 11% referem-se à aquisição de recebíveis de fornecedores sediados no Brasil (SCF - supply chain finance) (31/12/2023 - 41%).

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2024	31/12/2023
Pessoa Física		
Crédito pessoal	792	899
Pessoa Jurídica		
Comércio	67.220	61.341
Habitação	1.929	3.500
Indústria	60.489	49.020
Intermediários Financeiros	20.635	3.040
Outros serviços	21.391	21.639
Total	**172.456**	**139.439**

c. Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

Faixas de vencimento	**30/06/2024**	**31/12/2023**
Vencidas	6.579	2.951
Até 3 meses	126.523	92.802
3 a 12 meses	29.863	24.674
1 a 5 anos	9.491	19.012
Total	**172.456**	**139.439**

d. Classificação da Carteira de Créditos e de Outros Créditos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelos correspondentes níveis de risco

30/06/2024	% Provisão Mínima	Operações de Crédito e Títulos e Créditos a Receber			Provisão requerida
Nível de Risco	**Requerida**	**Curso normal**	**Curso anormal**	**Total**	**Total**
A	0,5%	82.626	-	82.626	(415)
B	1%	42.110	-	42.110	(421)
C	3%	30.506	5.775	36.281	(1.088)
D	10%	10.589	213	10.802	(1.080)
E	30%	-	591	591	(177)
F	50%	-	-	-	-
G	70%	-	-	-	-
H	100%	46	-	46	(46)
Total		**165.877**	**6.579**	**172.456**	**(3.227)**

31/12/2023	% Provisão Mínima	Operações de Crédito e Títulos e Créditos a Receber			Provisão requerida
Nível de Risco	**Requerida**	**Curso normal**	**Curso anormal**	**Total**	**Total**
A	0,5%	77.667	-	77.667	(388)
B	1%	47.426	2.908	50.334	(503)
C	3%	6.178	-	6.178	(185)
D	10%	5.172	-	5.172	(517)
E	30%	-	-	-	-
F	50%	1	-	1	(1)
G	70%	-	-	-	-
H	100%	44	43	87	(87)
Total		**136.488**	**2.951**	**139.439**	**(1.681)**

f. Resultado das operações de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Operações de crédito	**9.464**	**1.402**
Rendas de empréstimos	3.822	1.146
Rendas de financiamentos	7	86
Rendas de financiamentos - Moedas estrangeiras	5.120	169
Rendas de financiamentos - Habitacional	515	1
Outras receitas e despesas operacionais	**7.759**	**3.584**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo [1]	83	68
Antecipação de recebíveis [2]	4.042	4.011
Resultado de cessão de operações de crédito [2]	(4.047)	(4.049)
Operações com característica de crédito	1.471	1.684
Trade Finance	6.210	1.870
Total	**17.223**	**4.986**

(1) Montante recuperado em R$ 83 (30/06/2023 - R$ 68). No semestre findo em 30 de junho de 2024, o montante de operações que não estavam em atraso, mas foram renegociadas totalizavam R$ 12.061 (31/12/2023 - R$ 19.771).

(2) O Ouribank efetuou cessões de operações de crédito sem coobrigação, na modalidade representada por títulos de crédito e operações com característica de concessão de crédito.

g. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2024	30/06/2023
Saldo Início do Período	**(1.681)**	**(1.341)**
Constituição de Provisão	(2.667)	(1.406)
Reversão de provisão	1.121	1.028
Baixado para prejuízo	-	526
Saldo Final do Período	**(3.227)**	**(1.193)**

h. Garantias

Em 30 de junho de 2024, a carteira de crédito possui garantias de 95% (31/12/2023 - 108%) pelos seguintes instrumentos: seguros de crédito, garantias fidejussórias, alienação fiduciária e cessão de direitos creditórios de aplicações financeiras de renda fixa e variável.

8. Carteira de Câmbio

	30/06/2024	31/12/2023
Outros créditos para Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	2.717.310	1.719.328
Direitos sobre vendas de câmbio	185.629	320.341
Exportação - letras entregues/letras a entregar	21.916	12.129
(-) Adiantamento de Moeda Nacional	(24.673)	(53.880)
Rendas a receber - ACE	1.047	366
Total	**2.901.229**	**1.998.284**
Circulante	**2.901.229**	**1.998.284**
Não circulante	**-**	**-**
Outras obrigações para Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	191.165	318.328
Obrigações por compra de câmbio	2.414.129	1.727.165
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(42.373)	(14.866)
Total	**2.562.921**	**2.030.627**
Circulante	**2.562.921**	**2.030.627**
Não circulante	**-**	**-**

a. Resultado de operações de câmbio

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas com disponibilidade no país	35.047	28.062
Rendas de ouro	54.918	5.362
Rendas com banqueiros no exterior	210.722	244.890
Ordem de pagamento a cumprir	(29.244)	77.244
Resultado do câmbio comprado/vendido	313.256	(1.305)
Outras rendas [1]	(1.796)	2.608
Total	**582.903**	**356.861**

(1) O saldo com maior representatividade são mediante a operações no exterior de R$ 428 (30/06/2023 - R$ 386) e de trade finance R$ 1.372 (30/06/2023 - R$ 1.749).

9. Outros Instrumentos Financeiros (Ativo)

	30/06/2024	31/12/2023
Devedores diversos [1]	6.694	5.890
Devedores por compra de valores e bens	314	225
Rendas a receber	1.740	1.661
Devedores para depósito em garantia	172	56
	8.920	**7.832**
(-) Prov. p/perdas Esperadas s/ Outros Instr. Fin. e Tít. Créd. Rec. [2]	**(2.967)**	**(3.046)**
Total	**5.953**	**4.786**
Circulante	**3.425**	**4.786**
Não circulante	**2.528**	**-**

(1) Refere-se aos contratos de Termo NDF que estão em cobrança judicial para recebimento.

(2) Refere-se a provisão sobre operações de câmbio que em decorrência a uma ação de cobrança perante operação de termo provisionado 100% para cobrança em juízo.

10. Ativos fiscais correntes e diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Crédito Tributário [1]	31.316	7.818
Impostos e contribuições [2]	25.969	48.824
Total	**57.285**	**56.642**
Circulante	**48.924**	**56.642**
Não circulante	**8.361**	**-**

(1) O saldo em crédito tributário pertinente sobre IRPJ e CSLL.

(2) O saldo está representado principalmente pelas antecipações de IRPJ e CSLL.

a. Natureza e origem dos créditos tributários

Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias. Caracterizam-se como diferenças temporárias as despesas apropriadas no semestre/exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real. A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento das operações em data futura.

b. Movimentação de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social

Natureza dos Créditos Tributários	**Saldo em 31/12/2023 (Ativo)**	**Constituição/ Reversão**	**Realização**	**Saldo em 30/06/2024 (Ativo)**
Títulos e valores mobiliários	553	(18)	-	535
Termos em NDF	(475)	475	-	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	761	1.406	(696)	1.471
Provisão para outros pagamentos	1.371	30	(66)	1.335
Provisões para contingência	1.360	(306)	(405)	649
Remuneração Extraordinária	4.248	3.491	-	7.739
Operações em derivativos - Mercado futuro DI/DDI	-	19.587	-	19.587
Total	**7.818**	**24.665**	**(1.167)**	**31.316**

Como base no Regulamento do Imposto de Renda, o prejuízo é o apurado na demonstração do lucro real e registrado no LALUR. A Compensação poderá ser total ou parcial, em um ou mais períodos de apuração, à opção do contribuinte, observado o limite máximo, para compensação, de trinta por cento do referido lucro líquido ajustado.

Em 30 de junho de 2024, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 31.316 (31/12/2023 - R$ 7.818). Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O valor presente dos créditos tributários é de R$ 26.758 (31/12/2023 - R$ 6.078) descontadas a taxa de média da Selic projetada.

O monitorando de suas estimativas e julgamentos contábeis, bem como as políticas contábeis relacionadas. No semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício de 2023, não há créditos tributários não ativados.

c. Realização de crédito tributário

A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento de cada operação ou expectativa de realização futura com liquidação e baixa dos ativos, conforme demonstrado:

Realização dos Créditos Tributários	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**Total**
Títulos e valores mobiliários	535	-	-	-	-	535
Termos em NDF	-	-	-	-	-	-
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	1.471	-	-	-	-	1.471
Provisão para outros pagamentos	1.335	-	-	-	-	1.335
Provisões para contingência	27	622	-	-	-	649
Remuneração Extraordinária	-	3.348	2.093	1.149	1.149	7.739
Operações em derivativos - Mercado futuro DI/DDI	19.587	-	-	-	-	19.587
Total	**22.955**	**3.970**	**2.093**	**1.149**	**1.149**	**31.316**

11. Outros Ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamentos e antecipações salariais	2.873	482
Seguros a apropriar	553	745
Total	**3.426**	**1.227**
Circulante	**3.426**	**1.227**
Não circulante	**-**	**-**

12. Imobilizado de uso

		30/06/2024			31/12/2023		
	Taxa anual de depreciação	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Valor residual**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor residual**
Outras Imobilizações de Uso							
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.694	(1.135)	559	1.651	(1.086)	565
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	10%	1.033	(550)	483	791	(549)	242
Sistemas de Processamento de Dados	20%	6.218	(3.210)	3.008	5.334	(2.708)	2.626
Total		**8.945**	**(4.895)**	**4.050**	**7.776**	**(4.343)**	**3.433**

13. Intangível

		30/06/2024			31/12/2023		
		Custo	**Amortização Acumulada**	**Saldo líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Saldo líquido**
Intangível							
Licença de Uso - Adquirida após out/13	20% a 50%	11.484	(4.234)	7.250	7.992	(3.331)	4.661
Total		**11.484**	**(4.234)**	**7.250**	**7.992**	**(3.331)**	**4.661**

14. Depósitos

a. Carteira de captação

	Sem vencimento	**01 a 90 dias**	**91 a 360 dias**	**1 a 5 anos**	**Total 30/06/2024**
Depósitos à vista	51.237	-	-	-	51.237
Depósitos a prazo - Pós fixado	-	84.192	230.333	238.828	553.353
Contas correntes em moedas estrangeiras	22.627	-	-	-	22.627
Total	**73.864**	**84.192**	**230.333**	**238.828**	**627.217**

	Sem vencimento	**01 a 90 dias**	**91 a 360 dias**	**1 a 5 anos**	**Total 31/12/2023**
Depósitos à vista	156.985	-	-	-	156.985
Depósitos a prazo - Pós fixado	-	80.478	112.943	148.722	342.143
Depósitos a prazo - Pré fixado	-	2.348	1.942	-	4.290
Contas correntes em moedas estrangeiras	29.134	-	-	-	29.134
Total	**186.119**	**82.826**	**114.885**	**148.722**	**532.552**

b. Despesas das Intermediações Financeiras

	30/06/2024	30/06/2023
Obrigações repasses interfinanceiros	(142)	(264)
Depósito a prazo	(24.817)	(40.724)
Compromissadas	(638)	-
Despesas de contribuição FGC	(332)	(260)
Variação cambial [1]	(1.097)	20.127
Total	**(27.026)**	**(21.121)**

(1) O valor refere-se as variações cambiais do período sob os saldos diários das contas de Depósito em moeda estrangeira no país, calculadas com base no ptax.

15. Relações interdependências - ordens de pagamento

As ordens de pagamento são representadas por remessas financeiras de recursos "do" e "para" o exterior. Em 30 de junho de 2024, o saldo em ordens no exterior a cumprir totalizou R$ 543.883 (31/12/2022 - R$ 405.703), sendo esse montante classificado como circulante.

16. Outros Instrumentos Financeiros (Passivos)

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a devolver a clientes [1]	181.297	84.310
Obrigações em moedas estrangeiras - Carta de crédito [2]	-	16.804
Negociação e intermediação financeira [3]	48.853	9.092
Credores diversos - Exterior/País	20.811	5.245
Letra financeira [4]	16.000	-
Outros	1.676	388
Total	**268.637**	**115.839**
Circulante	**252.637**	**115.839**
Não Circulante	**16.000**	**-**

(1) Refere-se ao saldo das contas de clientes pessoas físicas e jurídicas em conjunto ao Ouribank disponibilizado no vencimento de cada operação.

(2) Refere-se a obrigação em moeda estrangeira vinculada a carta de crédito como garantia operacional.

(3) Refere-se as negociação e intermediação de valores de derivativos em operações de futuros na B3.

(4) As letras financeiras foram emitidas no 1º semestre de 2024 com a remuneração de IPCA + 6,80% a.a., com vencimento em junho de 2034.

17. Obrigações fiscais correntes e diferidos

	30/06/2024	31/12/2023
Fiscais e previdenciárias correntes	5.939	92.420
Tributos e assemelhados	6.911	4.821
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.256	-
Imposto de renda e contribuição social diferidas [a]	67.760	-
Total	**85.866**	**97.241**
Circulante	**85.377**	**97.241**
Não Circulante	**489**	**-**

a. Constituição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a resolução nº 4.842/2020, devemos reconhecer as obrigações fiscais diferidas decorrentes de diferenças temporárias no período em que ocorrer o reconhecimento das receitas ou das variações patrimoniais. Em 30 de junho de 2024, o Banco constituiu passivo diferido no valor de R$ 67.760 (31/12/23 - zero), vinculado as operações de termo NDF com vencimentos de R$ 67.271 em 2024 e R$ 489 em 2025.

18. Provisões com contingências

As provisões reconhecidas no período estão representadas por ações tributárias, cíveis e trabalhista com base na opinião de seus assessores jurídicos. Para os processos classificados como prováveis a administração considera uma expectativa de desembolso para o próximo ano de R$ 60 (31/12/2023 - R$ 54).

	31/12/2023				30/06/2024	
	Quantidades	**Saldo Final**	Constituição/ (Reversão)	Atualização	**Saldo Final**	**Quantidades**
Risco provável						
Cíveis [1]	**19**	**591**	(90)	8	**509**	**22**
Trabalhista [2]	**5**	**1.675**	(810)	68	**933**	**1**
Total	**24**	**2.266**	**(900)**	**76**	**1.442**	**23**

	31/12/2023		30/06/2024	
	Quantidades	**Valor em risco**	**Quantidades**	**Valor em risco**
Perda Possível				
Tributário [3]	**5**	**255.805**	**5**	**261.821**
Cíveis	**61**	**1.621**	**54**	**1.668**
Trabalhista	**4**	**1.575**	**3**	**978**
Total	**70**	**259.001**	**62**	**264.467**

(1) As provisões e contingências decorrem, de pleitos indenizatórios de natureza cível, decorrentes dos produtos bancários cujos valores são ajustados diante das decisões proferidas nos processos e diante de Depósito em garantia de execução, quando este é realizado.

(2) As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, entre outros. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

(3) As perdas avaliadas como possível são decorrentes de duas ações anulatórias de débito fiscal com pedido de tutela antecipada distribuídas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Península (Fundo), por meio do seu administrador, Ouribank, após o esgotamento dos recursos na esfera administrativa (autos P.A. nº 16327.720078/2011-62 e 16327.721226/2013-28), com a finalidade de anular os respectivos autos de infração lavrados para exigência de créditos tributários de PIS e de COFINS, exigidos pela Receita Federal em decorrência de uma interpretação ampliada do artigo 2º da Lei nº 9.779/99 que determina a aplicação do regime de tributação das pessoas jurídicas, em detrimento da tributação específica aplicável a fundos de investimento imobiliário (tratada na Lei nº 8.668/93). O Ouribank mantém o acompanhamento e a anotação do risco, tendo em vista que existe, uma vez perdida a ação, o risco de que o suposto débito do Fundo seja cobrado também do Ouribank, mediante invocação da tese da solidariedade do administrador. Não obstante, a exigibilidade do crédito está suspensa por decisão judicial e há seguro garantia nº 0230052020000107750000093, emitida por BTG PACTUAL SEGUROS S.A. e contratado pelo referido Fundo. Há, ainda, outras três ações de natureza tributária que em razão de decisões, foram classificadas como possíveis.

19. Outros Passivos

	30/06/2024	31/12/2023
Sociais e estatutárias	**12.355**	**3.040**
Obrigações a pagar	**32.824**	**28.163**
Serviços de câmbio	24.978	20.094
Serviços financeiro e técnicos especializados	792	945
Serviços com transportes e segurança	852	1.707
Outras despesas administrativas	6.202	5.417
Obrigações a pagar com pessoal	**28.030**	**18.775**
Outros	**29**	**-**
Total	**73.238**	**49.978**
Circulante	**73.238**	**49.978**
Não Circulante	**-**	**-**

20. Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes da tributação sobre o lucro	120.806	103.496
Resultado antes do IR e CS do exercício	**120.806**	**103.496**
Adições		
Despesas indedutíveis	973	919
Garantias	30	-
Bônus	141	-
Remunerações	7.000	(3.864)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.467	(3)
Contratos futuros	43.616	-
Exclusões		
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(15.526)	5.382
Termo a liquidar	(133.994)	17.586
Projeto de Inovação - lei do bem	(7.337)	-
Juros sobre o capital próprio	(4.580)	-
Despesas com passivos contingentes	(818)	273
Outros	-	(72)
Base de cálculo do IRPJ	**11.778**	**123.717**
Imposto de renda	**(2.929)**	**(30.135)**
Adições		
Bônus	(141)	-
Licença paternidade	(2)	-
Base de cálculo do CSLL	**11.635**	**123.717**
Contribuição social	**(2.327)**	**(24.743)**
Ativo/passivo fiscal diferido	**(44.243)**	**8.440**
Total de IRJP e CSLL	**(49.499)**	**(46.438)**

21. Patrimônio líquido

a. Capital

Em 30 de junho de 2024, o capital social está em R$ 111.000 (31/12/2023 - R$ 111.000) dividido em 6.824.602 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.412.301 ordinárias e 3.412.301 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2024, constituiu reserva legal no valor de R$ 3.565 totalizando R$ 15.672 (30/06/2023 - R$ 2.853 R$ totalizando R$ 9.274).

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em cumprimento a carta circular BACEN nº 3.935 - 25/02/2019, os juros sobre o capital próprio são reconhecidos em contas de patrimônio líquido quando são aprovados pelos acionistas do Ouribank. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do período, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

O eventual saldo remanescente de lucro líquido dos anos será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

O Banco deliberou por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições o pagamento de R$ 4.580, a título de remuneração do capital próprio e dividendos mínimos assegurado estatutariamente de R$ 12.355 (30/06/2023 - R$ 13.551) reconhecidos na rubrica de "Outros Passivos em Sociais e estatutárias" nota nº 19.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver. Em 30 de junho de 2024, as destinações de reservas especiais de lucros foram de R$ 50.805 (30/06/2023 - R$ 40.246).

Em 28 de fevereiro de 2024, o Banco deliberou por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a distribuição de dividendos no montante total de R$ 100.000, tendo por base parte do saldo constante na conta de Reserva Especial de Lucros.

e. Outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2024, o saldo em resultados abrangentes no valor de R$ 409 (30/06/2023 - R$ 54), refere-se ao ajuste líquido do valor de mercado dos títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda, com contrapartida adequada em conta patrimonial.

22. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2024	30/06/2023
Tarifas de operações de câmbio [1]	33.567	11.770
Administração de fundo de investimento	4.383	2.994
Rendas de administração de carteira	2.893	1.125
Custódia/cobrança/comissão e colocação títulos	561	3.339
Total	**41.404**	**19.228**

(1) Tarifa relacionada a prestação de serviço de câmbio sobre operações institucionais, turismo, trade finance e comissões.

23. Despesa de pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Remuneração	(70.102)	(48.853)
Encargos	(16.972)	(12.387)
Benefícios	(12.940)	(10.188)
Treinamento	(281)	(439)
Total	**(100.295)**	**(71.867)**

24. Outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Serviços técnicos especializados e de terceiros [1]	(156.862)	(153.232)
Segurança e vigilância [2]	(9.088)	(21.131)
Serviços de sistema financeiro [3]	(15.396)	(18.171)
Processamento de dados	(12.365)	(8.760)
Aluguéis	(3.303)	(3.038)
Manutenção e conservação de bens	(627)	(431)
Comunicações	(513)	(978)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.145)	(1.192)
Depreciações e amortizações	(1.488)	(656)
Seguros	(608)	(611)
Água, energia e gás	(220)	(191)
Contribuição filantrópica	(800)	(585)
Transportes e viagens	(207)	(112)
Outras [4]	(2.343)	(2.036)
Total	**(204.965)**	**(211.124)**

(1) Prestações de serviço de correspondentes R$ 125.757 (30/06/2023 - R$ 109.819); consultoria R$ 11.735 (30/06/2023 - R$ 5.894); indicação de câmbio R$ 12.862 (30/06/2023 - R$ 26.716); cobrança R$ 3.838 (30/06/2023 - R$ 8.061) e outros R$ 2.670 (30/06/2023 - R$ 2.745).

(2) Custo de segurança e custódia das movimentações de transporte de valores.

(3) Serviços financeiros bancários de câmbio, com comissões aos prestadores de serviços.

(4) A despesa com maior representatividade é com condomínio no total de R$ 643 (30/06/2023 - R$ 444).

25. Despesas tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa com COFINS	(12.655)	(17.367)
Despesa com PIS	(2.056)	(2.822)
Despesa com ISS	(1.939)	(872)
Tributos estaduais, municipais e federais	(3.385)	(3.221)
Total	**(20.035)**	**(24.282)**

26. Outras Receitas / Despesas Operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Outras Receitas Operacionais	**8.214**	**1.197**
Projeto de pesquisa e desenvolvimento [1]	7.337	-
Recuperação de encargos e despesas	330	948
Variações monetárias	547	126
Certificado de direitos creditórios	-	123
Outras Despesas Operacionais	**(1.679)**	**(197)**
Despesas operacionais [2]	(1.795)	(197)
Outras provisões	116	-
Total	**6.535**	**1.000**

(1) Projeto de pesquisa e desenvolvimento do Banco, vinculados à Lei do Bem, ajustadas na apuração da base de IRJP e CSLL.

(2) A maior representatividade está vinculada a perda de risco operacional de R$ 1.751 (30/06/2023 - R$ 197).

27. Limites operacionais - Acordo de Basileia

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 8% mais adicional de Capital Principal de 2,50% do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central do Brasil, objetivando fazer frente aos riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez.

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência	155.583	211.277
Patrimônio de referência exigido	82.395	47.920
Parcela de risco de crédito	19.442	15.641
Parcela de risco de mercado	46.472	19.508
Parcela de risco operacional	16.481	12.770
Total do ativo ponderado pelo risco	**1.029.940**	**598.995**
Índice de Basiléia	**15,11%**	**35,27%**

28. Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1). Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Ouribank e demais empresas ligadas:

- Global Power Pagamentos Digitais LTDA;
- Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A. (Controlador);
- Ourinvest Investimentos - Holding Globalpower Ltda.
- Ourinvest Investimentos - Participações e Empreendimentos S.A.
- Ourinvest Investimentos Holding Ltda;
- Ourinvest Participações S.A;
- Sphere Holding S.A;

WWW.OURIBANK.COM

continua...

...continuação

ouribank

Ouribank S.A. Banco Múltiplo | CNPJ: 78.632.767/0001-20 - www.ouribank.com
Edifício Ourinvest | Av. Paulista, nº 1.728 - Bela Vista - CEP: 01310-919 - São Paulo - SP - Brasil

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais

Os principais saldos e resultados das transações com partes relacionadas foram:

	30/06/2024 Ativos / (Passivos)	31/12/2023 Ativos/ (Passivos)	30/06/2024 Receitas/ (Despesas)	30/06/2023 Receitas/ (Despesas)
Pessoa Física				
Certificado de Depósito Bancário	(143.448)	(106.073)	(1.978)	(14)
Pessoa Jurídica				
Agropastoril Fazenda Caramuru LTDA				
Certificado de Depósito Bancário	(3)	(3)	-	-
Ourinvest				
Investimentos - Participações e Empreendimentos				
Valores a pagar	(20)	(14)	-	-
Ourinvest Investimentos - Holding Financeira S.A.				
Depósito a vista	(137)	(1.275)	-	-

...continuação

	30/06/2024 Ativos / (Passivos)	31/12/2023 Ativos/ (Passivos)	30/06/2024 Receitas/ (Despesas)	30/06/2023 Receitas/ (Despesas)
Certificado de Depósito Bancário	-	(224)	-	-
Ourinvest Investimentos - Holding Globalpower LTDA				
Debênture	(7.114)	-	-	-
Rendas a receber	-	-	(38)	36
Ourinvest Participações S/A				
Depósito a vista	(4)	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	(91)	(365)	-	(58)
Sphere Holding S.A				
Depósito a vista	(31)	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	(1.009)	(396)	-	-
Valores a pagar	(554)	(633)	-	-
Total	**(152.411)**	**(108.983)**	**(2.016)**	**(36)**

Outras partes relacionadas - pessoal-chave da administração e seus familiares
A remuneração dos Diretores totalizou R$ 19.332 (30/06/2023 - R$ 2.863). O Ouribank não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

29. Administração de recursos de terceiros
O Ouribank é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos de terceiros cujo ativo total em R$ 10.020.684 (31/12/2023 - R$ 10.336.471) registrado em contas de compensação. Em 30/06/2024 e 31/12/2023, possuía cotas do fundo imobiliários do Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística que não possuem característica de fundos exclusivos, conforme apresentado nota 6a.

30. Outras informações
(a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$ 1.545.448 (31/12/2023 - R$ 1.037.050).
(b) A cobertura de seguros contratados considera os riscos corporativos (operações, transações e riscos) de R$ 15.000 (31/12/2023 - R$ 15.000); seguro para operações de crédito no total de R$ 252.875 (31/12/2023 - R$252.875), riscos de ocupação (incêndio, danos elétricos, responsabilidades civis) de R$ 17.740 (31/12/2023 - R$ 17.740), seguros de veículos R$ 186 (31/12/2023 - R$ 233), seguro cibernético no total de R$ 12.000 (31/12/2023 - R$ 12.000) e seguro patrimonial de zero (31/12/2023 - R$ 590).
(c) Não temos por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.
(d) Os avais e fianças vinculadas a contratos de licitações em garantia, estão apresentados:

Garantias prestadas	30/06/2024	31/12/2023
Fianças bancárias	8.979	2.164
Total	**8.979**	**2.164**
Provisão para garantias prestadas		
Fianças bancárias	11	94
Total	**11**	**94**

A DIRETORIA | **MÁRCIO FELICIAN BRAVI - Contador CRC 1SP-291607/O-0**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Diretores do
Ouribank S.A. Banco Múltiplo - *São Paulo - SP*

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Ouribank S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), anteriormente denominado Banco Ourinvest S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ouribank S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

Auditores Independentes Ltda.
CRC 027685/O-0 F SP

Luciana Liberal Samia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

WWW.OURIBANK.COM

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 471ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0695877) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 471ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 471ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 471ª Série da 1ª Emissão – (IF 22A0695877), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 30ª EMISSÃO (IF CRA0220020B) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 30ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 30ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 30ª Emissão – (IF CRA0220020B), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 210ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19C0216515) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de março de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 210ª Série da 1ª Emissão – (IF 19C0216515), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 12/SETEMBRO/2024, às 10:00h | 2º Público Leilão: 13/SETEMBRO/2024, às 10:00h - Leilão online

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.017/0001-51** e 2º) **MASA DEZENOVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.036/0001-88**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Barueri/SP em 07 de junho de 2021, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 16 DA QUADRA 07,** do loteamento **RESIDENCIAL VENEZA I**, Bairro do Rio Acima, Mogi das Cruzes/SP**,** assim descrito e caracterizado: Medindo 10,00m em curva com raio de 323,64m, de frente para Rua 03, 10,93m em curva com raio de 353,64m nos fundos confrontando com os lotes 19 e 20, 30,00m do lado esquerdo de quem da Rua 03 olha para o terreno confrontando com o lote 15, 30,00m do lado direito confrontando com o lote 17, encerrado uma área de 313,90m2. Matrícula imobiliária nº 62.135 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP. CCM: 15.211.016-5. Consolidação da propriedade 25/07/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 344.764,70. 2º LEILÃO: R$ 332.643,97.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem à partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento das Comitentes, desocupação a cargo do arrematante. Ficará à cargo do arrematante a responsabilidade pelo levantamento das indisponibilidades averbadas sob nºs 06, 07, 08, 09, 10 na matrícula imobiliária do imóvel em desfavor dos Devedores Fiduciantes. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Mauricio Pereira Bezerra, CPF: 300.803.708-96 e Marcia Souza Pereira, CPF: 341.860.098-05,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. Às Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

PROVÍNCIA - Companhia Província de Securitização

DATA: 1º Público Leilão: 04/09/2024, às 15h00 | 2º Público Leilão: 11/09/2024, às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 13/01/2023, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Aditamento e Cessão, os seguintes **IMÓVEIS do EDIFÍCIO LINCOLN OFFICES**, situado na Rua Lincoln Albuquerque, nº 259, no 19º Subdistrito – Perdizes, São Paulo/SP: **1) SALA COMERCIAL Nº 121 (TIPO IX), localizada no 11º Andar ou Pavimento**. Áreas: Privativa Coberta: 51,009m²; Comum: 43,750m²; Total: 94,759m², com direito a 1 vaga (coberta ou descoberta) indeterminada na garagem coletiva; FIT: 1,259489%. Matrícula Imobiliária nº 130.526 do 2º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 021.022.0639-4. **Valores: 1º Leilão: R$ 571.864,00. 2º Leilão: R$ 496.535,30. 2) SALA COMERCIAL Nº 122 (TIPO X), localizada no 11º Andar ou Pavimento**. Áreas: Privativa Coberta: 54,113m²; Comum: 45,730m²; Total: 99,843m², com direito a 1 vaga (coberta ou descoberta) indeterminada na garagem coletiva; FIT: 1,330300%. Matrícula Imobiliária nº 130.527 do 2º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 021.022.0640-8. **Valores: 1º Leilão: R$ 602.713,03. 2º Leilão: R$ 524.338,11.** Consolidação das propriedades em 02/08/2024. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Consta Premonitória (Av.07), Indisponibilidade (Av.08), Penhoras (Av.09 e Av.10), averbadas na matrícula nº 130.526 e Premonitórias (Av.07 e Av.08), Indisponibilidade (Av.09), Penhoras (Av.10 e Av.11), averbadas na matrícula nº 130.527, as quais não impedem a realização dos leilões, sendo que a baixa das averbações ficará a cargo do arrematante, bem como todas as custas e despesas para o ato; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Fiduciante **SMK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA.** – CNPJ nº 28.347.519/0001-60 e os Devedores **SILVIA MARIA KATINSKAS LOPES** – CPF nº 091.710.038-78 e **LUIS HENRIQUE LOPES** – CPF nº 164.090.598-76, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência pela Fiduciante. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

megaleilões - Gestor Judicial

2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **do executado e depositário FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.809.819/0001-51. **O Dr. Ricardo Dal Pizzol**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **MARCUS VINICIUS P. SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS** em face de **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO - Processo nº 1076723-44.2017.8.26.0100 – Controle nº 1823/2017,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 09/09/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 12/09/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 12/09/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 03/10/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **60% (sessenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 50.743 DO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** Uma casa situada na rua Helvetia nº 684, antigo 88, no 11º Subdistrito Santa Cecília, e seu respectivo terreno medindo 10,00m, de frente para a rua Helvetia, por 45,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma largura da frente, encerrando a área de 450,00m2, confrontando de um lado com Leonor Rodrigues de Siqueira, de outro lado com Guilherme Matt e pelos fundos com Estevam Alesso. **Consta na Av.06 desta matrícula** que a casa nº 684, antigo 88, da Rua Helvetia, foi demolida. **Consta na Av.08 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 33.922/07, em trâmite no Ofício de Execuções Fiscais e Municipais do Foro Vergueiro da Capital/SP, requerida por PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO contra FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Consta na Av.09 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.13 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Fiscal, Processo nº 1518639522019, em trâmite no Ofício de Execuções Fiscais e Municipais do Foro Vergueiro da Capital/SP, requerida por SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - SF contra FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Consta na Av.14 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Civil, Processo nº 1073673-29.2019.8.26.0100, em trâmite na 28ª Vara Cível da Capital/SP, requerida por ARMELLINI E SILVA SOCIEDADE DE ADVOGADOS contra FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Consta na Av.15 desta matrícula** que nos autos da Ação de Execução Trabalhista, Processo nº 1000431-42.2018.5.02.0022, em trâmite na 22ª Vara do Trabalho da Capital/SP, requerida por EDUARDO APOLINARIO DE MORAIS contra FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO, foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Consta na Av.16 desta matrícula** que nos autos do Processo nº 00023614020145020059, em trâmite no Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial GAEPP – São Paulo/SP, foi decretada a indisponibilidade de bens de FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Contribuinte nº 008.032.0004-8.** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP débitos inscritos na Dívida Ativa no valor de R$ 4.853.613,20 e débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 83.177,60 (24/06/2024). **Consta a fls.507 dos autos** que se trata de imóvel comercial com 1.388,00m2 de área construída. **Valor da Avaliação do imóvel: R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para fevereiro de 2021, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação às fls.729 no valor de R$ 634.226,22 (abril/2023). São Paulo, 24 de junho de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dr. Ricardo Dal Pizzol - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

CIDADE DE SÃO PAULO | **SUBPREFEITURA CAPELA DO SOCORRO**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI **6057.2024/0003118-8** - Concorrência Pública nº **33/SUB-CS/2024** - Objeto: **Contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para execução de melhorias com obras de drenagem, execução de passeio público acessível e implantação de espaço de lazer, na Estrada do Schmidt, Grajaú - São Paulo - S.P.** - Empreitada por preço Global - Data/hora da sessão pública: **20/09/2024 às 09h30min.**

RETIFICAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

Processo SEI **6057.2024/0002821-9** - Concorrência Eletrônica nº **17/SUB-CS/2024** - Objeto: **contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras de revitalização de área pública localizada na Rua Cel. João Cabanas, Alt. nº 7b - Jardim Belcito, São Paulo - SP/Viela Seis (Jardim Itajaí) I** - Data/hora da sessão pública: **12/09/2024 às 09h30min.** - Local: www.compras.gov.br - Subprefeitura Capela do Socorro - CÓDIGO UASG: **925068.**

CIDADE DE SÃO PAULO | **SUBPREFEITURA MOOCA**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Processo SEI nº **6046.2024/0007625-6** - Pregão eletrônico nº **07 SUB-MO 2024**
Tipo: **MENOR PREÇO** - Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**
Objeto: **execução de projeto executivo e obra para implantação de playground lúdico, focado na primeira infância para crianças de 0 a 6 anos, piso emborrachado epdm monolítico colorido, recomposição arbórea e paisagística e serviços complementares. Local: Praça Camila Taliberti, Localizada à Rua Azevedo Júnior, 119 - Brás - Distrito Brás** - Data e hora da abertura da sessão pública: **12/09/2024 - 10h00m** - Local: **https://www.gov.br/compras/pt-br** - UASG nº **925082**, nas condições descritas no Edital - Download do edital: http://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/ (Painel de Negócios) - Subprefeitura Mooca.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP
CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90049/2024 - Objeto: Constituição de sistema de registro de preços para a contratação futura dos serviços gerais de infraestrutura de rede lógica certificada (dados/voz) e elétrica, compreendendo as atividades de instalação, desinstalação e manutenção corretiva, com fornecimento de materiais de infraestrutura a serem executados nas dependências da Prodesp e nas de seus clientes localizados no Estado de São Paulo, conforme estabelecido neste Edital e constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 9h do dia 16/09/2024.O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp | GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Gestão e Governo Digital

CIDADE DE SÃO PAULO | **SAÚDE**

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Processo SEI nº **6018.2024/0038562-0** - PREGÃO ELETRÔNICO nº **90040/2024/CRSN**
Objeto: **AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES 10, para atender as necessidades das Unidades pertencentes a Coordenadoria Regional de Saúde Norte.**
Data/hora da sessão pública: **09:00 horas do dia 12/09/2024.**
Processo SEI nº **6018.2024/0061445-0** - PREGÃO ELETRÔNICO nº **90043/2024/CRSN**
Objeto: **AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS 06, para atender as necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte.**
Data/hora da sessão pública: **09:00 horas do dia 13/09/2024.**
Download do edital: https://www.gov.br/compras e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento da taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Norte, local de realização do pregão, sito na Rua Paineira do Campo, 902 - Santana - CEP 02012-040.

G20 no Brasil

NELSON PROVAZI

Janela para a retomada

Cenário Responsável por pouco mais de um quarto do PIB do Brasil, a indústria viu seu peso na economia encolher desde o fim dos anos 1980. Uma das principais pautas do G20, grupo das 20 maiores economias do mundo e neste ano sob a presidência do Brasil, a crescente demanda pela descarbonização dos setores produtivos vem exigindo avanços em inovação e tecnologia, abrindo oportunidades para o país reverter o que é visto como um processo "precoce de desindustrialização".

INÊS 249

Conjuntura Descarbonização e corrida tecnológica são oportunidades para reverter quadro, dizem especialistas

Setor industrial perde peso no PIB e enfrenta cenário de crise estrutural

A indústria brasileira em números

Resultados do setor preocupam e especialistas falam em desindustrialização precoce

Fonte: CNI (com dados do IBGE e da Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego) e Secex, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. * participação no total de vagas formais - em % do total de registros; **participação no total de vagas formais - em % do total de registros

Vinicius Neder
O Globo, do Rio

Após fechar 2023 em queda, a indústria manufatureira avançou no Produto Interno Bruto (PIB) do país no primeiro trimestre e a produção industrial acumulou alta de 2,6% até junho, segundo o IBGE, mas os dados recentes são insuficientes para superar um cenário de crise estrutural. A produção ainda está 14,3% abaixo do nível recorde, atingido em maio de 2011. A participação da indústria no PIB despencou, na comparação com os anos 1970 e 1980. A balança comercial da indústria manufatureira, em déficit desde 2008, registrou no primeiro semestre o pior resultado para o período desde 2014 — até julho, o rombo é de US$ 33,3 bilhões.

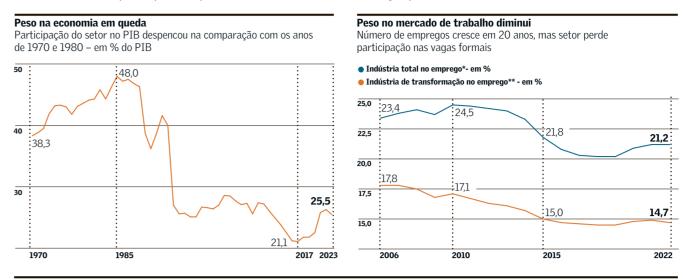
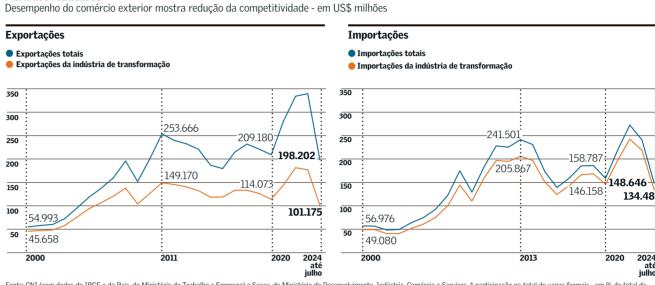
Por um lado, o cenário de crise estrutural é conhecido, suas causas são recitadas em verso e prosa por especialistas. Por outro, a indústria brasileira pode estar diante de oportunidades, abertas por um cenário de mudanças na economia mundial, com a necessidade de descarbonizar as atividades e com uma corrida tecnológica em meio a tensões geopolíticas.

O diagnóstico de que o Brasil vive uma "desindustrialização precoce" é mais ou menos consensual. Estudiosos do desenvolvimento costumam ressaltar que a participação da indústria no PIB cresce nos países que passam de uma renda baixa para uma renda média, mas, posteriormente, na passagem para a renda alta, essa fatia volta a diminuir. O movimento é inerente ao desenvolvimento. Ocorre com o crescimento relativo do setor de serviços, puxado pela demanda de consumidores de renda maior e de uma indústria mais sofisticada. E esse maior peso dos serviços vem em detrimento do espaço do PIB industrial e da agropecuária.

A desindustrialização é classificada como "precoce" quando ocorre na fase em que a economia de um país ainda está na renda média, como é o caso do Brasil. A globalização das cadeias de produção, estabelecida nas últimas quatro décadas, tem um papel nisso, ao deslocar boa parte da fabricação dos bens para países de baixo custo, com destaque para a Ásia. Para explicar por que o Brasil ficou de fora e viu sua indústria desidratar antes da hora, economistas costumam citar também uma série de fatores domésticos, boa parte inserida no chamado "custo Brasil".

SILVIA ZAMBONI/VALOR

"Brasil não conseguiu redefinir nova estratégia de desenvolvimento industrial"
Rafael Cagnin

Alguns exemplos são inflação e juros elevados, câmbio desfavorável — quando a cotação do dólar fica baixa demais, dificulta as exportações e favorece as importações de bens —, desequilíbrios nas contas do governo — que contribuem para inflação e juros elevados —, incertezas políticas, insegurança jurídica, infraestrutura deficiente, o complexo sistema tributário, a má qualidade da educação, que resulta em mão de obra pouco qualificada, e o elevado custo da energia.

"Não adianta nada termos uma política industrial e um certo protecionismo, se não resolvermos os problemas estruturantes", afirma o presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), chama a atenção para o fato de que boa parte dos problemas estruturantes surgiu ou foi agravada pelas sucessivas crises econômicas a partir do início dos anos 1980 e, principalmente, coincidiu com o esgotamento de uma estratégia de industrialização.

Para Cagnin, o plano anterior, vigente desde os anos 1940 e 1950, com a substituição de importações como fio condutor, pode ser criticado, mas foi bem-sucedido no sentido de construir uma indústria nacional e impulsionar o crescimento econômico. O esgotamento, na passagem dos anos 1970 para os de 1980, se deu em meio a mudanças na economia global que marcaram o início da globalização das cadeias de produção e integraram a Ásia a esse jogo. Nessa época, boa parte dos países asiáticos — Japão, primeiro, Coreia e China, depois — aproveitou a oportunidade para criar suas estratégias de desenvolvimento industrial. O Brasil ficou para trás, ressaltou Cagnin.

"Nos anos 1980, o Brasil não conseguiu redefinir ou reencontrar uma nova estratégia de desenvolvimento industrial, num contexto internacional de profundas alterações", diz o economista. A perda de competitividade dos bens industriais produzidos no Brasil se reflete na balança comercial. O saldo entre exportações e importações está negativo desde 2008. Nos dados compilados desde 1997, o pior resultado foi em 2013, quando a demanda interna estava aquecida, atraindo importados.

Economistas críticos da estratégia de desenvolvimento industrial via substituição de importações culpam a baixa produtividade do setor nacional como o principal problema para a falta de competitividade internacional. Esse é o ponto de estudo dos economistas Edmar Bacha, Victor Terziani, Claudio Considera e Eduardo Guimarães, publicado em julho, no site do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças.

O estudo sustenta que a indústria perdeu tanta força no Brasil por causa do excesso de tarifas de importação, oriundos da política industrial vigente até os anos 1980. Com o mercado doméstico cativo e barreiras à concorrência de importados, há menos incentivos para buscar competitividade. Na prática, as indústrias instaladas no país se contentam com o retorno que obtêm sem precisar fazer pesados investimentos para ficar na fronteira tecnológica, explicou Considera. "Se a empresa não precisa competir porque a economia está fechada, não precisa investir para se tornar mais produtiva, não precisa inovar para aumentar a produtividade. Então, isso diminui os investimentos."

Para Cagnin, não adianta aumentar a exposição da indústria nacional à competição, com a redução generalizada das tarifas de importação, sem uma nova estratégia de desenvolvimento industrial que se mantenha no longo prazo. E há uma oportunidade para colocar em prática um plano do tipo porque, assim como na passagem dos anos 1970 para a década de 1980, a economia mundial passa por mudanças relevantes. As tensões geopolíticas entre EUA e China parecem ter colocado um fim na globalização das cadeias com a instalação de linhas de produção na Ásia. E a estratégia chinesa parece ser dobrar a aposta no desenvolvimento industrial, agora com foco na alta tecnologia, o que deverá inundar o mundo com mais produtos. Ao mesmo tempo, a necessidade de frear as mudanças climáticas exige avanços tecnológicos disruptivos.

Na visão de Rafael Lucchesi, diretor de desenvolvimento industrial da CNI e diretor-superintendente do Sesi, é a hora para o Brasil apostar em políticas que apoiem indústrias nas quais o país já tem vantagens e que poderão se beneficiar dessas mudanças. É o caso da cadeia dos biocombustíveis, que pode ser acoplada à indústria automotiva. Inclui também uma série de setores intensivos em eletricidade, que busquem fontes renováveis de geração, como siderurgia, cimento e petroquímica.

Escassez de mão de obra qualificada pressiona setor

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

A falta de mão de obra com formação técnica segue como um desafio para a indústria. O Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025, estudo realizado pelo Observatório Nacional da Indústria, aponta que, para atender às demandas produtivas até o próximo ano, o país precisaria qualificar 9,6 milhões de trabalhadores em ocupações fabris. Em quatro anos, segundo o relatório, devem ser criadas 497 mil novas vagas, o que elevaria o número de empregos formais no setor para 12,8 milhões. De olho na escassez de talentos, grandes indústrias aceleram programas internos de capacitação e projetos que estreitam o contato com jovens estudantes.

De acordo com Gustavo Leal, diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), principal instituição formadora em ocupações industriais no país, o perfil de profissional mais demandado hoje reúne características como rápida adaptação às mudanças tecnológicas, pensamento crítico e criatividade. "Na indústria 4.0, a demanda é por currículos ligados a áreas como mecatrônica, análise de dados e inteligência artificial", assinala. "Além disso, é cada vez mais valorizado o conhecimento sobre economia verde, à medida que as indústrias buscam caminhos para a sustentabilidade."

Leal diz que a dificuldade de captar profissionais nasce bem longe dos portões das fábricas. O problema começa com uma pequena proporção de jovens que opta pela formação técnica no ensino médio, segue com os altos índices de abandono escolar e termina com um contingente que não avança nos estudos e na carreira, relata.

O diretor do Senai acredita que o cenário se agrava porque falta conhecimento entre os jovens sobre formação e oportunidades de trabalho na indústria. De acordo com pesquisa realizada pela entidade em maio, 52% dos adolescentes de 14 a 17 anos conhecem pouco ou nada sobre a formação profissional na área. Este levantamento ouviu 2.007 jovens de 14 a 24 anos.

No grupo Saint-Gobain, do setor de construção, o plano é contratar 3.400 pessoas em 2024, número 23% maior do que o realizado em 2023. Somente no primeiro semestre, foram 1.700 admissões. O conglomerado de 12 mil empregados tem 58 fábricas no Brasil. "A área de TI apresenta um desafio para as contratações, pela alta oferta de vagas no mercado", destaca Gustavo Siqueira, vice-presidente de RH para a América Latina. "O tempo médio de admissão nesse setor pode levar de 45 a 60 dias." A empresa tem 250 posições abertas, em todas as áreas.

Para contornar a falta de mão de obra, Siqueira diz que uma das estratégias é ativar políticas de retenção no quadro, com ações de desenvolvimento funcional. Uma das frentes inclui sessões de mentoria para mulheres, com o intuito de acelerar a ascensão de funcionárias. "Capacitamos 50 participantes e mais da metade conquistou movimentações ou promoções", afirma.

Contratada em janeiro deste ano pela Saint-Gobain, a engenheira química Marina Borsatto, de 28 anos, trabalhava com desenvolvimento de produtos no setor de telecomunicações antes de assumir o cargo de analista WCM, ou world class manufacturing (produção de classe mundial) Latam na fabricante — profissionais nessa função atuam com melhoria de processos.

DIVULGAÇÃO

Na Saint-Gobain, Marina Borsatto participou de treinamentos que somam 34 horas de aulas

"No início da minha carreira na indústria, o que mais me motivava era encontrar uma maneira de aplicar os conhecimentos teóricos que aprendia na sala de aula", afirma a engenheira. Desde que começou na empresa, Borsatto participou de, pelo menos, quatro treinamentos que somam 34 horas de aulas e três meses de coaching sobre assuntos como mudanças climáticas e redução de tempo de "setup" na produção.

Outras indústrias têm adotado abordagens diferentes para chamar a atenção de futuros candidatos à carreira no segmento. Em São Paulo, a Hyundai Motor Brasil iniciou um projeto na rede pública de ensino de Piracicaba, no interior paulista, cidade onde mantém fábrica, para que alunos de 14 a 18 anos desenvolvam protótipos de soluções de geração de energia com hidrogênio.

"Ter a oportunidade de inserir os estudantes tão cedo no cenário do hidrogênio, um dos recursos que ditarão o futuro da geração de energia, representa uma oportunidade valiosa", afirma Eduardo Fischmann, gerente-executivo de assuntos corporativos e responsabilidade social da Hyundai Motor Brasil. A atividade será implementada em quatro escolas, para mais de 200 alunos.

No Ceará, a M. Dias Branco, multinacional brasileira de alimentos que detém marcas como Piraquê e Richester, organiza visitas de estudantes à planta do grupo no município de Eusébio (CE). "Entre os conteúdos compartilhados, tratamos de temas ligados à sustentabilidade", ressalta Tiago Timbó, gerente de comunicação, cultura e sustentabilidade. A ação atende dez mil alunos ao ano.

Cenário Pesquisa da CNI mostra que a maioria das empresas brasileiras, especialmente as pequenas e médias, ainda se encontram em fase inicial no processo de digitalização

Investimentos e mão de obra são desafios da revolução 4.0 no Brasil

João Sorima Neto
O Globo, de São Paulo

Depois do vapor, da energia elétrica e dos robôs, a indústria global vive o que os especialistas estão chamando de quarta revolução. Trata-se da chegada da indústria 4.0, um movimento de adoção de novas tecnologias nos processos de produção como internet das coisas, automação com conectividade, realidade virtual e inteligência artificial (IA). Essa onda começou pouco depois de 2008, na Alemanha, quando o país buscava ser líder em produção usando tecnologia, reduzindo custos e ganhando mais produtividade.

"Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e China lideram esse movimento, que também inclui uso de novos materiais, de impressoras 3D e redução de desperdício. O Brasil, que tem base industrial importante, ainda está atrasado no uso destas tecnologias, há espaço para crescer, mas há também muitos desafios", explica Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Um dos desafios, diz o especialista, é o alto investimento. Um levantamento da consultoria Global Industry Analysts (GIA) mostrou que, em 2020, os gastos na indústria 4.0 consumiram US$ 90,6 bilhões globalmente (R$ 495,5 bilhões). Em 2026, a projeção da GIA é que eles cheguem a US$ 219,8 bilhões (R$ 1,2 trilhão). Nem todas as empresas têm caixa para essa empreitada, afirma Cagnin. "O investimento elevado restringe o avanço da indústria 4.0 a grandes empresas, deixando pequenas e médias para trás. Isso provoca um gap para a inovação, já que elas fazem parte da cadeia de fornecedores", diz.

O Brasil vem avançando, mostram dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 2016, 48% das empresas brasileiras faziam uso de alguma tecnologia digital. Em 2022, última edição do levantamento, eram 69%. O problema é que, das 18 tecnologias disponíveis da indústria 4.0, a maioria das empresas brasileiras usa uma baixa variedade, indicando que se encontram em fase inicial do processo de digitalização.

A Weg, indústria brasileira de motores e equipamentos elétricos e eletrônicos, vem avançando na indústria 4.0 desde 2015, com automação das fábricas e digitalização dos processos. Já comprou duas startups de IA para usar em seus processos. Carlos José Bastos Grillo, diretor superintendente de digital e sistemas da Weg, explica que os ganhos com essas tecnologias vêm aparecendo de forma gradual. Os grupos de trabalho se debruçam sobre os dados de cada etapa do processo para buscar melhoria de eficiência. É a gestão baseada em dados.

"O uso dessa informação pode se transformar em resultados. Vamos corrigindo os desvios para ter redução de perdas. Não uso o termo transformação, mas evolução digital", explica Grillo, lembrando que a empresa tem quase R$ 2 bilhões para investimento este ano e 15% deste valor vão para mecanismos de ganho de produtividade e melhora da eficiência operacional. Ele conta que, a cada ano, é proposto um desafio para a redução de 15% a 20% da ineficiência nos processos. "No ano passado, geramos uma economia de R$ 155 milhões reduzindo a ineficiência. E este ano, o valor deve ser ainda maior", diz ele, que considera a capacitação de mão de obra para a indústria 4.0 um desafio global.

A Weg, em parceria com o Senai, tem ajudado a capacitar pessoas, inclusive para outras indústrias. E desenvolveu o Smart Factory, programa com apoio do governo federal que leva as tecnologias da indústria 4.0 a pequenas e médias empresas. O economista do Iedi destaca que, no Brasil, é preciso investimento maciço nestas tecnologias, o que requer um crescimento mais forte da economia. Além disso, a taxa de juros elevada e a escassez de linhas de financiamento também prejudicam o caixa das companhias.

Na avaliação de Cagnin, os cerca de R$ 70 bilhões do programa federal da Nova Indústria Brasil (NIB), oferecidos via BNDES para fomentar a inovação, são insuficientes para um salto de tecnologia. Isso faz o país perder competitividade em relação a outras nações, frisa. Nos países onde esses investimentos são mais robustos, segundo os analistas, o ganho de produtividade chega até a 30%. Com redução de custos, o resultado é que a lucratividade das empresas vem melhorando.

Rodrigo Pastl, gerente-executivo de tecnologia para a indústria da CNI, ressalta a necessidade de capacitação tecnológica da mão de obra, não só de engenheiros, mas de todas as profissões neste novo cenário industrial. "Só a mão de obra capacitada pode saber como usar os dados coletados em cada etapa de produção para entregar maior produtividade, reduzir tempo de produção e até buscar processos mais sustentáveis", diz o especialista, lembrando que este tipo de profissional também é mais bem pago. Pastl cita recentes programas do governo, como o Mover, que incentiva a inovação na indústria automobilística. A CNI, através de programas com o Senai, vem oferecendo treinamento para mão de obra.

O setor automotivo é um dos que mais vem usando as tecnologias da indústria 4.0. A Pirelli, fabricante de pneus, iniciou essa jornada no Brasil em 2018. Digitalização, inteligência artificial e robótica já fazem parte das unidades. Com os sistemas de realidade virtual, a empresa projeta e testa pneus de maneira digital, reduzindo o número de protótipos físicos, com impacto positivo no meio ambiente. "Os pneus são projetados e testados em ambiente virtual. Esse processo faz parte do compromisso da Pirelli de ser uma empresa mais sustentável", diz Cesar Alarcon, CEO e vice-presidente sênior da Pirelli na América Latina.

Com a digitalização dos processos, a empresa consegue prever a demanda usando a ciência de dados, o que reduz custos da operação e torna o planejamento mais eficiente. Alarcon lembra que os times dedicados ao desenvolvimento de algoritmos coletam e analisam dados em tempo real de todos os processos conectados em rede. Isso antecipa problemas, melhora a capacidade fabril e reduz custos.

Recentemente, a Pirelli investiu R$ 200 milhões para a construção de novos laboratórios e de um centro logístico na fábrica de Campinas. Eles estão conectados com o Centro de Soluções Digitais, em Bari, na Itália, que tem foco nas áreas mais estratégicas para a empresa. No Brasil e no mundo, a companhia vem capacitando mão de obra para as demandas da indústria 4.0.

José Borges Frias Jr., chefe de inovação da Siemens Brasil, lembra que a empresa começou a se envolver com as inovações 4.0 ainda em 2010, quando o conceito estava sendo desenvolvido na Alemanha. Um ano depois, na Feira Industrial de Hannover, o termo indústria 4.0 foi usado publicamente pela primeira vez. Entre 2007 e 2022, a Siemens investiu € 14 bilhões em aquisições de empresas para complementar seu portfólio digital.

"Essas tecnologias reduzem drasticamente o tempo de lançamento de produtos customizados. E a questão não se resume à aplicação de uma ou outra tecnologia de forma isolada. O maior ganho está na melhor combinação de tecnologias", afirma. Um dos investimentos importantes, observa Borges, foi o lançamento da plataforma Siemens Xcelerator, em 2021. A ideia do recurso é acelerar a transformação digital em empresas de diferentes tamanhos e setores de atuação incluindo manufatura, edifícios, redes elétricas e mobilidade.

No Brasil, a Siemens instalou o único Centro de Experiências Digitais (DEX) da América do Sul, onde os clientes aprendem a utilizar as tecnologias em que a empresa investe — entre elas os "gêmeos digitais", uma simulação virtual de produtos ou processos de produção; o metaverso industrial (um mundo digital que espelha e simula máquinas, fábricas, edifícios, cidades inteiras e sistemas de transporte); a agricultura indoor; e a tecnologia 5G.

DIVULGAÇÃO

Cockpit de controle de processos da fábrica da Pirelli em Feira de Santana, na Bahia

Revoluções industriais

Os saltos de produção dados pela indústria ao longo dos séculos

1 Primeira Revolução Industrial
Por volta de 1765
Começou na Inglaterra com a automação de processos. Foram inventadas máquinas para acelerar e substituir o trabalho humano, iniciando a produção em larga escala. Foi marcada pelo uso do carvão como nova fonte de energia e utilização de máquinas a vapor

2 Segunda Revolução Industrial
Meados de 1870
Marcada pelo avanço tecnológico e surgimento de eletricidade e petróleo como novas formas de energia. Desenvolvimento de indústrias químicas e de aço, trazendo inovações como automóveis e telefones. Começaram a ser construídas grandes fábricas

3 Terceira Revolução Industrial
Por volta de 1969
Descoberta da energia nuclear. Período marcado pelo surgimento de equipamentos eletrônicos, telecomunicação e computadores. Invenção e uso de robôs nas linhas de produção das unidades industriais, que passaram a produzir de forma automática

4 Quarta Revolução Industrial
A partir de 2008
A quarta Revolução Industrial está acontecendo nos dias atuais e é marcada pelo uso de tecnologias avançadas como internet das coisas, inteligência artificial e automação, com fábricas inteligentes e conectadas. Também é marcada pela digitalização de dados e uso de dados para tomada de decisões, reduzindo falhas e desperdícios

Descarbonização vai demandar R$ 40 bilhões até 2050

Juliana Causin
O Globo, de São Paulo

A transição para o uso de fontes de energia renováveis, a aplicação de tecnologia para tornar os processos produtivos mais eficientes e a pesquisa e o desenvolvimento (P&D) com foco em produtos de menor impacto estão entre as soluções que vêm sendo aplicadas na indústria brasileira numa jornada rumo à economia de baixo carbono. O processo de descarbonização do setor demandará cerca de R$ 40 bilhões até 2050, ano em que o país deverá cumprir a meta assumida no Acordo de Paris de zerar emissões líquidas de gases de efeito estufa, segundo projeção da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Considerando a produção e o consumo de energia, o setor contribui com mais de 30% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). A McKinsey estima que a transição para uma economia de baixo carbono exigirá um investimento de US$ 275 trilhões nos próximos 30 anos, o que equivale a cerca de 7,5% do PIB global anual. É um cálculo similar ao da Climate Policy Initiative (CPI), de US$ 266 trilhões.

Alcançar a meta de emissões líquidas zero depende de um conjunto de avanços. Em relatório sobre o percurso até o carbono zero para a indústria, o Fórum Econômico Mundial elenca as cinco áreas-chave que vão determinar a rota de descarbonização: tecnologia, infraestrutura, demanda por energia sustentável, políticas públicas e acesso a capital.

Uma das empresas da Solvay, multinacional belga de químicos, a Rhodia no Brasil tem liderado os avanços do grupo para descarbonização. A meta é que toda a produção brasileira seja neutra em carbono até 2030. A fábrica da empresa em Paulínia (SP) atingiu 95% da meta. O desafio está em reduzir os 5% restantes e fazer o mesmo com outras unidades sediadas no Brasil. A empresa adotou medidas como compra de energia sustentável, uso de biomassa, redução da demanda por gás natural, aplicação de processos para melhoria da eficiência e uso de uma tecnologia de purificação dos gases, além da compra de créditos de carbono. Em outra frente, investe em média de 2% a 3% do faturamento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

"Temos um custo com esses projetos. Mas não vai existir química do futuro sem química verde. Então, é um investimento para se antecipar ao momento em que o mercado [de baixo carbono] estará precificado. Será um diferencial competitivo", avalia a presidente do Grupo Solvay-Rhodia para a América Latina, Daniela Manique. Segundo ela, a linha de químicos sustentáveis da Rhodia tem no mercado internacional a principal via de faturamento. Um dos entraves para aumentar a penetração destas alternativas no setor no Brasil, como a de um fenol verde, que já foi criado, é o alto valor agregado.

Na descarbonização, uma das principais vantagens competitivas do Brasil é ter uma matriz energética mais limpa que as de outras economias, enquanto alguns dos grandes gargalos são o espaço fiscal e o capital disponível no país para financiar a transição verde, diz Rosana Santos, diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética. "É preciso tomar a decisão de que essa será nossa diretriz de crescimento. Uma neoindustrialização descarbonizada, que possa abocanhar uma parte do mercado recém-nascido de produtos verdes, pode implicar em aumento da participação da indústria no PIB brasileiro e na criação de empregos de maior qualidade, o que vai puxar a economia."

> "Neoindustrialização descarbonizada pode aumentar participação da indústria no PIB"
> *Rosana Santos*

Para ela, o Brasil tem uma oportunidade de "passar a ser enxergado como um provedor de produtos industrializados de menores emissões", o que "agrega valor à nossa produção". Os riscos do país não adaptar sua produção para o baixo carbono incluem a perda de acesso a mercados internacionais e o aumento da desindustrialização. Em determinados segmentos industriais, o país já é visto como referência em produtos com pegada de carbono menor que a de concorrentes. É o caso de parte da cadeia de aço. No país, essa indústria responde por 4% das emissões de gases, valor inferior à média de 7% nas emissões da produção mundial de aço.

DIVULGAÇÃO

Gerdau tem atualmente 70% de sua produção de aço com origem na reciclagem de sucata

Maior empresa brasileira produtora de aço, a Gerdau tem hoje 70% de sua produção de aço com origem na reciclagem de sucata, enquanto correntes de outros países em geral usam 30%, segundo Cenira Nunes, gerente geral de meio ambiente da Gerdau. Cada tonelada de sucata reciclada evita a emissão de 1,5 tonelada de CO_2, calcula ela.

Para reduzir o nível de emissões na produção, a Gerdau também trabalha com alternativas para substituição de carvão mineral nos altos-fornos. Uma delas é o uso de biomassa de eucalipto e casca de serragem como combustível. Um passo, no futuro, será o de transformar os altos-fornos em reatores de redução direta, que poderiam ser alimentados por hidrogênio. "A gente estuda como fazer a troca dos equipamentos para então chegar ao uso de hidrogênio. Tudo isso envolve pesquisa e desenvolvimento. Usar o hidrogênio não é algo trivial. Tem uma série de questões de segurança que precisam ser medidas", diz.

O primeiro passo para descarbonizar passa pelo mapeamento das emissões em cada indústria, o que exige identificar, quantificar e classificar as fontes de GEE no escopo 1 (emissões diretas da empresa), no escopo 2 (emissões indiretas associadas à energia comprada), e no escopo 3 (outras emissões indiretas, como as da cadeia de suprimentos).

A Randoncorp, multinacional brasileira que trabalha com a manufatura de implementos rodoviários, autopeças, e veículos comerciais, começou em 2020 a fazer o inventário das emissões da companhia nos escopos 1 e 2, com a meta definida de reduzir em 40% as emissões nessas fases. Para isso, o grupo tem investido em plantas de energia solar, na substituição de equipamentos movidos a combustíveis fósseis por eletrificados e na substituição de gás natural por biomassa.

A empresa também começou, há dois anos, a fazer a medição da pegada de carbono de produtos para desenvolver alternativas, com a troca de matérias-primas que tivessem impacto menor. "Temos uma estratégia muito clara de substituir materiais metálicos pesados para materiais mais leves", conta Anderson Pontalti, coordenador do comitê ESG da Randoncorp.

A descarbonização é um desafio maior para companhias do setor que são de menor porte. "As grandes empresas já entenderam que sustentabilidade é fator de competitividade. Para as micro e pequenas, a gente precisa pensar em uma forma de induzir a transição, até porque elas estão preocupadas com fluxo de caixa, com manter o negócio no mês seguinte. É um trabalho que precisa ser estimulado", afirma o superintendente de meio ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo.

Competitividade Transição energética, corrida tecnológica e geopolítica abrem espaço para o país

Contexto global favorece produção brasileira

Vinicius Neder e Leticia Lopes
O Globo, do Rio

O contexto da economia global, de transição para uma economia de baixo carbono e de corrida tecnológica marcada por tensões geopolíticas, poderá abrir oportunidades para a indústria nacional. Para aproveitar essas oportunidades, reformas econômicas, maior financiamento e políticas específicas deverão atuar em conjunto para aumentar a produtividade e, portanto, a competitividade internacional das indústrias sediadas no Brasil.

A avaliação é de representantes do governo, da academia e do empresariado que participaram no último dia 21 do debate sobre a política industrial promovido pelo projeto G20 no Brasil, que reúne "O Globo", **Valor** e rádio CBN na cobertura da presidência temporária do Brasil do grupo dos países mais ricos do mundo. A Nova Indústria Brasil (NIB), lançada em janeiro, inclui um pacote de R$ 342 bilhões, chamado de Plano Mais Produção, mas boa parte dos recursos já estava nos orçamentos e projeções de bancos como o BNDES.

Para Rafael Lucchesi, diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-superintendente do Sesi, a indústria nacional pode estar diante de uma virada. Ele vê "três oportunidades claras": a revolução tecnológica, com a internet das coisas e a inteligência artificial (IA); a transição para a economia de baixo carbono e as tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China, que abrem oportunidades para países que têm boa relação diplomática tanto com o Ocidente quanto com a Ásia.

Esse é o caso do Brasil, destacou ele, lembrando ainda que o país tem matriz elétrica renovável e pode se aproveitar da transição para a economia de baixo carbono. "O Brasil pode se colocar como uma Arábia Saudita da economia verde", afirmou o diretor da CNI, que participou do primeiro painel do evento. "A política industrial brasileira, seu financiamento e seu impacto na vida das pessoas".

GABRIEL DE PAIVA/ AGÊNCIA O GLOBO

José Luis Gordon (da esq. para dir.), Perpétua Almeida, Naercio Menezes Filho e Rafael Lucchesi: reformas econômicas e maior financiamento

Na mesma mesa, o diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do BNDES, José Luis Gordon, defendeu a política industrial lançada pelo governo Lula e criticou os governos anteriores, que, segundo ele, teriam negligenciado essa parte da política econômica. "O mundo tem feito, faz e vai continuar fazendo políticas industriais e de inovação. Precisamos superar a demonização da política industrial, entender sua importância", disse.

Perpétua Almeida, diretora de economia sustentável e temas de defesa da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que implementa ações da política industrial do governo, lembrou que as grandes potências do mundo estão investindo trilhões em sua indústria. "Para financiar essa indústria é preciso olhar para os gargalos que ela enfrenta hoje: a transição verde, que é o compromisso que o Brasil e todos os países do mundo fizeram com o planeta; a guerra tecnológica entre as potências; a resiliência das cadeias de suprimentos, algo a ser financiado para não vivermos momentos como na pandemia; e uma força de trabalho capaz de atender essa nova indústria", afirmou.

Lucchesi disse que a NIB precisava ter ainda mais recursos para financiamento, lembrando que o Plano Safra, que disponibiliza crédito subsidiado para a agropecuária, recebeu R$ 400 bilhões apenas para a safra 2024-2025. Gordon, por sua vez, ponderou que a nova política está no início e há restrições fiscais.

"As iniciativas de agora são o início de um processo. O Plano Safra também não começou com R$ 400 bilhões por ano", afirmou o diretor do BNDES. "O Plano Mais Produção começa com uma vantagem, em relação ao Safra, porque não é só crédito. Tem o crédito, mas tem recursos não reembolsáveis".

Naercio Menezes Filho, professor do Insper, fez alguns alertas. Para ele, as políticas industriais não podem ficar apenas na proteção comercial em relação a importados e no incentivo ao conteúdo local. Ele criticou o fato de que, nas diretrizes anunciadas junto a NIB, há algumas metas "irrealistas" e faltam mecanismos de avaliação. 'Prefiro privilegiar reduções tarifárias, de proteção, principalmente de insumos. Por quê? Porque grande parte dos avanços tecnológicos acontece quando as empresas estão inseridas nas cadeias globais de valor e conseguem importar insumos baratos que trazem novas tecnologias", disse.

Entre os erros do passado, o professor citou a Lei de Informática, que procurou incentivar a produção local de computadores, nos anos 1980. Para ele a questão não é ter ou não ter política industrial. "O segredo é escolher como vai implementar essa política industrial, que setores vai privilegiar, como vai resolver os problemas e gargalos que existem. Não é um tipo de política industrial só, e, principalmente, não mais a política industrial que ficou para trás, de substituição de importações. Temos que ter incentivos às exportações e metas claras que têm que ser cobradas das empresas que recebem apoio", afirmou.

Os investimentos em educação também foram um dos gargalos apontados pelos participantes sobre o desenvolvimento da indústria. Menezes Filho analisou que investimentos em políticas educacionais são uma das ferramentas mais importantes para o fomento da competitividade do setor.

"Não conseguimos um país diferente se não tivermos uma população com conhecimentos mínimos de matemática, ciências e leitura. Isso é fundamental em todos os aspectos e é particularmente importante nessa nova fase de novas tecnologias, inteligência artificial", afirmou o professor do Insper.

Burocracia não pode ser entrave, diz ABBI

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

A chamada "missão 5" do plano do governo federal para a Nova Indústria Brasil (NIB), com metas para bioeconomia, descarbonização e transição energética até 2033, foi comemorada por entidades empresariais após ser anunciada em janeiro, conforme especialistas ouvidos pelo **Valor**.

O governo vai detalhá-la mais adiante, mas já é uma sinalização importante do caminho a ser trilhado. No entanto, desafios devem ser superados, especialmente no ambiente de negócios, e o país deve adotar posicionamento firme no cenário global para ter um novo ciclo de desenvolvimento, com aumento da competitividade e da participação da indústria no PIB.

Um estudo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) mostra que as novas tecnologias ligadas à bioeconomia — produção de biocombustíveis, bioquímicos, biopolímeros, bioinsumos e proteínas alternativas — terão potencial de injetar US$ 592,6 bilhões ao ano no Brasil e de reduzir até 65% das emissões de gases de efeito estufa até 2050.

"É uma corrida tecnológica. O Brasil possui diferenciais climáticos e de agricultura, reunindo matérias-primas como resíduos e biomassa. Porém, há outros países com mais facilidades para os negócios. Por isso, é necessário agir de forma pragmática para não perder a janela de oportunidades", diz Thiago Falda, presidente-executivo da ABBI.

Ele ressalta que a regulação deve ser suficiente para a segurança jurídica, mas sem gerar burocracia. Além disso, são fundamentais o fortalecimento do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) para acelerar processos e o alinhamento da legislação de patentes aos padrões internacionais.

Outros pontos a serem resolvidos são a capacitação de profissionais para a nova realidade e a integração das cadeias produtivas. "É essencial mapear as áreas prioritárias, de acordo com potencialidades. O desenvolvimento tem que ser regionalizado, pois não adianta produzir biomassa no Nordeste e transportar para o Sul para produzir um composto ou produto", explica Falda. Cabe ao governo também atuar na formação de mercados, via compras públicas e através de negociações de comércio exterior.

A NIB prevê, inicialmente, R$ 300 bilhões para financiamentos até 2026, porém, contemplando as diversas iniciativas, não somente a missão 5. Esse valor é tímido, conforme especialistas. "Mas é preciso ter um compartilhamento de risco, pois a tecnologia é cara. O governo precisa investir e o ambiente deve ser favorável para o capital privado", afirma Falda.

Davi Bomtempo, superintendente de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), vê alguns avanços. As políticas públicas brasileiras, que historicamente se concentravam em controle e fiscalização, passaram a incluir incentivos econômicos. Segundo ele, o intuito é abrir novas avenidas de crescimento e atrair recursos para agendas inovadoras, que precisam de estímulo no começo para ganhar escala até terem redução nos custos. "Por exemplo, o marco legal de hidrogênio de baixa emissão de carbono contempla incentivos creditícios e tributários", comenta.

O mercado de crédito de carbono também ajudará a pagar a conta do novo ciclo de desenvolvimento baseado na economia verde, contribuindo ainda para preços mais acessíveis aos consumidores, ressalta Rosana Santos, diretora-executiva do Instituto E+ Transição Energética, um think tank que participa do G20 social. No momento, o projeto de lei que regula esse mercado está no Senado.

Santos diz que o Brasil deve expor no G20 sua capacidade de liderança na transformação, especialmente por contar com um dos sistemas energéticos mais limpos do mundo. A participação de fontes renováveis na matriz brasileira chegou a 49,1% em 2023, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A executiva defende que é importante chamar a atenção dos organismos e bancos multilaterais para a transição justa — que visa gerar oportunidades de emprego industrial de qualidade em países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico —, para atrair recursos.

Bomtempo, da CNI, aponta ainda como diferenciais a serem explorados o fato de o Brasil contar com 20% da biodiversidade do mundo e de ser o segundo maior produtor de biocombustíveis. "Temos que investir em comunicação, pois o Brasil reúne muitas vantagens comparativas. Logo, será destravado também o potencial de energia eólica offshore de 700 GW, cujo projeto está tramitando no Congresso", acrescenta.

E é crucial desmistificar algumas questões no G20, avalia Falda, presidente da ABBI. "Por exemplo, a União Europeia [UE] tem restrições e barreiras não tarifárias em relação aos biocombustíveis, dizendo que competem com áreas de produção de alimentos. Isso não é verdade no caso do Brasil", conclui.

DIVULGAÇÃO

"Temos que investir em comunicação, pois o Brasil reúne vantagens comparativas"
Davi Bomtempo

Programas para o setor têm financiamentos para inovação

DIVULGAÇÃO

O foco do Estado em áreas básicas é chave para impulsionar a digitalização, afirma Ricardo Capelli

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

A disposição em estabelecer bases para o avanço na indústria, com a criação da Nova Indústria Brasileira (NIB), começa a semear uma estratégia semelhante a um Plano Safra industrial. A NIB estabeleceu seis missões, formatadas para responder a problemas sociais e levar o país a um novo patamar de industrialização: cadeias agroalimentares, saúde, cadeias de infraestrutura, transformação digital (TD), descarbonização e soberania e defesa.

Uma das ferramentas para isso, o Plano Mais Produção, soma R$ 342 bilhões em soluções para financiamento para a NIB até 2026 via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep, R$ 51,6 bilhões), BNDES (R$ 259 bilhões), Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii, R$ 1 bilhão) e, mais recentemente, Banco da Amazônia (R$ 16,7 bilhões) e Banco do Nordeste (R$ 14,41 bilhões).

Outra ferramenta é o Brasil Mais Produtivo, programa de educação e consultoria capitaneado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) com objetivo de alcançar, até 2026, 200 mil micro, pequenas e médias empresas com plataforma digital, 93 mil delas com consultoria personalizada. Medidas regulatórias incluem atualização da Lei de Informática, novo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis), implementação da Letra de Crédito ao Desenvolvimento Industrial (LCD) e a lei da depreciação acelerada, que impulsiona a renovação de máquinas e equipamentos.

O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial é outro indutor, bem como o incentivo de até 10% em compras governamentais de produtos nacionais, ante estrangeiros, e as encomendas tecnológicas.

"A NIB acerta em definir a TD como missão, que é transversal às demais e se desdobra no desenvolvimento de capacidade em segmentos estratégicos, redução da dependência de importados e difusão de tecnologias digitais para a produtividade na indústria", diz Rafael Lucchesi, diretor de desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). "E surge em um momento crítico, onde o Brasil precisa reverter décadas de desindustrialização e empobrecimento", acrescenta Alexandre Caramelo Pinto, coordenador executivo e professor nos cursos de MBA da Fundação Getulio Vargas (FGV) nas áreas de inovação, tecnologia e gestão de projetos.

Até julho, dos 1.406 contratos no valor de R$ 17 bilhões assinados pela Finep e vinculados à NIB, 432 (R$ 2,81 bilhões) foram direcionados a TD, por meio do Mais Inovação, para projetos de empresas em parcerias com instituições de ensino e pesquisa. "A indústria estava carente", afirma o presidente da Finep, Celso Pansera.

O BNDES aprovou R$ 191 bilhões para o setor industrial de janeiro de 2023 a junho deste ano, incluindo projetos como R$ 290 milhões para a Adata produzir três novos semicondutores no país, R$ 258 bilhões para novos produtos e processos digitais da Positivo e R$ 41 milhões para o primeiro data center (DC) da Um Telecom, em Recife. "O Brasil tem potencial de encapsulamento de semicondutores para 'near shore' e terá demanda por mais DC com IA e demanda pública", diz José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do banco.

Os próximos passos na missão TD incluem estreitar parcerias com a indústria e estruturar metas e prioridades para 2026 e 2033, a exemplo do que já foi feito com a saúde. Segundo Ricardo Capelli, presidente da ABDI, a agência está ainda construindo um painel de inteligência para reunir todas as iniciativas da NIB, distribuídas em vários ministérios e agências, além de estimular a mudança de cultura em agentes públicos rumo a compras indutoras de inovação e industrialização local — as compras do Estado brasileiro somam cerca de 12% do PIB.

"O foco e a atuação do Estado em áreas básicas para impulsionar a digitalização são a chave para o país", avalia Glauco Arbix, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). Ele cita o exemplo da Petrobras, cujo regime especial de compras e regras próprias permitiu sustentar um centro de pesquisa que se tornou referência mundial na extração de petróleo em áreas profundas.

Políticas de combate à fome são prioridade no Estado do Rio

Alinhados aos propósitos do G20, programas como Restaurante do Povo e Café do Trabalhador distribuíram mais de 30 milhões de refeições

Reunir países e instituições internacionais em torno do objetivo comum de garantir alimentação digna a todos os habitantes do planeta é o propósito da Aliança Global contra a Fome e a Miséria, principal iniciativa do Brasil na presidência do G20. No Rio de Janeiro, políticas públicas de combate à insegurança alimentar implementadas pelo governo do estado têm garantido refeições diárias a trabalhadores, estudantes, idosos e pessoas em situação de rua, em sintonia com as prioridades do G20 e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Um passo decisivo para garantir alimentação saudável à população foi a retomada dos Restaurantes do Povo, que oferecem, a preços subsidiados, café da manhã (R$ 0,50), almoço e jantar (R$ 1 a R$ 3,50). Outro programa de forte impacto é o Café do Trabalhador, que leva kits de desjejum a pontos de grande fluxo rodoviário e ferroviário. Já o RJ Alimenta distribui quentinhas gratuitamente para pessoas em vulnerabilidade.

Esses três programas distribuíram, somente na atual gestão estadual, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, mais de 30 milhões de refeições.

© FOTOS: FABIO CORDEIRO

Emerson e Raione são frequentadores assíduos do Restaurante do Povo

Edileuza elogia a alimentação e o atendimento do Restaurante do Povo

> **“Hoje os Restaurantes do Povo são os principais equipamentos para assegurar à população o direito constitucional à alimentação adequada”**
>
> **VICTOR HUGO MIRANDA**
> Superintendente estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro

— A fome é o nível mais severo da insegurança alimentar. Hoje os Restaurantes do Povo são os principais equipamentos para assegurar à população o direito constitucional à alimentação adequada, saudável e em quantidade suficiente. São mais de R$ 250 milhões em investimentos só nos Restaurantes do Povo — afirma Victor Hugo Miranda, superintendente estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro.

Estão em funcionamento 12 Restaurantes do Povo e em breve serão inauguradas as unidades de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense, e Madureira, na Zona Norte do Rio. O Restaurante do Povo da Central do Brasil é o maior do gênero na América Latina. Em menos de um ano de funcionamento, ofereceu mais de 500 mil refeições. Recebe frequentadores assíduos como o casal de ambulantes Emerson Teixeira da Silva, de 38 anos, e Raione de Jesus, de 30.

— Aqui garantimos alimento para nós e para nosso filho de 3 anos. O almoço tem todos os nutrientes, é acompanhado pela nutricionista. Tem o que o ser humano precisa para a batalha do dia a dia, e a gente economiza o Bolsa Família — elogia Emerson.

ATENDIMENTO

Para Edileuza Gomes Pereira, de 65 anos, o restaurante da Central é a alternativa quando vai ao Centro do Rio. Edileuza também frequenta o Restaurante do Povo de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, onde mora.

— O atendimento é ótimo, e a refeição é bem completa para quem está com fome.

No dia 25 de julho, representantes do governo estadual fluminense e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome participaram no Palácio Guanabara do Encontro Estratégico de Combate à Fome no Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, o estado aderiu ao Plano Brasil Sem Fome, que visa tirar o país do Mapa da Fome até 2030. O encontro aconteceu no dia seguinte ao pré-lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. A aliança será oficializada durante a Cúpula de Líderes do G20, nos dias 18 e 19 novembro, no Rio de Janeiro.

As políticas de enfrentamento à fome do governo fluminense são marcadas também pela atenção ao interior. Além da distribuição das refeições, levam aos municípios ações voltadas para produção de alimentos e abastecimento, com assessoramento para que participem de programas federais como o de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Economia criativa promove inclusão e diversidade

Investimentos de mais de R$ 1 bilhão democratizam a produção e valorizam a riqueza do interior

A democratização da cultura e o fomento à economia criativa trouxeram diversidade e inclusão ao Rio de Janeiro, com desconcentração de investimentos e valorização da produção em todo o estado, em consonância com os princípios do G20 de combate à desigualdade.

Iniciativas do governo fluminense permitiram o uso de recursos do Fundo Estadual de Cultura, depois de 20 anos parado. Em quatro anos, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (Secec-RJ) garantiu investimentos de mais de R$ 1 bilhão nos 92 municípios.

O protagonismo do Estado do Rio está expresso nos indicadores da economia. Levantamento do Itaú Cultural mostra que a indústria criativa é responsável por 3,11% do PIB do país. No Rio de Janeiro, o setor responde por 4,62% do PIB fluminense. É a maior participação entre todos os estados e o Distrito Federal.

Orquestra Sinfônica Juvenil Chiquinha Gonzaga na Europa

© DIVULGAÇÃO

> **“O nosso objetivo é democratizar o acesso à cultura e valorizar o interior, que tem muita diversidade como o jongo, a capoeira, a caiçara e o carnaval”**
>
> **JULIO SOUZA**
> Assessor especial de Economia Criativa da Secec-RJ

— O nosso objetivo é democratizar o acesso à cultura e valorizar o interior, que tem muita diversidade como o jongo, a capoeira, a caiçara e o carnaval. Criamos o Desenvolve Cultura, para dar transparência ao processo, e instauramos uma corregedoria com um plano de integridade. Firmamos convênio com o Sebrae para que os fazedores de cultura aprendessem a elaborar os projetos, a gastar o dinheiro e a prestar contas — destaca Julio Souza, assessor especial de Economia Criativa da Secec-RJ.

A Escola da Cultura RJ foi decisiva para a arte-educadora Elza Keiko Furuya Pacheco elaborar o projeto Lendas de Paraty, aprovado em edital do estado que utilizou recursos da Lei Paulo Gustavo, federal. Durante seis meses, o projeto levou aulas de artes para alunos do ensino fundamental da rede pública e para o Lar de Idosos do município no Sul fluminense. Elza iniciará agora outra formação da Escola da Cultura, sobre prestação de contas.

— O processo de educação dos proponentes é fundamental. Sem essa formação, eu não saberia sair do imaginário e traduzir minha ideia para uma comissão que tem que decidir entre inúmeras propostas.

Outra iniciativa do estado são os projetos de internacionalização. Por meio de um deles, em novembro de 2022 a Orquestra Sinfônica Juvenil Chiquinha Gonzaga, formada por alunas da rede pública, apresentou-se em Portugal e na Espanha. As meninas também participaram de intercâmbio e fizeram passeios turísticos.

Experiências e desafios da gestão cultural foram discutidos no Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, realizado na Casa G20, que funciona na Casa de Cultura Laura Alvim, em Ipanema.

A reunião aconteceu paralelamente ao encontro do Grupo de Trabalho de Cultura do G20.

PRODUZIDO POR GLAB.GLOBO.COM

INÊS 249

Seminário Especialistas defendem mais investimentos em nichos estratégicos e avanços em infraestrutura e educação

Iniciativa privada e governo devem buscar juntos a competitividade

Alessandra Saraiva e Paula Martini
Do Rio

Governo e iniciativa privada precisam unir forças, em diferentes frentes, para elevar a competitividade da indústria nacional. A recomendação foi defendida por representantes de empresas e especialistas no seminário "A Nova Política Industrial Brasileira e o Desafio de se Tornar Competitiva". Para os participantes, o governo deveria alocar mais esforços, no sentido de aprimorar infraestrutura, educação e arcabouço legal no país — o que diminuiria custos de produção e elevaria qualificação no setor. Ao mesmo tempo, as empresas consideram que precisam investir mais em nichos estratégicos que possam elevar a competitividade de forma rápida no setor industrial. Eles também reconhecem a necessidade de tornar o quadro de funcionários mais inclusivo e diverso, principalmente em cargos de chefia.

Realizado no dia 21, o evento faz parte do projeto G20 no Brasil, que une "O Globo", **Valor** e CBN na cobertura da presidência brasileira do grupo dos países mais ricos do mundo. O encontro discutiu como levantar recursos para a inovação e soluções para viabilizar a transição energética e a inclusão no setor industrial.

No painel que debateu o passo a passo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável e a visão das empresas brasileiras sobre o tema, o vice-presidente do Grupo Stefanini, Ailtom Nascimento, alertou que o país enfrenta gargalos em logística e infraestrutura. Essas barreiras seriam não somente em transportes, mas também na comunicação entre as regiões. "Um dos grandes gargalos que temos e [no qual] devemos abrir a possibilidade de investimentos externos é no desenvolvimento de estradas e novos modais de transportes, na parte de ferrovias e por meio naval", disse.

Outro ponto citado por ele é a necessidade de focar em investimentos em educação básica. Neste caso, com responsabilidade do governo. Nascimento ponderou que, sem conhecimentos básicos, é impossível prover a quantidade necessária e eficaz de mão de obra qualificada para as empresas. O executivo também sugeriu que o Brasil aproveite a presidência do grupo que reúne as maiores economias do mundo, mais União Europeia e União Africana, e também do grupo dos Brics, a partir do ano que vem, para apresentar uma agenda positiva de investimentos.

O vice-presidente do Grupo Stefanini ainda destacou a importância de melhora do regramento, por parte do governo, para ajudar no desenvolvimento de "projetos limpos" — com estudos geológicos preliminares e sem entraves jurídicos — para atrair investidores para áreas de infraestrutura, logística e transportes. "Muitos esbarram em problemas jurídicos e até geológicos. A gente não entrega projetos limpos e precisamos focar nisso", disse.

No caso de projetos mais limpos e verdes, a diretora de energia e descarbonização da Vale, Ludmila Nascimento, discorreu sobre as possibilidades de o Brasil despontar como potência em hidrogênio verde. Esse é o chamado "combustível do futuro", gerado por energia renovável ou energia de baixo carbono. Sobre esse tópico, ela pontuou que, no caso de projetos com hidrogênio verde, a construção do arcabouço regulatório é fundamental para reduzir riscos aos investidores.

Para ela, o governo também vai precisar agir de forma mais assertiva em relação a incentivos para o país se tornar competitivo nos próximos anos. "A gente não tem a mesma quantidade de recursos que os Estados Unidos e a Europa para dar incentivos", disse. Porém, não é somente o governo que precisa fazer a lição de casa para elevar a competitividade na indústria, avaliaram participantes do seminário. É preciso também que as empresas reforcem o foco de investimentos em setores específicos que possam elevar a competitividade de forma ágil.

O vice-presidente do grupo Stefanini pontuou ser imprescindível investimentos empresariais em inovação, focados em determinadas áreas dentro da indústria. Entre as estratégicas citadas por ele, estão: saúde, educação e segurança alimentar. No caso de saúde, o executivo notou como as companhias perceberam a importância de investir em inovação durante a pandemia. Na crise sanitária, iniciada em 2020, empresas da área farmacêutica correram contra o tempo para alocar o maior volume possível de recursos na elaboração de uma vacina contra a covid-19.

Elevar a competitividade da indústria, acrescentaram o executivo da Stefanini e a diretora da Vale, também passa pela decisão de priorizar investimentos que estejam alinhados à estratégia ESG. Essa linha de ação passa não só por desenvolver produção descarbonizada e verde, mas também em prover maior proteção ao ambiente e elevar a diversidade.

No caso de proteção ambiental, o diretor-executivo da Reservas Votorantim, David Canassa, defendeu maior atenção a projetos de reflorestamento. Segundo ele, é preciso pensar em medidas que possam elevar a eficiência deste tipo de empreendimento. "Em cadeias de reflorestamento, é normal falar em 30% de perdas [em um total plantado que não floresceu]. Não pode ser normal. Precisamos reestruturar as cadeias de reflorestamento", defendeu. Canassa ressaltou ainda que tanto as empresas quanto o governo precisam prover projetos de reflorestamento e investir na proteção das florestas existentes.

Além de mais recursos para proteção das florestas, também é preciso focar em capital humano. É o que prega a cofundadora do programa Conselheira 101, Jandaraci Araújo. Ela defendeu investimentos das empresas para prover cadeias de liderança mais diversas. "Temos várias acadêmicas indígenas formadas em bioeconomia." A especialista defendeu parcerias entre companhias e academias nacionais e internacionais para trazer mais inclusão social e diversidade aos quadros das empresas.

GABRIEL DE PAIVA/ AGÊNCIA O GLOBO

Painel mediado por Frederico Goulart (da esq. para dir.) contou com Ailtom Nascimento, Ludmila Nascimento, Jandaraci Araújo e David Canassa

Montadoras investem na formação de jovens

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Com o objetivo de garantir mão de obra para a produção de modelos com novas tecnologias, como a motorização elétrica, a indústria automotiva investe em programas para jovens aprendizes, estagiários e trainees. As iniciativas miram, principalmente, estudantes de cursos de engenharia e computação, enquanto ações afirmativas, para seleção de pessoas pretas, ganham tração.

De acordo com Isis Borge, diretora executiva da Talenses, da área de recrutamento, a demanda por jovens profissionais pelas montadoras está em alta. "Isso se deve à transformação tecnológica que o setor atravessa, com a introdução de veículos elétricos e autônomos", diz. "As marcas estão em busca de talentos com habilidades digitais e capacidade de inovação para impulsionar os avanços da indústria."

Borge afirma que o setor está à procura de currículos para departamentos como engenharia, vendas, marketing e finanças. "Os jovens que despertam interesse nas montadoras têm formação em engenharia elétrica e mecatrônica, ciências da computação e áreas relacionadas à sustentabilidade e energias renováveis", destaca. "Além disso, competências em programação e tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, são altamente valorizadas."

A headhunter, que atua com recrutamento no setor há mais de dez anos e trabalhou na Ford e na General Motors (GM), diz que a faixa salarial para cargos de entrada pode variar de R$ 3 mil a R$ 13 mil, dependendo da função e formação do candidato. "As linhas de produção continuam como porta de entrada para a maioria", diz Borge.

É o caso de Luiza Eduarda Leôncio, 21 anos, operadora especialista na Volkswagen do Brasil, em São Bernardo do Campo (SP). "É o meu primeiro emprego", diz a universitária, que frequenta duas graduações: ciência e tecnologia, e engenharia de instrumentação, automação e robótica. "Em 2022, fui efetivada na linha de produção e participei de um processo seletivo para o cargo que ocupo hoje." No ano passado, ela foi eleita a melhor jovem aprendiz da montadora.

Evelyn Berti, head de gestão de talentos, cultura e diversidade da Volkswagen do Brasil, diz que histórias como a de Leôncio devem se multiplicar na empresa de 12,5 mil funcionários. "Temos uma parceria de 50 anos com o Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial] na formação de jovens", explica. "Nas últimas décadas, formamos mais de 7.000 profissionais, inclusive filhos e irmãos de funcionários, por meio de um programa de aprendizagem em manufatura automotiva."

DIVULGAÇÃO

Na linha de produção, Luiza Leôncio, 21, foi eleita a melhor jovem aprendiz da Volkswagen Brasil em 2023

Em breve, segundo a executiva, serão lançadas novas inscrições para estágios voltados a estudantes de graduação técnica e nível superior. "Também devemos ter um programa de trainee afirmativo, para pessoas pretas e pardas, com o objetivo de aumentar o número de lideranças negras na VW nos próximos anos", adianta.

De acordo com Tiago Mavichian, CEO e fundador da Companhia de Estágios, de seleção de aprendizes, estagiários e trainees, as fabricantes de veículos têm foco cada vez maior em estudantes de tecnologia. "Procuram talentos que se entusiasmam com ferramentas de análise de dados e criação de aplicativos", diz o especialista. Estamos conduzindo processos seletivos para estágios na Nissan e na Volvo, afirma. "São, em média, 40 posições ao mês, ou cerca de 480 vagas ao ano."

Na Stellantis, a ideia é que os estagiários cumpram uma jornada de aprendizado que reforce conhecimentos em design, engenharia e finanças. Em julho, a montadora disparou o terceiro edital de estágios de 2024, com 200 posições em quatro Estados (MG, SP, RJ e PE) e no Distrito Federal. Um mês antes, criou um programa de talentos para pessoas negras na área de finanças, somente com universitários. A ação dura um ano e inclui a experiência em funções de divisões como controle comercial e tesouraria. "Estamos atentos aos processos seletivos, com o objetivo de atrair uma diversidade de candidatos e criar um local de trabalho inclusivo", afirma Massimo Cavallo, vice-presidente sênior de recursos humanos e transformação da Stellantis para a América do Sul.

Programas de diversidade e inclusão ganham fôlego

De São Paulo

Contar com funcionários diversos, que têm carreiras e histórias de vida diferentes, ajuda na criação de soluções inovadoras nos negócios, melhora o clima organizacional e aumenta os índices de produtividade. É com esse pensamento que grandes empresas estão ampliando programas de diversidade, equidade e inclusão (DE&I). Há novas ações dirigidas para a contratação de pessoas autistas e reforço para promover mulheres em setores tradicionalmente masculinizados.

Na Takeda, biofarmacêutica global de origem japonesa com 957 funcionários no país, as diretrizes de DE&I passaram a incluir pessoas autistas desde 2022. Com isso, o número de profissionais neurodiversos passou de quatro, naquele ano, para nove, em áreas como TI e neurociências. A ideia, segundo Eliane Pereira, diretora executiva de RH da Takeda Brasil, é valorizar a pluralidade na empresa.

Um desses profissionais é Guilherme Leite, de 31 anos, analista júnior de estratégia de digital data e tecnologia, contratado em 2022. "Aos 17, fui fazer um teste vocacional e recebi o diagnóstico de TEA [Transtorno do Espectro Autista]", lembra Leite, que antes de ingressar na Takeda, trabalhou como professor de futebol.

De acordo com Marcelo Vitoriano, CEO da Specialisterne Brasil, especializada na formação e emprego para pessoas autistas, o número de oportunidades para esses talentos está aumentando. "Conseguimos capacitar e incluir 512 profissionais no mercado de trabalho local, desde 2015", diz. Itaú, Bradesco e IBM são alguns dos parceiros da consultoria. "Tínhamos cerca de dez clientes em 2020 e hoje são mais de 40."

Segundo Vitoriano, o maior desafio para o acesso de pessoas autistas no mercado é corrigir a ideia de que não são capazes. "A partir de campanhas de comunicação e educação é possível quebrar essa barreira", diz. "O segundo passo é dar suporte, mesmo depois da inclusão." Vitoriano afirma que a contratação de pessoas autistas não se limita ao cumprimento de metas corporativas de equidade. "Possibilita uma mudança na cultura das empresas, com a maior valorização de temas de DE&I; e a 'humanização' das equipes, com melhoria de performance", afirma.

Eliane Pereira, da Takeda, diz que o programa de D&I da empresa, consolidado em 2019, começou com cinco comitês: gênero, LGBTQIA+, étnico-racial, gerações e pessoas com deficiência (PCDs). Hoje, 52,9% da força de trabalho são mulheres, sendo 50,5% em cargos de liderança; 12,6% se autodenominam negros e 4,7% são PCDs. "Em 2021, ganhamos mais dois comitês, o de religiosidades e espiritualidades, que aprofunda o conhecimento sobre essas práticas; e o de parentes e cuidadores, de apoio a funcionários responsáveis por crianças, adultos e idosos", detalha. "O programa de DE&I deixou de ser 'do RH' e se tornou uma área estratégica da corporação, com planejamento e orçamento próprios, o que fortalece a cultura inclusiva."

Entre as "entregas" dos colegiados estão a inauguração, em julho, de uma sala ecumênica no escritório e a adoção de novas toucas para cabelos afro e tranças, criados para funcionários e visitantes da fábrica. A diretora diz que as chefias também são treinadas para promover empregados de grupos minorizados. "Oferecemos um curso sobre os vieses inconscientes nas seleções", explica. A iniciativa já envolveu 136 profissionais.

DIVULGAÇÃO

"Programa de DE&I deixou de ser 'do RH' e se tornou área estratégica da corporação"
Eliane Pereira

Flávia Nardon, diretora global de pessoas e responsabilidade social da produtora de aço Gerdau, endossa a opinião de Pereira. Mudar práticas de recrutamento é essencial para o avanço da diversidade, diz. "É preciso criar um ambiente acolhedor, onde as pessoas possam ingressar e 'permanecer' na organização", destaca. "Sem a entrada de talentos diversos, não teríamos alcançado os resultados significativos dos últimos anos."

Com 30 mil funcionários, uma das receitas da Gerdau para escalar a diversidade em um setor historicamente masculino inclui estágios dirigidos para estudantes do gênero feminino, negros, PCDs e LGBTQIA+; além da criação de um cadastro afirmativo. A parcela de colaboradores LGBTQIA+ passou de 3% da folha, em 2020, para 5%, em 2022. Para incrementar a quantidade de mulheres no conglomerado, foram criados ainda dois treinamentos obrigatórios no desenvolvimento das chefias: sobre vieses inconscientes e liderança inclusiva. O índice de funcionárias na operação saiu de 2,3%, em 2019, para 9,7%, em 2023. "Já a presença de executivas na liderança foi de 17% para 27,6%, no mesmo período", diz Nardon. *(JS)*

WMcCann | JBS
Evoluir sempre é o que nos alimenta.
E você, o que te ali menta?
A JBS nasceu há 70 anos.
Hoje, está presente em 5 continentes,
na casa de milhões de famílias pelo
planeta. Mas suas raízes estão no Brasil,
onde é a maior empregadora do país.
A JBS produz todos os tipos de proteínas
e tem um propósito bem desafiador:
alimentar uma população mundial que
não para de crescer, conservando
o meio ambiente. Ou seja, fazer mais
com menos. Por isso, evoluir é o que
vai continuar nos alimentando.
JBS
Alimentando
o que alimenta
o mundo

INÊS 249

Sociedade Programas ajudam a superar falta de acesso a capital humano e financeiro de empreendedores da periferia e orientam gestão para buscar sustentabilidade

Terceiro setor turbina desenvolvimento de negócios de impacto

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

Lincoln Amorim é cofundador da Monomito Filmes, produtora audiovisual sediada no Itaim Paulista, extremo da zona leste de São Paulo. A empresa tem na carteira clientes do peso de Ifood, Google e Amazon. Parte do lucro do negócio é utilizado para produzir vídeos, gratuitos ou a custo social, de clientes bem menos abastados: artistas da periferia paulistana, como rappers, poetas e grafiteiros. Em 2023, foram 130 deles, com 85 horas de filme.

Do outro lado da capital paulista, na zona sul, Marcelo Rocha, conhecido como DJ Bola, comanda A Banca — negócio que nasceu a partir de um movimento de jovens que organizava eventos de hip-hop no Jardim Ângela nos anos 1990. Naquela época, a ONU apontava o bairro como o distrito mais violento do mundo. "A música e a cultura hip-hop proporcionaram que eu pudesse olhar para além da realidade dura", conta ele. Hoje, o negócio atua em diversas frentes: gravação e distribuição de músicas de artistas, aceleração e financiamento de negócios na área da economia criativa e programas de educação.

Em comum, a dupla contou com um empurrão de organizações do terceiro setor. Ambos passaram por programas da aceleradora e financiadora de negócios de impacto Artemisia. Bola também faz parte da Ashoka, rede global de empreendedores sociais que promove troca de experiências e apoio entre os participantes e, conforme o caso, auxílio financeiro. "Trabalhamos com iniciativas com potencial para transformar políticas públicas, práticas de mercado e normas sociais", diz Rafael Murta Reis, diretor da organização.

O respaldo ganha importância diante da falta de fontes de ajuda, sobretudo para os empreendedores sociais da periferia. Segundo pesquisa com foco em negócios de impacto, realizada pelo Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getulio Vargas (FGVcenn), nenhum dos 101 empreendedores sociais ouvidos concorda que existe apoio do Estado e de governos para suas iniciativas. Apenas 1% acha que pode contar com bancos e outros investidores — dos que responderam "sim", nenhum é da periferia. E

DIVULGAÇÃO

"A música e a cultura hip-hop proporcionaram que eu pudesse olhar além da realidade dura"
DJ Bola

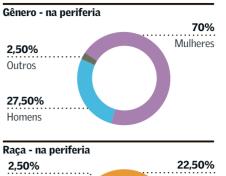
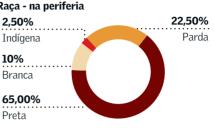
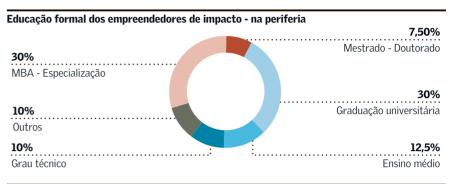
só 5% (nenhum de periferia) concordam que a comunidade empresarial os apoia.

"Na periferia existem mais dificuldades tanto em relação ao capital financeiro, com menos possibilidade de acesso a crédito e a outros recursos, como em relação ao capital humano, com mais gente sem acesso à educação básica. Há também limitações quanto ao capital social, com menor acesso a parcerias para o negócio", diz o pesquisador responsável pelo estudo, Edgard Barki, do FGVcenn. O levantamento, divulgado em 2021, também revela que fora da periferia, o capital inicial dos negócios de impacto de fora da periferia (R$ 712,5 mi) era 37 vezes maior do que os da periferia (19,1 mil) – desproporção que, segundo Barki, continua. Com maior fôlego financeiro desde o início, os negócios de fora da periferia têm receita anual em média 21 vezes maior, com média de R$ 3 milhões, e atendem 19 vezes mais clientes.

Ainda assim, os negócios da periferia operaram no azul, com lucro médio anual de R$ 13,7 mil, enquanto os de fora registraram prejuízo médio de R$ 286,8 mil reais. Na opinião de Barki, os números apontam dois fatos: a dificuldade em equilibrar impacto social e sustentabilidade financeira; e o fato de empreendedores da periferia não poderem correr tanto risco de prejuízo.

Amorim concorda: "A gente não tem como errar porque só tem uma chance". Chance que ele agarrou quando injetou, em 2017, os R$ 10 mil da rescisão do emprego como gestor de segurança da informação na compra de equipamentos para começar, com amigos, um coletivo para produção audiovisual com foco em artistas periféricos. Foi difícil sustentar o modelo. "Tinha vezes que eu saia daqui da zona leste para ir para Grajaú, na zona sul, para captar uma poesia por R$ 10 ou R$ 15". Na pandemia as coisas pioraram. "Os artistas iam cancelando e percebemos que iríamos fechar", conta.

A guinada rumo à sustentabilidade financeira começou quando conheceu, por sugestão da atual sócia, a Anip (Articuladora de Negócios de Impacto da Periferia), pilotada por Bola e na época gerida em parceria com a Artemisia e FGV. Ela conta que foi a contragosto para o primeiro encontro, de apresentação do programa, numa sala da FGV. "Para mim aquele prédio higiênico ao lado da Avenida Paulista representava o boy branco, uma elite burguesa com quem eu não queria trocar ideia", diz. Mas, entre os presentes, ele avistou Bola, com cabelo trançado e com camiseta dos Racionais MC 's. "O visual parecido com o meu foi um facilitador", conta. Também gostou do que ouviu. "O Bola pegou o microfone e começou a explicar porque os negócios da periferia tinham de se comunicar com outras empresas, porque fazia sentido para a gente estar ali."

Com apoio da Anip, Amorim montou o plano de negócio que transformava a origem periférica em vantagem comercial. "A gente entendeu que o que vendíamos, além de audiovisual, era linguagem. E essa linguagem tem muito valor porque as pessoas queriam vender para cá, para essa periferia", diz. "Eu sei o que o público daqui come, onde ele mora, quanto tempo demora para ir para o trabalho. Conecto as pessoas porque uso uma linguagem que não é uma linguagem estranha a mim." Pelo programa da Anip, ele também conseguiu R$ 21,5 mil para construir o primeiro galpão da produtora. Atualmente, há outro, de 220 m², em construção para formação em audiovisual de jovens da região com o objetivo de futuras contratações.

Desde a fundação, cerca de 130 empreendedores passaram pela Anip, tanto para aceleração de pequenos negócios, que receberam cerca de R$ 750 mil de capital semente de parceiros como Fundação Arymax, como para formação em áreas como marketing, vendas e finanças, sobretudo com foco na economia criativa. "A ideia era acelerar negócios de impacto periféricos que, normalmente, não tinham acesso aos programas convencionais de aceleração", diz Priscila Martins, diretora de relacionamento institucional da Artemisia.

"Logo que a Anip nasceu, não se falava em negócio de impacto social aqui na quebrada. E fora, a pauta existia sem a periferia participar do processo", afirma Bola. Atualmente, o dia a dia da Anip é gerido exclusivamente pela A Banca. Para ampliar o alcance dos recursos, ele começa a mudar o modelo. Desde 2022, o capital semente doado começa a ser substituído por crédito. "Com o retorno do dinheiro, a gente pode continuar reinvestindo em mais negócios", justifica Bola. Por enquanto, cinco empresas contraíram empréstimos entre R$ 50 mil e R$ 100 mil, com juros equivalentes a variação da Selic, mais 0,68% ao mês.

No braço da educação, a A Banca atua, nas palavras de Bola, nos dois lados da ponte. No Jardim Ângela oferece cursos como produção musical, produção cultural e canto. Nas áreas mais ricas da cidade, leva às salas de aula de colégios como Santa Cruz e Equipe temas relacionados à desigualdade social e econômica. Um dos objetivos do programa é mostrar a realidade das periferias para quem um dia poderá tomar decisões com impacto na vida de seus moradores. "São jovens privilegiados que, quando assumem o cargo a que estão destinados, podem fazer diferença tanto negativa como positivamente", diz Bola. "E, se a gente está dialogando com essa molecada que, muitas vezes tem um estereótipo super negativo sobre a gente que vive na quebrada, é porque a gente acredita que o ser humano tem conserto".

Raio-x
Empreendedores de impacto no Brasil

3,9 anos é quanto tempo, em média, as empresas estão no mercado na periferia

7,7 anos é quanto tempo, em média, as empresas estão no mercado fora da periferia

Gênero - na periferia

Gênero - não periferia

Raça - na periferia

Raça - não periferia

Educação formal dos empreendedores de impacto - na periferia

Educação formal dos empreendedores de impacto - não periferia

Fonte: Centro de Empreendedorismo e Negócios da Fundação Getulio Vargas (FGVcenn) * Dados coletados entre setembro de 2020 e setembro de 2021

Empresas buscam aproximação com comunidades

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Grandes empresas estão desenhando projetos com a intenção de levar desenvolvimento econômico e social às cidades em que estão sediadas. Há iniciativas para capacitação profissional, sustentabilidade ambiental e oferta de serviços de saúde. Segundos especialistas à frente dos programas, o engajamento com as comunidades do entorno das operações deve levar em conta necessidades locais, características regionais e metas corporativas alinhadas à cartilha ESG (ambiental, social e de governança, na sigla em inglês).

Mutirões para a limpeza de margens de rios, cursos de qualificação para mulheres trans e uma usina solar que beneficia mais de 160 famílias de uma favela paulista são algumas das ações em curso. "A atuação das empresas precisa se adaptar às particularidades de cada região, com iniciativas que atendam as comunidades locais", diz Marina Grossi, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), entidade que reúne 114 grupos empresariais que faturam o equivalente a 47% do PIB brasileiro. "Há novas oportunidades para projetos que aliam benefícios econômicos, ambientais e sociais, em áreas como bioeconomia e soluções baseadas na natureza."

Na Bayer, são mais de 50 projetos em cinco Estados (MT, MG, SP, BA e RJ). O Proverde, criado em 2009, oferece atividades de proteção ambiental, engajamento comunitário e oferta de serviços de saúde, como a equoterapia — terapia que utiliza o contato com cavalos para o desenvolvimento biopsicossocial. O projeto envolve participantes de 5 a 65 anos, engloba comunidades de cinco cidades mineiras, como Cachoeira Dourada, com 2.300 moradores e sede de uma unidade da fabricante que emprega 325 pessoas. No último ano, impactou mais de 12 mil pessoas, com um investimento de R$ 80 mil.

DIVULGAÇÃO

Com o apoio de produtores locais, Tobasa promove a cata e a coleta do coco de babaçu, originado do Bico do Papagaio, área do norte do Tocantins

"Um dos destaques é a limpeza das margens do rio Paranaíba, que já resultou na retirada de 54,9 toneladas de lixo", diz Ana Isabel dos Santos, head de engajamento com comunidades e comunicação de product supply da Bayer Crop Science Latam. Nos últimos anos, avalia Santos, os projetos voltados para comunidades têm se tornado mais aderentes a temas ligados aos negócios da empresa. "Em vez de iniciativas isoladas, há uma maior integração entre as ações nas cidades e a nossa cultura organizacional, em sintonia com metas corporativas", explica a executiva.

Com o objetivo de promover mais diversidade entre as equipes, a Bayer criou em 2022 o programa Elas da Indústria, em Belford Roxo (RJ) e São José dos Campos (SP), que prepara mulheres cis e trans em situação de vulnerabilidade para atuar na empresa ou no mercado de trabalho. Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), oferece cursos de operação industrial e uma bolsa auxílio para despesas de deslocamento e alimentação no período de estudos. "Tivemos a participação de 80 mulheres e 30% conseguiram se inserir no mercado nos primeiros três meses após o curso", conta. Novas turmas devem ser abertas.

Na Vivo, segundo Renato Gasparetto, vice-presidente de relações institucionais e sustentabilidade, projetos ligados à educação pública conduzidos pela Fundação Telefônica Vivo apoiam estudantes e professores. A instituição está presente em 108 municípios de 15 Estados. No último ano, 89,6 mil professores foram diplomados em cursos de formação continuada, com um impacto em 3,3 milhões de estudantes. Entre as iniciativas, o projeto Matemática ProFuturo investe na atualização em matemática para professores do ensino fundamental. Somente em 2023, 921 escolas foram beneficiadas com a participação de 2.600 professores.

Na visão de Edmond Aziz Baruque Filho, diretor-presidente da Tobasa, bioindústria de babaçu em Tocantinópolis (TO), a geração de emprego para os habitantes das cercanias das empresas deve ser prioridade. "Empregamos mais de 200 funcionários e geramos, indiretamente, renda e trabalho para mais de 1.500 agroextrativistas", diz. O grupo investe R$ 10 milhões ao ano na região, com a compra do coco de babaçu, originado do Bico do Papagaio, área do norte do Estado cujo potencial de florestas nativas de babaçu cobre 300 mil hectares na Amazônia Legal. "Incentivamos a conservação da floresta, com a valorização econômica do fruto gerado dos babaçuais", diz ele, que calcula que mais de 5.000 pessoas da região compõem a cadeia de "sociobiodiversidade" do babaçu. "Os agroextrativistas auxiliam na manutenção da floresta em pé."

Já a Danone Brasil oferece desde 2018 a chamada Jornada Flora na principal região de captação de leite da marca, no sul de Minas Gerais. A ação inclui iniciativas de agricultura regenerativa, de bem-estar animal e de capacitação para fazendeiros. "Cerca de 70% dos nossos fornecedores de leite são pequenos produtores", diz André Rapoport, diretor de recursos humanos da empresa. "Desde o início do projeto, investimos cerca de R$ 1 milhão por ano em ações de agricultura regenerativa."

Em linha com essas ações, o Instituto EDP, gestor dos investimentos sociais do grupo EDP, aplicou R$ 225 milhões em 734 projetos que alcançaram 4,3 milhões de pessoas em 15 Estados. Em fevereiro, lançou o projeto Micro Usina Solar Social, em parceria com a ONG Gerando Falcões. A unidade de energia beneficia mais de 160 famílias da favela dos Sonhos, em Ferraz de Vasconcelos (SP). A força gerada será distribuída aos moradores da comunidade, em forma de crédito na conta de luz até 2026.